



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 99 TERÇA-FEIRA, 5 DE JULHO DE 2016

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 109ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE JULHO DE 2016	
1.1 – ATA	5
1.1.1 – ABERTURA	5
1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2)	5
1.1.2.2 – Oradores	
SENADOR JOSÉ MEDEIROS - Defesa da diminuição dos entraves legais e burocráticos para instalação de estações rádio-base.....	5
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN - Relato da participação de S.Exª na reunião da Direção Nacional do PCdoB, na qual se analisou a situação política do País.....	7
1.1.2.3 – Requerimento	
Nº 513/2016, do Senador Paulo Paim, de homenagens de pesar pelo falecimento da Srª Dalva do Nascimento	15
1.1.2.4 – Oradores (continuação)	
SENADORA ANA AMÉLIA - Indignação com a corrupção disseminada no País; e outro assunto.....	15
SENADOR PAULO PAIM - Registro de participação de S. Exª em eventos contrários à realização de reformas que suprimam ou minorem direitos sociais; e outros assuntos	21
SENADOR LINDBERGH FARIAS, como Líder - Considerações sobre o sistema tributário brasileiro e críticas a medidas propostas pelo Governo Michel Temer; e outros assuntos.....	31
SENADORA FÁTIMA BEZERRA - Registro da entrevista concedida pelo Sr. José Eduardo Cardozo, publicada no jornal Folha de S.Paulo , em que defende a Presidente Dilma Rousseff da acusação de prática de crime de responsabilidade; e outros assuntos.....	39
SENADOR ALVARO DIAS - Preocupação com a discussão sobre projeto de lei que redefine abuso de autoridade; e outro assunto	47
SENADOR JORGE VIANA - Registro do aniversário de fundação da cidade de Brasileia, no Acre; e outros assuntos	48
SENADOR TELMÁRIO MOTA - Críticas à falta de incentivo governamental aos pequenos agricultores.....	52
1.1.3 – ENCERRAMENTO.....	54
1.2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS	
1.2.1 – EXPEDIENTE	
1.2.1.1 – Aviso do Ministro de Estado dos Transportes	
Nº 2.018/2016, em resposta ao Requerimento nº 157/2016, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.....	55
1.2.1.2 – Comunicações	
Do Senador Magno Malta, que justifica a não participação de S. Exª em missão realizada em 19 de abril último	55
Da Senadora Lídice da Mata, de participação de S. Exª em missão realizada no período de 20 a 22 de junho último	55
Da Senadora Gleisi Hoffmann, de participação de S. Exª em missão realizada no período de 16 a 18 de maio último	55
Dos Senadores Lindbergh Farias, Magno Malta e José Medeiros, de participação de S. Exªs em missões previamente aprovadas em Plenário.....	55
1.2.1.3 – Ofício do Supremo Tribunal Federal	
Nº S/10/2016 (nº 3.924/2015, na origem), que comunica a declaração de inconstitucionalidade dos Decretos nºs 31.632/2002 e 35.219/2004.....	56
1.2.1.4 – Projeto de Lei do Senado	
Nº 268/2016, do Senador Telmário Mota, que altera o art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração	

<i>Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de seguro-garantia nas contratações de obras, serviços e compras públicas.....</i>	121
1.2.1.5 – Requerimentos	
Nº 511/2016, da Senadora Gleisi Hoffmann, de autorização para desempenho de missão no período de 10 a 12 do corrente.....	126
Nº 512/2016 da Senadora Fátima Bezerra, de autorização para desempenho de missão no período de 10 a 12 do corrente.....	127
Nº 513/2016, do Senador Paulo Paim, de homenagens de pesar pelo falecimento da Srª Dalva do Nascimento.....	129
1.2.1.6 – Término do prazo	
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 21/2014.....	130
1.2.2 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL	
1.2.2.1 – Encaminhamento de matéria	
Encaminhamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 420/2016, do Deputado Jaime Martins, à Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 703/2015.....	130
1.2.2.2 – Término do prazos	
Término do prazo, em 1º do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 702/2015.....	130
Término do prazo, em 3 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 704/2015. <i>Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria.....</i>	130
2 – DOCUMENTOS DIVERSOS	
2.1 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL	
Ata da 8ª Reunião, realizada em 6 de junho de 2016.....	131
Ofício nº 190/2016.....	212
Parecer nº 2/2016-CCS.....	213
<u>SENADO FEDERAL</u>	
3 – COMPOSIÇÃO.....	223
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA.....	226
5 – LIDERANÇAS.....	227
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	230
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....	250
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	256
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	308
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
10 – COMISSÕES MISTAS.....	332
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	347

109ª Sessão, Não Deliberativa, em 4 de Julho de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidências do Sr. Jorge Viana, da Srª Vanessa Grazziotin,
do Sr. Paulo Paim, da Srª Fátima Bezerra
e do Sr. Telmário Mota*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 17 horas e 31 minutos.)

ATA

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(vide item 1.2 do sumário)**

Iniciando a sessão não deliberativa desta segunda-feira, dia 4 de julho, convidamos para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Medeiros. Fala o Senador pelo tempo regimental.

Com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, se há alguma situação pela qual todos nós já passamos é a falta de sinal de celular em situações críticas. Quando justamente precisamos nos comunicar instantaneamente, é nesse momento que falta. Parece aquela situação do gás de cozinha: só acaba na hora do almoço.

Infelizmente não se trata de evento raro e episódico, sendo extremamente comum em áreas mais isoladas e em pequenas comunidades, mas também ocorre, com alguma frequência, nos grandes centros urbanos. Não precisa ir muito longe; basta ir aqui ao Parque da Cidade, e, às vezes, já falta o sinal.

No Mato Grosso, sobretudo, são muitas as queixas dos usuários da rede de celular. As empresas operadoras do sistema de telefonia móvel, ano após ano, têm sido as campeãs de reclamação nos centros de defesa do consumidor. Nas cidades menores do interior, chega a ser comemorado quando o sinal de celular, enfim, funciona minimamente.

Ora, Srª Presidente, minhas caras e meus caros colegas, sabemos todos que a principal causa do mau funcionamento da rede de celular é o número insuficiente de antenas que a compõem. Pois bem, quando o Governo vende um lote de exploração de determinada frequência, estipula contratualmente as condições para que a rede se estabeleça e possa funcionar de acordo com as necessidades previstas para cada localidade.

Nos grandes centros urbanos, a lógica de mercado costuma predominar, e as operadoras disputam seus nichos, oferecendo uma rede maior e mais abrangente. Mesmo assim, diante do grande aumento da base de usuários, há problemas de congestionamento. Agora as senhoras e os senhores imaginem a situação no interior e na zona rural, em que a escala de consumo, muitas vezes, não incentiva as empresas a investirem ali. O que vemos, portanto, é uma massa de consumidores crescendo em uma escala geométrica, por um lado, e uma rede de distribuição da frequência do sinal que não consegue acompanhar esse *boom* no número de usuários, por outro.

As razões para tal descompasso, em nosso entendimento, são múltiplas. Em primeiro lugar, há os entraves legais e burocráticos para estabelecimento das antenas nas localidades. Já houve até casos em que representantes das empresas têm que ter uma conversa em alguns gabinetes de prefeitos para poder conseguir fazer o desentrelaçamento burocrático e a legalização das antenas.

A despeito de termos aprovado no ano passado a chamada Lei das Antenas, que serviria para agilizar os trâmites para sua instalação e funcionamento, o diploma legal não tem cumprido esse propósito. Ao sofrer uma importante alteração na última hora, colocando a Anatel como órgão autorizativo em caso de letargia das autoridades municipais, o dispositivo acabou sendo vetado pela Presidente afastada, devolvendo a situação ao *status quo* de antes.

O fato é que ainda são necessárias inúmeras licenças para a instalação dessas essenciais antenas. Para os

nobres colegas terem uma ideia, o Brasil, com toda a sua dimensão continental, tem um número de antenas menor que o do Japão, nação que possui um território 22 vezes menor que o nosso.

O mais triste, Sr. Presidente, é saber que, na maior parte dos casos, não é por falta de recursos que tais melhoramentos na rede não são feitos. Vale lembrar que o Fust, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, arrecada do sistema operador cerca de R\$2 bilhões por ano, e não tem sido usado nem um mísero centavo para atingir a sua finalidade essencial que é a de subsidiar os serviços de telecomunicações para as camadas mais pobres e os residentes em áreas isoladas do nosso País.

No ano passado, fizemos uma audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia, e ouvi, pasmo, representantes das operadoras dizerem que ofertar serviços em comunidades, como distritos, e nas rodovias pelo País afora é uma mera liberalidade, um favor das empresas de telefonia. Precisamos avançar na legislação, porque não é possível que possamos continuar com a situação desse tipo.

Ora, tais recursos poderiam ser utilizados para justamente financiar a instalação dessas antenas em áreas remotas de nosso País, onde não há tanto interesse comercial de exploração.

Isso, Sr. Presidente, sem falar de outro fundo do sistema de telecomunicações, o Fistel, que também tem sido subutilizado na aplicação de seus recursos, enquanto o sistema carece de infraestrutura adequada.

Nesse sentido, minhas senhoras e meus senhores, precisamos urgentemente diminuir ou acabar com os entraves legais e burocráticos que impedem a expansão do sistema e o seu funcionamento estrutural.

Não é possível que, nos dias atuais, quando a rede celular está tão visceralmente atrelada aos nossos afazeres cotidianos, não possamos usufruí-la como em inúmeros outros países, em que o sinal está sempre à disposição do usuário.

Investir em tecnologia significa, sobretudo, apostar no futuro de nosso País, sob pena de ficarmos para trás no rumo inexorável do progresso.

Venho de um Estado que tem uma extensão territorial imensa. Tenho dito sempre aqui que, na extensão territorial de Mato Grosso, cabem dez países do porte de Portugal, cabem três França, sete Inglaterra. É um Estado que está contribuindo extremamente para o desenvolvimento do País: 40% das exportações no setor de agronegócio já são do Estado de Mato Grosso.

Agora o Estado precisa de infraestrutura, tanto na área rodovia e ferroviária quanto também na de telecomunicações – esta é uma das mais atrasadas. Como disse aqui, a maioria dos distritos não tem acesso pleno às telecomunicações. Então, o Estado fica da seguinte forma: com poucas rodovias e precárias, algumas ferrovias do pé quebrado – digo assim porque elas não têm interligação; saem de um ponto, param no meio do caminho e acabam não se integrando no sistema de transporte. Com isso, toda a produção do Estado fica muito à mercê dos fretes altos devido à pouca estrutura rodoviária que tem. Se fosse só isso, ainda, de repente, poderíamos dar um jeito, mas falta também a comunicação, e essa quebra de vez aqueles que querem investir ali no Estado. Recentemente, também falávamos da infraestrutura em termos de aviação regional. Fizemos, inclusive, há poucos dias, um debate sobre esse tema.

Mas, de tudo isso, senhoras e senhores, creio que podemos e temos as ferramentas para pelo menos resolver o problema das telecomunicações. Existem as concessões. Precisamos é de que essas concessionárias possam prestar o serviço a contento, e essa tarefa e esse grande desafio está nas mãos da Anatel, que é a agência reguladora.

Aliás, eu digo que boa parte da qualidade dos serviços no Brasil poderia ser bem melhor se as agências reguladoras cumprissem o seu papel, se tivessem os instrumentos necessários para poderem fazer o seu trabalho, e se pudessem ser legítimas representantes dos brasileiros, dos usuários dos serviços, e não representantes das concessionárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. José Medeiros, a Srª. Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Medeiros.

Passo a palavra, de imediato, para uma comunicação inadiável, à Senadora Vanessa Grazziotin.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª é a quarta. Há apenas mais quatro; depois, será a senhora. A senhora está com algum compromisso urgente? Se tiver compromisso, V. Exª sabe que dou um jeito aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, hoje eu venho à tribuna, depois de participar durante quase três dias da reunião da Direção Nacional do meu partido, o PCdoB, uma reunião extensa, uma reunião profunda, de que participaram mais de 120 companheiros, tanto membros da direção quanto alguns convidados, para que, juntos, pudéssemos aprofundar o debate sobre a situação política do País, do mundo, mas, sobretudo, os nossos posicionamentos diante das futuras eleições municipais, Sr. Presidente. Foi uma reunião, sem dúvida nenhuma, muito frutífera.

A partir de agora, se V. Ex^a me permite, todas as Senadores e todos os Senadores, eu gostaria de ler alguns dos aspectos que considero mais importantes das nossas deliberações e das análises que nós fizemos e fazemos sobre a situação e sobre o próximo pleito eleitoral:

Uma verdade vai se impondo no País. Embora alguns setores, com o apoio da mídia, tentem forjar uma atmosfera de normalidade desde que ocorreu um duro golpe na democracia, com a votação, no Senado Federal, do afastamento da Senhora Presidente Dilma Rousseff, no último dia 12 de maio, o impasse político vem se aprofundando, e o Brasil e o povo se veem sob graves ameaças e retrocessos.

Diante desse quadro, o PCdoB conclama as forças democráticas e populares a revigorarmos as jornadas pela restauração da democracia, cujo primeiro passo é derrotar o golpe no julgamento do Senado Federal, o que garantirá o retorno da Presidente eleita Dilma Rousseff à cadeira presidencial. Para tanto, reafirmamos a relevância da luta pela convocação de um plebiscito por eleições diretas para Presidente da República.

Ou seja, entendemos, Sr. Presidente, que, se, por um lado, é fato e é verdade que a Presidente Dilma Rousseff foi afastada do seu mandato porque perdeu o apoio, perdeu a maioria política do Congresso Nacional, por outro lado, temos o entendimento de que não há legitimidade por parte deste Governo para que ele continue governando o Brasil, principalmente diante das propostas que ele vem apresentando para o Brasil, das reformas que ele vem apresentando para o nosso País.

Então, mais uma vez, o PCdoB, que foi o primeiro Partido a, de forma unida, de forma coesa, corajosa, levantar a bandeira da necessidade da realização de um plebiscito para que as pessoas digam se querem ou não antecipar as eleições presidenciais, nós temos o entendimento de que, mais do que nunca, essa proposta está à mesa, está na ordem do dia e de que nós precisamos trabalhar fortemente em torno delas, Sr. Presidente. É basicamente sobre isso que nós desenvolvemos os debates acerca da situação política do Brasil.

[Entendemos que] neste cenário de confronto aberto entre os polos da democracia e do golpismo, se realiza a pré-campanha eleitoral de 2016. O PCdoB, conforme assinalado em outro documento de sua direção nacional, irá associar à campanha de seus (suas) candidato (as) a luta pela democracia com um programa de bandeiras e propostas por cidades criativas e inovadoras, mais humanas, por seu desenvolvimento sustentável e mais qualidade de vida para sua população.

Sobre a avaliação desses 50 dias do Governo interino, provisório, entendemos que já estão escancarados os seus reais objetivos.

O governo [provisório] interino do [Sr.] Michel Temer está voltado a um só foco: consumir o golpe no julgamento do Senado Federal. [Para que isso se viabilize] realiza dois movimentos conjugados: assedia diretamente os integrantes do Senado, oferecendo ministérios e outros cargos, em barganha explícita por votos [e a imprensa tem divulgado, com muita força, essa articulação que parte do Palácio do Planalto]; e, aceleradamente, aprova pautas no Congresso e anuncia medidas ultraneoliberais, antinacionais.

O anunciado [entre aspas] “governo de salvação nacional” se revela, na verdade, um governo altamente lesivo à soberania de nosso país. Preparam-se privatizações do patrimônio nacional e desnacionalizações, ao passo que pretendem subordinar o que sobrar das estatais e dos bancos públicos aos interesses do mercado. Já estão em andamento a quebra do regime de partilha do Pré-Sal e o fim do monopólio do Estado na exploração da energia nuclear; tramita, também, a

liberação de venda de terras a estrangeiros; e realiza-se o desmanche da política externa que nos últimos tempos projetou um Brasil altivo no mundo e promoveu a integração latino-americana em contraposição ao neocolonialismo.

Com o pretexto de sanear as contas públicas, foi protocolada [recentemente no Congresso Nacional] uma Proposta de Emenda Constitucional [PEC 241] que estabelece teto para os gastos públicos por duas décadas [ou seja, por 20 anos]. Na verdade, o que se quer é o desmonte do Estado nacional, impedindo-o de impulsionar o desenvolvimento soberano e de assegurar os direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988. Cairá a dotação orçamentária para Saúde [cairá, e temos dito isso com muita frequência, quase diariamente, da tribuna deste plenário], Educação e Assistência Social, bem como para setores estratégicos como Ciência, Tecnologia e Inovação [aliás, é tão importante para esses que chegaram ao Poder pela porta dos fundos, que a ciência e tecnologia, o desenvolvimento científico e sustentável do nosso Brasil, que eles acabaram o ministério, incluíram o Ministério da Ciência e Tecnologia no Ministério das Comunicações], enquanto bilhões e bilhões serão deslocados ao pagamento da dívida pública, tranquilizando os rentistas.

E a forma mais concreta e viva que prova o que nós estamos dizendo é o fato de que o novo Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Ilan Goldfajn, disse que buscará, como questão fundamental, principal, central da sua administração diante do Banco Central do Brasil, a estabilidade por meio da busca da inflação nos percentuais estabelecidos na meta, Sr. Presidente.

Portanto, segundo ele, para que esse objetivo seja atingido, haverá a possibilidade de que não ocorra uma queda nas taxas de juros do Brasil nos próximos tempos. Ou seja, quanto àquilo que, no governo anterior, da Presidente Dilma, todos tínhamos a expectativa de que, já a partir deste mês de julho, do mês de agosto, as taxas de juros começassem a cair, ele diz que não, que agora, se der e só se der, é a partir do ano de 2017. Isso, em outras palavras, significa tirar dinheiro do público para colocar na mão dos rentistas, Sr. Presidente.

Para aprovar o *impeachment*, o governo interino empreende uma verdadeira “farra” fiscal, uma vez que alargou, artificialmente, o déficit público para 170 bilhões de reais, sob o silêncio [infelizmente] cínico [de muitos setores do Brasil que, antes críticos à ganância que, segundo eles, ocorria no governo da Presidente Dilma, agora se silenciam, ficam no mais profundo e absoluto silêncio, porque eles entendem que, em breve, os seus interesses rentistas estarão sendo atendidos [...]]. A propalada austeridade se direciona tão somente contra o povo e os trabalhadores, com duas reformas já anunciadas: a reforma trabalhista, com a finalidade de eliminar ou mitigar históricos direitos consagrados na CLT; e a reforma da Previdência, [cujo objetivo] [...] pretensão [maior é] [...] desvincular o aumento do salário mínimo do reajuste dos aposentados e aumentar para 70 anos a idade mínima para a aposentadoria [assim como retirar a diferença hoje existente entre a aposentadoria para os homens e a aposentadoria para as mulheres].

Eu digo, Senador Paim, onde quer que ele esteja, ele não conseguirá esse objetivo, porque tenho a mais plena e absoluta convicção da forte mobilização de todas as mulheres brasileiras contra isso, porque a aposentadoria garantida às mulheres cinco anos antes dos homens não é, nem tem que ser vista como uma concessão da sociedade. É tão somente uma forma de compensar a tripla jornada de trabalho que as mulheres desenvolvem sem receber um centavo, um reconhecimento sequer por parte do Estado brasileiro.

Enquanto, na nossa cultura – a cultura brasileira –, prevalecer a cultura do machismo, em que as mulheres se dedicam quase com exclusividade aos afazeres domésticos, aos cuidados com a família, com os filhos, nós não admitiremos tirar esse benefício que conquistamos com muita luta, que é a aposentadoria anterior. E não venham eles dizer que as mulheres têm uma vida mais longa que os homens. É verdade. Agora por que isso acontece? Porque as mulheres morrem muito menos de ações violentas do que os homens. E não é por conta disso que as mulheres tenham que ser penalizadas, e muito menos penalizadas para favorecer o capital rentista, o capital, sobretudo, estrangeiro.

Além dos cortes em programas como Minha Casa, Minha Vida [que já estamos vendo na prática], Pronatec, Fies, Ciências sem Fronteiras e mesmo no Bolsa Família.

Sr. Presidente, alguém explique como, ao engessar um orçamento, ao permitir somente que os gastos cresçam a partir do crescimento da inflação, com a recomposição da inflação, nós vamos ter uma educação progredindo, uma saúde que vise à melhoria da qualidade da assistência à população brasileira? Isso é algo inimaginável e pode trazer um prejuízo, Sr. Presidente, também inimaginável ao Estado e à população brasileira.

Assim, o conjunto das ações e medidas do governo interino objetivam eliminar, de modo acelerado, as conquistas dos governos Lula e Dilma e retomar integralmente o fracassado projeto neoliberal, anulando os passos que foram dados para um projeto nacional de desenvolvimento soberano e democrático.

O combate à corrupção, outra peça publicitária do golpe, se anula na queda de três ministros tragados pela Lava Jato, atingindo em cheio, também, o próprio [Presidente interino Michel] Temer, além de vários outros denunciados [deste mesmo] governo interino. E se desmoraliza, por completo, no vínculo de corpo e alma entre [o Presidente temporário e interino] [...] e [o Presidente afastado da Câmara dos Deputados], [Sr. Eduardo] Cunha, que se confirma com reuniões “secretas” [periódicas, que acontecem] entre os dois.

Quanto, Sr. Presidente, ao julgamento da Presidente Dilma – julgamento em andamento no Congresso Nacional –, entende o PCdoB que:

A grande mídia blinda no que pode o governo interino, enaltece a equipe econômica, injeta ares de estadista [nesse Governo] interino, enquanto oculta a agenda de resistência que a presidenta Dilma e os movimentos [sociais] democráticos e populares realizam [por todo o País], e ainda deturpa ou desqualifica a justa defesa da [Senhora] presidenta nas sessões da comissão especial do impeachment [em funcionamento aqui] no Senado [Federal].

Apesar de ser minoria, [o meu Partido, o PCdoB, todos nós temos um entendimento de que] a bancada de senadores e senadoras que defendem a democracia tem enfrentado as manobras da bancada golpista com eficácia e, sessão a sessão, testemunha a testemunha, tem procurado demonstrar que não há base jurídica para o impeachment e que a presidenta Dilma não cometeu [qualquer] crime de responsabilidade. Fato [esse] que foi [comprovado recentemente com a publicação da] [...] perícia do setor técnico do Senado Federal. [...]

O golpe enfraqueceu e confrontou os Poderes da República; o governo interino aprofundou a instabilidade; é grande a descrença nas instituições e no sistema político do país. Essa situação crítica, para ser superada, e a democracia ser restaurada, exige a volta da presidenta da República, e soluções que remetam à força do povo e à soberania do voto. Na visão do PCdoB esse é o caminho que pode dar um desfecho para a crise, para que ela não se arraste até [o ano de] 2018.

A sessão que julgará a presidenta Dilma está prevista para a segunda quinzena de agosto. Apesar da grande força política e midiática que se move freneticamente, dentro e fora do país, liderada pelos grandes círculos financeiros, para consumir o golpe, o PCdoB tem [a mais plena] convicção de que é possível sim derrotá-lo.

Todavia, a resistência democrática e sobretudo a esquerda, que é seu núcleo propulsor, precisam de clareza e realismo para reforço da unidade. O afastamento da presidenta se constituiu numa grande derrota, e mais do que nunca é necessário que a esquerda supere dissensos e se mantenha unida em torno de perspectivas de saídas políticas para não permitir o arrefecimento das mobilizações da resistência.

Embora atuais, as palavras de ordem “Fora, Temer!” e “Volta, Dilma!” precisam ser fortalecidas. Para isso, é preciso vinculá-las a um novo compromisso, uma nova bandeira: convocação de um plebiscito no qual o povo será chamado a dizer Sim ou Não à antecipação das eleições diretas para presidente. Essa proposta não é uma panaceia, mas, concretamente, ela descortina uma alternativa que dá resposta ao impasse a que o golpe empurrou o país.

Essa bandeira vai ganhando apoios entre os movimentos do povo, entre as centrais dos trabalhadores e trabalhadoras, entidades dos estudantes e das mulheres, entre juristas e advogados, por parte de diversas personalidades progressistas e da comunicação, enfim, no âmbito da esquerda e de amplos setores da sociedade. Tem apelo popular, pois, segundo pesquisas, Temer [também] é

rejeitado pela maioria da população e parte expressiva dela manifesta apoio a novas eleições. Portanto, tende a engajar múltiplos setores do povo nas jornadas pelo “Fora, Temer!”, em especial a classe trabalhadora.

É um compromisso que pode ter apelo entre os senadores e senadoras, que revigora a jornada para derrotar o golpe no Senado Federal, único meio de garantir o retorno da presidenta Dilma [...] à cadeira presidencial e dela expurgar o interino Michel Temer com sua pauta de retrocessos.

Por sua relevância [e eu já concluo, Presidente], o PCdoB seguirá perseverante erguendo essa bandeira, ao tempo em que o processo laborioso de debates e de prática concreta constrói consenso e unidade no seio das forças de resistência democrática.

A presidenta Dilma, que publicamente já demonstrou disposição em assumir compromisso com a proposta do plebiscito, poderia emitir uma mensagem ao povo brasileiro contendo compromissos segundo os quais, concretizado seu retorno ao governo, fortalecerá a democracia, se empenhará por uma reforma política democrática, fortalecerá o Estado Democrático de Direito, a soberania nacional e irá assegurar as conquistas sociais e liderar um pacto social e político que canalize todos os instrumentos e esforços do Estado, da sociedade, de empresários e trabalhadores para que o país vença a recessão e retome o crescimento.

Portanto, Sr. Presidente, como V. Ex^a repara, o tema central da discussão de nossos debates é exatamente a necessidade de fortalecermos a bandeira de recuperarmos a democracia. E o único caminho possível para tal é a realização de um plebiscito em que a população brasileira diga se quer ou não antecipar as eleições.

Não tenho dúvida alguma de que, a partir do momento em que ficarem claros para a maioria da população brasileira, o que já está ocorrendo, os verdadeiros objetivos desse Governo interino, que é acelerar reformas estruturantes, mas reformas contrárias ao desenvolvimento soberano, ao desenvolvimento independente, aos projetos que melhoram a qualidade de vida da nossa gente, a população brasileira, cada vez mais, irá às ruas não só para dizer “Fora, Temer”, mas para buscar também, na democracia, a saída para esta que é uma das maiores crises pelas quais o Brasil já passou.

Peço apenas que seja inserida nos *Anais* a nota, na sua íntegra, porque eu não li nem a metade, visto ser uma nota muito grande e substancial.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SR^a SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN EM SEU RONQUIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Nota do Comitê Central do PCdoB.

Plebiscito-Já para derrotar o golpe e restaurar a democracia

O PCdoB defende que as forças democráticas políticas e sociais, em conjunto com a presidenta eleita Dilma Rousseff, assumam imediatamente o compromisso de que, com o retorno da presidenta ao cargo, absolvida pelo Senado Federal, será convocado um Plebiscito no qual o povo dirá SIM ou Não à proposta de antecipação das eleições presidenciais diretas.

Governo interino de Temer confirma o retrocesso anunciado

O governo interino de Michel Temer - entronizado há pouco mais de um mês por um golpe de Estado - procura, apesar da instabilidade, freneticamente tornar realidade a agenda daqueles que sustentam e financiam o golpe: as forças políticas reacionárias, de dentro e de fora do país, e o chamado “mercado”, notadamente o rentismo, o capital financeiro.

Daí emerge a pauta cortante e certa contra os direitos e conquistas que o povo alcançou nos governos do ex-presidente Lula e da presidenta eleita, ora afastada, Dilma Rousseff. Da mesma forma, estão sob real ameaça históricos direitos trabalhistas, quer seja desfiguração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quer seja pela Reforma da Previdência.

O sentido geral do pacote de medidas do governo interino de Temer é drenar mais e mais riqueza, mais e mais recursos públicos, para assegurar ganhos astronômicos aos especuladores e rentistas.

O teto para os gastos públicos - anunciado, ontem, dia 15, sob o argumento de sanear as contas públicas - na verdade é a concretização da propalada “Ponte para o Futuro” ou melhor ponte para o passado, isto é, a retomada do neoliberalismo numa versão mais selvagem.

Se tal proposta for aprovada e prevalecer, por 10 ou até 20 anos, como quer o usurpador da cadeira presidencial, Michel Temer, a consequência seria o desmonte do Estado nacional. Amiudado, “nanico”, o que sobraria seria um arremedo de Estado, impotente como alavanca do desenvolvimento soberano e incapaz de cumprir o papel de garantidor dos direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988.

Se o governo interino permanecer, as consequências decorrentes dessa medida virão a galope. Por um lado, uma nova onda de privatizações do patrimônio público, combinada com a subordinação do Estado brasileiro aos interesses privados, conforme já sinaliza a chamada lei de “responsabilidade das estatais” e a ambicionada quebra do regime de partilha para possibilitar a entrega da riqueza do pré-sal às multinacionais. Por outro, o povo será “sangrado”, com o fim da destinação obrigatória de recursos para Saúde, Educação, Assistência Social, e a redução de recursos para programas como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, bem como debilitar os fundos que garantem a política de redução das desigualdades regionais.

A tudo isto se soma o ataque à soberania nacional, com a mudança brusca da política externa multilateral e altiva.

Todavia, apesar da marcha acelerada para materializar um programa regressivo em toda linha que só um governo instaurado por um golpe pode realizar, o governo interino de Temer se apresenta fraco, sem credibilidade junto à sociedade, e prisioneiro de forças retrógradas do Congresso Nacional, como é caso de Eduardo Cunha e o chamado “centrão” que o rodeia.

Agora, depois da decisão tomada pela Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, Cunha se vê acuado, seriamente ameaçado de perder o mandato, e até mesmo de ser preso. Esse fato agrava a instabilidade e a incerteza que cercam o governo interino, uma vez que o processo fraudulento do impeachment foi desencadeado pelo aceite de Cunha, sob a promessa de que Temer e os golpistas assentados no Congresso o ajudassem a preservar o mandato e evitar as condenações da Justiça.

Para complicar ainda mais esse quadro, acirram-se contradições no âmbito do consórcio golpista, dentro e fora do governo, envolvendo, entre outros pontos, “guerra” por posições estratégicas na máquina do Estado até a disputa fisiológica por cargos, as próximas eleições presidenciais e a provável disputa a curto prazo da presidência da Câmara dos Deputados.

Sublinha-se que o conluio golpista foi formado em torno do objetivo comum de derrubar a presidenta Dilma, criminalizar o PT e a esquerda em geral e “excluir”, de um modo ou de outro, arbitrariamente, o ex-presidente Lula da disputa de 2018. Depois do afastamento da presidenta Dilma, a Operação Lava Jato - que há muito se contaminou pela disputa política e se desvirtuou de seu papel de combate à corrupção - passou a se movimentar para além desse acordo tácito, e procura criminalizar, de modo generalizado, a atividade política do país.

Para tanto, fere o Estado Democrático de Direito, conforme atestam inclusive as últimas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Essa situação gera mais dúvidas em relação ao governo interino, uma vez que, depois de ter se beneficiado da Lava Jato, agora pode ser alvejado por ela.

Tentativa de consumir o golpe a qualquer preço

O governo interino, a começar da composição de seu ministério, é todo ele voltado não para verdadeiramente governar o país, mas sim para consolidar o golpe no julgamento do Senado Federal, no qual se maquina, a qualquer preço, a condenação da presidenta Dilma Rousseff. Por isto, a bancada do golpe busca, através de manobras, abreviar ao máximo o julgamento e prejudicar, e até mesmo obstruir, o exercício do direito de defesa da presidenta.

Embora em minoria na Comissão, um grupo de senadores e senadoras partidários da

democracia - do qual faz farte, com destaque, a senadora do PCdoB, Vanessa Grazziotin - tem enfrentado com altivez esse estratagema dos golpistas, e a ação aguerrida de todos tem demonstrado cabalmente que a presidenta Dilma Rousseff não cometeu nenhum crime de responsabilidade.

Bandeira do Plebiscito pode reestabelecer a democracia

Diante deste cenário, o PCdoB reitera sua convicção de que esse grave impasse que o país atravessa só pode ser superado com a restauração da democracia, cujo primeiro e indispensável passo é o retorno da presidenta Dilma Rousseff à presidência da República.

Todavia, para isto, é preciso, como se sabe, que a presidenta seja absolvida no julgamento do Senado Federal. O golpe está a todo vapor, e apesar das contradições crescentes, é poderoso o arco das classes dominantes e do imperialismo, que segue determinado em manter o governo ilegítimo de Temer. Mesmo com este diagnóstico, o PCdoB expressa a convicção de que o golpe poderá sim ser derrotado neste julgamento.

Para isto, o PCdoB defende que as forças democráticas políticas e sociais, em conjunto com a presidenta eleita Dilma Rousseff, assumam imediatamente o compromisso de que, com o retorno da presidenta ao cargo, absolvida pelo Senado Federal, será convocado um Plebiscito no qual o povo dirá SIM ou NÃO à proposta de antecipação das eleições presidenciais diretas.

Essa proposta apresentada pelo PCdoB já desde abril último - depois do necessário debate ocorrido no âmbito da resistência democrática e popular, e com a própria evolução da crise - revela-se como a palavra de ordem capaz de ampliar e impulsionar uma nova etapa da jornada democrática a ser canalizada para derrotar o golpe no julgamento do Senado. Percebendo isso, a grande mídia e a direita, uníssonos, passaram a bombardeá-la.

A proposta do Plebiscito, por motivações variadas, ganha apoio no Senado, e espelha a vontade do povo e dos trabalhadores, conforme pesquisas e tomada de posição de suas entidades e seus movimentos. E ganha também crescente convergência, embora ainda existam legítimas divergências e dúvidas no elenco das forças políticas e sociais que são o núcleo propulsor da resistência democrática.

Tendo em conta essa realidade, e por suas próprias convicções, a presidenta Dilma já sinalizou publicamente que - de comum acordo com a frente política e social que luta pela democracia - poderá, sim, com base inclusive numa carta ao povo, abraçar como sua a bandeira do Plebiscito por eleições presidenciais diretas.

Na opinião do PCdoB, a presidenta Dilma deveria também assumir compromissos que indiquem que seu governo fortalecerá a democracia, se empenhará por uma reforma política democrática, fortalecerá o Estado Democrático de Direito, a soberania nacional, e que irá

assegurar as conquistas sociais e liderar um pacto social e político que canalize todos os instrumentos e esforços do Estado, da sociedade, de empresários e trabalhadores para que o país vença a recessão e adentre a um novo ciclo de desenvolvimento.

São Paulo, 16 de junho de 2016

Comissão Política Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin. Concordo com a tese do plebiscito e inclusive apresentei a PEC nº 15 com esse objetivo também. Por isso, o meu apoio.

Requerimento.

Nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requero voto de pesar pelo falecimento da amiga Dalva do Nascimento, ocorrido no último domingo próximo passado.

Dalva, de 98 anos, foi pioneira em Brasília, vivendo na Capital Federal desde 1957.

Nascida em 22 de julho de 1918, natural de Uberlândia, Minas Gerais, abraçou a causa dos aposentados e a liderou desde a década de 1980, participando ativamente em todas as ações de congressos realizados pela Cobap, em nível nacional e aqui, no próprio Congresso Nacional, em defesa dos idosos.

Contadora, comunista, ingressou no Partido Comunista Brasileiro na década de 30, participando da direção do Partido em Brasília por vários anos. Foi também candidata a suplente de Senador nos anos de 2006 e 2010.

Lamentamos a morte de Dalva do Nascimento, que cumpriu o seu papel de cidadã e lutou pelos direitos dos oprimidos.

Gostaria que o presente voto fosse enviado para a Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas e Idosos, e extensivo aos familiares, no endereço a seguir...

Era esse o voto que acabei lendo. **(RQS nº 513/2016 - vide item 1.2.1.5 do sumário)**

Senadora Ana Amélia, que permutou com este Senador.

Este era o momento em que eu usaria da palavra, mas, como estou presidindo, e a Senadora fez um apelo para que houvesse a permuta, a Senadora fala no meu lugar, e eu falarei no lugar da Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente desta sessão, caros colegas Senadores e Senadoras, queria saudar as visitas ilustres do nosso Exército brasileiro. Sejam bem-vindos ao Senado Federal. É uma honra muito grande recebê-los aqui nesta oportunidade.

Então, eu queria, em nome dos Senadores presentes e do nosso Presidente, agradecer pela sua presença aqui.

A sessão de segunda-feira, como sabem os senhores, não é deliberativa; é uma sessão não deliberativa. Amanhã, sim – terça, quarta e quinta-feira –, teremos sessão deliberativa, com presença no painel e votação de matérias já agendadas previamente.

Então, apenas para explicar, hoje são manifestações dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, como já fizeram aqui os Senadores que me antecederam: o Senador José Medeiros, de Mato Grosso, e a Senadora Vanessa Grazziotin, que é do Estado do Amazonas. E, aguardando para falar, o Senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro, o Senador Cristovam Buarque, do Distrito Federal, ex-Governador do nosso Distrito Federal, e o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, como eu, que está presidindo esta sessão.

Mas quero hoje subir à tribuna, porque nós, que ficamos olhando e acompanhando o cenário do nosso País, os acontecimentos, a cada dia ficamos mais surpresos.

E, com o foco dessa Operação Lava Jato em cima das relações promíscuas entre o setor público e o setor privado, parece que apenas a área política é contaminada por esse mal chamado corrupção, como uma epidemia que grassa na sociedade brasileira, uma doença que não parece ter cura, porque eu imaginava que, depois dos episódios do *impeachment* do ex-Presidente e agora Senador Fernando Collor ou depois daquele episódio, lamentável também, do chamado mensalão, o Brasil aprenderia aquelas lições e mudaria as práticas e as relações promíscuas.

Lamentavelmente, agora, com esse episódio da Lava Jato, que envolve a Petrobras, orgulho brasileiro, vemos que as coisas não mudaram: pioraram, ao contrário.

Mas não é só na relação política com o setor público que essa doença, como septicemia, contamina todo o corpo estatal brasileiro nas relações das grandes empreiteiras, muitos dos seus dirigentes ainda presos por determinação judicial: também na cultura, com a Lei Rouanet, vemos gente usando dinheiro do incentivo fiscal para um casamento de um representante de uma empresa que opera nisso.

Financiar casamento? E desde quando um casamento é incentivo à cultura?

Ou no esporte olímpico e no esporte amador, ou na construção de estádios. No esporte olímpico, envolvendo o Ministério do Esporte?

E ontem, acompanhando a denúncia do Fantástico, Senador Paulo Paim, vimos casualmente um conterrâneo nosso, campeão cadeirante de esgrima, a cadeira toda arrebatada, que ele próprio conserta, fazendo remendos, porque o dinheiro público enviado para a compra e renovação de cadeiras, para que esses atletas paraolímpicos usassem, esse dinheiro não chegou ao destino, Senador Paulo Paim: foi desviado pela

rede, pelo lixo e pelo ralo da corrupção.

Como disse, no caso da Lei Rouanet, para a cultura não é diferente.

Na Copa do Mundo de 2014, Senador Paulo Paim, nós vimos a fraude dos ingressos. Vimos agora a fraude na construção de estádios de futebol. E é o dinheiro público que falta para os aposentados, que falta para a saúde pública, que falta para a segurança, que falta para a educação, para pagar o piso dos professores. Esse dinheiro está indo pelo ralo. E é exatamente essa contaminação de uma gestão perdulária que nós estamos avaliando.

Assim, descobriu-se, na 31ª fase da Operação Lava Jato, que o Consórcio Novo Cenpes – Cenpes quer dizer Centro de Pesquisas da Petrobras – fez o pagamento de R\$39 milhões em propina para conseguir um contrato na Petrobras para a construção desse Centro de Pesquisas, entre 2007 e 2012, segundo informação do Procurador da República Júlio Carlos Motta Noronha, em uma entrevista à imprensa, na manhã de hoje, em Curitiba.

As empresas envolvidas no esquema construíram o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello, no Rio de Janeiro. O consórcio foi formado pela OAS, Carioca Engenharia, Construbase Engenharia, Shahin Engenharia e Construcap CCPS Engenharia.

Segundo o Ministério Público Federal, R\$18 milhões foram pagos para que a WTorre desistisse da licitação.

O contrato envolveu uma quantia muito grande de dinheiro público e uma parte substantiva desse dinheiro foi desviada exatamente por esse esquema de corrupção.

O que mais chama atenção, Senador José Medeiros, é que, como eu disse, a corrupção está no esporte amador, no esporte paralímpico; está na cultura, com os desvios da Lei Rouanet; está na medicina, com os desvios das órteses e próteses, em um escândalo vergonhoso envolvendo também alguns poucos médicos desonestos. Então, não é, lamentavelmente – mas não chega a ser conforto para nós, políticos –, só a classe política que é visada nessas operações envolvendo a Lava Jato, que, a meu juízo, é o remédio que está sendo usado dolorosamente para combater essa gravíssima enfermidade, essa doença sem vacina, essa doença sem prevenção, essa doença – a corrupção – que é pior do que o zika, em toda a sua extensão, de todas as doenças decorrentes da picada daquele mosquito *Aedes aegypti*. Então, isso é pior do que o que nós estamos vivendo.

Li hoje um artigo assinado pelo ex-Presidente da Ajufe, Antônio César Bochenek, e pelo Desembargador Federal Márcio Antônio Rocha, intitulado “O que vem após a Lava Jato?”

Segundo os autores:

O sucesso da Operação Lava Jato decorre, entre outros fatores, de alterações recentes na legislação brasileira, em especial da lei que regulamentou a colaboração premiada (Lei n.º 12.850, de 2013). Para que se dê continuidade ao enfrentamento da corrupção e da lavagem de dinheiro é fundamental a aprovação de novos marcos legais. Seguindo orientações da Convenção das Nações Unidas e recomendações do Grupo dos 20 (G20), o Brasil acelerou o importante debate sobre a implementação de umas das maiores ferramentas contra a corrupção e fraude pública.

Eu sublinho essas informações, porque muitos grupos no sistema de WhatsApp e nas redes sociais estão preocupados quando se fala em alterar essa lei.

Mas aqui eu falo com a autoridade de um artigo escrito por magistrados federais, Senador Cristovam Buarque. O artigo “O que vem após a Lava Jato?”, publicado hoje no jornal *O Estado de S. Paulo*, prossegue:

Ao decidir voluntariamente trazer informações sobre tais malfeitos, o cidadão suplementa e reforça a capacidade do Estado de coibir práticas não aceitas pelo ordenamento jurídico. Dadas as limitações da autoridade investigadora e até mesmo das técnicas investigativas, não raras vezes fatos cometidos no âmbito de repartições públicas e empresas jamais chegariam a ser conhecidos pelas autoridades – e, portanto, não seriam comprovados em processos de apuração – sem o relato espontâneo do *insider* [aqui eu acrescento: no caso, do delator].

Os mesmos autores concluem esse oportuno artigo dizendo:

Cientes da importância do fomento da participação dos cidadãos [...] no *enforcement* estatal brasileiro [ou seja, no empoderamento, no aperfeiçoamento, na boa gestão – o parêntese é meu], autoridades de 13 instituições brasileiras integrantes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) deram início, no último mês de março, na sede da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), ao estudo das melhores práticas internacionais relacionadas ao tema. O propósito é sistematizar as diversas propostas em tramitação no Congresso Nacional

para que, ao final, seja ofertado um anteprojeto único, o qual, atento às necessidades específicas de alguns órgãos, adote, da melhor maneira possível, formas de proteção e incentivo a essa tão importante participação dos cidadãos nos destinos da coisa pública.

Espera-se [conclui o artigo], por meio dessa nova legislação, um reforço substancial na probidade das relações públicas e privadas, modificando sem precedentes o Estado brasileiro e a sua sociedade.

Eu queria cumprimentar o ex-Presidente da Ajufe, Antônio César Bochenek, e o Desembargador Federal Márcio Antônio Rocha pelo artigo oportuno, porque há muita desconfiança da sociedade brasileira, Senador Cristovam, em relação ao anúncio que fez o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, de tratar desse tema.

Não se trata, como dizem e defendem aqui os nossos magistrados, líderes da magistratura brasileira ou da Justiça Federal, de fazer qualquer diminuição da competência, das prerrogativas e do valor intrínseco, jurídico e democrático da segurança que a Lava Jato tem em relação ao papel que o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal têm e estão tendo nesse processo.

Então, é realmente dramático o que estamos vendo.

Não gostamos. Não nos agrada a notícia da prisão desse ou daquele cidadão, dirigente, político ou ex-político que esteja envolvido com isso. Não é uma coisa alegre fazer isso. Nem celebramos esses fatos. Mas não podemos deixar passar em branco essa oportunidade de, de uma vez por todas, aplicar um remédio eficiente para tentar curar essa maldita doença, esse câncer chamado corrupção.

Tenho muita honra de conceder o aparte ao Senador José Medeiros e, em seguida, ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Ana Amélia, João Saldanha, ex-técnico da Seleção Brasileira, dizia que de time que sempre ganha até a torcida adversária sabe a escalação. Eu vi acho que pela enésima vez a citação dessas empresas – V. Ex^a leu aqui – que ganharam essa licitação. E me veio, de repente, bateu-me aqui no cérebro o tanto de vezes que tenho ouvido o nome dessas empresas e como nós já sabemos o nome de todas elas. São sempre as mesmas. São os mesmos *players*. São as campeãs, como eles chamaram. E me vem assim: como podem ganhar tanto? Você pode ganhar na Mega-Sena uma vez na vida, mas sempre? Então, estas são reflexões que ficamos pensando: como aconteceu, por que aconteceu, e como as empresas idôneas brasileiras não têm a mínima chance de competir nesses certames, porque já estão previamente escaladas essas empresas. Então, isso que V. Ex^a traz neste momento é praticamente a falência de tudo. V. Ex^a escancara aqui para a Nação esse câncer que está no País. Agora, o que me faz pasmado é que essas pessoas posam de santas. As pessoas que colocaram essas empresas acham tudo normal e começam a apontar o dedo para os outros. Michel Temer faz 30 dias que está no cargo praticamente, pouco mais de 30 dias, e já cobram dele como se ele devesse ter feito o que não fizeram em 13 anos. Cobram dele nas filigranas, mas aceitaram passivamente tudo o que aconteceu. Infelizmente, é de nos fazer doer o coração, porque, Senadora Ana Amélia, nós temos um cemitério de milhares de obras. Se eles tivessem pegado essas obras, pegado o seu quinhão, e tivessem feito as obras, era uma coisa; se tivessem feito aquele bordão que falavam antigamente, do “rouba, mas faz”. Mas não. Dessa vez, roubaram e não fizeram. No meu Estado, está lá o cemitério de obras públicas. A capital, Cuiabá, rasgada de um lado a outro com um trilho em que ninguém sabe se vai passar um trem algum dia. Muito obrigado pelo aparte.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador José Medeiros.

Quero agradecer o aparte, ao mesmo tempo em que saúdo as visitas ilustres, os representantes do Exército Brasileiro. Temos a honra, sou a Autora – agora, Relatora, na Comissão de Constituição e Justiça – de um projeto que vem da Câmara, que trata de um reajuste pequeno, mas que é o possível, de que sou Relatora na CCJ, para as Forças Armadas Brasileiras. Acho que a instituição tem um compromisso, sim, com a democracia e tem dado exemplos de comprometimento também com o desenvolvimento nacional, com a ciência e com a tecnologia, através do projeto Sisfron e de vários projetos muito importantes, como o Sivan, por exemplo, e tantos outros. Então, saúdo a todos os senhores que estão nesta sessão aqui de hoje.

Mas eu queria dizer, Senador Medeiros, que – veja – há pouco nós vimos aqui um pronunciamento falando da questão da reforma da previdência, com uma afirmação que, se não prestarmos atenção, passa batida como verdade.

Falou-se aqui, Senador Medeiros, que seria retirada a vinculação entre salário-mínimo e aposentadoria da Previdência Social. Ignoram que não existe essa vinculação.

Em 2011, o Governo da Presidente afastada trouxe para esta Casa, eu estava aqui, o Líder chamava-se

Romero Jucá, que foi me pedir para ajudar aquele projeto. E aquele projeto trazia simplesmente que: "A partir de agora, não será mais projeto de lei para o Congresso discutir, mas, por decreto, a definição do reajuste do salário-mínimo anualmente." E mais: trazia a proposta de qual era o valor.

Como eu, em 2010, havia participado da campanha eleitoral, o meu Partido e eu, defendendo José Serra, que pedia R\$600 de salário-mínimo, não poderia, de uma hora para outra, sair de um discurso de R\$600, para defender aqui um projeto. E disse a ele: Senador Jucá, o senhor me desculpe, eu não posso dar essa ajuda. E, naquele momento, saiu do Congresso, e passou a ser um direito apenas exclusivo do Poder Executivo de, num canetaço, por decreto, poder definir.

E, a partir de então, Senador Medeiros, reajuste do mínimo para quem está na ativa é um; e reajuste para quem está na aposentadoria recebendo a Previdência Social é outro reajuste, muito menor. É assim que foi adotado em 2011, porque eu tenho lembrança e estava aqui, Senador Medeiros.

Agora, vir aqui...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª me concede um aparte?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, senhor, já vou lhe dar, Senador Lindbergh Farias.

Então, vir aqui dizer que o Governo agora vai fazer isso, convenhamos, é subestimar a cabeça e a inteligência das pessoas. E o Senador Paim, sou testemunha disso, é o maior defensor de que o reajuste para o aposentado seja equivalente ao reajuste que é dado ao salário-mínimo de quem está na ativa.

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E ele nunca conseguiu. E hoje paga um preço também por isso, porque ele é do Partido do Governo da Presidente afastada.

Eu estou falando isso, porque, quando eu ouço se dizer que se vai tirar a vinculação do reajuste do salário-mínimo dos aposentados... Convenhamos!

Hoje, 13 anos depois, não acabaram com o fator previdenciário, em que batiam tanto – não acabaram! E, mais ainda, hoje, mais de 70% dos aposentados que contribuíram para ter cinco ou dez salários-mínimos vão acabar recebendo apenas o equivalente a um salário-mínimo, porque a defasagem, entre o reajuste dado a quem está na ativa e o que é dado a quem é aposentado do INSS, é muito diferente. E isso vai reduzindo o poder aquisitivo dos nossos aposentados, por essa política adotada em 2011.

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos pôr os pingos nos is. *(Fora do microfone.)*

Com muito prazer concedo um aparte – desculpe, Senador Lindbergh –, primeiro, ao Senador Cristovam, que se manifestou, e, em seguida, a V. Exª.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora Ana Amélia, em primeiro lugar, eu quero pedir desculpas, porque, no início do seu discurso, o Senador Lindbergh e eu estávamos em um debate muito acirrado aqui e elevamos a voz mais do que deveríamos. Minhas desculpas. E creio que falo em nome dele também.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro, ficou parecendo que estávamos brigando, Senadora, mas não é o caso. Estávamos debatendo o tema da PEC dos gastos.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E sendo mal-educados naquele momento, essa é a verdade.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Jamais – jamais! –, V. Exª, Senador Cristovam, faria isso.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por desatenção, poderia, por não se dar conta. Mas jamais isso.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Foi por desatenção.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu o conheço, eu tenho um grande respeito por V. Exª. E V. Exª tem uma relação, eu diria, não só amistosa, mas uma relação afável, cavalheira, que me agrada muito, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E de admiração mútua.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu quero falar sobre um item da sua fala que é sobre a Lava Jato. Eu pessoalmente começo a me convencer, Senadora, de que não há ainda uma campanha contra, mas começa a haver um sentimento entre diversas pessoas da política de tentar dar um basta na Operação Lava Jato. E a gente não pode deixar que isso aconteça. Entre esses sintomas, eu vejo artigos, de vez em quando, dizendo que tem que minorar, que não é bem assim, que não pode generalizar para todos. E, de vez em quando, certos projetos de lei. Essas duas propostas do Senador Renan me preocupam muito. Uma quando ele trouxe aqui a ideia de levar adiante o processo de *impeachment* contra o Procurador-Geral. Não que ele estivesse propondo levar adiante, mas que ele deu abertura para fazer a análise do processo, mas com um discurso como quem diz: “Se houver, de fato, razões, eu vou fazer contente.” Eu aqui protestei contra isso por parte dele. Depois, essa proposta do abuso de autoridade. Na verdade, a sensação que eu tenho é a de que é abuso contra autoridade o que ele quer impedir. E eu nem vou negar que o projeto tem certas coisas interessantes, que vêm de antes da Lava Jato, bem antes. Mas trazer esse projeto neste momento acende uma luzinha amarela em qualquer um que considera que a Lava Jato é uma operação de que o Brasil precisava desesperadamente e a qual tem que levar às últimas consequências. Confesso que fico preocupado pelo momento. Segundo, eu vejo que se preocupam com algemas. E realmente com direitos humanos a gente tem que se preocupar. Mas todo dia os pobres são presos neste País e algemados. Morrem 29 crianças assassinadas, por dia, no Brasil – 29!. E a gente falando agora em abuso de autoridade, quando na verdade o que está por trás – é a sensação que eu tenho – é abuso contra autoridade. Ou a gente não deixa abuso contra ninguém, ou a gente tolera abuso contra autoridade. E, neste momento, preocupar-se contra abuso contra todos cheira como uma preocupação de que querem acabar com abusos, vou pôr entre aspas, “contra autoridades”. Eu me preocupo. Esse gesto, essa fala do Senador Renan, a meu ver, aumenta...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... esse sentimento que a gente começa a ter de que as pessoas estão com sentimento a caminho de uma campanha, não demora, contra a Lava Jato. Essa é a preocupação que eu tenho. E me preocupa muito, especialmente, porque as delações e delações, que é uma coisa que se tenta barrar ou dificultar, que a gente tem escutado têm falado muito o nome do Senador Renan. E ele tem desmentido, é verdade. Mas ele precisa, Senador Lindbergh, dizer uma coisa para a gente. Está bem, é mentira, mas por que esses caras todos decidiram fazer a delação citando exatamente Renan Calheiros? Como é que eles conspiraram para todos dizerem o mesmo nome, às vezes dizendo os mesmos valores? Isso é que me preocupa, porque, se o nome dele não estivesse, ele trazer isso, a meu ver, não seria o momento oportuno.

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas o nome dele, estando em tantas e tantas delações, sem que até hoje haja uma explicação de por que eles escolheram o nome de Renan Calheiros, isso preocupa-me. E eu espero que esse projeto ou não chegue aqui, ou seja barrado, porque a opinião pública não vai aceitar, neste momento, essa proposta ser aprovada pelo Senado. Vai parecer que nós todos estamos querendo nos proteger contra a Lava Jato.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Cristovam Buarque, as suas preocupações não são só suas, são de grande parcela da sociedade que está acompanhando os fatos, a Operação Lava Jato e os episódios dela decorrentes, mas tenho a convicção, Senador Cristovam Buarque, de que o Presidente desta Casa – Senador Jorge Viana, Vice-Presidente –, Renan Calheiros, com a experiência...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... que tem e por saber que, quando ele fala ou toma qualquer iniciativa, em nome da instituição, ele não o faz exclusivamente por ele; ele o faz em nome de 81 Senadores.... Esse é o primeiro e, eu diria, o mais importante ponto.

Então, quando ele tomar qualquer iniciativa, ele o fará pensando nesta representatividade. Ele é Presidente de uma Casa com 81 Senadores de diversos partidos. É o primeiro ponto.

O segundo ponto: o Senador Renan Calheiros, pela também experiência que tem, pela habilidade e responsabilidade que tem também, percebe que estamos hoje em uma crise moral, em uma crise ética, em uma crise social, porque 11,5 milhões de desempregados é uma crise social, e estamos em uma crise política ...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... grave e em uma crise

econômica insustentável e perversa. Criar mais uma crise institucional agora, Senador Cristovam, seria o pior dos mundos.

E é exatamente, em função dessa medida dessa relevância e dessas consequências que uma crise institucional poderia representar hoje para o nosso País, que eu não acredito que o Senador Renan Calheiros tomará qualquer medida que vá abrir as portas de uma crise institucional, porque, aí, sim, nós estaríamos vivendo o pior dos mundos. Mas não acredito que ele tomará essa iniciativa, pela responsabilidade que tem, porque é o Presidente da instituição. E, como tal, precisa zelar pelo equilíbrio democrático entre as forças que sustentam a democracia ou os pilares:...

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... Judiciário, Executivo e Legislativo.

É nessa compreensão, Senador Jorge Viana e meus caros colegas Senadores, que eu entendo que a responsabilidade que repousa nas mãos do Presidente... Pode ele dizer certas coisas que têm tão somente efeito retórico, mas, de fato e na prática, ele certamente pensará duas vezes em medidas que tomaria nesses aspectos referidos e mencionados pelo Senador Cristovam Buarque.

Queria encerrar e dizer, Senador Lindbergh Farias, que amanhã, eu e nosso grupo, os grupos estarão amanhã na Comissão do Impeachment, estaremos juntos lá novamente.

Mas, ao longo de todas essas chamadas oitivas, tivemos um relacionamento às vezes tenso, às vezes duro, mas sempre de maneira respeitosa, pessoalmente. Nada disso afeta a relação pessoal que temos aqui entre os colegas.

Senador Lindbergh Farias.

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro, claro, Senadora Ana Amélia. Eu quero inclusive saudá-la e dizer que nós temos estado em campos opostos no debate, na discussão, mas sempre tive muito respeito por V. Ex^a, porque V. Ex^a é uma Senadora muito atuante, sempre presente, discute todas as causas, e a gente tem que respeitar. Temos que aprender a fazer o debate político com nível. E é aqui onde eu entro: a minha preocupação é porque, na verdade, esse tema ainda não chegou ao Senado. Está na Câmara dos Deputados. Refiro-me à essa PEC que limita os gastos de acordo com a inflação. Aqui, nós ainda não entramos no debate, mas eu estou estudando o tema, Senadora Ana Amélia. E, de fato, trago uma grande preocupação. A senhora falou da Previdência e do salário mínimo. Se houve uma vitória do governo do Presidente Lula, foi a política de valorização do salário mínimo. Como é feita? Ela leva em conta a inflação e o PIB do ano anterior. Sabem o que aconteceu? O salário mínimo subiu, nos últimos dez anos, 70% acima da inflação. O que está na proposta do Temer, deste Governo provisório? Eles querem limitar todos os gastos primários à inflação. A consequência disso é que o benefício previdenciário vai ser menor que o salário mínimo. Veja bem, salário mínimo é o quê? Inflação mais o PIB. Quando a economia estiver crescendo, vai haver um descolamento. Hoje, 70% das pessoas que recebem da Previdência recebem um salário mínimo. Depois dessa PEC, elas vão receber menos que um salário mínimo. Esse é um fato. Estou falando porque estou estudando o assunto. É tão grave isso! Vejam bem, quais são os gastos que a gente tem, gastos primários? Saúde, educação, Previdência. Um outro gasto é o pagamento de juros, e há um resultado nominal. Eles deixam os juros soltos e colocam esse limite da inflação. Eu só quero trazer um dado para a senhora:

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – se existisse esse projeto há dez anos, o orçamento da saúde, que no ano passado foi 102 bi, seria 65; na educação, que foi 103 bi, seria 31; na Previdência Social, sim, que, no ano passado, foi 541 bi, teria sido 340. Eu estou falando também sabe de quê? De benefício de prestação continuada. Os mais pobres, os idosos e as pessoas com deficiência que o recebem. Hoje há um teto e um piso, que é o salário mínimo. Passando esse projeto, Senadora Ana Amélia, a senhora vai ver, quando chegar a esta Casa, quando a gente for discutir, que vai ficar abaixo do salário mínimo. Eu acho isso de uma maldade gigantesca.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Aí, não se cobra nada dos mais ricos, nem tributação de grandes fortunas... Deixam-se os juros soltos. Está tudo solto. É o deus do superávit primário. Quando a gente fala de Previdência, saúde e educação, há um arrocho muito grande em cima dos mais pobres. Era essa a consideração que eu queria fazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria que V. Exª me desse o número da saúde, que foi estimado.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Foi o seguinte: no ano passado, o orçamento foi 102 bi. Se essa regra valesse dez anos atrás, seria 65.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está certo. Agora, sobre esse número que V. Exª deu, sabe qual é o déficit da saúde hoje, desse orçamento, Senador? Sessenta bi. É o déficit de 2016.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não. Aí vou lhe dizer o seguinte: eu, aqui – e V. Exª sabe –, sou uma Senadora independente, totalmente independente.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Disso eu sei. Eu sei mesmo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E estarei aqui para proteger os direitos adquiridos, estarei aqui para defender as camadas mais frágeis e toda proposta indecorosa que vier para cá.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu não tenho dúvida que a senhora vai estar aliada...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estarei aqui para isso, Senador.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu não tenho dúvida disso, Senadora. Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu estou, por isso, mantendo uma posição de absoluta independência em relação ao Governo que está.

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Assim também estive em relação ao Governo da Presidente afastada e em outras circunstâncias, por conta exatamente de ter a liberdade de dizer “não” ao que eu considerar lesivo ao interesse e ao direito adquirido e de dizer “sim” àquelas iniciativas que tenham valor, que sejam justas e que sejam corretas.

Mas o orçamento para a saúde deixou uma herança de R\$60 bilhões de déficit.
Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Srª Ana Amélia, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Fátima Bezerra.)

(Durante o discurso da Srª Ana Amélia, a Srª Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Bem, cumprimentando todos e quero cumprimentar todos os que nos acompanham pela Rádio e TV Senado. Daqui a pouco também farei uma referência da tribuna.

Neste momento, quero passar a palavra ao Senador Paulo Paim, meu querido companheiro de luta do Rio Grande, como orador inscrito.

V. Exª tem a palavra e fez permuta, como orador inscrito, com a Senadora Ana Amélia, que tinha um compromisso.

Agora, na tribuna, Senador Paulo Paim.

Com a palavra, V. Exª, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero, mais uma vez, ao vir à tribuna, falar da nossa caminhada pelo Rio Grande e pelo Brasil, falando da reforma da Previdência, falando da chamada Ponte para o Futuro, falando do negociado sobre o legislado, falando da desvinculação do PIB do salário mínimo, falando também da mudança que querem fazer na Previdência. Já fizemos reforma no passado e fixamos como alternativa ao fator previdenciário a fórmula 85/95, que permite que a mulher se aposente aos 55 anos de idade, com 30 de contribuição, e o homem, aos 60, com 35. Se não fosse essa fórmula, somente com 65 anos as pessoas poderiam se aposentar com salário integral.

A situação me preocupa agora, porque o Governo provisório caminha para uma alternativa em que falam

de 105/95. Isso significa que as mulheres terão de trabalhar até os 65 anos e contribuir 40 anos, porque só se aposentariam com 65. Como elas começam a trabalhar cedo, como é a expectativa de todos os trabalhadores e trabalhadoras, vão ter de contribuir no mínimo durante 40 anos. Quarenta anos de contribuição e 65 de idade. Isso nos preocupa cada vez mais.

E não é o Lindbergh que está falando, não é o Paim, não é o Alvaro, não é a Fátima, não é V. Ex^a, mas o Ministro-Chefe da Casa Civil, que dá entrevista todos os dias nos jornais, praticamente, e anuncia que é isso mesmo.

Hoje, ouvi uma fala do próprio Presidente em exercício, digamos – o Presidente que está lá pontualmente, porque não foi eleito para isso, mas está lá –, que dizia: “Eu não tenho problema nenhum com propostas populares. Eu o farei – porque não penso em concorrer –, se ficar mais dois anos e meio.”

Quer dizer, se pensasse em concorrer, não faria nenhuma dessas propostas levantadas e trituradas pelo País.

Senador Lindbergh, eu participo de 60 frentes parlamentares. Sessenta. Nunca vi tanta frente surgir nesse período de dois meses do Governo provisório: é defesa da saúde, é defesa da Previdência, é contra a violência, é defesa da cultura, é defesa do meio ambiente. Está todo mundo apavorado. E começa-se a criar frente, frente, frente. Eu já acabei dando nome: eu faço parte da Frente Ampla Brasil. Mas não é mais uma organização, porque são tantas frentes! Se eu for explicar, em cada lugar que vou, o que é cada uma dessas frentes, eu ficarei duas horas explicando só as frentes. Portanto, chama-se Frente Ampla de Defesa do Brasil, devido aos ataques que chegam todos os dias à sociedade, via imprensa, e às denúncias que chegam em nossos gabinetes.

Sr. Presidente, estive no Rio Grande do Sul. Para mim, está sendo muito interessante. Particpei da Feira do Livro de Porto Alegre e lancei o livro *Sobre águas turbulentas*. Tive contato com a população, e a população já tem claro o que está acontecendo. Centenas e centenas de pessoas que estiveram lá dialogando com a gente, conversando com a gente estão apreensivas, preocupadas com tudo isso que está acontecendo. E sobre os ataques aos direitos básicos dos trabalhadores e dos próprios aposentados, eles têm claro que tinham pelo menos a inflação mais PIB, para quem ganhava um salário mínimo. Nem isso terão mais. Está anunciado, está dito. Ninguém está inventando isso.

Então, Sr. Presidente, as preocupações estão aumentando a cada dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas nos 500 bilhões de juros por ano ninguém mexe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ninguém mexe. Na taxa de juros ninguém mexe, 500 bilhões. Ninguém combate à sonegação, a falcatura, os 100 bilhões que perdemos só com o contrabando. Deixamos de arrecadar 500 bilhões por falta da cobrança, devido à dívida ativa, porque, se fosse cobrada, como pedem os auditores, daria para arrecadar quase 3,5 trilhões.

Sr. Presidente, veja a que ponto chegamos!

Sr. Presidente, além de registrar as agendas que fiz em Canoas, em Porto Alegre, participei do pré-lançamento do Flávio, participei do pré-lançamento da Edineia, participei de atividades com o Prefeito Jairo Jorge e com o candidato a Vice-Prefeito Mário. Estive também dialogando com outros setores que estiveram no escritório de Canoas. E todos, todos preocupados. Eram verdadeiras filas de delegações de entidades preocupadas com tudo o que vem acontecendo no País hoje.

Deixo para registro este documento, mas quero também deixar registrado outro documento, que tem muito a ver com a história do Rio Grande. Agora, no fim de junho, foi comemorado no Rio Grande o Dia Nacional da Araucária, árvore símbolo dos Estados do Sul, principalmente do Rio Grande do Sul e do Paraná. Foi uma data instituída ainda em 2005.

O pinhão, semente da araucária, é uma alimentação típica da Região Sul e muito comum no meu Rio Grande, no Paraná e em Santa Catarina. Há toda uma proteção sobre o chamado pinheiro brasileiro, de extrema importância para diversas espécies de animais, principalmente de aves, como o papagaio charão, o papagaio de peito roxo e tantas outras.

Infelizmente, essa árvore, que ajuda a preservar as nascentes – estou falando aqui e defendendo a ecologia, o meio ambiente –, que nos presenteia com esse maravilhoso alimento, está sendo dizimada, devido ao corte indevido da madeira.

No Rio Grande do Sul, a espécie da araucária cobria 25% do território; no Paraná, chegava a 40% do território; em Santa Catarina, chegava a 30%. Atualmente, essa árvore, para nós tão adorada, quase que sagrada – o pinheiro brasileiro –, sobrevive em apenas 3% da sua área original. Sr. Presidente, desde 2015, o pinheiro, de onde vem o pinhão, está na lista da União Internacional para a Conservação da Natureza entre as 27 árvores mais ameaçadas de extinção.

A legislação ambiental brasileira proíbe – é bom que todos saibam – o corte dessa árvore e exige uma série de certificações para aprovar qualquer corte das espécies plantadas pelos produtores rurais, para que, em uma farsa, em uma malandragem, venham a cortar os pinheiros. Infelizmente, ainda ocorre o corte do pinheiro, porque, uma vez que as araucárias crescem, e não poderiam ser cortadas, a fiscalização, que deveria haver, infelizmente ainda é muito falha.

Por isso, Sr. Presidente, muito mais do que leis que só proibam, é preciso uma política educacional sobre o meio ambiente e um incentivo ao plantio, já que essa árvore, além de tudo, é uma daquelas que protegem as nascentes, ou seja, onde brota a água. Precisamos – e por isso eu venho à tribuna do Senado falar sobre este tema – salvar o pinheiro brasileiro, pois, além de ser uma árvore belíssima, um grande bem econômico dos Estados do Sul, entendemos que tem que haver uma política de incentivo ao plantio da araucária, porque podemos, infelizmente, perder essa árvore tão importante para todo o povo gaúcho e brasileiro.

Nos últimos dez minutos que tenho, Sr. Presidente, abordarei um tema sobre o qual muitos aqui têm se debruçado: a questão da corrupção. Quero aqui também demonstrar minha preocupação com mais um ato do Governo provisório.

A Frente pelo Controle e Contra a Corrupção, uma iniciativa da sociedade civil e dos servidores da Controladoria-Geral da União (CGU), lançou um manifesto à Nação, assinado, Sr. Presidente, por 130 organizações e entidades da sociedade, de âmbito local, regional, nacional e internacional. Entra elas estão o Instituto Ethos Ibase, o Instituto Soma Brasil, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Observatório Social do Brasil, A Voz do Cidadão, Observatório Social, por exemplo, da minha cidade natal – e foi de lá que eu recebi o documento –, de Caxias do Sul. Enfim, de todos os órgãos de combate à corrupção e pela transparência internacional.

A Frente pelo Controle – e falei de tantas frentes, entre quase 70, de que faço parte – e Contra a Corrupção, grupo que reúne entidades da sociedade civil e servidores da Controladoria-Geral da União (CGU), com o compromisso de total isenção político-partidária, torna pública sua opinião em relação à atual situação do órgão e às medidas que considera capazes de garantir a realização plena de suas atribuições institucionais.

A CGU, como órgão central de controle interno no Poder Executivo Federal, tem, entre suas atribuições, além das atividades de fiscalização e auditoria, a promoção da transparência, participação e controle social.

Ao longo dos 14 anos de existência da CGU, essa atuação tem fortalecido mecanismos de participação social e incentivado organizações da sociedade civil e cidadãos, individualmente, a contribuir de maneira decisiva para o combate à corrupção, para o controle dos gastos públicos, para a responsabilização dos agentes públicos e para a melhoria da gestão.

A fim de que não haja retrocesso, é necessário – e não é o que este Governo provisório está fazendo – garantir condições estruturais, para que a CGU continue cumprindo suas atribuições, inclusive em nível internacional, por meio de acordos e parcerias.

Nesse sentido, as entidades subscritas consideram indispensáveis os seguintes compromissos por parte de qualquer governo que tenha compromisso com o combate à corrupção, num momento em que é preciso reforçar, de maneira firme, a luta contra a corrupção. Entendem essas quase 150 entidades que é preciso não enfraquecer, mas fortalecer, da seguinte forma:

- Fortalecimento institucional da Controladoria-Geral da União (CGU);
- Revogação dos dispositivos da MP nº 726, de 2016, relativos à CGU;
- Manutenção do nome Controladoria-Geral da União (CGU) – que querem também acabar;
- Vinculação à Presidência da República, como garantia de ascendência do controle interno ante os órgãos fiscalizados, em consonância com as melhores práticas internacionais;
- Manutenção do *status* de Ministro de Estado ao titular da instituição;
- Nomeação pela Presidência de República do Ministro-Chefe, com base em lista tríplice elaborada pelos quadros técnicos da instituição, do cidadão com condições morais e técnicas para assumir a função;
- Efetividade dos programas e ações da CGU, com garantia de participação da sociedade;
- Reformulação e fortalecimento do Conselho de Transparência e Combate à Corrupção, com independência financeira, caráter consultivo e deliberativo e composição nos moldes da Proposta Final nº 43, da 1ª Consocial;
- Efetivação de mecanismos da Lei de Acesso à Informação no Governo Federal, nos Estados e Municípios, com participação da sociedade na instância máxima de decisão, nos casos de negativa de acesso em nível federal;
- Adequação dos recursos orçamentários para ações de correição, ouvidoria, fiscalização, combate e prevenção da corrupção;
- Implementação de programas voltados à capacitação e formação para o exercício da cidadania ativa

no controle social;

- Reestruturação dos programas de estímulo ao controle cidadão da Administração Pública e sua efetiva aplicação nos Municípios;
- Retomada imediata das ações para implementação das deliberações da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial);
- Homologação dos acordos de leniência pelo Ministério Público Federal;
- Aperfeiçoamento da Ouvidoria Pública, com proteção aos denunciadores de boa-fé, inclusive servidores públicos;
- Desenvolvimento de estratégia para o tratamento efetivo de denúncias encaminhadas aos órgãos nos processos fiscalizatórios, com mecanismo que permita acompanhamento pelo cidadão denunciante;
- Retorno do programa de fiscalização, pelo sorteio de recursos federais, nos Municípios, com metas estabelecidas e acompanhamento da sociedade;
- Encaminhamento ao Ministério Público – e monitoramento – de situações de descumprimento da Lei da Transparência, (LC nº 131) por Estados e Municípios, para aplicação das sanções cabíveis;
- Participação paritária da sociedade em todas as etapas de desenvolvimento, implementação e monitoramento dos Planos Nacionais para a Parceria para Governo Aberto; e
- Incentivo à integridade e à responsabilidade corporativas, pela promoção de governança em entidades públicas e privadas.

Sr. Presidente, para finalizar, eu quero dizer que este documento é assinado por 130 entidades. Vou aqui citar algumas:

1. A Voz do Cidadão – Instituto de Cultura de Cidadania, do Rio de Janeiro, Senador Lindbergh;
2. ACECCI – Ação Cearense de Combate à Corrupção e à Impunidade (Ceará);
3. Acica – Associação Cabedelense para a Cidadania (Cabedelo - PB);
4. Amame (Americana - SP);
5. Amarribo Brasil;
6. Amasa – Amigos Associados de Analândia (Analândia - SP);
7. Ame a Verdade – Evangélicos Contra a Corrupção;
8. Amprema – Associação de Moradores de Primavera e Rosana pela Ética e Moralidade Administrativa (Rosana - SP);
9. Anafic – Associação Nacional de Auditores Federais de Controle Interno;
10. Asas de Socorro (Anápolis - GO);
11. Associação Diamantina Unida (Diamantina - MG);
12. Associação Diamantina Viva – Adiv (Diamantina - MG);
13. Associação dos Amigos da Cidadania e do Meio Ambiente de Piracicaba - Amapira (Piracicaba - SP);
14. Associação dos Amigos de Januária – Asajan (Januária - MG);
15. Associação dos Amigos e Moradores de Viçosa – Ameviçosa (Viçosa - MG);
16. Associação Transparência Humaitá (Humaitá - AM);
17. Associação Universidade Holística Mantiqueira (Águas da Prata - SP);
18. Ativa Búzios (Armação dos Búzios - RJ);
19. Auditar – União dos Auditores Federais de Controle Externo;
20. Batra (Bauru - SP);
21. Boca do Leão (Águas da Prata - São Paulo);
22. Campinas Que Queremos (Campinas - São Paulo);
23. Colmeia da Inovação (Distrito Federal);
24. Coletivo de Mulheres Juristas pela Democracia (João Pessoa – Paraíba);
25. Coletivo de Juristas Brasileiros pela Democracia;
27. Datapedia;
28. DF em Movimento (Distrito Federal);
29. Fepas – Federação das Entidades e Projetos Assistenciais da Cibi;
30. Fórum Nacional de Combate à Corrupção do CNMP;
31. Força Tarefa Popular (Teresina – Piauí);
32. Grupo Amigos da Barreira (João Pessoa - Paraíba);
33. GUARA - Associação Guardiões da Rainha das Águas (Águas da Prata – São Paulo);
34. IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Rio de Janeiro);
35. Instituto Campinas Sustentável (Campinas);
36. Instituto de Fiscalização e Controle (Brasília);

37. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (São Paulo);
38. Instituto Nossa Ilhéus (Bahia);
39. Instituto Prata Ativa (São Paulo);
40. Instituto Soma Brasil (João Pessoa);
41. MARCCO...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Movimento Articulado de Combate à Corrupção Eleitoral;

43. Movimento Nacional Contra Corrupção e pela Democracia;
 44. Movimento Ficha Verde (Manaus);
 45. Movimento João Pessoa que Queremos;
 46. Movimento Joinville Nossa Cidade (Santa Catarina);
 47. Movimento Mobiliza 5 de Agosto (João Pessoa);
 48. Movimento Nossa Betim (Minas Gerais);
 49. Observatório Social de Apucarana (Paraná);
 50. Observatório Social de Balneário Camboriú (Santa Catarina);
 51. Observatório Social de Belém (Pará);
 52. Observatório Social de Blumenau (Santa Catarina);
 53. Observatório Social de Brasília (Distrito Federal).
- Todas são entidades de combate à corrupção, exigindo a transparência e a defesa da democracia.
54. Observatório Social de Brusque (Santa Catarina);
 55. Observatório Social de Cáceres (Mato Grosso);
 56. Observatório Social de Campo Grande (Mato Grosso do Sul);
 57. Observatório Social de Campo Largo;
 58. Observatório Social de Campo Mourão;
 59. Observatório Social de Caxias do Sul, da minha cidade Natal, onde recebi este documento;
 60. Observatório Social de Chapecó (Santa Catarina);
 61. Observatório Social de Cianorte (Cianorte - Paraná);
 62. Observatório Social de Cruz Alta (Cruz Alta - Rio Grande do Sul);
 63. Observatório Social de Curitiba (Paraná);
 64. Observatório Social de Erechim (Rio Grande do Sul);
 65. Observatório Social de Goiânia;
 66. Observatório Social de Guarapava;
 67. Observatório Social de Imbituba (Santa Catarina);
 68. Observatório Social de Irati;
 69. Observatório Social de Itajaí;
 70. Observatório Social de Itapema (Santa Catarina). Terminando, Sr. Presidente, últimas páginas:
 71. Observatório Social de Itu; Só vou ler o Estado agora:
 72. Observatório Social de Jequié;
 73. Observatório Social de Lages;
 74. Observatório Social de Lajeado;
 75. Observatório Social de Londrina;
 76. Observatório Social de Mandaguari;
 77. Observatório Social de Marechal Cândido Rondon;
 78. Observatório Social de Medianeira;
 79. Observatório Social de Natal;
 80. Observatório Social de Niterói;
 81. Observatório Social de Ourinhos;
 82. Observatório Social de Palmas;
 83. Observatório Social de Palmeira;
 84. Observatório Social de Paranaguá. Na verdade, são 130, e estou ainda no 85°.
 85. Observatório Social de Paranaíba;
 86. Observatório Social de Pelotas (Rio Grande do Sul);
 87. Observatório Social de Picos (Piauí);
 88. Observatório Social de Ponta Grossa;

89. Observatório Social de Porto Alegre (Rio Grande do Sul);
90. Observatório Social de Porto Seguro (Bahia);
91. Observatório Social de Rolim Moura;
92. Observatório Social de Rondonópolis;
93. Observatório Social de Santo Antônio de Jesus;
94. Observatório Social de São Bento do Sul;
95. Observatório Social de São Caetano do Sul;
96. Observatório Social de São José;
97. Observatório Social de São J. do Rio Preto. Terminando:
98. Observatório Social de São J. dos Campos;
99. Observatório Social de São Paulo;
100. Observatório Social de Sorocaba;
101. Observatório Social de Taubaté;
102. Observatório Social de Teresópolis.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E aí vai Paraná, Uberlândia, Minas Gerais...

Sr. Presidente, termino dizendo que são 130 entidades que exigem o fortalecimento da AGU, nos moldes em que estava antes – e avançando –, e que seja considerado Ministério, como instrumento de combate à corrupção, em defesa da própria democracia.

Peço a V. Ex^a que considere, na íntegra, esses três pronunciamentos.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

E agradeço à minha cidade natal, Caxias do Sul, que me manda mais essa contribuição, para mostrar que nós estamos em estado de alerta, em defesa da democracia.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo a esta tribuna para relatar a agenda de atividades que realizei no último final de semana no Rio Grande do Sul.

Tive a satisfação de participar de mais uma feira do livro de Canoas que chega a sua trigésima segunda edição.

Canoas é a cidade que resido, que tenho meu escritório político e que iniciei minha carreira política e sindical.

Autografei o livro “Palavras em mar revolto” e tive a felicidade de compartilhar esse momento na companhia de minha filha Ednea Paim que é advogada e pastora evangélica.

Ela gosta de escrever livros com temática religiosa. “Derrubando muros” é o segundo livro de Ednea. O primeiro livro chama-se “Liberte-se”.

Eu e a Ednea tivemos a oportunidade de conversar e abraçar centenas de pessoas. Foi muito acolhedor.

Estiveram presentes pessoas de todas as idades, desde estudantes de escolas do município, professores, jovens, trabalhadores, aposentados e autoridades.

Entre elas eu cito o prefeito de Canoas, Jairo Jorge e o deputado federal Paulo Pimenta.

Quero destacar aqui a presença da patrona da feira do livro, a poetisa Maria Rigo que também marcou presença neste momento de confraternização.

Cito a senhora Maria Rigo. Ela iniciou após os 80 anos de idade frequentar a faculdade de letras.

Isso mostra que nunca é tarde para realizarmos nossos sonhos, para iniciarmos um projeto, ainda mais quando este projeto envolve o conhecimento e o saber.

Sr. Presidente, também tenho que registrar aqui com muita satisfação duas atividades que participei.

Sabe-se que quando semeamos, e essas sementes são boas, um dia iremos colher os frutos.

E é isso que estou vendo acontecer.

No sábado participei de uma reunião plenária para discutir a pré-candidatura de minha filha Ednea Paim que apresentou seu nome para disputar uma vaga para a Câmara de Vereadores de Canoas.

Nesse encontro pessoas de vários segmentos da sociedade debateram projetos para esta cidade

que vem crescendo de forma muito promissora sob a pujante administração do prefeito Jairo Jorge e de sua vice Beth Colombo.

Gostaria muito que a Ednea fosse eleita, não apenas por ser minha filha e ter as qualidades necessárias para um cargo dessa importância, mas para ser a primeira mulher a ocupar um cargo na Câmara de Vereadores de Canoas.

Canoas tem que dar este espaço para as mulheres, não só para a Ednea, mas para tantas outras mulheres qualificadas que podem dar um toque, um olhar feminino ao Poder Legislativo de canoas.

No domingo participei de outra atividade que me deixou muito feliz.

Meu irmão Flávio Paim que há décadas acompanha minha luta de forma muito presente em minhas atividades no Rio Grande do Sul.

O Flávio também é pré-candidato a vereador, mas em Porto Alegre.

Participei de uma plenária realizada na Federação dos Municípios (Famurs) lado de diversos companheiros como o Márcio Espíndola, vice-presidente do PT/RS, e o nosso querido companheiro de lutas Raul Pont, que também colocou o seu nome a disposição do partido para concorrer a prefeitura da capital do meu Rio Grande.

Raul Pont dispensa apresentações, pois foi um excepcional prefeito de Porto Alegre. É uma pessoa de uma integridade moral, ética inquestionáveis, enfim, é um homem experiente e de diálogo.

O Flávio Paim apresenta-se como um candidato que dialoga com segmentos muito importante da sociedade, tais como movimento negro, LGBTT, religiões afro, entidades ligadas ao carnaval, aos idosos.

O Flávio e a Ednea, apresentam um discurso que difere da política tradicional, um discurso jovem, de acolhimento, de diálogo, um olhar diferenciado e humanizado para as questões do nosso povo.

Eles trabalham para a efetivação nos municípios de todos os estatutos que sou autor, relatei ou tive participação nos debates: Idoso, Igualdade Racial, Pessoa com Deficiência, Juventude, Lei Maria da Penha, entre tantos outros.

Aqui no Congresso Nacional nós elaboramos, debatemos, aprovamos as leis, mas é nos municípios que elas são aplicadas e que os cidadãos sentem as transformações nas suas vidas.

Desejo a Ednea e ao Flávio muito sucesso.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Frente pelo Controle e Contra a Corrupção, uma iniciativa da Sociedade Civil e de servidores da Controladoria-Geral da União (CGU), lançou manifesto à Nação assinado por 130 organizações e entidades da sociedade, de âmbito local, regional, nacional e internacional, entre elas, estão: Instituto Ethos, Ibase, Instituto Soma Brasil, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Observatório Social do Brasil, A Voz do Cidadão, Observatório Social de Caxias do Sul, Transparência Internacional.

Sr. Presidente, a Frente pelo Controle e Contra a Corrupção, grupo que reúne entidades da sociedade civil e servidores da Controladoria-Geral da União (CGU), com compromisso de total isenção políticopartidária, torna pública sua opinião em relação à atual situação do órgão e de medidas que considera capazes de garantir a realização plena de suas atribuições institucionais.

A Controladoria-Geral da União (CGU), como órgão central do controle interno no Poder Executivo federal, tem entre suas atribuições, além das atividades de fiscalização e auditoria, a promoção da transparência, participação e controle social.

Ao longo dos 14 anos de existência da CGU, essa atuação tem fortalecido mecanismos de participação social e incentivado organizações da sociedade civil e cidadãos individualmente a contribuir, de maneira decisiva, para o combate à corrupção, o controle dos gastos públicos, a responsabilização dos agentes públicos e a melhoria da gestão.

Para que não haja retrocesso, é necessário garantir condições estruturais para que a CGU continue cumprindo suas atribuições, inclusive em nível internacional, por meio de acordos e parcerias.

Nesse sentido, as entidades subscritas consideram indispensáveis os seguintes compromissos por parte do governo federal, num momento em que é preciso reforçar, de maneira firme, a luta contra a corrupção.

Fortalecimento institucional da Controladoria-Geral da União (CGU):

– Revogação dos dispositivos da MP 726/2016 relativos à CGU: a Manutenção do nome Controladoria-Geral da União (CGU);

– Vinculação à Presidência da República, como garantia de ascendência do controle interno

ante os órgãos fiscalizados, em consonância com as melhores práticas internacionais;

- Manutenção do status de Ministro (a) de Estado ao titular da instituição;
- Nomeação pela Presidência de República de Ministro (a) Chefe, com base em lista tríplice elaborada pelos quadros técnicos da instituição, de cidadão (ã) com condições morais e técnicas para assumir a função.

Efetividade dos Programas e Ações da CGU, com garantia de participação da sociedade:

- Reformulação e fortalecimento do Conselho de Transparência e Combate à Corrupção, com independência financeira; caráter consultivo e deliberativo; e composição nos moldes da Proposta Final 43 da 1ª Consocial;

- Efetivação de mecanismos da Lei de Acesso à Informação no Governo Federal, nos estados e municípios, com participação da sociedade na instância máxima de decisão nos casos de negativa de acesso em nível federal;

- Adequação dos recursos orçamentários para ações de correição, ouvidoria, fiscalização, combate e prevenção da corrupção;

- Implementação de programas voltados à capacitação e formação para o exercício da cidadania ativa no controle social;

- Reestruturação dos programas de estímulo ao controle cidadão da Administração Pública e sua efetiva aplicação nos municípios;

- Retomada imediata das ações para implementação das deliberações da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial);

- Homologação dos acordos de leniência pelo MPF;

- Aperfeiçoamento da ouvidoria pública, com proteção aos denunciantes de boa-fé, inclusive servidores públicos;

- Desenvolvimento de estratégia para tratamento efetivo de denúncias encaminhadas ao órgão nos processos fiscalizatórios, com mecanismo que permita acompanhamento pelo cidadão denunciante;

- Retorno do Programa de Fiscalização por Sorteio de recursos federais nos municípios, com metas estabelecidas e acompanhamento da sociedade;

- Encaminhamento ao Ministério Público e monitoramento de situações de descumprimento da Lei da Transparência (LC 131) por estados e municípios, para aplicação das sanções cabíveis;

- Participação paritária da sociedade em todas as etapas de desenvolvimento, implementação e monitoramento dos Planos Nacionais para a Parceria para Governo Aberto;

- Incentivo à integridade e responsabilidade corporativas pela promoção de governança em entidades públicas e privadas.

Sr. Presidente, para finalizar e para que fique nos *Anais* desta casa constam aqui o nome de todas as 130 entidades que assinaram o manifesto.

Assinam este manifesto:

1. A Voz do Cidadão – Instituto de Cultura de Cidadania (Rio de Janeiro RJ)
2. ACECCI Ação Cearense de Combate a Corrupção e a Impunidade (Ceará)
3. ACICA Associação Cabedelense para a Cidadania (Cabedelo PB)
4. AMAME (Americana SP)
5. AMARRIBO Brasil
6. AMASA Amigos Associados de Analândia (Analândia SP)
7. AME A VERDADE Evangélicos Contra a Corrupção
8. AMPREMA Associação de Moradores de Primavera e Rosana pela Ética e Moralidade Administrativa (Rosana – SP)
9. ANAFIC – Associação Nacional de Auditores Federais de Controle Interno
10. ARTIGO 19
11. Asas de Socorro (Anápolis GO)
12. Associação Diamantina Unida (Diamantina MG)
13. Associação Diamantina Viva – ADIV (Diamantina – MG)
14. Associação dos Amigos da Cidadania e do Meio Ambiente de Piracicaba – AMAPIRA (Piracicaba SP)
15. Associação dos Amigos de Januária ASAJAN (Januária MG)
16. Associação dos Amigos e Moradores de Viçosa – AMEVIÇOSA (Viçosa – MG)
17. Associação Transparência Humaitá (Humaitá – AM)

18. Associação Universidade Holística Mantiqueira (Águas da Prata SP)
19. Ativa Búzios (Armação dos Búzios – RJ)
20. AUDITAR – União dos Auditores Federais de Controle Externo
21. BATRA Bauru Transparente (Bauru SP)
22. Boca do Leão (Águas da Prata SP)
23. Campinas Que Queremos (Campinas – SP)
24. Colmeia da Inovação (Distrito Federal)
25. Coletivo de Mulheres Juristas pela Democracia (João Pessoa PB)
26. Datapedia
27. DF em Movimento (Distrito Federal)
28. FEPAS – Federação das Entidades e Projetos Assistenciais da CIBI
29. FNCC – Fórum Nacional de Combate à Corrupção do CNMP
30. Força Tarefa Popular (Teresina PI)
31. Fundación Avina
32. GAB Grupo Amigos da Barreira (João Pessoa PB)
33. GUARÁ Associação Guardiões da Rainha das Águas (Águas da Prata SP)
34. IBASE Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Rio de Janeiro RJ)
35. Instituto Campinas Sustentável (Campinas SP)
36. IFC – Instituto de Fiscalização e Controle (Brasília DF)
37. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (São Paulo SP)
38. Instituto Nossa Ilhéus (Ilhéus BA)
39. Instituto Prata Ativa (Águas da Prata SP)
40. Instituto Soma Brasil (João Pessoa PB)
41. MARCCO RN Movimento Articulado de Combate à Corrupção do RN
42. MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
43. MNCCD Movimento Nacional Contra Corrupção e pela Democracia
44. Movimento Ficha Verde (Manaus AM)
45. Movimento João Pessoa que Queremos (João Pessoa PB)
46. Movimento Joinville Nossa Cidade (Joinville SC)
47. Movimento Mobiliza 5 de Agosto (João Pessoa PB)
48. Movimento Nossa Betim (Betim MG)
49. Observatório Social de Apucarana (Apucarana PR)
50. Observatório Social de Balneário Camboriú (Balneário Camboriú SC)
51. Observatório Social de Belém (Belém PA)
52. Observatório Social de Blumenau (Blumenau SC)
53. Observatório Social de Brasília (Distrito Federal)
54. Observatório Social de Brusque (Brusque SC)
55. Observatório Social de Cáceres (Cáceres MT)
56. Observatório Social de Campo Grande (Campo Grande MS)
57. Observatório Social de Campo Largo (Campo Largo PR)
58. Observatório Social de Campo Mourão (Campo Mourão PR)
59. Observatório Social de Caxias do Sul (Caxias do Sul RS)
60. Observatório Social de Chapecó (Chapecó SC)
61. Observatório Social de Cianorte (Cianorte PR)
62. Observatório Social de Cruz Alta (Cruz Alta RS)
63. Observatório Social de Curitiba (Curitiba PR)
64. Observatório Social de Erechim (Erechim RS)
65. Observatório Social de Goiânia (Goiânia GO)
66. Observatório Social de Guarapava (Guarapava PR)
67. Observatório Social de Imbituba (Imbituba SC)
68. Observatório Social de Irati (Irati PR)
69. Observatório Social de Itajaí (Itajaí SC)
70. Observatório Social de Itapema (Itapema SC)
71. Observatório Social de Itu (Itu SP)
72. Observatório Social de Jequié (Jequié BA)
73. Observatório Social de Lages (Lages SC)

74. Observatório Social de Lajeado (Lajeado RS)
75. Observatório Social de Londrina (Londrina PR)
76. Observatório Social de Mandaguari – ADAMA (Mandaguari – PR)
77. Observatório Social de Marechal Cândido Rondon (Marechal Cândido Rondon PR)
78. Observatório Social de Medianeira (Medianeira PR)
79. Observatório Social de Natal (Natal RN)
80. Observatório Social de Niterói (Niterói RJ)
81. Observatório Social de Ourinhos (Ourinhos SP)
82. Observatório Social de Palmas (Palmas TO)
83. Observatório Social de Palmeira (Palmeira PR)
84. Observatório Social de Paranaguá (Paranaguá PR)
85. Observatório Social de Paranaíba (Paranaíba PR)
86. Observatório Social de Pelotas (Pelotas RS)
87. Observatório Social de Picos (Picos PI)
88. Observatório Social de Ponta Grossa Campos Gerais (Ponta Grossa PR)
89. Observatório Social de Porto Alegre (Porto Alegre RS)
90. Observatório Social de Porto Seguro (Porto Seguro BA)
91. Observatório Social de Rolim Moura (Rolim Moura RO)
92. Observatório Social de Rondonópolis (Rondonópolis MT)
93. Observatório Social de Santo Antônio de Jesus (Santo Antônio de Jesus BA)
94. Observatório Social de São Bento do Sul (São Bento do Sul SC)
95. Observatório Social de São Caetano do Sul (São Caetano do Sul SP)
96. Observatório Social de São José (São José SC)
97. Observatório Social de São J. do Rio Preto (São J. do Rio Preto SP)
98. Observatório Social de São J. dos Campos (São J. dos Campos SP)
99. Observatório Social de São Paulo (São Paulo SP)
100. Observatório Social de Sorocaba (Sorocaba SP)
101. Observatório Social de Taubaté (Taubaté SP)
102. Observatório Social de Teresópolis (Teresópolis RJ)
103. Observatório Social de Toledo (Toledo PR)
104. Observatório Social de Uberlândia (Uberlândia MG)
105. Observatório Social do Brasil
106. Observatório Social do Rio do Sul (Rio do Sul SC)
107. Oficina da Cidadania (João Pessoa PB)
108. ONG Moral Movimento pela moralidade Pública (Cuiabá MT)
109. Pastoral do Serviço da Caridade – PASCA (Piracicaba – SP)
110. Poços Transparente (Poços de Caldas MG)
111. Projeto de Apoio a Criança – PAC (Montes Claros MG)
112. Projeto Brasil 2030 / Guerrilha do Servidor Público
113. Rede Evangélica do Terceiro Setor – MG
114. Rede Evangélica de Marabá REMA (Marabá PA)
115. Rede Nacional de Ação Social – RENAS
116. Rede Nossa São Paulo (São Paulo – SP)
117. Rede Social Brasileira por Cidades Justas Democráticas e Sustentáveis
118. Ser Sustentável (São Paulo SP)
119. SINDCONTAS Sindicato dos Profissionais de Auditoria do TCEPB
120. Sociedade Terra Viva – STV (São José de Mipibu – RN)
121. Transparência Internacional
122. UGT – União Geral dos Trabalhadores (São Paulo SP)
123. UGTMG União Geral dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte MG)
124. UNACON Sindical – Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle
125. UNASUS Sindical Sindicato dos Servidores do Sistema Nacional de Auditoria do SUS
126. Viva São João (São João da Boa Vista SP).

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento

taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 24 de junho foi comemorado o Dia Nacional da Araucária, árvore símbolo do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Essa data instituída em 2005 tem como objetivo chamar a atenção para a conservação dessa árvore, atualmente ameaçada de extinção.

O Pinhão, semente da araucária, é comida típica na região Sul do Brasil. É comum no meu Rio Grande do Sul, no Paraná e em Santa Catarina comer o pinhão assado ou cozido.

O pinheiro brasileiro também é de extrema importância para diversas espécies de animais, principalmente de aves como o papagaio-charão, papagaio-de-peito-roxo e o grimpieiro.

Sr. Presidente, infelizmente, essa árvore que ajuda a preservar as nascentes, que nos presenteia com um maravilhoso alimento, foi dizimada devido a sua madeira ser de alto valor comercial.

No Rio Grande do Sul, a espécie da araucária cobria 25% do território. No Paraná chegava a 40% do território do Estado. Em Santa Catarina chegava a 30%.

Atualmente, o pinheiro brasileiro sobrevive em apenas 3% de sua área original, incluindo florestas exploradas e matas em regeneração.

Sr. Presidente, desde 2006 a espécie é classificada como criticamente a caminho da extinção, a araucária vem desaparecendo principalmente devido à conversão das suas áreas de matas nativas para a agricultura, ao crescimento das cidades e ao uso da madeira para a produção de papel e celulose.

Desde 2015 o pinheiro está na lista da União Internacional para a Conservação da Natureza das 27 árvores mais ameaçadas de extinção.

Sr. Presidente, a legislação ambiental brasileira proíbe o corte das araucárias e exige uma série de certificações para aprovar o corte das espécies plantadas pelos produtores rurais.

Mas é bastante comum o corte antecipado do pinheiro, porque uma vez que as araucárias crescem, elas não poderiam ser cortadas.

Para tanto, será preciso muito mais do que leis: além de proibir, é preciso uma política de incentivo ao plantio.

Sr. Presidente, precisamos salvar o pinheiro brasileiro, pois além dela ser uma árvore belíssima, é um grande bem econômico da região Sul do país.

Se não houver uma política de incentivo de plantio da araucária, podemos, infelizmente, desfrutar da árvore somente nas nossas recordações ou em fotografias.

É o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, colega, Senador Paulo Paim.

E convido para fazer uso da tribuna o Senador, bom amigo, Lindbergh Farias.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu subo hoje à tribuna para começar falando sobre a pesquisa do Ibope, sobre a avaliação deste Governo interino de Michel Temer. É impressionante, porque ele assumiu há pouco mais de um mês e já tem um desgaste deste: 66% da população não confiam em Michel Temer. É sempre natural que, no começo de um governo – mesmo que seja um governo interino –, as pessoas deem um tempo, deem um crédito. Mas não: 66% não confiam, e 27% confiam.

E eu acho, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, que a situação vai piorar muito, porque nós sabemos o que eles estão preparando: o maior ataque aos direitos dos trabalhadores da história do País. Eu tenho dito que eles querem rasgar o legado do Lula; o legado do Ulisses Guimarães, com a Constituição Cidadã; e até o de Getúlio Vargas, porque querem rasgar a CLT. Só que as pessoas, Senadora Fátima, ainda não estão sabendo desses projetos todos, o que vai ser a reforma da Previdência, a reforma trabalhista... As pessoas não estão sabendo, até porque existe uma estratégia deste Governo interino, que é deixar o pior para depois da votação definitiva do processo do *impeachment*, no final de agosto.

Eu, inclusive, quero anunciar aqui que vou conversar com o ex-Ministro José Eduardo Cardozo, porque estão querendo colocar a votação final do processo do *impeachment* na semana depois do fim das Olimpíadas. Eu vou defender internamente que a Defesa abra mão de uma semana para que nós votemos ainda nas Olimpíadas, porque eles estão querendo é fugir do impacto internacional, porque todo mundo está tratando disso que está acontecendo no Brasil como um golpe, um golpe parlamentar. A repercussão no mundo inteiro é essa. E agora eles não querem misturar com as Olimpíadas. Ah...Eu acho que é importante, sim, que o mundo acompanhe o que está acontecendo: a desmoralização por conta desse processo de *impeachment*.

Agora é com a Perícia. E amanhã nós vamos ter uma reunião da Comissão do *Impeachment*, para tratar

desse tema com a Junta Pericial, porque acusavam a Presidenta Dilma de quê? De pedaladas, no Plano Safra. E ficou lá – na perícia, claro – que não há nem autoria da Presidenta da República.

Como pode existir crime sem autoria? Na outra acusação, a dos decretos, também está claro que a Presidente não foi alertada por nenhum órgão. E mais grave: além do fato de não ter sido alertada, todos os órgãos diziam que aqueles decretos eram compatíveis com a meta – está ali nos decretos –, o Ministério do Planejamento, a Casa Civil, a SOF. Então, no caso dos decretos, como falar de dolo? Para existir crime, é preciso haver dolo.

Portanto, é um absurdo o que estão fazendo, mas nós sempre soubemos que o objetivo central desse golpe era retirar direitos dos trabalhadores e restaurar o neoliberalismo.

Eu disse e repito sempre, Senadora Fátima, que o neoliberalismo foi implantado, primeiro, antes de no reino da Margaret Thatcher, no Chile de Pinochet. Os Chicago Boys, discípulos de Milton Friedman, foram ao Chile de Pinochet e implantaram o neoliberalismo.

Agora, é isso. Ninguém seria eleito com um programa como esse, Senador Cristovam, que já foi candidato a Presidente da República. Este programa do Temer não passaria pelo crivo da população: reforma da Previdência, 65 anos; reforma trabalhista; terceirização; corte de gastos na educação. Isso não passaria. Era preciso um golpe parlamentar como esse.

Eu acho, então, que vai haver um desgaste cada vez maior deste Governo, que tem um problema: a falta de legitimidade popular para apresentar um programa tão radical como esse, um programa que eu considero ultraliberal.

Sinceramente, acho que estamos vivendo uma nova etapa da luta de classes. Quando se fala em luta de classes, muita gente diz: “Ah, isso está superado.” Não está superado. E a luta de classes não é só no chão da fábrica, porque esses trabalhadores no chão da fábrica vão ser atingidos em especial pela reforma trabalhista, de que falei aqui. Terceirização significa precarização, redução de salários. E colocar o negociado na frente do legislado tem o objetivo central, que é rasgar as conquistas da CLT, criada por Getúlio Vargas.

Há vários autores, Senador Cristovam, que falam de luta de classes também na disputa do orçamento, dos fundos públicos, em especial, Francisco de Oliveira, Klaus Hoff. E eu queria citar aqui James O'Connor, que escreveu o livro *A Crise Fiscal do Estado*, um livro antigo que permanece como uma referência nesses debates acadêmicos e que traz uma frase do Primeiro-Ministro inglês William Gladstone, da Era Vitoriana. Ele diz o seguinte: “O orçamento não é mera questão de aritmética; porém, de mil modos, pode ir às raízes da prosperidade individual, das relações de classe e da força dos reinos.”

Por isso, são sempre fundamentais, no bom sentido da palavra, os debates sobre o orçamento. Quando vamos discutir orçamento, justiça social, combate à desigualdade, há duas formas de fazermos o combate à desigualdade: na arrecadação e no gasto, com um sistema tributário e, depois, com um conjunto de políticas públicas nos gastos.

Aqui, Senador Cristovam, nós avançamos muito pouco na criação de um sistema tributário mais progressivo. Eu acho, inclusive, que nós tínhamos que ter feito isso no nosso governo, no governo do Presidente Lula, quando tínhamos mais força para avançar nesse sentido, porque temos um sistema extremamente regressivo. É claro que, naquele momento, havia o superciclo das *commodities*, que, de certa forma, possibilitou ao Presidente Lula fazer um grande processo de inclusão social sem cobrar a conta do andar de cima. Existia aquilo naquele momento.

É claro que existia também resistência aqui no Congresso. Eu me lembro do governo do Presidente Lula, quando derrubaram a CPMF, que não é um imposto progressivo, mas que tem um papel importante em relação à sonegação. A Presidenta Dilma tentou colocar juros sobre capital próprio. A Senadora Gleisi era Relatora, tentou colocar, mas não conseguiu aqui no Senado. Aqui há uma resistência muito grande em relação à tributação mais progressiva.

Devo dizer, inclusive, Senador Cristovam, que saíram agora números. O Piketty, que escreveu *O Capital no Século XXI*, veio ao Brasil, há um ano e meio, e reclamou que a Receita Federal não disponibilizava os dados do Imposto de Renda. E, a partir dessa reclamação do Piketty, foram disponibilizados os dados do Imposto de Renda.

Pouca gente sabe, mas, em 1995, houve uma reforma tributária extremamente regressiva no governo Fernando Henrique Cardoso. O que acabou naquele período? Acabou a tributação sobre lucros e dividendos. Era de 15%. Acabou-se aquilo. Só dois países no mundo não tributam lucros e dividendos: chamam-se Brasil e Estônia. Naquele período, também, Fernando Henrique mexeu nas faixas do Imposto de Renda, diminuiu o número de faixas do Imposto de Renda – hoje nós temos quatro faixas apenas –, e inventou uma história de juros sobre capital próprio, que é uma jabuticaba brasileira. Mas o fato é que aquela reforma do final de 1995 piorou muito a regressividade do nosso sistema tributário.

O que resolveria o maior problema, na minha avaliação, mais que tributação de grandes fortunas, seria voltar a cobrar 15% sobre distribuição de lucros e dividendos.

Como falei, a Receita Federal, depois da cobrança do Piketty, disponibilizou dados. E os dados são impressionantes. Não existe, entre os países da OCDE, um sistema tão injusto quanto o brasileiro, primeiro porque 51% dos nossos impostos são impostos indiretos; bens e serviços. Quando se compra alguma coisa em uma loja, em um supermercado, o pobre paga o mesmo que o rico – tanto é que os 10% mais pobres, Senador Cristovam, gastam 21% dos seus orçamentos em impostos indiretos; os 10% mais ricos gastam 10%.

Agora, o problema não está nos 10% mais ricos; está nos muito ricos. Esse é o problema maior, porque, se o funcionário público recebe R\$6 mil, ele paga – sabe o quê, Senador Jorge? – 27,5% de Imposto de Renda. Mas, se o empresário recebe R\$200 mil todo mês, a título de distribuição de lucros e dividendos, sabe quanto ele paga? Zero!

Esse estudo da Receita diz o seguinte – quando a Receita divulgou os dados –: os 71 mil mais ricos do País pagam menos de 6% dos seus rendimentos totais de Imposto de Renda. Apenas 6%! Sessenta e seis são isentos, por causa de distribuição de lucros e dividendos. Eles acabam pagando uma parcela de 12,5%, que é de tributação sobre rendimentos de aplicações financeiras. Então, vejam bem: estou falando de 71 mil pessoas, que têm uma fortuna de R\$1,3 trilhões e que pagam menos que qualquer um. Quem paga imposto no País é a classe média e os trabalhadores. São os mais pobres. Isso é um escândalo!

Dou um exemplo, Senador Cristovam. Vou dar os números em comparação internacional: sobre impostos indiretos, de 25 países da OCDE, o Brasil é o campeão! Nós pagamos 18,8% do PIB em impostos indiretos. Agora, de renda e propriedade, sabe quanto? São 22% apenas, quando, na maior parte dos países do mundo – dois terços – taxam-se rendas e propriedades. Aqui não, 22%, e a maior parte é de impostos indiretos.

Eu trago números sobre lucros e dividendos: o Brasil cobra 0%; a Alemanha cobra 41%; a Itália cobra 36%; os Estados Unidos, 31%; a Austrália, 27%; Portugal, 28%; Reino Unido, 30%; França, 44%. É isso que existe.

Sobre renda e patrimônio: o Brasil, 52%; Estados Unidos, Dinamarca, Canadá, Suíça, Noruega e Irlanda, mais de 50%; Chile, mais de 40%; os países da Europa, em torno de 40%.

Sobre herança, nem se fala. Aqui no Brasil são 8%; na Alemanha, 50%; Estados Unidos, 40%. E vale dizer que, no governo Bush, houve uma reforma tributária regressiva, baixaram impostos dos mais ricos e voltaram agora, depois de 2012, subindo novamente.

Estou querendo chamar a atenção dessa realidade por um lado. Vejam bem, duas formas de combater a desigualdade: uma é pela arrecadação, pela tributação, que é muito falha e em que nós tínhamos que ter avançado mais; e a outra é pelo gasto social. No gasto social, Senador Cristovam – já falei aqui que nós tivemos uma condição especial, o superciclo das *commodities* – nós avançamos muito nos governos do PT. Até o mais crítico do PT aqui, o maior inimigo do PT não pode dizer que não houve inclusão dos pobres, que não houve uma política que favoreceu os trabalhadores. Não dá para dizer isso, porque eu mostro com números.

Eu sei que entro em um debate econômico aqui com o Senador Cristovam, mas acho um debate extremamente válido...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro, pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu sei que foi feita uma política para os mais pobres, para os excluídos, especialmente nos períodos de governo do Presidente Lula e no primeiro mandato da Presidente Dilma, mas posso afirmar que, se fizermos a conta, todo mundo ganhou e ganhou muito ao longo desse período. Quem era milionário ficou bilionário. Quem era bilionário ficou mais bilionário ainda. Talvez os que mais reclamam são os que mais ganharam do ponto de vista nominal. Mas o andar de baixo passou a ter política para ele de inclusão e de ganho real, que não tinha. A classe média teve ganho real; os servidores públicos tiveram ganho real. Estou falando de um período que já está ficando para trás, é claro. Eu diria que foi um governo que não só trabalhou pelo andar de baixo, mas não excluiu ninguém; os do andar de cima também ganharam muito, multiplicaram os cifrões.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro, eu concordo.

Eu só acho, Senador Jorge Viana, que essa circunstância que existiu num determinado momento histórico – eu falei aqui do *boom* das *commodities* – não existe mais.

Hoje em dia, entra uma discussão fundamental: se a gente quer ampliar recursos na educação, na saúde, melhorar a vida dos grandes centros urbanos, quem paga a conta? É a discussão que nós estamos tendo agora. É a disputa do orçamento. Como é que vai se dar essa disputa do orçamento? Sinceramente, quem viu aquelas manifestações de julho de 2013 viu que o povo queria mudança, melhor saúde, melhor educação, melhor transporte público porque a vida nas grandes cidades está um inferno. As pessoas passam quatro, cinco horas, no Rio de Janeiro, se deslocando. Então, as pessoas queriam mais Estado nas suas vidas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mais orçamento social.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mais orçamento social. Para mim, o debate agora é o seguinte: discutir como transformar essa nossa tributação em uma tributação mais justa, porque volto a dizer que quem olhar os números vai ver o tamanho da injustiça. Mas, não! Qual é a saída que aponta o Governo interino de Michel Temer? Ele quer justamente desmontar as bases do Estado de bem-estar social que a gente construiu. Não foi só o Lula. O Lula ajudou muito, a Dilma também, mas veio da Constituinte, aquele Capítulo II – Dos Direitos Sociais.

Então, Senador Cristovam, eles virão com um conjunto de posições – eu vou falar mais um pouco para dar o aparte a V. Ex^a, depois mostrar alguns argumentos aqui.

Reforma da Previdência. Há quem fale em 70 anos, daqui a 20 anos. Hoje nós temos a taxa de mortalidade, em vários Estados do Nordeste, inferior a 65 anos. São os mais pobres que começam a trabalhar primeiro. Mas não é só a reforma da Previdência – já falei da reforma trabalhista.

E eu queria me concentrar aqui na PEC que limita...

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Lindbergh, já que V. Ex^a está falando exatamente na reforma da Previdência, permita-me adicionar ao seu importante pronunciamento matéria veiculada na grande imprensa hoje cujo título é: “Reforma da Previdência.” Senador Cristovam, matéria de hoje na grande imprensa: “O Governo [Governo Federal] quer endurecer regras para aposentadoria especial. Mudança valeria para professor, quem trabalha em área de risco e policial militar.” Portanto, dentro deste contexto que é a agenda de retirada dos direitos dos trabalhadores, ou seja, essa agenda que a cada dia nos amedronta, porque ela está vindo, Senador Cristovam, com uma velocidade muito grande no que diz respeito a sepultar conquistas, direitos fundamentais. Professor Cristovam, como imaginar suprimir o direito à aposentadoria especial, Senador Lindbergh, de milhares e milhares de trabalhadores em educação, de professores da educação básica por este País afora? Nós sabemos o quanto é necessário para que o professor, pelo seu próprio ofício, possa se preparar; o esforço intelectual que ele tem que fazer; a capacidade reflexiva que ele tem que desenvolver; o quanto ele fica em pé durante um bom tempo; falando em voz alta; classes, Senador Lindbergh, ainda superlotadas. Por isso que, considerando, repito, a caracterização do papel do professor, o perfil do professor foi que, em boa hora, nós avançamos naquilo que nós podemos chamar de um direito civilizatório e garantimos a esses professores e professoras a aposentadoria especial. Assim como, para concluir, não posso aqui deixar de fazer considerações acerca do papel dos policiais, que também fazem jus a uma aposentadoria especial, pelo próprio ofício que exercem, cuidam da segurança da população. Eu quero, portanto, só adicionar ao pronunciamento que V. Ex^a faz nesta tarde de hoje, mais uma vez chamando a atenção do povo brasileiro, na esteira de um *impeachment* sem sustentação do ponto de vista jurídico, na esteira de um *impeachment* que visa a afastar não só uma Presidenta legitimamente eleita, mas colocar um outro governo, uma outra agenda, um outro projeto, que vem, claramente, pelo que está colocado...

(*Soa a campanha.*)

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... vem claramente, repito, em um atentado à democracia, à democracia como direitos, à democracia como conquistas. Então, é só isso, Senador Lindbergh, que eu quero rapidamente adicionar ao seu pronunciamento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu incorporo ao meu discurso e quero passar... Agradeço muito, porque trouxe dados novos à nossa matéria das aposentadorias especiais de professores, policiais, militares, bombeiros.

Querida, antes de passar para o Senador Cristovam, só levantar um aspecto para o Senador Cristovam abordar aqui.

Sobre a PEC que limita os gastos de acordo com a inflação, eu falava agora há pouco para a Senadora Ana Amélia. Nós tivemos uma política de valorização do salário mínimo, o Presidente Lula fez. Como é que é? Você leva em conta a inflação e o crescimento do ano anterior, PIB e inflação. Nesses últimos 10 anos, o salário mínimo cresceu 70% acima da inflação. Aí você tem o benefício previdenciário, 70% dos aposentados recebem um salário mínimo.

Por essa PEC, Senador Cristovam, que limita a inflação, não vão poder ser mais essas as regras do salário mínimo, ou seja, em tese, nós vamos ter benefício previdenciário inferior a um salário mínimo, porque é a inflação, não estou levando em conta o PIB.

Você também, nas mais diversas áreas aqui... Ao que eu chamo a atenção é o seguinte, educação e saúde vão ser destruídas com isso aqui, porque a vinculação hoje é constitucional, de acordo com a receita. Quando a economia cresce e a receita cresce, você está vinculado lá. No Município, 15% de saúde, 25% em

educação. O Governo Federal tem gastado 18% em educação.

Nessa PEC que limita gastos, eles desconstitucionalizam isso, tiram isso, e passa a ser a inflação.

Eu só quero trazer três números para passar para V. Ex^a. O orçamento de educação, no ano passado, foi de 103. Sabe de quanto seria? 31 bi. É uma pancada muito forte.

Agora vocês vejam, estão colocando limites para os gastos primários. Para quem está nos assistindo em casa, existem os gastos primários, existe o resultado nominal, que inclui pagamento de juros. Nós pagamos, no ano passado, algo em torno de quinhentos bilhões em pagamento de juros. E sabe o que acontece, Senador Cristovam? Num momento como este, em que estamos tendo déficit, déficit nominal, déficit primário, sabe o que acontece? Não sobra dinheiro para pagar os juros. Então, o que é que se faz? Primeiro, rolam-se os juros. O que esse pessoal quer garantir com essa proposta aqui é que, primeiro, paguem-se os juros, depois se aperte para preencher o resto do orçamento.

Eu faço uma pergunta: por que não limitam os juros? Por que não tributam os mais ricos?

Então, a pancada vai ser em educação, em saúde e em previdência social.

Então, eu passo o aparte a V. Ex^a, Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, esse é um debate que deveríamos ter aqui com muita gente, mas vamos fazer entre nós. Primeiro eu quero dizer ao Senador Jorge Viana que, se todos ganharam muito, todos se iludiram muito. Não é possível todos ganharem, a não ser que o PIB crescesse 15% ao ano, o que é mentira, não existe isso. Os militares tentaram o tal do milagre, mas não chegou a 10% e durou pouco anos. Não existe isso de todos ganharem em uma economia, Senador Jorge Viana: se alguém ganha, alguém perde, a não ser dentro dos limites do crescimento do PIB, mas o PIB não cresceu tanto, o PIB não cresceu tanto. Na verdade, oferecemos tantas coisas e enganando, porque a inflação viria e diria: é o seguinte, no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Num ano, foram 7,5%, no último ano do Presidente Lula.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Um ano, um ano.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O PIB do Brasil, que era de US\$500 bilhões, passou para US\$2 trilhões.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Em quanto tempo? Mas, mesmo assim, 7%, 8%. Então, não é ganhar muito. Não existe isso. Agora, veja bem, no Brasil nos acostumamos a botar R\$2 numa rubrica, R\$3 na outra, quando só há quatro. A aritmética diz que dois mais três são cinco. E como é que fazíamos, só tendo quatro, para botar dois e três? Nós desvalorizávamos 20%. É aí que vem a inflação. A inflação vem do fato de gastarmos mais do que temos. Nós não podemos individualmente, vamos presos; mas um governo pode, inflaciona. E nós nos acostumamos com isso. É preciso dar um choque de realidade nisso, não só para evitar inflação, mas para dar mais consciência política. Não têm consciência política aqueles que querem dar tudo a todos. Só têm consciência política aqueles que dizem: “Eu vou dar tanto a esse, por isso vou tirar tanto desses.” Senão, não é. Eu estive com a UNE um dia desses e disse: “Olhe, ser de esquerda não é apenas querer mais dinheiro na educação; ser de esquerda é querer mais dinheiro na educação e dizer de onde vai tirar.” É aí que vem a briga. De onde vamos tirar? Nós evitamos isso ao longo da história do Brasil. Nós oferecíamos tudo a todos. É impossível. Eu acho que a ideia de termos consciência do limite dos gastos na soma é positiva. Agora, vamos ver cada rubrica individualmente. De onde é que tiramos? Nós demos 250 bilhões, se eu não me engano, para vender carro, para quem comprava carro. Aí é fácil, porque vinha a inflação, ou aumenta-se a dívida no primeiro momento. Eu creio que vai ser bom para a consciência política brasileira descobrir que, para colocar R\$1 num lugar, tem que tirar R\$1 do outro.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Vai permitir um debate maravilhoso aqui. O orçamento vai ser levado a sério. O salário e tudo isso. A proposta de tabelar – e eu não quero defender esse Governo que está aí – não proíbe colocar mais dinheiro em educação, em saúde, em salário mínimo, desde que se diga de onde tira. Mas isso não é o sério? Isso não é o certo? É. E aí, Senador Lindbergh, eu fiquei preocupado com o pessimismo seu de que é impossível fazer certas reformas democraticamente. Eu acredito que é. O povo está maduro para fazer certas reformas, desde que ele entenda que elas são necessárias, quem paga o preço e quem se beneficia. Por exemplo, eu acho que o povo é capaz de entender hoje que não dá, com a esperança de vida de 73 anos, para continuarmos com uma aposentadoria sem limite de idade. Agora, Senadora Fátima, é preciso aí fazer as especiais. Não se pode tratar um cortador de cana como uma outra atividade simples. Deve haver, sim, aposentadorias especiais, até de dez anos, se for o caso, 15 anos, mas a média não pode continuar sendo a mesma, porque a esperança de vida vai crescendo. E, daqui a 30 anos

– V. Exª falou em 20, mas daqui a 30 –, quando tivermos uma esperança de vida de cem anos, continuamos sem limite mínimo de idade para aposentadoria? As pessoas aí vão ficar mais tempo aposentadas do que trabalhando. Logo, vai quebrar o sistema. O povo vai entender que, para manter a aposentadoria saudável, ou seja, para que o seu filho também receba aposentadoria, é preciso haver um teto, haver um piso de idade, senão nós aposentados recebemos; os outros, não. É aritmética. Não dá para fugir dela. E o povo é capaz de entender que democracia combina com aritmética, mais do que com inflação, se ela demorar muito tempo. Mesmo entre professores, há que haver uma diferença entre professor, como V. Exª mesmo diz, que dá aula, que fala quatro horas por dia – na verdade, pela nossa lei e pelo seu artigo, vamos dizer seis horas, não é isso? –, e um professor universitário, que dá duas, três horas por semana. É diferente a idade mínima de um e de outro, é diferente a especialidade. Ou a PM: a PM tem que ter, sim, uma idade menor para se aposentar, tem que ter um mínimo, um tempo de trabalho pequeno, porque é de alto sofrimento, de alta resistência, inclusive de alto risco. Temos que ter aposentadorias especiais, mas, na média, é preciso haver uma idade. E eu vou dizer mais longe, vou ser mais radical, viu, Senador?

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu acho que a idade mínima tem que ser crescente ao longo dos próximos anos. Ela não pode ser 65, ponto. Daqui a cinco anos, pode ser 67; daqui a dez anos, pode ser mais, dependendo da esperança de vida. Quanto ao fato dos recursos, a vinculação é fundamental para garantir que os prefeitos gastem o dinheiro, mas ela é ruim também. Nós tivemos uma recessão há três anos, o PIB está caindo, a receita está caindo. V. Exª propõe reduzir os gastos em educação, porque a receita caiu? Propõe ou não?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não propõe.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Agora é porque a economia cresce muito mais do que há recessão. Essa conta aí não fecha.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, mas caiu, a receita caiu.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E aí? Como fazemos?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nesses anos, há diminuição de arrecadação. Agora, ela cai dois anos e sobe dez.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso, mas, nesse ano, cortamos?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, porque estão vinculados à receita.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, a receita caiu.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Caiu, e cai a arrecadação, caem os gastos.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, cortamos os gastos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está acontecendo isso.

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, podemos evitar isso. Como? Tira de outro lugar. Agora, não tirar de lugar nenhum, a receita cair e continuar gastando tudo igual é antiaritmético. Não existe.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, eu quero fazer uma proposta a V. Exª, em cima da aritmética. Por que a aritmética aqui está só em cima de cortar em áreas...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, não, não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... que penalizam os mais pobres?

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não. Eu não estou defendendo o que o Governo está fazendo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Deixe-me fazer uma proposta, porque, veja bem, volto a dizer, vamos pegar os grandes orçamentos. Previdência, R\$500 bilhões. Juros, nós pagamos R\$500 bilhões. Há mais R\$500 bilhões de sonegação, segundo o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional. Nós temos saúde e educação, R\$100 bilhões. Os outros orçamentos são

pequenos. Então, veja bem: aqui o corte é só em cima dos mais pobres. Por que não colocar juros?

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não estou querendo manter o que eles estão propondo. Eu estou falando do teto. Então, tudo bem: a sua proposta tira de juros. Muito bem. Então, não é contra o teto, é contra pagar os juros.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O que eles não aceitam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Agora, o Governo Lula fez isso. Sabe por quê? Não era porque era ruim, não. É porque nós fomos sequestrados pelos banqueiros e, quando você é sequestrado, você paga mais juros, você paga resgate, para não morrer. Hoje o sistema financeiro nos aprisiona. Eles não precisam apertar o gatilho aqui, eles apertam os botõezinhos de computador, e o dinheiro vai embora. Aí é uma questão política de saber quem tem força. Se tiver força para tirar tudo de juros, eu topo. Agora, tem que ter força. Não pode ser no blá-blá-blá. E vou dar um exemplo aqui, Senador Jorge. Eu fiz aqui, durante alguns anos, uma experiência que eu adorava fazer. Eu ia às escolas de ensino médio e colocava os meninos para elaborar o Orçamento da União. Fiz diversas vezes. Eu pegava o Orçamento que o governo mandava para o Congresso – eu não era Senador –, colocava para eles, isso é muito bem feito pelo computador. Eu colocava aqui as rubricas, os gastos e o total.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Numa outra coluna, eu colocava a coluna em branco, mas com o total igual, e eu dizia: “Reelaborem o Orçamento. Reelaborem. Agora não podem é gastar mais.” Essas crianças tinham condições de escolher onde gastar debatendo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Cristovam...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Só um detalhe: eu me lembro de um colégio em Sobradinho em que, de repente, o dinheiro da educação multiplicou não sei por quanto. Aí eu fui olhar por quê. Eles tinham zerado Forças Armadas. Zeraram Forças Armadas. Todo o dinheiro para a educação. E eu aí perguntei: “E quem vai defender a Amazônia? Vocês querem entregar a Amazônia?” Aí eles debateram e viram: “Não, tem que botar dinheiro para as Forças Armadas também.” Aí tiraram de educação, onde eles tinham colocado. Esse debate que as crianças fizeram comigo, numa experiência de alguns anos, aqui não fazemos, aqui saímos enchendo, enchendo, enchendo, e aí se mata a consciência política. Só tem consciência política quem diz onde colocar mais dinheiro e quem diz de onde tirar dinheiro.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Se não disser de onde tirar é porque não tem consciência política. Nesse sentido, eu creio que vai ser um bom debate começarmos a saber...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... que não há recursos para tudo. E aí mais uma coisa: CLT. Eu acho que democraticamente o povo vai entender que há certos direitos dos trabalhadores que não estão contemplados, porque a lei é muito velha. Lá não está, por exemplo, licença para o operário se reciclar na profissão. Não existe e isso é fundamental hoje, não era 70 anos atrás. Temos que incorporar isso e temos que tirar talvez alguns direitos que ficaram velhos. As coisas mudam. Ser de esquerda é aceitar as mudanças do mundo e querer mudar com o mundo para melhor. Agora, querer ficar preso a coisas do passado chama-se conservadorismo. Agora, há um cara que avança tirando direitos dos trabalhadores; outro, aumentando-os, mas mudando, não necessariamente os mesmos direitos. A realidade está mudando bastante. E, finalmente, sobre imposto de...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Lucros e dividendos.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... lucros. Eu acho que temos que ter imposto para valer de rico, mas, se o rico pega o dinheiro dele e investe para criar emprego, eu não acho necessário cobrar imposto dele, não. Temos que cobrar imposto sobre o consumo dos ricos, desses que compram aviões, que compram barcos, que viajam demais. Desses temos que tirar, sim, temos, sim, que cobrar, mas, quando é para investir, está criando emprego, isso é positivo para a sociedade, sobretudo num momento de desemprego. Então, quando falamos em juro, em imposto sobre lucro, está havendo o imposto sobre o uso.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Aliás, está havendo um imposto sobre uma rubrica. Eu quero ver de onde vem o dinheiro, que é o lucro, eu quero saber para onde vai o

dinheiro. Vai para o consumo supérfluo ou vai para investimento em novos empreendimentos? Se vai para investimento em novos empreendimentos, não é necessário cobrar imposto; agora, se vai para consumo supérfluo, tem que tirar, mesmo que não venha de lucro. Hoje, há pessoas que ganham muito dinheiro sem ser empresário, não têm lucro, têm que pagar imposto, mesmo que não seja do lucro; agora, o que vier do lucro ou o que vier do salário e for para investimento, temos que ter uma política menos impositiva porque gera emprego. É essa a complexidade que a gente precisa estar aberto a discutir, Senador, não presos a certos preconceitos e conceitos também do passado. O mundo está mudando. Ou a gente muda com ele ou fica para trás. E finalmente, só para concluir, eu gosto muito do seu discurso e do que traz, mas eu queria ter escutado isso também seis meses atrás. Seis meses atrás, a gente não ouvia esse discurso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu? É só o que eu falo aqui...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É verdade, é verdade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... Eu tenho projeto de lucros e dividendos, juros sobre capital próprio, tributação de grandes fortunas, cobrando IPVA para jatinhos e...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas ficamos treze anos no poder – 13 anos! –, e não se fez nada disso. Por quê? Vamos colocar a culpa agora na direita?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, então. Treze anos sem fazer isso, e pior, eu acho, treze anos sem pensar algo novo, diferente, mais avançado, uma revolução nos próprios conceitos da esquerda. É isso que a gente está precisando: revolucionar tanto que revoluciona os próprios conceitos que a esquerda construiu ao longo dos anos. E alguns desses conceitos ficaram velhos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Cristovam, V. Ex^a sabe como eu gosto do senhor aqui na relação do dia a dia. Temos debates e mais debates.

Primeiro ponto, sobre a reforma trabalhista, CLT, olha não se engane, Senador. O que está havendo aí é uma ofensiva conservadora.

O vice-presidente da Fiesp, Benjamin Steinbruch, chegou a falar em diminuir o tempo de almoço do trabalhador para 15 minutos.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não defendo este Governo. Não defendo este Governo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, eu sei, mas é preciso saber em que contexto nós estamos. Benjamin Steinbruch falou em 15 minutos para almoço.

Mas não é só isso. V. Ex^a falou que, como Governador, foi a uma sala de aula e falou: “vamos discutir o orçamento”. V. Ex^a fez isso com a maior honestidade possível. Só que nesse debate dessa PEC que limita os gastos primários à inflação, há um professor maroto aí que está escondendo uma parte importante dos gastos, que é o que se gasta com juros; que está escondendo o debate sobre tributação, porque V. Ex^a falou sobre investimentos, mas não é isso que eu estava falando, de lucros e dividendos.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Uma pessoa recebe R\$200 mil, rendimento da pessoa, de uma empresa, e paga zero. O que recebe R\$5 mil paga 27,5%.

Mas vamos voltar à questão da PEC, sobre o professor maroto que se esquece de uma parte importante. Ele só dá a opção em cima de temas caríssimos ao povo mais pobre, porque a discussão aqui é quem paga a conta. O que ele coloca? Quais são os grandes orçamentos novamente? Previdência, 500 bilhões. Senador Cristovam, 70% dos aposentados recebem um salário mínimo. Será que se vai resolver o problema fiscal do Brasil dizendo que esse povo vai receber menos que um salário mínimo? Isso é um escândalo. É maldade o nome disso.

E digo mais: esse recurso aqui foi fundamental para a criação desse grande mercado de consumo de massas. Você sabe que há um estudo do Ipea que mostra que houve a questão do crédito, que houve a formalização de emprego, que foi fundamental, mas o mais importante foi o impacto do salário mínimo na Previdência, porque esse dinheiro vai para a economia. É uma senhora aposentada que paga a escola do filho, que compra remédio, injeta dinheiro na economia. Mas eles querem mexer nisso. Não falam dos juros. E aí não falam dos juros! Não falam de tributação para os mais ricos. E depois educação e saúde.

Eu tenho uma certeza, neste caso aqui, de que o senhor não vai votar nesse projeto do jeito que está. Sabe por quê, Senador Cristovam? Porque estou estudando o projeto. Isso aqui, daqui a dez anos, destrói qualquer base de educação pública e saúde pública do País.

A saúde pública nossa – só para concluir, Sr. Presidente – nós sabemos que deixa muito a desejar. Mas o impacto disso vai ser gigantesco na vida das pessoas, porque eles estão falando da União, mas estão falando também agora, depois do acordo com governadores, para Estados e Municípios.

E eu fui prefeito, Senador Cristovam. V. Ex^a sabe que eu fiz lá o Bairro Escola; falava com a Senadora Fátima que, graças a Deus, todos os professores da minha cidade reconhecem o meu trabalho; fiz um plano de cargos e salários; fiz propostas inovadoras. Mas eu via muito prefeito dizendo: “Você está investindo muito em educação” – porque eu gastava mais de 25%. Eu não tenho dúvida de que, quando tirarem a desvinculação, vai ter prefeito que, em vez de investir os 15% em saúde, vai preferir asfalto, ponte, porque são obras mais visíveis.

Nós estamos rasgando a Constituição cidadã. Nós estamos destruindo o Estado de bem-estar social. Então espero que aprofundemos esse debate aqui, porque os números são acachapantes.

Eu só queria encerrar, Senador Jorge, falando do estudo que a equipe do meu gabinete fez, ministério por ministério. O que seria deles se esse projeto de limitação existisse há dez anos, com a inflação? Previdência Social, nós teríamos, em vez dos R\$541 bilhões...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... do ano passado, R\$340 bilhões – se valesse essa regra Temer-Meirelles. Segurança pública, em vez de R\$9 bilhões, seriam R\$6,2 bilhões. Saúde, eu já falei, cairia de R\$102 bilhões para R\$65 bilhões. Educação cairia de R\$103 para R\$31 bilhões. Defesa cairia de R\$41 bilhões para R\$26 bilhões.

Eu estou mostrando que isso vai afetar todas as áreas.

Relações exteriores também, que hoje têm um orçamento de R\$3,3 bilhões, cairia para R\$2,24 bilhões. Ciência e tecnologia cairia de R\$8,5 bilhões para R\$6 bilhões. Gestão ambiental cairia de R\$4,8 bilhões para R\$2,5 bilhões.

Há mais números: o salário mínimo, que hoje é R\$880,00, seria R\$500,00. O benefício médio da Previdência: 70% recebem um salário mínimo, mas hoje o benefício médio é R\$1.600,00 – onde estão os milionários aqui? – e cairia para R\$1.013,00. Benefício de prestação continuada para idoso e para deficiente... É tudo isso. É um desmonte, Senador Jorge.

Então, concretamente, eu encerro meu pronunciamento dizendo que nós vamos resistir no Parlamento e nas ruas. Esse Governo já nasce mal avaliado, mas eu não tenho dúvida nenhuma de que, quando eles apresentarem esses projetos, o povo trabalhador brasileiro vai se levantar, vai se organizar para impedir esses projetos que, na verdade, retiram conquistas históricas, volto a dizer, da época de Getúlio Vargas. O povo brasileiro vai se levantar para que essa pauta não caminhe aqui no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo e pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem, eu cumprimento V. Ex^a.

Extrapolamos aqui no tempo, mas é um debate importante.

Chamo a Senadora Fátima; em seguida, Senador Alvaro...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Desculpa, Fátima.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas ela é a próxima oradora; ela já tinha feito também um aparte.

A Senadora Fátima agora é a próxima oradora; em seguida, Senador Alvaro Dias; depois, sou eu.

Com a palavra V. Ex^a, Senadora Fátima.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é, Senador Jorge Viana, neste final de semana, estive lá na Flip.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pois é, estava me contando e fiquei curioso.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Legal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – No meio de tantos confrontos, ir lá, estimular a literatura...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... o livro.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Este é o terceiro ano que eu tenho ido à Flip, em Paraty, até porque eu coordeno a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Livro, da Leitura e da Biblioteca, aqui no Congresso. Na verdade, tenho me dedicado ao tema do livro, da leitura, da literatura, da biblioteca, até pela interface que esses temas têm com a agenda da educação. E nós estamos com algumas proposições legislativas em curso

aqui, Senador Jorge Viana, inclusive de minha autoria, projeto de lei que visa instituir a Política Nacional do Livro e da Escrita. Há outro projeto que quer trazer para o Brasil uma experiência vitoriosa em alguns países, que é a lei do preço fixo do livro, que, em países onde essa lei foi adotada, contribuiu – e muito – para baratear o preço do livro, conseqüentemente, democratizar o acesso ao livro e à leitura.

E estive na Flip, a convite inclusive da Libre e de outras entidades da cadeia do livro, participando de um debate cuja temática era exatamente esta: as políticas públicas voltadas para o fortalecimento do livro, da leitura e da biblioteca em nosso Brasil. A Flip, como sempre, muito bonita, e, este ano, num clima também de muito debate político, até pelo momento que nós estamos vivendo. De fato, lá, o “Fora Temer” foi do início ao fim. Do início ao fim, a grande maioria dos que lá estavam expressando o seu descontentamento, o seu inconformismo, a sua indignação diante deste momento que nós estamos atravessando.

Mas, Senador Jorge Viana, eu começo também aqui fazendo um registro de que a Comissão Especial do Impeachment, nesta semana, entra em nova fase, porque nós terminamos de ouvir as testemunhas, portanto, a chamada fase de oitivas. Foram mais de 50 testemunhas. E, mais uma vez, eu quero aqui falar com muita serenidade que para qualquer pessoa de bom senso, independentemente de suas convicções políticas, ideológicas, partidárias, ficou muito claro, após essa fase de oitivas das testemunhas que aqui vieram, portanto, após ouvir todas essas explicações técnicas, que esse pedido de *impeachment* contra a Presidenta Dilma não se sustenta pela sua insuficiência do ponto de vista de base jurídica.

Eu quero aqui colocar, mais uma vez, Sr. Presidente, que se esse processo de *impeachment* em curso for um processo sério, imparcial e sem cartas marcadas, não há outro caminho a não ser a Presidenta Dilma ser absolvida ao final.

Quero aqui, inclusive, adicionar ao meu pronunciamento a entrevista que deu o José Eduardo Cardozo, Advogado-Geral da União, hoje, respondendo de forma competente e brilhante a Defesa da Presidenta Dilma. Quero aqui registrar a entrevista que ele deu, que está veiculada hoje no jornal *Folha de S.Paulo*.

José Eduardo, mais uma vez, com muita clareza, disse que o discurso pela condenação da Presidenta Dilma não passa de uma pirueta retórica. Ele é muito feliz quando diz que o resultado da perícia feita por integrantes aqui do Senado Federal foi mais uma peça muito importante para provar a inocência da Presidenta Dilma, porque a perícia demonstrou, Senador Jorge Viana, que não houve ato algum da Presidenta da República no que se refere às subvenções econômicas do Plano Safra, que ficaram popularmente conhecidas como pedaladas fiscais.

Portanto, ela não cometeu crime de responsabilidade com base nesse argumento. Até porque, como comprovou a perícia, o Plano Safra é elaborado pelo Ministério da Fazenda com outros ministérios. Não há, portanto, como a Presidenta ficar fiscalizando todas as ações do ministério.

Também gostaria de deixar claro que essas subvenções econômicas não podem ser consideradas operações de crédito. Como bem lembrou o Advogado da Presidenta Dilma, Dr. José Eduardo Cardozo, nessa comissão, na semana passada, não se pode falar em uma operação de crédito, porque, para um empréstimo acontecer, é necessário que exista um contrato entre as partes, com prazo de pagamento e juros a serem cobrados, bem explicitados no documento, e nada disso aconteceu. O que houve foi apenas atrasos no repasse dos recursos que o governo teria que enviar ao banco para cobrir as subvenções econômicas; subvenções que são, inclusive, previstas em legislação.

A outra tentativa – diz ainda José Eduardo Cardozo – para envolver a Presidenta Dilma em crime de responsabilidade são os chamados decretos de suplementação orçamentária, assinados no governo da Presidenta, mas uma prática recorrente nos governos anteriores.

Para contrariedade e desgosto de vários Senadores que apoiam o Governo biônico, a perícia também demonstrou que não houve dolo da Presidenta ao assinar os decretos de crédito suplementar, já que ela não tinha sido alertada pelos órgãos técnicos e, portanto, não tinha como – claro – saber que tais decretos poderiam influir na meta fiscal. Portanto, se não há dolo, não há má-fé e, conseqüentemente, não há crime de responsabilidade.

Quero, Sr. Presidente, destacar mais uma frase do Advogado José Eduardo Cardozo, na sua entrevista de hoje, quando ele chama atenção para a falta de legitimidade do Governo. José Eduardo Cardozo o faz com clareza. O repórter pergunta a ele, Senador Jorge Viana: “Qual será a influência do desempenho do Governo Temer na votação do *Impeachment* no plenário?”

E o Dr. José Eduardo Cardozo responde: “Se tivéssemos um julgamento isento, nenhuma. Porém, é evidente entender como ingrediente. Nenhum governo que nasce com essa ruptura de legitimidade tem condições de fazer uma pactuação. Esse Governo já nasce conflituoso, e isso gera um conflito social permanente. A proposta do Governo Temer é radicalmente contrária ao que foi aprovado nas

urnas. [Diz José Eduardo Cardozo.]

Pois bem: é exatamente disso que se trata, Senador Jorge Viana. O que nós, seguidamente, temos feito aqui nesta tribuna é chamar a atenção da opinião pública para o risco que vive o Brasil hoje. O Brasil não é um país qualquer; é um país com quase 200 milhões de habitantes.

Infelizmente, hoje, em função de um processo de *impeachment*, repito, que não se sustenta, isso, para nós, vai passar para a história contemporânea com a maior fraude jurídica, a maior farsa política que este País já viveu, pela falta de solidez jurídica... Pois bem, em função desse processo, temos hoje a democracia totalmente violentada, porque há outro Governo, com outro projeto, com outra agenda.

É a agenda que tem nome, sim: é a agenda de retirada de direitos dos trabalhadores. É a agenda que tem nome, sim: é a agenda que entrega o Brasil ao capital internacional, na medida em que o Governo Temer vem com uma agenda não só neoliberal, mas ultraliberal. O Governo Temer, na verdade, quer fazer agora o que, por exemplo, os governos tucanos não conseguiram nos chamados anos 90.

A soberania nacional está totalmente ameaçada. É uma sede de vender o País, como a gente nunca viu. Querem privatizar tudo, da energia à água, à estrada, ao espaço aéreo, à Petrobras, ao pré-sal, e por aí vai. Tanto é que várias iniciativas, no campo legislativo, já estão em curso para alterar o marco regulatório e, portanto, flexibilizar a legislação, e facilitar o processo de desmonte do Estado brasileiro, vendendo o patrimônio nacional. Ao lado disso, há outras medidas que já têm sido mencionadas aqui, que vêm na direção do desmonte do Estado do bem-estar social: é reforma da Previdência, é reforma trabalhista.

Agora há pouco, eu fazia um aparte aqui ao Senador Lindbergh... E aqui eu quero chamar a atenção não só dos meus colegas professores, mas da sociedade brasileira, porque esse assunto não diz respeito somente aos professores, mas diz respeito à sociedade brasileira. É o fato de hoje estar estampada, nos jornais de grande circulação nacional, a matéria: "Reforma da Previdência, aposentadoria menos especial. O Governo quer endurecer regras para professor, quem trabalha em área de risco e Polícia Militar."

Isso é inaceitável! Inaceitável isso. Nós temos que zelar, sim, pelo papel do professor, pelo papel do policial, pelo trabalho deles, pela especificidade que o trabalho tanto do professor como do policial tem.

O trabalho do professor é o trabalho nobre de formação do cidadão; o trabalho do policial militar é o trabalho nobre de cuidar da segurança da sociedade, da população. Em ambos os casos, todos nós sabemos o quanto o ofício exige em termos de esforço físico, de estresse. Em relação ao professor, sabemos quanto tempo ele precisa para a reflexão, esforço mental e preparo intelectual; quanto esforço físico o professor despense, para atender a classes que, infelizmente, ainda são superlotadas, sendo tão pouco incentivado para isso. No caso do policial, é a mesma coisa; a atividade que o policial desenvolve, desempenha, por si só, é de muito risco.

Então, pelo amor de Deus, que maldade é essa?

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Social Democrata/PV - PR) – V. Exª me permite um aparte, Senadora?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Que crueldade é essa?

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Social Democrata/PV - PR) – V. Exª me permite um aparte, Senadora?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senador Alvaro.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Quero me solidarizar em relação à questão da aposentadoria especial do professor. Eu tive a primazia de ser o primeiro autor de uma proposta que foi aprovada quanto à aposentadoria especial dos professores. Quando ainda jovem Deputado Federal, por volta de 1977, uma proposta de emenda à Constituição de minha autoria foi aprovada, conferindo aposentadoria especial aos professores. Creio que essa é uma conquista intocável. E V. Exª, ao se reportar ao magistério, ao sacerdócio da atividade de magistério, ressaltou a importância de se conferir esse estímulo aos professores, já que outros estímulos não existem. Há salários insuficientes, dificuldades incríveis. Estamos ainda vivendo uma fase em que a educação no País não é a prioridade absoluta: nem mesmo o Plano Nacional de Educação é aplicado; as metas estabelecidas são ignoradas. Torna-se muito mais o Plano Nacional de Educação uma manifestação de intenção do que propriamente uma lei imposta, que deve ser cumprida. Enfim, para resumir e não tomar o tempo de V. Exª, a nossa posição em relação à aposentadoria especial do professor é irreversível. Nós, em nenhum momento da nossa trajetória política, vamos admitir se reverter essa situação. É uma conquista, a meu ver, intocável, que deve ser preservada.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Alvaro, agradeço o aparte de V. Exª, inclusive o posicionamento que V. Exª expressa com clareza, com convicção, do quanto é necessário, por um dever de justiça, nós preservarmos conquistas, direitos sociais importantes, como

é a questão da aposentadoria especial do magistério. Estaremos juntos nessa luta.

Ao mesmo tempo, chamo atenção mais uma vez das ameaças pela qual o País vive hoje, em função do Governo biônico, do Governo interino, quando, por exemplo, manda para o Congresso Nacional a chamada PEC 241, que visa conter os gastos sociais, limitar os gastos na área social, tendo como parâmetro a inflação do ano anterior.

Essa é outra proposta mortal no que diz respeito ao direito à educação do povo brasileiro, ao direito à saúde, ao direito à cidadania.

Essa Proposta de Emenda à Constituição nº 241 não pode prosperar. Se prosperar, ela vai simplesmente pôr por terra toda a agenda do novo Plano Nacional de Educação. Isso é inaceitável, inconcebível. Por isso vamos ficar, permanentemente, no Parlamento, nas ruas, junto à sociedade, lutando para impedir que essas propostas sejam aprovadas, que elas prosperem.

O caminho mais adequado para impedirmos que essas propostas prosperem, que elas caminhem, é trazer a democracia de volta, é derrotar o *impeachment*. Esse é o caminho politicamente mais correto, o que deve ser adotado.

Sr. Presidente, quero, portanto, dizer que fiquei muito preocupada com a matéria que saiu hoje, no jornal *O Globo*, em que o Governo biônico, interino, deixa claramente as suas intenções, como acabar com a aposentadoria especial do magistério e dos policiais militares, dentro do contexto maior que é a reforma...

(*Soa a campanha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...da Previdência, aumentar a idade de aposentadoria, igualar o tempo de aposentadoria entre homens e mulheres.

Ora, isso é um absurdo, isso é um atentado. Nós não podemos, de maneira nenhuma, aceitar isso. Ninguém aqui tem medo da mudança, muito pelo contrário. Nós queremos mudanças, mas mudanças, Senador Telmário, que venham na perspectiva de afirmar direitos, de trazer mais direitos e não mudanças que venham nessa perspectiva contrária, como são as anunciadas pelo Governo Michel Temer. São mudanças caminhando para trás, mudanças que significam retrocesso, mudanças que significam menos direitos.

Aliás, volto a colocar que somente um Governo que não nasce pela via da urna, pela via do voto popular, tomaria medidas como essa. Somente um Governo que não tem a legitimidade do voto popular tomaria medidas como essa.

Por isso nós temos que lutar, repito, para derrotar esse *impeachment* e para reverter esse quadro.

Senador Jorge Viana, para concluir, peço um pouquinho de sua atenção para fazer um registro.

Na última quarta-feira, o artigo que traz a biografia de Paulo Freire na *Wikipedia*, Enciclopédia Livre, foi alterado com informações que atribuem ao pedagogo a origem da “doutrinação marxista” nas escolas e nas universidades. No texto consta ainda que Paulo Freire participou da última grande reforma da legislação educacional, que resultou em “um ensino atrasado, doutrinário e fraco”.

Pois bem, diante desse quadro, Sr. Presidente, a viúva de Paulo Freire, nosso Patrono da Educação, Professora Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire), protestou em carta aberta ao Vice-Presidente interino, Michel Temer.

Repito, a Professora Nita Freire levou o seu protesto através de uma carta endereçada ao Presidente interino, Senhor Michel Temer, na qual, Senador Jorge, ela expressa todo o seu inconformismo, a sua indignação diante desse episódio. Ao final da carta, ela diz – abre aspas:

É inconcebível que numa sociedade democrática se divulguem frases carregadas de ódio e preconceito, como *Paulo Freire e o assassinato do conhecimento*, absurda e ironicamente no ano em que Paulo Freire está sendo considerado nos Estados Unidos como o terceiro intelectual do mundo, de toda a história da humanidade, o mais citado, portanto, o mais estudado nas universidades norte-americanas, que, a princípio, são contra o marxismo.

Contando com vossa compreensão e interferência para que se restabeleça a justiça e a verdade.
Cordialmente, Ana Maria Araújo Freire.

São Paulo, 30 de junho de 2016.

Quero também, Sr. Presidente, nesse mesmo contexto, saudar a iniciativa do ex-Ministro da Educação Aloizio Mercadante, que também cobrou do Governo interino de Michel Temer a apuração sobre as alterações realizados no perfil do educador Paulo Freire, na *Wikipedia*, a partir de um computador do Serpro, órgão do

Governo Federal.

A empresa Serpro de Tecnologia da Informação, do Governo Federal, simplesmente disse que a alteração não partiu de suas instalações, mas de um órgão público federal que não pode ter o nome divulgado por questões contratuais. O Serpro administra a rede que provê acesso à Internet tanto em instalações do próprio órgão como em instituições públicas em todo o País.

Portanto, quero fazer minhas as palavras da Professora Nita Freire e do ex-Ministro Aloizio Mercadante de que é inaceitável, é inconcebível que os ataques feitos ao Patrono da Educação brasileira, Paulo Freire, a partir de uma rede de computadores sob responsabilidade do próprio Estado Brasileiro sejam ignorados e fiquem sem os devidos esclarecimentos.

Espero, sinceramente, Senador Jorge Viana, que o Governo biônico, interino, dê uma resposta, porque, repito, isso é revoltante. Não estamos falando de uma pessoa qualquer, mas de um homem cuja biografia, cuja história, cuja trajetória emocionou não só o Brasil, mas o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – V. Exª tem razão. Fiquei chocado de ver a coragem, a ousadia...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...de pessoas que certamente representam esses núcleos de intolerância que tomaram conta de redes sociais, de alguns lugares da vida nacional. A pessoa ir lá sabotar a biografia de Paulo Freire, sabotar, cometer um crime... E está identificado que é um computador ligado a órgão público.

Então, espero que a Polícia Federal apure, que o Governo do Presidente interino Michel Temer, que as autoridades possam imediatamente agir.

Isso não se faz, Paulo Freire não é um patrimônio do Brasil. Ele é patrimônio da humanidade, do ponto de vista da sua obra, dos seus propósitos. Ele, no mínimo, tem que seguir merecendo o respeito de todos os brasileiros, de um lado ou de outro, independente das opiniões.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, parabênzo V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.

Vou concluir, Senador Jorge Viana, dizendo que, enfim, não é à toa que isso acontece num período em que, infelizmente, ganha fôlego ideia como a chamada escola sem partido. Aliás, os idealizadores desse projeto são quem mais tem desferido críticas e ataques à imagem, à história e à trajetória de Paulo Freire.

Volto a repetir, Paulo Freire, neste ano de 2016, está sendo homenageado nos Estados Unidos como o terceiro intelectual mais importante do mundo, de toda a história da humanidade. Então, vamos ter respeito, não é, Senador Jorge Viana? E aqui nós exigimos o respeito do Estado brasileiro, repito, por tudo o que ele fez e pelo que continua fazendo até hoje.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Concluo dizendo que as ideias de Paulo Freire não se apagarão nunca, porque são as ideias que fomentam a liberdade, a liberdade de ensinar, a liberdade de aprender. Foram as ideias de Paulo Freire que mais contribuíram, como ele próprio dizia, para que possamos ajudar o jovem e as crianças a ler o mundo, a compreender o mundo.

Então, fica aqui a nossa palavra, inclusive como Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado, de cobrança junto ao Governo, para que essa situação com relação a Paulo Freire seja corrigida imediatamente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA FÁTIMA BEZERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Entrevista José Eduardo Cardozo.

poder

Para Cardozo, dizer que Dilma tem culpa por decretos é pirueta retórica

Pedro Ladeira/Folhapress



O advogado da presidente afastada Dilma Rousseff e ex-ministro, José Eduardo Cardozo

LEANDRO COLON
DIRETOR DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
MARIANA HAUBERT
DE BRASÍLIA

04/07/2016 02h00

Compartilhar < 5,9 mil Mais opções

O ex-ministro José Eduardo Cardozo afirma que o discurso pela condenação da presidente afastada, Dilma Rousseff, no processo de impeachment é "pirueta retórica" dos opositores.

Em entrevista à **Folha**, Cardozo, advogado da presidente na comissão especial do Senado que analisa seu afastamento, reforça que o recente laudo de três servidores da Casa mostra ausência de dolo no episódio dos decretos de créditos suplementares, um dos dois pontos da denúncia contra ela —o outro é o atraso do repasse do Tesouro ao Plano Safra, a chamada pedalada fiscal.

Cardozo também faz uma autocrítica sobre o envolvimento do PT em escândalos recentes de corrupção.

PUBLICIDADE

GRANDES NOMES DA LITERATURA

Esta semana

Herta Müller

19

"Dirigentes petistas jamais poderiam ter errado desta forma e o PT tem que fazer uma reflexão", disse.

Ex-ministro da Justiça e da Advocacia-Geral da União, ele defende o ex-presidente Lula e critica o governo interino de Michel Temer (PMDB).

Segundo o ex-ministro, a tendência é que Dilma não vá à comissão de impeachment na quarta (6), dia reservado para seu interrogatório –neste caso, caberá a ele a defesa.

A previsão é que o julgamento final dela no Senado ocorra no fim de agosto.

Folha - O sr. diz que a perícia prova que não houve dolo de Dilma nos decretos. Os peritos afirmam que não é objeto da perícia avaliar dolo. Não há uma contradição na defesa?

José Eduardo Cardozo - Nenhuma. De fato a perícia não afirma se há ou não crime. Quem faz isso é o julgador, a defesa, a acusação. Mas há um fato mortal para dizer que não há dolo. Nós perguntamos se a presidente foi alertada se os decretos poderiam ensejar ofensa à meta fiscal. A perícia diz que não, que os órgãos técnicos não informaram a presidente. Quem não é avisado de algo não age com má fé.

Mas é sua interpretação da perícia...

É claro que é minha, mas é impossível dizer o oposto.

Senadores que vão julgá-la dizem que, mesmo assim, houve culpa dela.

É uma pirueta retórica. Está claro que não houve dolo.

A perícia diz que não há ato direto dela em relação às pedaladas, mas afirma que a análise de omissão, se a presidente deveria ou não fiscalizar, cabe aos senadores.

Esse argumento é curioso. Já está claro que não houve o ato. A questão é: a presidente da República deveria fiscalizar o pagamento de um entre centenas de programas? Impossível. A lei não diz que a presidente faz a gestão do Plano Safra.

O laudo é claro em afirmar que a pedalada foi irregular por ser uma operação de crédito e violar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com todo respeito, os auditores não são juristas, apenas seguiram a opinião do Tribunal de Contas da União. Discordo porque operação de crédito é empréstimo, que exige acordo entre as partes, prazo de pagamento e cobrança de juros. E não existe isso no Plano Safra.

Dilma também não paga um preço por erros graves cometidos na política e na economia, com um país quase quebrado?

Podemos discutir a política sem problema, mas o momento de decidir se houve acertos ou erro é nas eleições. Não se move processo de impeachment porque discordo da política.

Mas a presidente não costuma reconhecer erros. Na sua opinião, quais erros foram cometidos para que se chegasse a esse processo?

Não tenha dúvida que podemos fazer uma análise política de erros do governo. A própria presidente disse que erramos em vários momentos, mas não podemos discutir isso num processo de impeachment.

O senhor fala em golpe, mas participa do processo, indicando testemunhas, discursando. Não está legitimando algo que diz ser golpe?

Não, porque muitos processos foram feitos na humanidade com exercício pleno de defesa mas com verdadeiras fraudes processuais. É muito importante participar de um processo quando se acredita que possa revertê-lo.

Como está a presidente Dilma?

Falo com ela praticamente todos os dias, pessoalmente ou por telefone. É uma pessoa que a cada dia me surpreende. A firmeza dessa mulher é impressionante. Muita gente pensa que está abatida. Pelo contrário, é uma pessoa que, nas horas mais difíceis, é uma fortaleza.

O que ela tem dito sobre a comissão do impeachment?

Quando pode, assiste às sessões. Ela brincou comigo com situações engraçadas, como aquela do jurista "Thomás Turbando" [quando Cardozo caiu numa pegadinha de assessores]. Ela brincou comigo, de 'onde você tirou essa história'. Aí respondi que na confusão pegaram esse nome.

Qual será a influência do desempenho do governo Temer na votação do impeachment no plenário?

Se tivéssemos um julgamento isento, nenhuma. Porém, é evidente entender como ingrediente. Nenhum governo que nasce com essa ruptura de legitimidade tem condições de fazer uma pactuação. Esse governo já nasce conflituoso. E isso gera um conflito social permanente. A proposta do governo Temer é radicalmente contrária ao que foi aprovado nas urnas.

Várias operações da PF têm sido realizadas recentemente, uma prendeu o ex-ministro Paulo Bernardo [já solto]. É uma PF mais ativa em relação a sua época na Justiça?

O ritmo continua o mesmo de quando eu era ministro, até porque as operações não são decididas em um, dois meses. Seguramente as operações feitas hoje foram investigadas no nosso período. Eu vejo como uma continuidade.

O episódio de nomear Lula ministro foi um erro fatal para o governo Dilma, não foi?

Acompanhei esse processo à distância, mas para mim era muito claro que não havia nenhuma intenção de burlar a jurisdição [da investigação de Lula, de Curitiba para Brasília]. A presidente achava muito importante ter uma pessoa como o Lula para aglutinar forças. Esse episódio da divulgação dos áudios da conversa entre eles, lamentavelmente, apesar de o Supremo Tribunal Federal ter reconhecido a ilegalidade, trouxe um estrago político incomensurável.

Como o sr. vê a atuação do juiz Sergio Moro na Lava Jato?

É um juiz extremamente competente, mas discordo de algumas decisões, como no caso da busca e apreensão na casa do ex-presidente Lula. Não havia menor fundamento. Muitas vezes um bom juiz toma decisões que nem sempre as pessoas concordam.

O tesoureiro e o marqueteiro do PT estão presos. O seu partido foi pego em situações de corrupção, de desvio de dinheiro público. Não dá para dizer que é tudo uma conspiração, não?

Não generalizo as coisas. Não vou dizer que, pelo fato de haver várias acusações contra o presidente do PSDB, que o PSDB foi pego. Algumas pessoas estão sendo investigadas, algumas no passado foram condenadas no mensalão. Eu faço uma crítica dura, de que dirigentes petistas jamais poderiam ter errado desta forma e o PT tem que fazer uma reflexão. Agora, dizer que é só o PT, é viés ideológico.

Esses petistas erraram como?

Veja, não quero justificar erros individuais de ninguém. Quem errou tem que pagar o preço. Agora, ter participado do sistema eleitoral é correto, o que não poderia é alguns dirigentes nossos terem incorrido em práticas que sempre recriminamos. Mas dizer que essas práticas só incorreram no PT é errado.

O sr. fala em questões eleitorais, mas dois petistas, Lula e José Dirceu, são suspeitos de enriquecimento ilícito.

Vou fazer uma defesa veemente do Lula. Não se pode prejulgar ninguém. Eu não prejulgaria o senador Aécio Neves (PSDB-MG) das acusações, deem a ele o direito de se defender. Vamos dar direito ao Lula de se defender e acho que ele seguramente vai provar sua inocência.

E por que o sr. não defende o José Dirceu?

O José Dirceu foi condenado. Durante muito tempo o defendi, dizendo que foi cassado da Câmara sem provas. Agora, ele está sendo investigado por outros fatos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

Cumprimento mais uma vez V. Ex^a por ter participado da Flip, por essa luta em defesa do livro e da leitura no Brasil e, por fim, por trazer esse tema que nos unifica a todos, que é cobrar das autoridades que imediatamente identifiquem e possam fazer a adequada punição dos que sabotaram a biografia de Paulo Freire, dos que entraram indevidamente nessa página e mancharam, atingindo a sua honra, da sua filha, que escreveu a carta, enfim, de todos nós.

Paulo Freire merece o respeito de todo o Brasil, porque é parte da nossa história, é parte da história da educação no Brasil e no mundo.

Senador Alvaro Dias, V. Ex^a tem a palavra.

Em seguida, sou eu e depois, o Senador Telmário.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Jorge Viana, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, uma rápida referência à reunião da Comissão Especial do *Impeachment*, que se reúne no dia de amanhã para ouvir os técnicos do Senado responsáveis pela perícia técnica encomendada pela Comissão.

É evidente que nós temos a convicção de que essa perícia é a conclusão que retiramos desse trabalho. A perícia confirma a existência do crime de responsabilidade. E, obviamente, aos julgadores cabe a definição de quem é responsável pelo crime praticado.

Não temos nenhuma dúvida. Obviamente, quem preside o País é responsável pelos atos praticados por aqueles que nomeia e agem em seu nome, sobretudo quando há o alerta, como ocorreu através de técnicos qualificados do Tesouro Nacional que revelaram a existência de irregularidades há dois anos e meio. Portanto, dois anos e meio antes de iniciarmos esse processo de *impeachment*, esses técnicos afirmaram: existia à época a prática de irregularidades que deveriam ser contidas pela Presidência da República, e não foram. Alegaram que se transformariam em esqueletos que seriam expostos diante da Nação. E esses esqueletos estão sendo hoje responsáveis por um processo de *impeachment*.

Portanto, essa é a nossa convicção. Ela não se alterou durante os debates travados nessa Comissão. O posicionamento adotado quando da admissibilidade do processo de *impeachment* é mantido e, obviamente, será preservado até o dia do julgamento definitivo.

Mas hoje, Sr. Presidente, quero abordar o assunto que a imprensa divulgou, relativamente a uma pauta que seria submetida ao Senado Federal nos próximos dias, com pontos positivos, extremamente positivos, entre esses aqueles que dizem respeito à redução de gastos correntes. Em um momento de crise brutal que assola o País, é óbvio que isso é urgente, é matéria urgente.

Portanto, em relação a esse tema, devemos atropelar para ganhar celeridade e promover redução de despesas que são imprescindíveis para que o País recupere a sua capacidade de investir. Mas há itens negativos nessa pauta. Entre eles, eu me refiro ao projeto sobre abuso de autoridade.

Não que não devamos discutir esse tema. Devemos discuti-lo no momento adequado. Acho imprudente colocar em debate esse tema quando as autoridades judiciárias estão envolvidas na maior investigação da história brasileira, com a Operação Lava Jato à frente, investigações que revelam fatos estarrecedores, que sacodem o País e promovem uma indignação alargada em todas as camadas da sociedade brasileira.

Discutir abuso de autoridade neste momento certamente é colocar em dúvida o propósito, já que há aqueles que interpretarão como sinais de que queremos comprometer a Operação Lava Jato.

Portanto, este debate fica prejudicado, porque, eventualmente, é possível aprimorar a legislação, mas, certamente, numa hora como esta, a conclusão será a de que o objetivo é outro, não o do aprimoramento da legislação, mas o do seu comprometimento, exatamente para combater autoridades judiciárias que se esforçam para revelar ao País as suas mazelas, os crimes praticados, na esperança de virar essa página e de promover uma grande limpeza ética do Brasil.

Nós temos de discutir esse assunto, sim, mas depois. Este é o momento da experiência rica. Certamente, depois da Operação Lava Jato, nós teremos mais informações, mais experiência, mais sugestões. Certamente, haverá ideias inteligentes para o aprimoramento da nossa legislação, não só em relação a essa questão pontual, específica, mas em relação à legislação penal de modo geral.

Nós temos de dar um salto de qualidade em matéria de legislação, e o Senado até, de uns tempos para cá, tem adotado um expediente inteligente, que é o de convocar especialistas em cada área para discutir pré-projetos que possam ser submetidos, em seguida, à deliberação da Casa. Houve isso em várias oportunidades, sobretudo quando discutimos os Códigos, o Código Civil, o Código Penal, o Código de Processo Penal. Especialistas foram convocados para dar uma contribuição inteligente e útil ao Senado. Muitas vezes, somos acusados de legislarmos mal. Sempre há esta acusação: “Ah, o Congresso legisla mal!” Então, a

busca dessa parceria, Senador Jorge Viana, é uma iniciativa inteligente, ao constituir comissões integradas por especialistas e, obviamente, por Senadores para um debate preliminar, que ofereça uma pré-proposta a ser debatida no Senado Federal, e este é o caso, uma legislação que diga respeito a abuso de autoridade, à delação premiada. Obviamente, estamos adquirindo uma enorme experiência neste momento no País e estaremos mais preparados para esse debate e, sobretudo, para o aprimoramento da legislação quando superarmos essa etapa.

Essa proposta, que é de 2009, havia sido arquivada na Câmara dos Deputados e agora é retomada pelo Senado. É um projeto que “define os crimes de autoridade cometidos por integrantes da Administração Pública, servidor da União, Estados e Municípios, dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público. A punição seria uma ação penal com a possibilidade de indenização de danos e perda do cargo”. Portanto, esse texto tinha sido arquivado na Câmara e agora é retomado.

O projeto quer proibir, por exemplo, “o uso de algemas ou de qualquer outro objeto que tolha a locomoção” quando não houver “resistência à prisão”.

Além disso, considera crime de abuso de autoridade “constranger alguém sob ameaça de prisão a depor sobre fatos que possam incriminá-lo” e “ofender a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem da pessoa indiciada em inquérito policial”.

Imagine a aprovação de um dispositivo dessa natureza neste momento! Isso possibilitaria interpretações as mais variadas! Certamente, a primeira interpretação é a de que se deseja explodir a Operação Lava Jato, impedir que a Operação Lava Jato alcance seus objetivos. Não podemos, de forma alguma, compactuar com uma tentativa dessa natureza ou mesmo com uma interpretação dessa natureza.

A proposta ainda evita “grampos” sem autorização, como os surgidos na delação do ex-Presidente da Transpetro. O texto diz que é crime “promover interceptação telefônica ou escuta ambiental sem autorização judicial ou fora das demais condições, critérios e prazos fixados no mandado judicial, atingindo a situação de terceiros e não incluídos no processo judicial ou inquérito”.

Sem dúvida, são questões que devem ser debatidas. É responsabilidade do Congresso Nacional aprimorar a legislação, valendo-se dessa experiência – repito – rica que estamos obtendo com as investigações judiciais em curso.

Certamente, a Operação Lava Jato é irresistível, intocável...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ...e chegará aos seus objetivos finais. Depois disso, teremos tempo hábil para debater, de forma democrática e ampla, consultando especialistas, a elaboração de uma legislação competente.

Repito, considero imprudente colocar essa questão em debate neste momento, no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a. Não tenho nenhuma dúvida, Senador Alvaro, que cada coisa deve-se dar no seu tempo.

Neste momento – inclusive, tenho falado sobre isto, dei uma entrevista para Roberto D’Ávila –, a própria Operação Lava Jato está fazendo aquilo que o Congresso se omitiu em fazer, que é a reforma política. Eles não têm o instrumento, mas, pelo menos, estão tirando essa maneira de financiar campanha, de financiar partido. A estruturação do poder político no Brasil está sendo desmontada. Acho que isso é bom, porque vamos ter a oportunidade de construir algo à altura dos princípios éticos, dos conceitos que a sociedade cobra. Acho que isso é louvável. Acho que qualquer discussão que possa tolher a plena liberdade de ação daqueles que estão à frente desse processo do Judiciário não é boa, não é boa para o País.

Não sei se o Senador Telmário poderia assumir a Presidência.

Por gentileza, Senador Telmário, assumo a Presidência, para que eu possa ir à tribuna.

(O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Com a palavra o Senador Jorge Viana, representante legítimo do Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar todos que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado nesta segunda-feira, especialmente a população do meu Estado do Acre e mais ainda a população de Brasileia.

Eu queria dizer que nós celebramos mais um aniversário de Brasileia. Eu queria fazer este registro, porque entendo que é muito importante até compartilhar com todos os brasileiros a história desse Município.

Não é por acaso – meu pai também nasceu em Brasileia – que temos Brasileia como uma referência de

vida. Lá vivi ainda criança. Meu irmão mais velho nasceu em Brasileia.

Tivemos agora, no dia 3, mais um aniversário de Brasileia. É um Município que foi fundado em 3 de julho de 1910, no auge da riqueza da borracha, do processo de industrialização no mundo, que tinha, como base, a borracha. O Acre, especialmente o alto Acre, como também Juruá, era o grande produtor de borracha do mundo. A cidade de Brasileia foi então fundada nessa data. Imigrantes árabes, gente de toda a parte do mundo corria para o Brasil, mas, especialmente, brasileiros do Nordeste. Ela surgiu a partir do antigo Seringal Carmen e já levou o nome primeiro... É interessante fazer o registro, quando faço constar no *Anais do Senado* o aniversário de Brasileia, de que ela nasceu com o nome de Brasília, e foi assim até 1943. Até aquela data, Brasileia se chamava Brasília. Era uma mistura do nome do Brasil e de Leia, no caso a nossa floresta. Então, surgiu o nome Brasileia. Nesse sentido, o nome Brasileia substituiu o nome que foi dado à nossa Capital, Brasília, para que o nome pudesse ser usado aqui, para não houvesse dois nomes iguais no Brasil, para que o nome daquela cidade não fosse igual ao da Capital. Ali já se pensava em Brasília como a Capital do Brasil.

Está localizada na divisa com a Bolívia, a 240km de Rio Branco. Do outro lado do rio, há Cobija. E, mais 100km na frente de Brasileia, há Assis Brasil, Iñapari e Bolpebra, que formam a tríplice fronteira do Brasil com a Bolívia e com o Peru, no Acre.

Eu queria também fazer o registro de que Brasileia, além de um apogeu muito forte por conta da produção da borracha, também foi palco de embates difíceis na década de 70, em que tivemos naquela região a primeira organização dos trabalhadores da floresta. Chico Mendes, inclusive, começou a trabalhar em Brasileia com Wilson Pinheiro. Lá é que eles começaram a organização, com o apoio da Contag e com o apoio da Igreja, dos sindicatos de trabalhadores rurais, que, na época, nem eram seringueiros.

Nessa organização, eles tinham como bandeira de luta, primeiro, o direito dos trabalhadores, mas tinham também uma preocupação com a expansão da pecuária ostensiva e com o desmatamento da floresta. Foi lá que Chico Mendes teve sua primeira participação na organização. Mas o grande líder, naquela época, era o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Acre – este era o mais forte sindicato –, quer era Wilson Pinheiro. Ele foi assassinado em 1980.

Nesse período, Lula esteve lá, depois da morte de Wilson Pinheiro. Lula, inclusive, foi processado por conta dessa viagem que fez a Brasileia, ao Acre. Ele sempre teve uma relação muito forte lá e, depois, voltou lá inúmeras vezes. Ele foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional por conta de um discurso que fez, reclamando justiça, reclamando da violência contra os trabalhadores rurais.

Wilson Pinheiro foi assassinado dentro da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Daí, depois do seu assassinato, houve o deslocamento de Chico Mendes para Xapuri, e surgiu o movimento, que ganhou fama no mundo inteiro, em defesa do meio ambiente, das populações dos povos da floresta, dos seringueiros, das populações indígenas, do qual o Acre foi sede e em que nosso povo simples, os trabalhadores rurais, os lutadores em defesa da floresta e do meio ambiente ganharam papel de protagonistas.

Hoje é uma agenda que está no mundo inteiro a discussão da mudança do clima. E não é sem razão que, no centro dela, como resultado da Rio 92 e da Rio+20, estão os objetivos do desenvolvimento sustentável, a agenda de preocupação com a mudança do clima no Planeta e a busca por mudar a maneira como a vida humana é colocada dentro deste Planeta, como a atividade econômica é feita, como o padrão de produção e de consumo é levado adiante, o que põe em risco a vida no mundo.

Agora mesmo, no Acre, nós estamos vivendo uma situação muito crítica. É inacreditável! Nós estamos no começo de julho, no dia 4, e o Rio Acre está atingindo o mais baixo nível de sua lâmina d'água da história. Há quase 50 anos, no começo de julho, o Rio Acre não tinha águas tão baixas. No Rio Acre, às vezes, a variação do nível do rio é de mais de 16m, 17m, 18m. Por isso, temos cheias que são desastres naturais gravíssimos, que atingem a população, como se repetiram nesses últimos anos, em que o Governador Tião Viana e o Prefeito Marcus Alexandre, da Capital... O Prefeito de Tarauacá viveu nove cheias em um único ano. Assis Brasil e, especialmente, Brasileia, Epitaciolândia e Xapuri – isto ocorreu ainda mais em Brasileia – sofreram as mais grandiosas alagações, como nós chamamos, que trouxeram prejuízos que, até hoje, não conseguimos nem calcular! Não conseguimos fazer a reconstrução daquilo que foi destruído pelas cheias.

Agora, como era de se esperar, estamos vivendo o outro lado da moeda: a possibilidade de termos uma grande seca no Acre, como tivemos em 2005.

Foster Brown, um dos cientistas que estudam bem a mudança do clima e têm uma conexão com a comunidade científica internacional, alerta-nos já há algum tempo de que, depois da cheia do Madeira, depois das cheias no Rio Acre, existe a possibilidade – alguns indicadores apontam – de termos um período de seca. E isso é muito grave, porque afeta também, por outro lado, toda a atividade produtiva e põe em risco a vida. Obviamente, se se configurar essa seca, nós corremos o risco de ter algo parecido com 2005. Eu era Governador ainda e nunca tinha visto aquilo, nunca tinha estudado aquilo. A engenharia florestal, a ciência

florestal não explica haver incêndios florestais em florestas tropicais. Há na sua região, em Roraima, Senador, há no Cerrado. Existem teses de que o fogo é parte da ecologia do Cerrado, mas não de uma floresta tropical como a nossa. E é isso que nós estamos vivendo, com esse risco, neste ano no Acre, especialmente na região que nós conhecemos como Alto Acre, na Bacia do Rio Acre.

Eu queria parabenizar a população de Brasileira pelo aniversário e agradecer o carinho. É provável que, nessa próxima ida minha ao Acre, provavelmente na sexta-feira ou mesmo na segunda-feira, eu possa visitar Brasileira para reunir os amigos e levar pessoalmente meu abraço a todos os habitantes daquela boa terra.

Sr. Presidente, antes de encerrar, eu queria também dizer que eu conversei com a Senadora Gleisi, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e nós vamos ter, nesta semana, na Comissão de Assuntos Econômicos, o debate sobre a resolução do Senado Federal que o Senador Randolfe e eu apresentamos, com assinatura de quase 40 Senadoras e Senadores, propondo o estabelecimento de uma alíquota única nos Estados para o ICMS cobrado no combustível da aviação.

É um absurdo o debate que nós temos visto. O debate era extremo. Na semana passada, estávamos discutindo aqui o que alguns falam como projeto de céu aberto: ter companhias aéreas instalando-se aqui, no Brasil, sem nenhum limite de participação de capital nacional. A princípio, em um momento como este – e eu estou debatendo este tema há muito tempo –, todo mundo é simpático: “Olhem. Isso pode trazer uma redução do preço”. É verdade, nós temos que trabalhar para que o preço de uma passagem no Brasil seja justo, porque hoje ele é absolutamente injusto. Nós seguimos cobrando a passagem mais cara do mundo, mas é bom estar atento a de onde vem esse absurdo; se não, podemos usar o remédio errado e aí não vamos curar o paciente e podemos ainda pôr em risco o paciente. Parece que é simples, mas nenhum importante país do mundo usa essa política de céu aberto. Os Estados Unidos, nem pensar; China, nem pensar; a Europa também não. E o Brasil vai fazer isso?

E estamos em uma hora ruim. Quando o Brasil estava indo muito bem, as coisas no Brasil tinham valor, a nossa moeda também tinha mais valor; agora, nós estamos em baixa, é um período de baixa, o pior momento para alguém aqui no Brasil vender alguma coisa, pois vai vender por um preço baixo. Ótimo momento para quem compra. Deixa-me muito preocupado essa história de que agora vão querer privatizar tudo, de que vão vender tudo. Vender no pior momento? Vamos consertar as coisas, vamos melhorar o País. E, lá na frente, se for do interesse nacional, faz-se um negócio com algum equilíbrio, com alguma racionalidade. É um crime fazer isso que eu leio e vejo circulando.

Na área da aviação, não é diferente. Hoje, o que acontece? As empresas provam e mostram, nas muitas audiências que fizemos, que 40% do custo das empresas estão diretamente ligados ao combustível, Senador Telmário. Agora, vejam bem. Vou fazer uma pergunta que vou responder: as empresas estrangeiras que operam no Brasil pagam ICMS? A resposta é: não, não pagam. Então, as empresas brasileiras que operam aqui dizem que 40% de seu custo estão diretamente ligados ao custo que elas têm com combustíveis. E eu estou dizendo que, desses 40% do custo das empresas, elas pagam ICMS de 25% de alíquota em boa parte dos Estados, como São Paulo. Sabe quanto uma empresa estrangeira que voa em São Paulo paga de ICMS? Zero! É óbvio que a passagem que essas empresas cobram em uma viagem para fora do Brasil – e aí não importa se é uma empresa nacional ou estrangeira – é bem mais barata do que dentro do Brasil. E eu pergunto: é justo que o brasileiro tenha que pagar mais caro para andar dentro do seu País, para o seu trabalho, para procurar um tratamento de saúde, para visitar alguém? É justo ele pagar o dobro do que se paga para ir à Europa ou a qualquer outra parte do mundo? Não é justo! E é contra isso que nós estamos lutando. Então, o nosso desafio é encontrar uma maneira de o Brasil deixar de ter a passagem mais cara do mundo.

Agora, eu acho pouco provável que isso aconteça escancarando a porta. Quando as coisas não estão funcionando na nossa casa, temos que organizar para que as coisas funcionem e não abrir portas e janelas e dizer: “Vem todo mundo aqui fazer uma farrá”. É mais ou menos o que estão querendo fazer com o País. Vai custar mais caro, e depois nós não vamos ter mais o patrimônio que temos hoje. O Brasil é um País rico. Está enfrentando um momento de dificuldade? Está. Tem que se combater toda essa situação de corrupção? Tem que se combater. Tem que se fazer o Brasil reencontrar a democracia? Sim. Agora, do jeito que nós estamos indo, é uma farsa que nós estamos vivendo.

A autoridade do voto não serve mais para nada – afastou-se uma Presidenta que foi eleita. O Plenário do Senado colocou um Presidente interino – e alguns acham que isso é a solução. Isso é romper com o que há de mais basilar, mais importante na democracia, que é a soberania do voto.

Junto com a história desse golpe, vem junto a história de vender o Brasil a preço de banana. Já fizeram isso lá atrás. Não deu certo, na maioria dos setores. Os bancos ganharam bilhões. Agora, todos nós trabalhamos no Brasil inteiro para pagar mais de R\$500 bilhões por ano de juro. E falamos que há um déficit de R\$170 bilhões. Será que não entra ninguém que possa dizer: “Vamos organizar isso, vamos botar isso no tempo e vamos tirar

o Brasil dessa situação”? Agora, um País que paga R\$500 bilhões de juros – e não é o principal que está sendo pago, é só o serviço da dívida – é um país pobre ou um país rico? É um país pobre que segue sendo explorado. Não tem sentido. E eu acho que é essa história de toda vez pegar um banqueiro do banco que mais lucra, porque é o banco que mais recebe juro, e pôr no Banco Central; de pegar outro e pôr na Fazenda. E nenhum deles apresenta uma alternativa para dizer: “Olhem, dos quinhentos e pouco bilhões, com cinquenta bilhões, nós vamos fazer investimentos aqui para o Brasil retomar o crescimento”. Escalonar isso. Reorganizar. Como é que o País pode ter a maior taxa de juro do mundo? Isso se reflete em tudo: na inflação, na vida do brasileiro, na do desempregado. E é uma espécie de combustível para esse enfrentamento político que nós vivemos.

O Senador Telmário ia só fazer uma observação. Eu agradeceria a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – V. Ex^a coloca a questão do preço da passagem. Eu tenho visto que V. Ex^a tem levantado esse tema desde quando chegou aqui e acho que conhece como ninguém essa temática, inclusive, a questão da passagem, do preço da passagem área, que envolve o Acre, o centro do Brasil, Brasília etc. Roraima hoje está desassistida de voos entre Roraima e o Amazonas. Imagine!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É, as companhias estão reduzindo os voos. O preço está aumentando.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Manaus é a primeira capital depois de Roraima na vinda de lá para cá. Nós temos um voo só, o da Azul. Está quase R\$2 mil para você viajar 55 minutos. É um monopólio violento. É uma barbaridade que estão fazendo com o povo brasileiro.

E este Governo interino que está aí adotou discriminar o Estado de Roraima em todos os aspectos. Foi o pior Governo Federal para o Estado de Roraima. Todo mundo sabe que a Presidenta Dilma, como Presidenta, num ano, foi duas vezes a Roraima. Numa, ela foi entregar três mil e poucas casas; na outra, três mil e outras tantas casas. O mais importante foi que ela teve a coragem de destravar uma área chamada Parque do Lavrado, que era uma área ambiental que estava travando a questão jurídica fundiária do nosso Estado. Isso agora destravou, e a Governadora vai poder emitir títulos, que era uma verdadeira corrupção feita pelo governo do PMDB e do PSDB. Ela, sem nenhuma dúvida, até hoje, foi a melhor Presidente para o Estado de Roraima.

E é lamentável que o Estado de Roraima esteja ilhado hoje por causa do preço exorbitante, altíssimo das passagens aéreas. São três empresas que vão lá – a TAM, a Gol e a Azul –, mas somente a Azul está fazendo a linha entre Manaus e Boa Vista.

Portanto, quando levanta essa situação, V. Ex^a o faz com muita propriedade e atinge diretamente o povo do meu Estado de Roraima, que só tem dois meios de sair de lá: o avião ou o avião.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço e quero retomar.

Nesta semana, nós vamos ter uma audiência, que foi pedida por colegas Senadores de São Paulo. Vejam só: o Estado de São Paulo, que tem a maior movimentação no País, tem um ICMS de 25%, e o Governo não quer reduzir. Então, as empresas também não reduzem o preço da passagem, e nós seguimos pagando a passagem mais cara do mundo, com queda na oferta de voos. Os voos para o Acre são todos de madrugada. V. Ex^a coloca a situação do Estado de Roraima, mas poderíamos falar de Rondônia, do Amapá... São dezenas de Senadores que se somaram a esse nosso esforço. E o que acontece? Agora, virão Secretários de Fazenda, representando o Confaz, certamente, para pedir, dizendo que há uma crise, para manter o ICMS em 25%. Eu apresentei uma proposta para reduzir para 12%, porque mais de um terço dos Estados do Brasil já cobram abaixo de 12%. O Rio de Janeiro, por exemplo, cobra abaixo de 12%, assim como Minas Gerais e o Espírito Santo. São Paulo vai ganhar, porque hoje já há companhias que abastecem no Rio e vão para São Paulo e voltam de lá sem abastecer. Agora, o problema é o custo para o passageiro. Nós não estamos querendo polêmica política, mas solução. Então, vamos fazer essa audiência esta semana e vamos votar esse projeto de resolução.

Tenho muita fé, tenho muita confiança de que isso é melhor que abrir os céus do Brasil. Sou favorável a debater, a criar uma concorrência, porque isso é bom. Ampliar a concorrência é bom para o usuário, para o contribuinte. Se é bom para o contribuinte, nós temos que defender, mas não podemos deixar de pensar no nosso País. E é pensando no nosso País, trabalhando pelo contribuinte, lutando para reduzir o custo real das passagens no Brasil que nós vamos fazer dois eventos: a audiência pública que alguns Senadores pediram e a apreciação de um projeto de resolução meu e do Senador Randolfe, em que sou relator e que conta com o aval de mais de 40 Senadores, para redução da alíquota para 12%, para o qual espero contar com o voto do Senador Telmário e dos demais Senadores. Com isso, vamos poder cobrar das companhias aéreas do Brasil que tenham um preço justo e uma melhor oferta de voos.

Aí, nós vamos ter a possibilidade de fortalecer empresas com bandeira nacional, que podem se associar

a empresas estrangeiras, mas não podemos deixar o Brasil ser levado a preço de banana. O certo é, quando temos uma crise, quando o patrimônio está desvalorizado, encontrar uma maneira de atravessar a crise e não se desfazer do patrimônio, porque, quando você se desfaz do patrimônio num momento de dificuldade como este, quem dá o preço é quem quer comprar. E, quando o negócio só interessa ao comprador, quem está vendendo vai perder e muito. E nós não estamos falando de um negócio qualquer, mas do nosso País.

É por isso que eu estou bem atento. Não sou radical nem para um lado, nem para o outro, mas sou realista e acho que nós temos que pensar o Brasil hoje e amanhã, olhando sempre os erros do passado, e não apenas só no hoje, não apenas no momento. É nesse sentido que nós estamos querendo colaborar, para ver se enfrentamos algo, porque as pessoas não aceitam mais ficar pagando um preço tão absurdo na passagem aérea no Brasil.

Nós já tínhamos, na época do Presidente Lula presidindo o Brasil, 120 milhões de pessoas andando de avião;...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... depois, no Governo da Presidenta Dilma, no primeiro mandato. Agora já está perto de 100 milhões de pessoas – 20 milhões de pessoas, por ano, estão deixando de andar de avião no Brasil, e certamente é por conta disso. O poder aquisitivo caiu? Caiu, mas a passagem está mais cara, o preço do combustível está um absurdo e o número de voos está sendo reduzido.

Essa audiência que vamos fazer é no propósito de, definitivamente, vencer essa etapa e colocar em votação. Peço que todos acompanhem, participem desse debate e nos ajudem a fazer a redução do ICMS do combustível de avião, para que a gente possa cobrar das empresas uma melhor frequência de voo e um preço justo no bilhete de passagem aérea.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Senador Jorge Viana, como eu vou à tribuna, gostaria que V. Ex^a voltasse a ocupar a Presidência da Casa.

(Soa a campanha.)

(Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Com a palavra V. Ex^a, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Vice-Presidente desta Casa; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, queridos roraimenses, neste final de semana estive em Unaí, uma cidade mineira próxima a Brasília. Fui convidado a conhecer a propriedade do Sr. John José Gonçalves, um pequeno criador de búfalos. Veja, Sr. Presidente, que inédito: criar búfalos – e com sucesso – em pleno cerrado brasileiro, sendo que esse animal é típico de áreas alagadas, como Roraima, Amazonas, Pará etc. O Sr. John José tem 380 búfalos, emprega 16 pessoas diretamente e 120 indiretamente. Processa a carne, o leite e a genética desses animais.

Sr. Presidente, Unaí é uma cidade próspera. Na traseira dos ônibus que saem de Brasília para Minas Gerais há um letreiro: “Unaí, celeiro de Minas Gerais”.

Essa visita, Sr. Presidente, me trouxe a esta tribuna para falar do pequeno agricultor. Com este discurso pretendo semear ideias para apoiarmos programas em favor dos pequenos produtores rurais. As propriedades rurais brasileiras de pequeno e médio portes são compostas em grande parte por agricultores. Geralmente são trabalhadores rurais que produzem diversas culturas com pouca tecnologia e mão de obra familiar.

A agricultura de pequeno porte é o conjunto de produtores rurais que trabalham em pequenos módulos de produção e utilizam a força de trabalho da família; eles podem estar integrados a agroindústrias ou cooperativas.

Sr. Presidente, a pequena agricultura precisa ser tratada tal qual um empreendimento empresarial e, por isso, deve conseguir sobreviver de forma independente nos ramos em que atua. Pequenos produtores são menos competitivos em atividades que envolvem economias de grande escala, como produção de grãos ou pecuária de corte. Por outro lado, eles conseguem gerar margens suficientes na produção de frutas e verduras, que são mais intensivas em mão de obra e podem gerar uma receita superior à da produção de grãos por unidade de área. A gestão de custos é a única ferramenta para aumentar a margem de lucro, Sr. Presidente.

Para o sucesso do agricultor, a tecnologia é um acessório indispensável. Para tanto, fazem-se necessárias

políticas públicas para acesso a equipamentos adequados e insumos genéticos de alta qualidade, para maximizar a produtividade do trabalho.

Para o pequeno produtor rural comercializar sua produção seria ideal a existência de contratos de fornecimento com condições de garantia de preços por parte de processadores, distribuidores e Governo Federal. Outro aspecto desejável é a existência de dependência bilateral entre produtores e compradores, que gera incentivos para uma relação duradoura. Na maioria dos casos, os pequenos agricultores vendem seus produtos em condições de mercado pequeno, sujeito a grandes oscilações e comportamentos oportunistas dos parceiros. É fundamental, Sr. Presidente, a presença do Governo Federal na oferta de serviços e obras destinados a essas pequenas propriedades, ainda que exista grande número de parcerias com empresas privadas e entidades sem fins lucrativos.

Sobre a conservação do meio ambiente, a agricultura de pequeno porte está alinhada com as exigências básicas de preservação de recursos naturais, reduzindo o consumo de recursos em geral e reciclando materiais ou resíduos. A pequena agricultura protege muito mais o meio ambiente que a monocultura latifundiária, Sr. Presidente. Para preservar os recursos naturais, são necessários a identificação de ecossistemas na região e o levantamento das limitações às atividades agropecuárias, por meio de um zoneamento econômico e ecológico. No entanto, infelizmente, poucas prefeituras possuem políticas nessa área. Em geral, faltam instrumentos de ação do setor público, como legislações específicas ou órgãos municipais voltados ao pequeno agricultor, como acontece hoje no meu Estado de Roraima, onde os agricultores são impedidos de ter acesso às terras pelos grandes latifundiários – muitos deles políticos inescrupulosos e corruptos que hoje representam, infelizmente, o meu Estado.

Sr. Presidente, agora quero falar dos incentivos negados aos pequenos agricultores. As grandes montadoras de automóveis sempre foram aduladas com incentivos e grandes renúncias fiscais. Os grandes produtores de cana-de-açúcar deste País também sempre foram beneficiados com incentivos para plantar e perdão das dívidas.

Grandes empresas estrangeiras – até na cultura, como o Cirque du Soleil – foram contempladas com dinheiro público, mas o pequeno agricultor sempre foi o patinho feio na hora de ser incentivado, apesar de alimentar com variedade e qualidade toda a população brasileira. Então, Sr. Presidente, existe acesso aos cofres públicos. Para o dinheiro chegar ao pequeno agricultor é uma dificuldade danada. Tudo fica mais difícil, porque eles são pequenos, não têm como contratar escritório de contabilidade e de advocacia para entender a burocracia extrema e as leis que nós fazemos aqui, Sr. Presidente. Apenas os grandes produtores latifundiários conseguem usufruir dos créditos, apesar de a produção deles ser para exportação, ao contrário dos pequenos produtores, que têm sua produção consumida dentro do País. Por isso, Sr. Presidente, eu sempre digo que quando o campo não planta, a cidade não janta.

Nessa visita a Unai nós tivemos a oportunidade de conhecer um médio e um pequeno produtor, um criador de búfalo que produz hoje, para o nosso orgulho, mais de seis modalidades de queijo, queijos excepcionais, tipo de produção que pode ser muito bem utilizado no meu Estado de Roraima. Quero aqui fazer um apelo à prefeita da capital, que tem uma vasta área urbana; à Governadora, que tem todo um Estado disponível: vamos embora fazer políticas neste sentido, vamos embora colocar o nosso pequeno produtor, nosso médio ou grande produtor para que ele possa gerar renda, gerar emprego e melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

São modelos que queremos levar para o Estado de Roraima – modelos que funcionam, que geram emprego, que geram renda, que melhoram a cara deste País. É impressionante ver aquele povo trabalhando!

Outra coisa. O Sr. John me disse: “Senador, nós trabalhamos aqui empregando, produzindo, gerando renda, mas somos tratados como se fôssemos marginais pelo Ministério Público e por vários órgãos fiscais que, ao invés de chegar com princípios educativos para orientar, para ajudar o produtor, nos tratam como criminosos, como bandidos.”

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Hoje, produzir no Brasil não é tarefa fácil, não só para o pequeno... O grande tem todo o acesso, tem bons advogados, bons escritórios de contabilidade. Agora, o pequeno, que já é parco de recursos, tem pouco dinheiro, ainda tem sobre suas costas o peso enorme da fiscalização, que não tem compromisso com o desenvolvimento deste País.

Portanto, John, fico orgulhoso de você ser um brasileiro que gera emprego, que gera renda e que quer melhorar a qualidade de vida. Você está de parabéns, Unai está de parabéns, assim como o Estado de Minas Gerais. Não tenho nenhuma dúvida de que não só é saboroso o produto de vocês como orgulha o Estado

brasileiro. Meus parabéns!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Telmário Mota.

Não havendo mais oradores inscritos, eu queria agradecer a audiência de todos e os funcionários e servidores que nos ajudaram a conduzir esta sessão.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 31 minutos.)

MATÉRIAS E DOCUMENTOS

EXPEDIENTE

Aviso do Ministro de Estado dos Transportes

A Presidência do Senado Federal recebeu o Aviso nº 2.018, de 28 de junho de 2016, do Ministro de Estado dos Transportes, em resposta ao Requerimento de Informações nº 157, de 2016, de autoria do Senador Aluysio Nunes Ferreira.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Comunicações

A Presidência do Senado Federal recebeu o Ofício nº 23/2016, do Senador Magno Malta, por meio do qual comunica que não participou da Sessão Especial da Assembleia Geral - UNGASS, realizada pela ONU, em Nova York, Estados Unidos, no dia 19 de abril de 2016, missão aprovada no Requerimento nº 235, de 2016.

O Requerimento vai ao arquivo.

A Presidência recebeu o Memorando 42/2016, da Senadora Lídice da Mata, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação na XXXIX Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai, no período de 20 a 22 de junho do ano corrente, nos termos do Requerimento nº 426, de 2016.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Expediente da Senadora Gleisi Hoffmann, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação em Reuniões da Comissões Permanentes da Assembleia Parlamentar Euro-Latino Americana (Eurolat), realizadas em Lisboa, Portugal, nos dias 16 a 18 de maio de 2016, nos termos do Requerimento nº 329, de 2016.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Expedientes dos Senadores Lindbergh Farias, Magno Malta e José Medeiros, já disponibilizados no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relatam participação nas respectivas Missões, previamente aprovadas em Plenário.

Os Requerimentos 1301, de 2015, e 93, 144, 304, 326, 339, de 2016, vão ao Arquivo.

Ofício do Supremo Tribunal Federal**SENADO FEDERAL****OFÍCIO "S"**
Nº 10, DE 2016
(nº 3.924/2016, na origem)

Encaminha, para os fins previstos no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 632.265, que declarou a inconstitucionalidade dos Decretos nºs 31.632/2002 e 35.219/2004, ambos do Estado do Rio de Janeiro.

AUTORIA: Supremo Tribunal Federal

DESPACHO: À CCJ, em decisão terminativa.



[Página da matéria](#)



Supremo Tribunal Federal

Ofício n. 3.924/P

Brasília, 26 de outubro de 2015.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 632.265

RECORRENTE: CERJ - Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro

RECORRIDO: Estado do Rio de Janeiro

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário em epígrafe, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 5 de outubro de 2015, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade dos Decretos n.ºs 31.632/2002 e 35.219/2004, ambos do Estado do Rio de Janeiro.

Acompanham este ofício cópias da referida legislação, do parecer da Procuradoria-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado.

Aproveito o ensejo para externar meus protestos de estima e consideração.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

/ec

.





Supremo Tribunal Federal

Certidão de Trânsito

Recurso Extraordinário n. 632265

RECTE.(S) : CERJ - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : GERSON STOCCO DE SIQUEIRA E OUTRO(A/S)
RECD.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(Seção de Recursos Extraordinários)

Certifico que o(a) acórdão/decisão publicado(a) no dia 05/10/2015 transitou em julgado em 16/10/2015, dia subsequente ao término do prazo recursal.

Brasília, 19 de outubro de 2015.

Thiago Vieira
Matrícula 3302



Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 1 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S) : CERJ - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : GERSON STOCCO DE SIQUEIRA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TRIBUTO – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. A exigibilidade de tributo pressupõe lei que o estabeleça – artigo 150 da Constituição Federal.

ICMS – REGIME DE APURAÇÃO – ESTIMATIVA – DECRETO – IMPROPRIEDADE. A criação de nova maneira de recolhimento do tributo, partindo-se de estimativa considerado o mês anterior, deve ocorrer mediante lei no sentido formal e material, descabendo, para tal fim, a edição de decreto, a revelar o extravasamento do poder regulamentador do Executivo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade e nos termos do voto do relator, em prover o recurso extraordinário e em declarar a inconstitucionalidade dos Decretos nº 31.632/2002 e 35.219/2004, ambos do Estado do Rio de Janeiro, e, por maioria, em reconhecer a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, bem como, à unanimidade, em fixar a tese de que somente lei em sentido formal pode instituir o regime de recolhimento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS por estimativa, em sessão presidida pelo Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9507520.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 45

RE 632265 / RJ

Brasília, 18 de junho de 2015.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

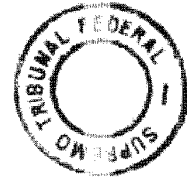
2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9507520.



Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 3 de 45

**PRIMEIRA TURMA****EXTRATO DE ATA****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265**

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

RECTE.(S) : CERJ - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO

ADV.(A/S) : GERSON STOCCO DE SIQUEIRA E OUTROS(A/S)

RECDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: Por indicação do Relator, a Turma retirou o processo da Pauta n. 6/2013, publicada no DJe de 21.3.2013. Unânime. Não participou, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. 1ª Turma, 2.4.2013.

Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Rosa Weber. Compareceu o Senhor Ministro Teori Zavascki para julgar processos a ele vinculados.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lillian Oliveira da Souza
Secretária da Primeira Turma

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 4 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S) : CERJ - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : GERSON STOCCO DE SIQUEIRA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – A Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro formalizou recurso extraordinário (folha 197 a 227), com alegado fundamento no artigo 102, inciso III, alínea “a”, da Carta Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que tem a seguinte ementa:

Direito Tributário. ICMS incidente sobre o fornecimento de energia elétrica. Pretensão à não submissão aos critérios estabelecidos no Decreto nº 31.623/02. Alegação de violação a princípios constitucionais. Denegação da Segurança. Inconformismo do impetrante. Improvimento do recurso.

Tratando-se de decreto regulamentador do artigo 39, da Lei nº 2.657/96, que fixou, apenas, critérios objetivos para recolhimento do ICMS, sem afronta a princípio constitucional algum, impõe-se a confirmação da decisão de primeiro grau, que denegou a Segurança.

Consoante esclarece, impetrou mandado de segurança objetivando afastar a cobrança do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços com base na sistemática versada no Decreto nº 31.632/2002, editado em 1º de agosto de 2002 e posteriormente reproduzido no Decreto nº 35.219/2004, sob a arguição de vício de ilegalidade e inconstitucionalidade. Afirma que, segundo a legislação tributária em

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 5 de 45

RE 632265 / RJ

vigor, cabia recolher o tributo por meio do modelo de encontro entre créditos e débitos, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei Complementar nº 87/1996 e 21 do Decreto-Lei nº 5/1975 – Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro.

Com a edição dos referidos decretos, estabeleceu-se o recolhimento do tributo nos dias 10, 20 e último dia do próprio mês em curso, sendo cada um dos pagamentos equivalente a 1/3 do montante apurado no mês antecedente. Para o dia 15 do mês subsequente, foi previsto o encontro de contas, admitindo-se o creditamento caso o saldo seja favorável ao contribuinte.

Ressalta que o recolhimento do tributo por estimativa, nos moldes do artigo 26, inciso III e § 1º, da Lei Complementar nº 87/1996, reclama a edição de lei estadual, conforme explicitamente exigido pela citada norma e pela Constituição Federal. Aponta equívoco do Tribunal de origem, que considerou haver ocorrido mera alteração nos critérios e prazos de recolhimento do tributo, quando, conforme sustenta, o que aconteceu foi a modificação do modo de apuração. Discorre sobre a imoralidade da conduta do Estado, que teria procurado, por meios ilícitos, antecipar o tributo. Diz da inconstitucionalidade do tratamento diferenciado dispensado aos contribuintes de grande porte. Articula com a ofensa aos princípios da separação de Poderes, legalidade, moralidade administrativa e isonomia tributária, estampados, respectivamente, nos artigos 2º, cabeça, 5º, inciso II, 37, cabeça, e 150, incisos I e II, da Carta da República. Assevera incompatibilidade com os artigos 13, inciso I, 24, 25 e 26 da Lei Complementar nº 87/1996 e 97 do Código Tributário Nacional.

Postula, alfim, o provimento do recurso, para afastar a cobrança do tributo na forma do disposto nos Decretos nº 31.632/2002 e 35.219/2004, observando-se o que preconiza a Lei Complementar nº 87/1996.

O Estado do Rio de Janeiro, em contrarrazões (folha 232 a 238), arguiu a ausência de prequestionamento. No mérito, salienta que o recolhimento decendial do imposto, com posterior ajuste de contas, não é irregular, porquanto a incidência do ICMS ocorre na saída da mercadoria do estabelecimento. Alude à decisão do Supremo no Recurso Extraordinário

2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 8738101.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 6 de 45

RE 632265 / RJ

nº 73.506. Argumenta inexistir desrespeito ao princípio da isonomia, ante o fato de todas as empresas que atuam no ramo de atividade da recorrente estarem sujeitas ao mesmo regime de recolhimento.

O recurso extraordinário foi admitido na origem (folhas 253 e 254), juntamente com recurso especial, este último já desprovido pelo Superior Tribunal de Justiça.

Neguei seguimento ao extraordinário por entender versar a interpretação de normas estritamente legais, o que não enseja o acesso ao Supremo (folha 372). A decisão foi confirmada pela Primeira Turma. Houve o provimento dos embargos declaratórios a seguir protocolados (folha 418 a 424), afastando-se o pronunciamento inicial e também a multa.

O Procurador-Geral da República opina pelo provimento do recurso, em parecer assim ementado:

Recurso extraordinário. ICMS. Companhia de Eletricidade. Base de cálculo. Valor aferido sobre o consumo do mês anterior. Regime de apuração facultado pela LC 87/96, através de lei estadual. Disciplina por decreto. Impossibilidade. Pelo provimento do recurso.

É o relatório.

3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 8738101.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 7 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – O acórdão foi publicado em 9 de julho de 2004, quinta-feira. O recurso extraordinário, suscrito por advogados regularmente credenciados (folhas 40 e 41), veio a ser interposto em 26 de julho de 2004, segunda-feira, dentro do quinquídio legal. O questionamento está revelado à folha 142. Conheço.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro acertadamente afastou as alegações de ofensa aos princípios da moralidade administrativa, da boa-fé e da livre iniciativa, irrelevantes para o deslinde da causa. A arguição relativa à isonomia também não merece acolhimento. Embora a norma impugnada imponha, de fato, tratamento diferenciado a certo grupo de contribuintes, a distinção ficou alicerçada no porte ou na atividade exercida, ou seja, de forma geral, na capacidade econômica da recorrente – artigo 145, § 1º, da Constituição Federal. O referido critério não é inconstitucional, pois a Carta de 1988 prevê o tratamento diferenciado em certos casos, como se verifica, por exemplo, no artigo 146, inciso III, alínea “d”.

O ponto controvertido é a observância, ou não, dos princípios da legalidade e separação de Poderes, estampados nos artigos 2º, cabeça, e 150, inciso I, do Diploma Maior. A questão debatida neste processo diz respeito à natureza das regras veiculadas nos Decretos nº 31.632/2002 e 35.219/2004, do Estado do Rio de Janeiro, que “dispõe[m] sobre o pagamento do ICMS pelos contribuintes que especifica”. A recorrente, de um lado, assevera que se versou a forma de apuração do tributo, matéria sujeita a reserva legal, consoante legislação aplicável e Constituição Federal. Na decisão impugnada, de outro, o Tribunal de origem declarou cuidar-se de mera regência dos critérios e prazos de recolhimento do tributo, temas não submetidos a reserva legal. Transcrevo a norma

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 8 de 45

RE 632265 / RJ

atacada, para registro:

[...]

Art. 1º Os contribuintes listados no Anexo Único efetuarão o pagamento do ICMS devido a partir do mês de agosto de 2002 de acordo com os seguinte critérios:

I - o imposto relativo às operações realizadas a cada mês será pago nos dias 10, 20 e no último dia útil do próprio mês em curso, sendo cada um desses pagamentos de valor igual a 1/3 do montante do imposto apurado no período anterior;

II - no dia 15 de cada mês será efetuado o pagamento da diferença entre o valor do imposto relativo às operações realizadas no mês anterior, já devidamente apurado, e o montante representado pela soma das parcelas que, relativas ao período apurado, foram pagas nos termos do inciso anterior.

[...]

Apesar de o fato gerador do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços acontecer no momento da saída do estabelecimento, como assentado pelas instâncias ordinárias, a circunstância de ser um imposto não cumulativo, ante expresso mandamento constitucional (artigo 155, § 2º, inciso I), impede a cobrança após cada operação – salvo excepcionalmente, conforme estatui a Lei Complementar nº 87/1996. Por isso, o recolhimento deve ocorrer ao término de certo lapso de tempo. Segundo estabelecido no artigo 24 da Lei Complementar nº 87/1996, cabe à legislação estadual fixar o período de apuração do imposto. Confiram:

[...]

Art. 24. A legislação tributária estadual disporá sobre o

2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 8755669.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 9 de 45

RE 632265 / RJ

período de apuração do imposto. As obrigações consideram-se vencidas na data em que termina o período de apuração e são liquidadas por compensação ou mediante pagamento em dinheiro como disposto neste artigo:

[...]

Findo o prazo designado pela lei estadual, ao contribuinte incumbe recolher o tributo, já efetuado o encontro entre créditos e débitos. A lei complementar admite exceção à regra, fazendo-o nos termos do artigo 26:

[...]

Art. 26. Em substituição ao regime de apuração mencionado nos arts. 24 e 25, a lei estadual poderá estabelecer:
(...)

III - que, em função do porte ou da atividade do estabelecimento, o imposto seja pago em parcelas periódicas e calculado por estimativa, para um determinado período, assegurado ao sujeito passivo o direito de impugná-la e instaurar processo contraditório.

§ 1º Na hipótese do inciso III, ao fim do período, será feito o ajuste com base na escrituração regular do contribuinte, que pagará a diferença apurada, se positiva; caso contrário, a diferença será compensada com o pagamento referente ao período ou períodos imediatamente seguintes.

[...]

Verifica-se que a adoção do regime previsto no inciso III transcrito pressupõe a edição de lei estadual específica, por configurar excepcionalidade. No caso, o Estado afirma que o artigo 39 da Lei estadual nº 2.657/96 é o fundamento dos decretos ditos ilegais, cuja

3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 8755669.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 10 de 45

RE 632265 / RJ

redação é a seguinte:

[...]

Art. 39 - O imposto é pago na forma e no prazo fixados pelo Poder Executivo.

[...]

A criação de uma nova maneira de recolhimento do tributo – com respaldo em estimativas do mês anterior – revela-se em descompasso com o poder regulamentar do qual foi investido o Governador do Estado por força desse preceito. A determinação de que seja antecipado o imposto devido valendo-se de base de cálculo ficta, com posterior ajuste, olvida, a mais não poder, o poder atribuído pela lei para disciplinar “forma” e “prazo” de pagamento. A prova do excesso de poder regulamentar está no fato de que a Lei Complementar nº 87/1996 exige a edição de lei estadual visando a nova sistemática de apuração, diploma que não veio à balha.

O artigo 150 da Carta Federal veda a exigência de tributo sem lei que o estabeleça. Ora, se não há informação quanto à ocorrência do fato gerador, mostra-se impossível reconhecer a existência da obrigação tributária, como quer o Estado do Rio de Janeiro. Os decretos impugnados modificaram o modo de apuração do ICMS e, assim, implicaram afronta ao princípio constitucional da legalidade estrita.

Ante o quadro, dou provimento ao recurso para declarar procedente o pedido formulado na peça inicial, reconhecendo o direito da impetrante a não se submeter à sistemática de apuração do ICMS prevista nos Decretos nº 31.632, de 1º de agosto de 2002, e nº 35.219/2004, do Estado do Rio de Janeiro. Com isso, assento a inconstitucionalidade dos decretos, no que versam parâmetros de recolhimento de tributos estranhos ao que estabelecido em lei. Sem honorários, em face do Verbete nº 512 da Súmula do Supremo. Custas pelo recorrido.

4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 8755669.



Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 11 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN - Senhor Presidente, Senhores Ministras, Senhores Ministros, eminente Relator, Senhor Advogado, que nos honra com a sua sustentação, a conclusão a que cheguei vai na linha do voto do eminente Ministro Marco Aurélio.

Também tenho para mim que há, no princípio da legalidade tributária em sentido estrito, violação do comando do artigo 150, inciso I da Constituição Federal e, ademais, não obstante todos os outros argumentos tenham sido espancados, não vejo também afronta ao princípio da moralidade administrativa, da isonomia e, nem mesmo, em sentido amplo, o da independência dos Poderes. Mas, o da legalidade estrita, parece-me que foi afrontado, quer porque a lei complementar requer legislação específica, quer porque, como muito bem salientado pelo eminente Ministro Marco Aurélio, a legislação do Rio de Janeiro, a lei estadual específica prevê e utiliza essa expressão no artigo 33, § 6º, ao referir-se: "Em substituição ao regime de apuração previsto neste artigo, lei específica poderá estabelecer...".

Portanto, há uma exigência constitucional, há exigência da legislação específica, que é uma exigência em homenagem ao princípio da reserva legal, feito pela Lei Complementar 87/1996. E, ademais disso, a matéria do cálculo por estimativa desbordou, no nosso modo de ver, da competência do Poder Executivo.

Sem embargo do decreto de ser de 2002, e, portanto, essa matéria está sendo apreciada, neste momento, parece-me que não há como deixar reconhecer a inconstitucionalidade do Decreto.

Assim, tenho honra de acompanhar, no conhecimento e no provimento do recurso, o eminente Relator.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 12 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Presidente, também eu acredito que não haja violação ao princípio moralidade em se antecipar o pagamento para um momento posterior ao fato gerador, portanto, a hipótese é diferente da que já decidimos, e tampouco acho que haja qualquer problema em se tratar diferentemente os grandes contribuintes, porque se está tratando de maneira diversa aos desiguais.

Porém, tal como o Ministro Marco Aurélio e o eminente Ministro Fachin, entendo que há exigência expressa de que esse regime seja instituído por lei. O regime é todo legítimo, salvo pelo instrumento que o colocou em vigor, que foi um decreto, quando deveria ter sido a lei.

De modo que extraí do pronunciamento do Ministro Marco Aurélio, com clareza, a tese de que "somente lei em sentido formal pode instituir o regime de recolhimento do ICMS por estimativa". Em harmonia com Sua Excelência, não estou mencionando, na minha proposta de tese, a lei, mas apenas o argumento: somente lei em sentido formal pode instituir o regime de recolhimento do ICMS por estimativa.

De modo que também eu, cumprimentando o ilustre Advogado do Estado do Rio de Janeiro Doutor Alde dos Santos, entendo que esse regime deva ser posto em vigência mediante lei.

Acompanho o Relator.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 13 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

OBSERVAÇÃO

(s/ repercussão geral e modulação de efeitos)

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Senhor Presidente, como salientado nos votos já proferidos, especialmente no do Ministro-Relator, aqui não se trata de uma simples hipótese de alteração de prazo de recolhimento; trata-se também de instituir um sistema de cálculo por estimativa que depende de lei em sentido estrito. De modo que parece mesmo ser inconstitucional o Decreto de 2002.

Eu apenas gostaria de fazer uma observação - e certamente esse tema voltará se se concluir na linha do voto do Relator -, é que nós estamos aqui diante de um caso de repercussão geral. E eu vi, do memorial recebido do Estado do Rio de Janeiro, que esse Decreto nº 31.632/2002 foi revogado pelo Decreto nº 42.530/2010, mas, aparentemente, pelo que eu pude ver - o Doutor Alde poderia confirmar -, esse novo Decreto reproduziu o sistema do Decreto anterior. É isso?

Então, nós temos um decreto de 2010, que reproduziu esse que nós estamos declarando inconstitucional. Como nós estamos diante de um caso de repercussão geral, talvez seja o caso de nós pensarmos aqui numa extensão dessa declaração de inconstitucionalidade e, eventualmente, uma questão de modulação de efeitos.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Ministro Teori, Vossa Excelência me permite?

Na verdade, nós não estamos diante de um caso de repercussão geral, mas há precedentes de que o Plenário pode atribuir a repercussão geral ao caso que estamos julgando.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Não é repercussão geral, porque é anterior ao regime, é isso? Porque é um recurso extraordinário.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Imaginei que fosse repercussão geral.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 14 de 45

RE 632265 / RJ

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - O Decreto é de 2002, salvo engano, e, portanto, antes do regime da repercussão geral. Mas nós poderíamos, eventualmente, pinçar este caso e dar a ele a repercussão geral e, se o Plenário estiver de acordo, nós assentarmos essa tese proposta pelo Ministro Roberto Barroso, que se extrai do excelente voto do Ministro Marco Aurélio, no seguinte sentido: somente lei em sentido formal pode instituir o regime de recolhimento de ICMS por estimativa.

E, assim, já resolveríamos por antecipação essa questão que Vossa Excelência está suscitando, Ministro Teori Zavascki.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Declarar a inconstitucionalidade.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Eu estou de acordo. Eu indago ao Ministro-Relator se está de acordo com dar-se repercussão geral.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Eu estou sugerindo apenas.

2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9029790.



Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 15 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Presidente, já disse que, em termos de liberdade – e processo é, acima de tudo, liberdade, em sentido maior –, sou um Juiz ortodoxo.

Tenho presente que rege o recurso a legislação em vigor na data em que haja surgido o interesse em recorrer. É a segurança jurídica. Então, não posso emprestar, porque senão teria que voltar a uma fase anterior, que seria de inserção do recurso extraordinário no denominado Plenário Virtual, para decidir sobre a existência ou não de repercussão geral da matéria, nem tampouco entender que este recurso extraordinário, repito, que decorreu do surgimento do interesse em recorrer em data anterior ao instituto da repercussão geral, é regido por esse mesmo instituto.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 16 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

MANIFESTAÇÃO SOBRE A REPERCUSSÃO GERAL

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, só para acrescentar à observação do Ministro Marco Aurélio, não sob o ângulo formal, que talvez tenha uma outra ótica, mas a postura do Ministro Marco Aurélio de prudência, de não conceder repercussão geral a este Recurso, talvez seja importante no plano prático, porque isso é um decreto que está em vigor desde 2002. É só imaginar o que já não foi recolhido sob esse regime. E nós não modularmos...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Não estou definindo a questão.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Está definindo a questão subjetiva.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Mesmo porque o que recolhido por estimativa, em parcelas, já foi objeto de acerto de contas sempre no mês subsequente.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Exatamente, acho que não há cadáver.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Não, não há “esqueleto no armário”.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 17 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

MANIFESTAÇÃO SOBRE A REPERCUSSÃO GERAL

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Embora eu concorde com o Ministro Marco Aurélio quanto ao regime do recurso **tempus regit actum**, neste caso, Ministro Marco Aurélio, eu não veria problema, apenas porque estamos beneficiando o recorrente. Portanto, ele não será afetado pela repercussão geral.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Essa óptica me é simpática, mas não me leva a flexibilizar a teoria da aplicação da lei no tempo, presente a segurança jurídica.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Pois não, questão de fato.

O SENHOR ALDE COSTA SANTOS (ADVOGADO) - A propósito da conveniência de se submeter à repercussão geral, gostaria de pontuar uma questão, eminente Ministro-Relator, eminentes Ministros.

É que, sem pretender discutir, se estamos ou não, se isso se caracteriza como um regime de estimativa - porque não vou, não seria, seria um desrespeito à Corte -, é dizer que o regime que essa empresa fruirá em decorrência da concessão da ordem, dar provimento ao extraordinário, também é apurado nos mesmos moldes.

Então, eu tenho receio que se afirme que ficaremos no limbo, porque, como eu fiz crer, o Decreto que voltará a vigor também contempla essa suposta apuração da base de cálculo estimada no passado.

É só essa observação que eu gostaria de fazer.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Por essa

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 18 de 45

RE 632265 / RJ

razão, eu endossaria a posição do Ministro Teori, com todas as vênias ao Ministro Marco Aurélio, porque senão nós obrigaremos todos os contribuintes a terem que entrar com Mandado de Segurança para obterem o mesmo resultado, porque este Recurso Extraordinário só beneficia a este contribuinte que impetrou o Mandado de Segurança. De modo que, por economia processual, e não havendo prejuízo para o recorrente, eu endossaria a proposta do Ministro Teori, com todas as vênias.

2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9045366.



Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 19 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

MANIFESTAÇÃO SOBRE REPERCUSSÃO GERAL

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Presidente, só um aspecto que, independentemente da questão da conversão do tema em repercussão geral, o que é possível, nós temos questão de ordem nesse sentido mesmo de trazer ao Plenário e, no momento do julgamento, dar repercussão geral. Portanto, não é necessário passar pelo regime do Plenário Virtual.

Mas a questão que o ministro Teori traz é da maior seriedade, porque nós temos um decreto de 2010 que reproduz esse Decreto, portanto, a despeito da outra questão trazida também pelo eminente Advogado que nós não estamos a examinar. Portanto, já houve essa substituição. É claro que a arguição de inconstitucionalidade ocorreu, tendo em vista a aplicação do Decreto que já foi revogado, daí a submissão da matéria.

Mas, a mim me parece que, na linha do que já admitimos, tendo em vista, inclusive, a pertinência da matéria, podemos também emitir juízo censório quanto a esse outro Decreto.

A questão levantada da tribuna é de outra índole e talvez possa até, talvez comportasse embargos de declaração, tendo em vista a repercussão, é a questão da modulação de efeitos.

Mas eu já gostaria de me manifestar, então, no sentido de acompanhar o eminente ministro Teori na sugestão de se emitir um juízo de inconstitucionalidade, também em relação ao Decreto de 2010.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Ministro Gilmar, eu acho que ouvi do Ministro Marco Aurélio, que não é

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 20 de 45

RE 632265 / RJ

necessária a modulação de efeitos, porque, na verdade, era por estimativa, mas, se recolhesse no mês 1 a mais, no mês 2 já se compensava. De modo que eu acho que não há cadáver.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – Não. Claro, se não houver é escolha, mas, aí eles poderiam vir até em embargos de declaração.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Exatamente, eu concordo. Acho que não é o caso de modular também.

2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9070213.



Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 21 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Realmente, são três coisas diferentes, Senhor Presidente: uma é considerar ou não a repercussão geral, é uma questão; a outra, que é completamente independente, a questão de declarar a inconstitucionalidade, como o Ministro-Relator está fazendo, sem declarar a inconstitucionalidade do Decreto superveniente - esta é a questão principal; e a terceira é saber, declarando a inconstitucionalidade, qual é o regime que se aplica afinal, quer dizer, restaura o regime anterior.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Repristinação e tudo o mais.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Eu acho que a declaração de inconstitucionalidade desse Decreto superveniente é importante até para se restaurar o regime anterior, se for o caso. Neste momento, eu estou acompanhando o Ministro Marco Aurélio.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - A proposta do Ministro Marco Aurélio, salvo melhor juízo, é no sentido de conhecer, prover o Recurso Extraordinário e declarar a inconstitucionalidade do Decreto, não é isso? Dos dois decretos.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Dos dois decretos: um de 2002 e outro de 2004.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - De 2010 também?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Agora,

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 22 de 45

RE 632265 / RJ

como relator, Presidente, não vou abandonar o exame que fiz, no recinto da residência, do conflito. Não altero as premissas do voto. Não me atrevo a dizer que há um outro decreto, posterior a 2004, versando idêntica matéria.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Pois não.

Vamos terminar essa votação e depois decidiremos como fazer. Eu também vejo que a questão da modulação é uma terceira questão, distinta daquelas que estamos discutindo, que não foi suscitada nem da tribuna, enfim, foi simplesmente cogitada por alguns de nós, mas isso poderá ser suscitado perfeitamente em embargos declaratórios, como já temos admitido.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Meu voto, em resumo, Senhor Presidente, é o de acompanhar o Relator, mas estenderia a declaração de inconstitucionalidade a esse Decreto de 2010 naquilo que diz respeito ao mesmo tema.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Mas, Presidente, pedindo vênias, atribuir repercussão geral, como era a proposta inicial do Ministro Teori, eu estou de acordo e acompanho. Declarar a inconstitucionalidade incidental de um decreto, cuja inconstitucionalidade não foi arguída, eu teria dificuldade.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - E que nem temos notícia, *data venia*, nos autos, desse Decreto.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Estaria fugindo ao próprio contraditório que ocorreu no processo. E por que não imaginar a existência de outros decretos? Julgo de acordo com as balizas objetivas do processo. Que venham embargos declaratórios, os quais

2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9070214.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 23 de 45

RE 632265 / RJ

enfrentarei com espírito de compreensão.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - É verdade, mas é que, por economia processual, realmente, se nós emprestássemos, a este Recurso Extraordinário, a característica de repercussão geral e enunciássemos uma tese, nós já teríamos resolvido o problema da inconstitucionalidade.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Era exatamente isso que eu ia dizer. Fixada a tese, os decretos todos já estarão, por consequência, eliminados.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Fulminados por antecipação.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - E, na pior das hipóteses, não poderão chegar aqui.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - De qualquer modo, Senhor Presidente, é importante ressaltar que a jurisprudência do Supremo está andando - e eu acho que andando a passos largos - no sentido de declarar esse efeito expansivo das declarações de inconstitucionalidade mesmo em controle incidental, como é o caso. Independentemente de ser repercussão geral ou não, o só fato de declarar a inconstitucionalidade de um decreto já tem por si só um efeito expansivo importante.

Então, eu acompanho o Relator com esse adendo.

3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9070214.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 24 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

VOTO

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Senhor Presidente, louvando o voto do eminente Relator, acompanho Sua Excelência no conhecimento e no provimento do recurso. Faço a declaração de inconstitucionalidade do Decreto de 2002 e do Decreto de 2004.

Com relação ao Decreto de 2010, sequer conheço o seu conteúdo, de modo que não tenho como sobre ele me manifestar.

Adiro à proposta do Ministro Teori no sentido de emprestar efeitos de repercussão geral ao processo.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 8898727.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 25 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, num primeiro momento, com a sustentação oral muito bem-lançada aqui pelo Procurador do Estado, eu imaginei que realmente nós estivéssemos diante apenas de uma alteração da forma de pagamento, e que isso não violaria o princípio da legalidade. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 195.218, já estabeleceu essa premissa. Tanto que, quando nós votamos a Súmula, nós entendemos que não violava o princípio da anterioridade exatamente a modificação da forma de pagamento. Então, **mutatis mutandis**, também não violaria o princípio da legalidade.

Mas aqui o dispositivo é interessante, porque, claro, o ICMS é do interesse do Estado. Se a Assembleia Legislativa resolve delegar, ao Executivo, a gestão do ICMS, a forma de pagamento, ela abdicou de uma das suas competências. Talvez, **de lege ferenda**, analisar se é possível essa delegação, tendo em vista a cláusula da separação de Poderes, parece, realmente, extremamente, flexível diante de uma norma indisponível, imperativa.

Mas o que diz aqui? O imposto relativo às operações realizadas a cada mês será pago nos dias 10, 20 e no último dia útil do próprio mês em curso, sendo cada um desses pagamentos de valor igual a 1/3 do montante do imposto apurado no período anterior. Esse paradigma do período anterior é apenas para estabelecer a forma de pagamento, mas, na verdade, o que se está exigindo é o imposto antes da ocorrência do fato gerador. E, aí, realmente fica difícil sustentar isso, porque o artigo 150 dispõe, dentro dos poderes constitucionais de tributar, que não se pode cobrar tributo em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído.

Então, realmente, não é possível aqui nós interpretarmos legislação tributária no sentido amplo, que o Decreto poderia permitir.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 26 de 45

RE 632265 / RJ

Por outro lado, não é que eu entenda que não seja possível, mas eu vou adotar aqui uma postura consequencialista, sem me comprometer com a tese de que não é possível se conceder a repercussão geral no próprio Plenário, porque se, no Plenário Virtual é possível, **maxime** no Plenário real.

Eu vou acompanhar integralmente o Ministro Marco Aurélio, porque aqui realmente é um recurso extraordinário de um empresa contra o Estado, e eventualmente fez-se aqui uma afirmação categórica, e eu confesso a Vossa Excelência que, superado o prazo prescricional, eu não tenho tanta certeza assim se isso não vai causar alguma modificação no plano prático.

De sorte que, com essa postura mais comedida, minimalista, a solução do Ministro Marco Aurélio me traz mais conforto. Ele julga o processo de acordo com os sujeitos que propuserem a ação e julga o processo de acordo com o pedido e a **causa petendi**, ele não sai disso, como a própria lei estabelece.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - De qualquer forma, Vossa Excelência já adiantou o voto, mas depois de tomados todos os votos com relação ao posicionamento do Relator, eu submeterei ao Plenário essa hipótese de nós convertermos este Recurso em repercussão geral.

2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9100938.



Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 27 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Senhor Presidente, sendo bem sucinto quanto à solução do tema específico, acompanho o Relator, já adiantando que acompanho o voto pela repercussão geral, com a vênia dos Ministros **Marco Aurélio** e **Luiz Fux**. Também acompanho a fixação da tese proposta pelo Ministro **Barroso**.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 28 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Presidente, acompanho o Relator exatamente nos termos do que provido, vale dizer, relativamente aos Decretos de 2002 e de 2004; não estendo até 2010, sem conhecimento do inteiro teor, pois não li o texto. E, de mais a mais, o que foi pedido aqui e o que foi garantido está assegurado pelo provimento, nos termos do voto do Ministro-Relator.

Portanto, estou acompanhando o Ministro-Relator no sentido do provimento.

* * * * *



Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 29 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Senhor Presidente, inicialmente, acompanho o Relator com relação aos dois decretos que são objeto de debate.

Ministro Teori, Vossa Excelência tem o Decreto?

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Como disse, eu me baseei em memorial.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: De 2004?

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Não é o de 2004. O memorial que eu recebi do Estado do Rio de Janeiro diz que foi revogado o superveniente Decreto nº 42.530, de 23 de junho de 2010. E continua: afirma serem "semelhantes os termos dos atos normativos que sucederam".

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Isso foi dito aqui pelo próprio Procurador.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Então, são semelhantes. Eu não tenho aqui o texto, mas estou me baseando nisso.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Mas, se nós aprovarmos a tese do Ministro Barroso, não há necessidade de fazer referência ao Decreto de 2010.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Só para deixar algumas questões claras na linha da nossa jurisprudência.

Não estando o Decreto nos autos, não vou me pronunciar, portanto, sobre a inconstitucionalidade, embora, não seja necessário à arguição de inconstitucionalidade. Nós podemos fazê-lo, de ofício, conforme ampla

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 30 de 45

RE 632265 / RJ

jurisprudência do Tribunal e do sistema difuso em geral. Pode ser suscitada pelo juiz, pode ser pelo Ministério Público; fazemos isso de ofício.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - É porque não está nos autos.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - É só porque o Decreto não está nos autos.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Eu não sei nem o teor do Decreto.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Só por isso, só por isso, mas não pelo fato de não ter sido arguido por uma das partes. Só para deixar isso claro.

Eu queria lembrar também que já é pacífica a jurisprudência do Tribunal, inclusive, quanto a essa possibilidade de nos depararmos, essa... isso até é uma modificação que se faz em relação ao sistema difuso na jurisprudência do Supremo e na jurisprudência de outros tribunais. No âmbito de outros tribunais, não se pode emitir um juízo censório de inconstitucionalidade se a questão não estiver posta, não for essencial à solução da controvérsia, diferentemente do que ocorre no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Essa já é uma jurisprudência pacífica. Eu cito o RE nº 102.553 da relatoria do ministro Francisco Rezek. À época, inclusive, o RE, o recurso do contribuinte, teve provimento negado. Não obstante, o Tribunal entendeu de declarar a inconstitucionalidade de uma Resolução. Só para deixar claro que isso é possível: quando o Tribunal, na discussão, depara-se com uma norma que é inconstitucional, embora ela não vá ser aplicada ao caso concreto, entende-se, no âmbito da Corte, que é possível se fazer esse exame. E esse é o entendimento pacífico. E, inclusive, o ministro Sepúlveda Pertence teve oportunidade, antes mesmo

2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9478400.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 31 de 45

RE 632265 / RJ

da repercussão geral, de dizer que isso era um *quid* que levava já à objetivação do recurso extraordinário. Só para deixar isso claro.

Portanto, se estivesse nos autos o Decreto, eu já avançaria, mas, de qualquer forma, eu entendo, também, desnecessário, porque, fixada a tese, isso decorrerá dos fundamentos determinantes.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Sim, mas, para fixar a tese, tem que haver repercussão geral e tem que haver quórum. Nós não temos ainda, sobre isso, nada resolvido.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Para repercussão geral, bastam quatro.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Não, para dizer que não tem repercussão geral? Quantos são?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:
Precisa-se de oito.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – Oito.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Oito. Em tese, eu creio que teríamos.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Calculou? Já há quantos contra?

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Aqui é o contrário. Aqui é para dizer que tem; aí o quórum é baixo.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Mas é só para deixar isso assente.

E, depois, teve até um outro debate: a sentença estrangeira, Agravo Regimental nº 5.216, da relatoria do ministro Sepúlveda Pertence - não foi RE, mas também foi um caso de controle incidental -, em que se discutiu a Lei da arbitragem. E, também, o Tribunal avançou para declarar constitucional ou inconstitucional normas, embora, dizendo que não era

3

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 32 de 45

RE 632265 / RJ

necessária a declaração de inconstitucionalidade para resolver o caso. Só para deixar isso, portanto...

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - É nesse ponto que eu queria só fazer uma observação: é que também há vários acórdãos no sentido de que não se conhece da ação declaratória de inconstitucionalidade em relação a determinados dispositivos, porque não obedece ao comando da Lei especial que determina que haja a impugnação específica daqueles dispositivos. E aqui é muito pior, quer dizer, há uma total omissão: não houve contraditório sobre o dispositivo, não se conhece o dispositivo e se declaram, sob o pálio de uma **causa petendi** aberta, que isso é uma criação jurisprudencial, não é?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sim. Que o Tribunal desenvolveu, mas a razão é outra.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Mas ao mesmo tempo também desenvolve esse deferimento.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - A razão é outra: é que o Tribunal, em relação à ADI - e essa foi uma jurisprudência que se desenvolveu em função de impugnações que se faziam, por exemplo, em relação a Lei -, nunca o Tribunal admitiu - mas aí é uma razão, é um modelo, inclusive, de restrição à própria jurisdição constitucional - estender além do pedido feito na ADI. Mas o que aconteceu com as várias impugnações às cartas estaduais? Começaram a entrar com ADI contra, praticamente, toda a Constituição estadual e fundamentavam o pedido apenas em relação a um ou dois artigos; no mais, era uma apreciação genérica. Então, o que o Tribunal desenvolveu? Disse ele: "olha, é preciso que se traga pelo menos um fundamento idôneo". Agora, claro, o Tribunal sempre esteve, no que diz respeito à ADI - mas isso também é de prática universal; em todo modelo que existe controle abstrato de norma, você fica adstrito ao pedido.

4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9478400.



Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 33 de 45

RE 632265 / RJ

Nós já até discutimos aqui um outra questão e que pode ter desdobramentos: é que quando se repristina uma lei de teor idêntico com a declaração de inconstitucionalidade, se era dispensável ou não o pedido. Há leis orgânicas de tribunais constitucionais que admitem que isso pode ser feito. Aqui, se entendeu que não, que era preciso fazer um novo pedido, a não ser que o pedido já viesse na própria...

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Foi *precisamente* o que ocorreu no julgamento de algumas ações diretas de inconstitucionalidade em que foi suscitado o tema do *efeito repristinatório indesejado*.

Destaco, exemplificativamente, a decisão plenária desta Corte que, ao julgar esse tema, restou consubstanciada, *no ponto*, em acórdão assim ementado:

**“FISCALIZAÇÃO NORMATIVA ABSTRATA –
DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM TESE E
EFEITO REPRISTINATÓRIO.**

– A declaração de inconstitucionalidade ‘in abstracto’, considerado o efeito repristinatório que lhe é inerente (RTJ 120/64 – RTJ 194/504-505 – ADI 2.867/ES, v.g.), importa em restauração das normas estatais revogadas pelo diploma objeto do processo de controle normativo abstrato. É que a lei declarada inconstitucional, por incidir em absoluta desvalia jurídica (RTJ 146/461-462), não pode gerar quaisquer efeitos no plano do direito, nem mesmo o de provocar a própria revogação dos diplomas normativos a ela anteriores. Lei inconstitucional, porque inválida (RTJ 102/671), sequer possui eficácia derogatória. A decisão do Supremo Tribunal Federal que declara, em sede de fiscalização abstrata, a inconstitucionalidade de determinado diploma normativo tem o condão de provocar a repristinação dos atos estatais anteriores que foram revogados pela lei proclamada inconstitucional. Doutrina. Precedentes (ADI 2.215-MC/PE, Rel. Min. CELSO DE MELLO, ‘Informativo/STF’ n° 224, v.g.).

5

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9478400.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 34 de 45

RE 632265 / RJ

- Considerações em torno da questão da eficácia repristinatória indesejada e da necessidade de impugnar os atos normativos, que, *embora* revogados, exteriorizam os mesmos vícios de inconstitucionalidade que inquinam a legislação revogadora.

- Ação direta que impugna, não apenas a Lei estadual nº 1.123/2000, mas, também, os diplomas legislativos que, versando matéria idêntica (serviços lotéricos), foram por ela revogados. Necessidade, em tal hipótese, de impugnação de todo o complexo normativo. Correta formulação, na espécie, de pedidos sucessivos de declaração de inconstitucionalidade tanto do diploma ab-rogatório quanto das normas por ele revogadas, porque também evadas do vício da ilegitimidade constitucional. Reconhecimento da inconstitucionalidade desses diplomas legislativos, não obstante já revogados."

(ADI 3.148/TO, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Pois não. Eu já lhe dou a palavra. Vou só terminar a votação, depois eu lhe dou a palavra, antes de apreciarmos a questão da repercussão geral.

Ministro Gilmar Mendes, já se pronunciou no sentido de acompanhar o Ministro Relator?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sim.

6

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9478400.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 35 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Entendo ser possível ao Plenário do Supremo Tribunal Federal, reunido *em sessão presencial*, reconhecer, *ele próprio*, a existência de repercussão geral de uma dada controvérsia constitucional.

Quanto ao fundo do litígio ora em julgamento, acompanho o eminente Relator, por também vislumbrar a *eiva de inconstitucionalidade* do decreto estadual que, visivelmente, invadiu área sob reserva constitucional de lei.

Ao assim julgar, tenho em consideração, ao lado daquelas enunciadas pelo Relator, as razões que expus em julgamentos plenários de minha relatoria (ADI 1.296/PE, Rel. Min. CELSO DE MELLO – RE 172.394/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Finalmente, acompanho a proposta formulada pelo eminente Ministro ROBERTO BARROSO.

É o meu voto.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 36 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Eu também acompanho o douto voto do Ministro Marco Aurélio. Entendo que houve uma ultrapassagem do poder regulamentar por parte do Poder Executivo do Rio de Janeiro.

Declaro também, como Sua Excelência após conhecer e dar provimento ao recurso, a inconstitucionalidade dos Decretos de 2002 e de 2004.

Vou me reservar agora, num segundo momento, para apreciar a questão da repercussão geral, que eu vou submeter ao Plenário e também a tese proposta pelo Ministro Roberto Barroso.

Agora concedo a palavra ao Doutor Alde Costa Santos.



Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 37 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Então, a primeira questão que eu coloco é quanto a dar-se, a este RE 632.265, a qualidade de repercussão geral, reconhecer nele essa característica.

Vejo que o Ministro Marco Aurélio já se pronunciou contra, Ministro Fux também e a Ministra Cármen Lúcia também. Ministra Rosa, não, acompanha.

Então, Ministro Fachin.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 38 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

MANIFESTAÇÃO S/ REPERCUSSÃO GERAL

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN - Senhor Presidente, nesta matéria, louvo-me em alguns precedentes e na orientação que já se firmou nesta Corte, por sua maioria, o RE nº 597.154, de 2009, entre outros julgados, que reconhecem a possibilidade de atribuição do efeito de repercussão geral.

Entendo também que, do ponto de vista dos princípios, essa força expansiva que se dá aos julgamentos no controle difuso de constitucionalidade é coerente com o sentido da segurança jurídica e é esta direção que percebe da enunciação proposta.

Portanto, acompanho a proposição do Ministro Luís Roberto Barroso.



Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 39 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

ADITAMENTO AO VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, vencido na repercussão geral, eu estou de acordo com a tese do Ministro Barroso.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9100940.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 40 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Presidente, estamos numa consequência da repercussão geral. Muito embora integrando o Colegiado, entendo que a questão envolve o próprio mérito.

Confeccionei ementa que, em síntese, revela a óptica agora exteriorizada pelo ministro Luís Roberto Barroso, só que num outro linguajar, menos, talvez, acadêmico do que o revelado por Sua Excelência.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Mas a minha tese é extraída do seu voto.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Duas inteligências, portanto, coincidem, o que é muito bom para a Corte.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9045368.



Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 41 de 45

18/06/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265 RIO DE JANEIRO

D E B A T E

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, eu acho que não pode encerrar ainda não pelo seguinte: Eu vi aqui, com muito prazer, que não há cadáveres, mas eu tenho dúvida se não tem um cemitério oculto aí.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Cadáver sempre tem. Eles estavam falando de fantasmas... É que o Ministro Barroso foi gentil.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Não, não é isso, aqui a coisa é um pouquinho mais séria, pelo seguinte: porque, como houve essa declaração de inconstitucionalidade por arrastamento...

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Não.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Não houve?

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - *Data venia* não houve, não.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Não houve.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Ah, não houve?

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Não.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - E ninguém falou no Decreto de 2010, ninguém tocou no

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 42 de 45

RE 632265 / RJ

Decreto de 2010.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Porque se tivesse havido...**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO** - Ao fixar a tese, a gente faz, Ministro Gilmar, um pouco aqueles efeitos transcendentais que não se tinha conseguido dar anteriormente.**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES** - É isso, vai repercutir leis idênticas a...**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - É porque, se atingir esse de 2010.....**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE)** - Porque nós afirmamos que não conhecemos, não consta dos autos e, portanto, não há condições de declarar de ofício e nem de outra forma a inconstitucionalidade de algo que não conhecemos formalmente.**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Essa tese hoje aplicável aos processos que tramitam...**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE)** - Terá as consequências que tiver que ter.**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Não, porque há inúmeros, devem haver inúmeros processos relativos a esse Decreto de 2010.**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES** - Sim. Claro, é isso...**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Essa tese resolve os processos de 2010?

2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9100941.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 43 de 45

RE 632265 / RJ

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - A tese resolve...

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Isso, sem que nos pronunciemos sobre a inconstitucionalidade desse Decreto.

Ministro Teori.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Esse é o problema, eu acho que a...

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - O eminente Procurador não pode nem afirmar a identidade, então, não acho que fica ...

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Eu tenho o Decreto, já está resolvida a questão.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Sim.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Gostaria, Presidente, de, pelo menos, ser apresentado a esse Decreto!

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Eu tenho certeza de que o digno Procurador do Estado nos fará chegar às mãos esse Decreto, até por uma curiosidade acadêmica que temos, se não for secreto.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Senhor Presidente, não é difícil de encontrar o Decreto - eu abri na tela - mas está resolvido. O problema do fantasma ou do cadáver vai se apresentar agora para o Estado do Rio de Janeiro, porque vai ter um decreto que é incompatível com a nossa decisão.

3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9100941.

Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 44 de 45

RE 632265 / RJ

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Vai se apresentar agora.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Será que nós transformamos a Suprema Corte no IML?

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Mas, Presidente, nós decidimos aqui que eventual modulação pode ser postulada em embargos de declaração, então, se for o caso.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Perfeito. E, aí, o Estado do Rio de Janeiro terá instrumentos para resolver as situações concretas.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - É que o Estado do Rio de Janeiro revogará imediatamente esse Decreto.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Seria, talvez, mais prudente.

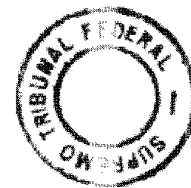
4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 9100941.



Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 45 de 45



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.265**

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

RECTE.(S) : CERJ - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO

ADV.(A/S) : GERSON STOCCO DE SIQUEIRA E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: Por indicação do Relator, a Turma retirou o processo da Pauta n. 6/2013, publicada no DJe de 21.3.2013. Unânime. Não participou, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. 1ª Turma, 2.4.2013.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, deu provimento ao recurso extraordinário e declarou a inconstitucionalidade dos Decretos n.ºs 31.832/2002 e 35.219/2004, ambos do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, o Tribunal, por maioria, vencidos os Ministros Marco Aurélio, Cármen Lúcia e Luiz Fux, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, e, por unanimidade, fixou a tese de que somente lei em sentido formal pode instituir o regime de recolhimento do ICMS por estimativa. Falou, pelo Estado do Rio de Janeiro, o Dr. Alex Costa Santos, OAB/DF 7447, Procurador do Estado. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 18.06.2015.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Teori Zavascki, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

p/ Fabiane Pereira de Oliveira Duarte
Assessora-Chefe do Plenário





Supremo Tribunal Federal

29/01/2013 15:17 0002092



469

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Nº 15173/2013-WM

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 632265 / RJ

RECORRENTE: CERJ – COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO

RECORRIDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO - STF

Recurso Extraordinário. ICMS. Companhia de Eletricidade. Base de cálculo. Valor aferido sobre o consumo do mês anterior. Regime de apuração facultado pela LC 87/96, através de lei estadual. Disciplina por decreto. Impossibilidade. Pelo provimento do recurso.

Este recurso extraordinário é interposto de acórdão que, em grau de apelo, ratificou a sentença, aferindo a adequação do Decreto nº 31.632/2002 aos parâmetros inscritos na Lei Estadual nº 2.657/96, Lei Complementar Federal nº 87/96 e na própria Carta Política de 1988. Vislumbrou, a tanto, mera definição da forma e prazo para o recolhimento do tributo, sem implicações em seus elementos estruturais, matéria passível de disciplina pelo Poder Executivo.

A recorrente, enquadrando a irrisignação na alínea “a” do permissivo, sustenta lesão aos princípios constitucionais da separação de poderes, legalidade tributária, isonomia e moralidade.



460

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Nº 15173/2013 - WM (RE nº 632265/RJ)

Determinado por essa Corte Suprema o seguimento do extraordinário, em sede de embargos declaratórios (fls. 447-453), vêm os autos para a manifestação do *custos legis*.

A iniciativa merece prosperar.

Com efeito, descritos os elementos essenciais do ICMS em lei complementar, atribui-se à lei estadual a fixação do tributo em relação aos fatos ocorridos em seu território. Assim procedendo, o legislador deve observar os limites da norma nacional, bem como os princípios constitucionais aplicáveis, com ênfase à reserva legal (CF, art. 150, I), que impõe, à lei, a definição dos elementos estruturais da relação tributária, a fim de assegurar-lhe previsibilidade e segurança jurídica.

Apesar de não se exigir, nesse propósito, exacerbada pormenorização das situações alcançadas pela lei, a matéria que lhe é reservada não pode ser delegada ao regulamento. Da mesma forma, se a lei estabelecer a delegação ou for tão genérica a ponto de exigir a necessária complementação – e inovação – pelo Poder Executivo, será nula de pleno direito, por violação ao postulado da Separação de Poderes (CF, art. 2º).

Na espécie, a Lei Complementar nº 87/96 prevê, em seu art. 26, que “*em substituição ao regime de apuração mencionado nos arts. 24 e 25, a lei estadual poderá estabelecer: I- que o cotejo entre créditos e débitos se faça por mercadoria ou serviço dentro de determinado período; II – que o cotejo entre créditos e débitos se faça por mercadoria ou serviço em cada operação; III- que, em função do porte ou da atividade do estabelecimento, o imposto seja pago em parcelas periódicas e calculado por estimativa, para um determinado período,*



461

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Nº 15173/2013 - WM (RE nº 632265/RJ)

assegurado ao sujeito passivo o direito de impugná-la e instaurar processo contraditório” (grifos não originais).

A Lei Estadual 2.657/96-RJ, por sua vez, institui, genericamente, em seu art. 39, que “o imposto é pago na forma e no prazo fixados pelo Poder Executivo”.

O Decreto nº 31.632/2002, com o propósito de regulamentar o referido artigo, retoma a hipótese facultada pela LC 87/96, elegendo empresas em razão de seu porte ou atividade, para estabelecer critério diverso de apuração e recolhimento do ICMS, confira-se:

“Art. 1º. Os contribuintes **listados no Anexo Único** efetuarão o pagamento do ICMS devido a partir do mês de agosto de 2002 de acordo com os seguintes critérios:

I – o imposto relativo às operações realizadas a cada mês será pago nos dias 10, 20 e no último dia útil do próprio mês em curso, sendo cada um desses pagamentos de valor igual a 1/3 do montante do imposto apurado **no período anterior** [cálculo por estimativa].

II – no dia 15 de cada mês será efetuado o pagamento da diferença entre o valor do imposto relativo às operações realizadas no mês anterior, já devidamente apurado, e o montante representado pela soma das parcelas que, relativas ao período apurado, foram pagas nos termos do inciso anterior.

§ 1º – Na hipótese de o montante pago nos termos do inciso I ser superior ao valor do imposto devido, **o contribuinte poderá**



46²

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Nº 15173/2013 - WM (RE nº 632265/RJ)

se creditar, em sua escrita fiscal, da diferença que foi paga a maior [ajuste, nos termos do § 1º, Art. 26, LC 87/96] [grifos não originais].

Verifica-se que, conquanto a disciplina esteja materialmente adequada aos parâmetros fixados pela LC 87/96, o instrumento é impróprio, pois pesa sobre a matéria, de forma explícita, a reserva legal, afastando-se a possibilidade de regulamentação direta pelo Executivo.

Sobre o tema, já se posicionou essa Suprema Corte:

“O Poder Público está rigidamente sujeito, no regramento de matérias que exijam disciplinação mediante atos normativos primários – como ocorre na veiculação de temas de direito tributário que concernem às relações entre o Estado e o contribuinte – ao princípio constitucional da reserva de lei. Este postulado, enquanto valor subordinante da atuação governamental, extrai a sua autoridade da matriz jurídica de que se origina, qualificando-se como fator condicionante da própria validade e eficácia das deliberações estatais que versem como aquelas pertinentes às matérias referidas nos preceitos legais impugnados nesta sede de controle normativo abstrato.

.....

Não basta, portanto, que o Poder Público tenha promulgado um ato legislativo, para que se legitime, desde logo, a atividade estatal. Impõe-se, antes de mais nada, que o legislador, abstendo-se de agir ultra vires, não haja excedido os limites que



463

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Nº 15173/2013 - WM (RE nº 632265/RJ)

condicionam, no plano constitucional, o exercício de sua indisponível prerrogativa de fazer instaurar, em caráter inaugural, a ordem jurídico-normativa. Isso significa dizer que o legislador não pode abdicar de sua competência institucional para permitir que outros órgãos do Estado – como o Poder Executivo – produzam a norma que, por efeito de expressa reserva constitucional, só pode derivar de fonte parlamentar” (ADI 1296 MC, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ 10.08.1995, p. 27)

Assim, a legalidade estrita representa um limite objetivo ao poder de tributar, materializando valor constitucional relevante, o que atrai a nulidade do decreto que, ultrapassando o poder regulamentar, substituiu, diretamente, o regime de apuração previsto nos arts. 24 e 25 da LC 87/96, conforme faculdade inscrita no seu art. 26, dirigida, entretanto, exclusivamente à **lei estadual**.

Do exposto, opina o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL pelo provimento do recurso.

Brasília-DF, 25 de janeiro de 2013.

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO

Subprocurador-Geral da República

(Autos recebidos neste Gabinete em 08/01/13)
AMA/ASS (orig. dist. ECA/AP).



Decretos Estaduais

Decreto nº:	31632/2002	Data do Decreto:	01/08/2002
-------------	------------	------------------	------------

Texto do Decreto Estadual | Em Vigor |

DECRETO N.º 31.632 DE 01 DE AGOSTO DE 2002.

Dispõe sobre o pagamento do ICMS pelos contribuintes que especifica.

A Governadora do Estado do Rio de Janeiro, no uso da atribuição conferida pelo artigo 39 da Lei n.º 2.657, de 26 de dezembro de 1996,

DECRETA:

Art. 1.º Os contribuintes listados no Anexo Único efetuarão o pagamento do ICMS devido a partir do mês de agosto de 2002 de acordo com os seguintes critérios:

I - o imposto relativo às operações realizadas a cada mês será pago nos dias 10, 20 e no último dia útil do próprio mês em curso, sendo cada um desses pagamentos de valor igual a 1/3 do montante do imposto apurado no período anterior;

II - no dia 15 de cada mês será efetuado o pagamento da diferença entre o valor do imposto relativo às operações realizadas no mês anterior, já devidamente apurado, e o montante representado pela soma das parcelas que, relativas ao período apurado, foram pagas nos termos do inciso anterior.

§ 1.º Na hipótese de o montante pago nos termos do inciso I ser superior ao valor do imposto devido, o contribuinte poderá se creditar, em sua escrita fiscal, da diferença que foi paga a maior.

§ 2.º O aproveitamento do crédito a que se refere o parágrafo anterior deverá ser comunicado à inspetoria de circunscrição do contribuinte no prazo de 5 (cinco) dias contados do encerramento do período de apuração em que for efetivado.

§ 3.º O imposto devido em razão do diferencial de alíquota será pago no dia 10 do mês seguinte ao da operação a ele relativa.

Art. 2.º O ICMS devido pelos contribuintes a que se refere este decreto, relativo ao mês de julho de 2002, será efetuado conforme os critérios estabelecidos no Decreto n.º 31.235, de 06 de abril de 2002.

Art. 3.º O disposto neste Decreto não se aplica ao ICMS devido por substituição tributária, que permanece com os prazos de pagamento estabelecidos nos Anexos I e II, do Livro II, do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto n.º 27.427, de 17 de novembro de 2000.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2002

BENEDITA DA SILVA

redação do art. 2.º dada pelo Decreto n.º 43.530,2010, com as alterações a partir de 24/06/2010.

[redação do art. 3.º em sua original]

Art. 3.º O ICMS devido pelos contribuintes a que se refere este decreto, relativo ao mês de março de 2004, será efetuado conforme os critérios estabelecidos no Decreto n.º 31.632, de 5 de agosto de 2002.

Art. 4.º O disposto neste decreto não se aplica ao ICMS devido por substituição tributária, que permanece com os prazos de pagamento estabelecidos nos Anexos I e II, do Livro II, e no Livro V, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 27.427, de 17 de novembro de 2000.

Art. 5.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2004

ROSINHA GAROTINHO

DECRETO N.º 35.219 DE 15 DE ABRIL DE 2004

Dispõe sobre o pagamento do ICMS pelos contribuintes que especifica.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da atribuição conferida pelo artigo 39, da Lei n.º 2.657, de 26 de dezembro de 1996, e considerando o que consta do Processo n.º E-34/000164/2004,

DECRETA:

Art. 1.º Os contribuintes listados em ato específico do Secretário de Estado de Fazenda efetuarão o pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual ou Intermunicipal e de Comunicações - ICMS devido a partir do mês de abril de 2004 de acordo com os seguintes critérios:

I - o imposto relativo às operações realizadas a cada mês será pago nos dias 10 (dez), 20 (vinte) e no último dia útil do próprio mês em curso, sendo cada um desses pagamentos de valor igual a 1/3 (um terço) do montante do imposto apurado na linha 013 - "Saldo Devedor" do livro RAICMS do mês anterior, deduzido do percentual relativo ao FECF apurado nesse mesmo mês;

II - no dia 15 (quinze) de cada mês será efetuado o pagamento da diferença entre o valor do imposto apurado na linha 013 - "Saldo Devedor" do livro RAICMS relativo às operações realizadas no mês de referência, o percentual relativo ao FECF desse mesmo mês de referência e o montante representado pela soma dos valores das parcelas que, relativas ao período apurado, foram pagos nos termos do inciso I, se houver.

§ 1.º A soma das parcelas recolhidas na forma do inciso I deverá ser lançada na linha 014 - "Deduções" do livro RAICMS.

§ 2.º Na hipótese de ocorrência de saldo credor do imposto, após o lançamento de que trata o § 1.º, este deverá ser transportado para a linha 011 - "Saldo Credor do Período Anterior" do livro RAICMS referente ao período seguinte.

§ 3.º O imposto devido em razão do diferencial de alíquotas será pago no dia 10 (dez) do mês seguinte ao da operação a ele relativa.

§ 4.º Caso a divisão do imposto apurado na forma do inciso I do caput não corresponda a um resultado exato, o ajuste de centavos deverá ser feito na última parcela.

(Nota: Veja a Resolução SEFAZ n.º 331/2010)

(redação do art. 1.º alterada pelo Decreto n.º 42.530/2010, com efeitos a partir de 24.06.2010.)

[redações anteriores] ou original

Art. 2.º As empresas a que se refere o art. 1.º deste Decreto, devem efetuar o pagamento do adicional de ICMS relativo ao Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECF) instituído pela Lei n.º 4056/2002, em DARJ em separado, no código de receita 750-1 - ICMS FECF, de acordo com os seguintes critérios, tomando-se como referência o FECF apurado no mês anterior, nos termos da Resolução SEF n.º 6.556, de 14 de janeiro de 2003:

I - o imposto relativo às operações realizadas a cada mês será pago nos dias 10 (dez), 20 (vinte) e no último dia útil do próprio mês em curso, sendo cada um desses pagamentos de valor igual a 1/3 (um terço) do FECF apurado no mês anterior;

II - no dia 15 (quinze) de cada mês será efetuado o pagamento da diferença entre o valor do FECF no mês de referência e o montante representado pela soma dos valores das parcelas que, relativas ao período apurado, foram pagos nos termos do inciso I, se houver.

Parágrafo único - Aplicam-se às parcelas correspondentes ao pagamento do FECF as disposições dos § 1.º, 3.º e 4.º do art. 1.º.

(redação do art. 2.º, alterada pelo Decreto n.º 42.530,2010, com efeitos a partir de 24.06.2010.)

[redações anteriores ou original]

Art. 3.º O ICMS devido pelos contribuintes a que se refere este decreto, relativo ao mês de março de 2004, será efetuado conforme os critérios estabelecidos no Decreto n.º 31.632, de 5 de agosto de 2002.

Art. 4.º O disposto neste decreto não se aplica ao ICMS devido por substituição tributária, que permanece com os prazos de pagamento estabelecidos nos Anexos I e II, do Livro II, e no Livro IV, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 27.427, de 17 de novembro de 2000.

Art. 5.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2004

ROSINHA GAROTINHO

Projeto de Lei do Senado**SENADO FEDERAL**
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 268, DE 2016

Altera o art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de seguro-garantia nas contratações de obras, serviços e compras públicas.

AUTORIA: Senador Telmário Mota

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



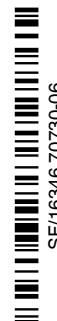
[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Altera o art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que *regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências*, para tornar obrigatória a prestação de seguro-garantia nas contratações de obras, serviços e compras públicas.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 56.** Será exigida prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, nas contratações de obras, serviços e compras.

§ 1º O seguro-garantia observará o limite mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, podendo alcançar até o seu valor integral, a critério da autoridade competente, em cada caso, devendo o percentual a ser exigido estar previsto no instrumento convocatório.

§ 2º Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.

§ 3º A seguradora cumprirá a obrigação contratual até o limite máximo de garantia coberto pela apólice, mediante pagamento em dinheiro ou realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob sua integral responsabilidade, conforme for acordado com o contratante.

§ 4º O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal a que se refere o § 3º deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA
notificação do sinistro feita pelo órgão público ou pelo contratado.”
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Como sabemos, é comum que obras públicas iniciem e fiquem paradas por anos, pois são abandonadas pelas construtoras, transformando-se em verdadeiros “elefantes brancos” espalhados pelo território nacional. Para tentar achar uma solução para essas obras inacabadas o Senado Federal criou a Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas – CMAOBRAS, da qual este parlamentar é membro titular.

Para lidar com isso, a atual redação da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666, de 1993) já dispõe acerca do estabelecimento de garantias nos contratos firmados com o Poder Público, mas estas são de adoção facultativa e limitada ao percentual máximo de 10% do valor do contrato.

Isso acaba sendo insuficiente para que obras do governo sejam concluídas caso ocorra sua interrupção. Ademais, em muitos casos, os sinistros pagos são insuficientes sequer para o pagamento das multas advindas da inadimplência e demais descumprimentos de obrigações. O país precisa modernizar essa legislação e evitar esse cenário de obras paralisadas.

Para tanto, neste projeto de Lei propomos obrigar toda empresa contratada pela Administração a adquirir seguro-garantia de 25% até 100% do valor das contratações de obras, serviços e compras públicas, visando garantir efetivamente o cumprimento das obrigações assumidas por empresas em licitações e contratos com o setor público.

A garantia certa do adimplemento contratual acabará resultando em maior economia ao erário, sendo garantido que o poder





SENADO FEDERAL

Senador TELMÁRIO MOTA

público ao menos não sofrerá prejuízo em caso de abandono da obra, não realização do serviço ou não entrega do bem adquirido.

Por todo o exposto contamos com o apoio dos ilustres Pares para aprovar tão importante matéria.

Sala das Sessões,

Senador TELMÁRIO MOTA



LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88

inciso XXI do artigo 37

Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 - LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - 8666/93

artigo 56

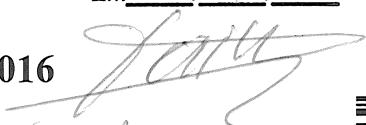
Requerimentos



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

À Publicação
Em 04/07/2016

REQUERIMENTO Nº 511, DE 2016


(SEN. PAULO PAIM)



SF/16705.79626-04

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 10 a 12 de julho do corrente ano, para participar, como membro da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, das Reuniões de Comissões Permanentes e da XL Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a ser realizada no dia 11 do referido mês na cidade de Montevideo, Uruguai, com ônus para o Senado.

Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do país no período de 10 a 12 de julho do corrente ano.

Sala das Sessões,


Senadora GLEISI HOFFMANN



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 512, DE 2016

Requer, com base nos termos dos artigos 13; 39, I; e 40 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF); combinados com o artigo 55, III, da Constituição Federal; licença dos trabalhos da Casa, no período de 10 a 12 de julho de 2016 deste ano, para participar das Reuniões da Mesa Diretora, Comissões Permanentes e XL Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul que serão realizadas no dia 11 de julho de 2016, terça-feira, em Montevideú, no Uruguai.

AUTORIA: Senadora Fátima Bezerra



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA PT | RN

À Publicação
Em 04/07/2016

REQUERIMENTO 512, DE 2016

(SEN. PAULO PATIM)

Requerimento nº /2016/GSFBEZER

Senhor Presidente,

1. Requeiro com base nos termos dos artigos 13; 39, I; e 40 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF); combinados com o artigo 55, III, da Constituição Federal; licença dos trabalhos da Casa, no período de 10 a 12 de julho de 2016 deste ano, para participar das Reuniões da Mesa Diretora, Comissões Permanentes e XL Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul que serão realizadas no dia 11 de julho de 2016, terça-feira, em Montevidéu, no Uruguai, conforme Atos convocatórios do presidente do Parlamento anexados a este documento.

Sala das Sessões, de julho de 2016.

MARIA DE
FATIMA
BEZERRA

Assinado de forma digital por MARIA DE
FATIMA BEZERRA
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Pessoa Fisica
A3, ou=ARSERPRO, ou=Autoridade
Certificadora SERPROACF, cn=MARIA DE
FATIMA BEZERRA

FÁTIMA BEZERRA 07.04 10:37:55 -03'00'

Senadora da República pelo Rio Grande do Norte





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

REQUERIMENTO Nº ⁵¹³, DE 2016

À Publicação,
Encaminhe-se.

Em 04/07/2016

(SEN. FATIMA BEZERRA)

Nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO voto de pesar pelo falecimento da amiga **Dalva do Nascimento**, ocorrido no último domingo, dia 26/6/2016.

Dalva, de 98 anos, foi pioneira em Brasília, vivendo na capital federal desde 1957.

Nascida em 22 de julho de 1918, natural de Uberlândia, Minas Gerais, abraçou a causa dos aposentados desde a década de 1980, participando ativamente em todas as ações do Congresso Nacional em defesa dessas propostas.

Contadora, Comunista, ingressou no Partido Comunista Brasileiro na década de 30, participando da Direção do partido em Brasília por vários anos. Foi também candidata a Suplente de Senador nos anos de 2006 e 2010.

Lamentamos a morte de Dalva do Nascimento que cumpriu o seu papel de cidadã e lutou pelos direitos dos mais oprimidos.

Gostaria que o presente voto fosse enviado para: a COBAP - **Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas** e extensivo aos familiares, no endereço a seguir:

SHCS CR QUADRA 507 BLOCO A LOJA 61 - ASA SUL -
BRASÍLIA / DF CEP 70.351-510.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM



SF/16328.64645-64

Página: 1/1 29/06/2016 12:01:13

074ab46ab219b3321405fc54552ef31783d42e593



Término do prazo

Encerrou-se em 1º de julho o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 21, de 2014. Não foram oferecidas emendas. A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

Encaminhamento de matéria

A Presidência comunica ao Plenário que foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2016, de autoria do Deputado Jaime Martins, que disciplina as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da Medida Provisória nº 703, de 18 de dezembro de 2015, cujo prazo integral expirou em 29 de maio de 2016.

A Medida Provisória será encaminhada à Coordenação de Comissões Mistas para subsidiar a emissão do parecer ao referido Projeto de Decreto Legislativo, conforme previsão do art. 11, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Término de prazos

Encerrou-se em 01 de julho do corrente o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e § 11 do art. 62 da Constituição Federal, para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 702, de 2015, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2016, e sancionada a Lei nº 13.276, de 29 de abril de 2016 (DOU 02/05/16). Não foi apresentado projeto de decreto legislativo.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A matéria vai ao arquivo.

Encerrou-se em 03 de julho do corrente o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e § 11 do art. 62 da Constituição Federal, para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 704, de 2015, que foi rejeitada no Plenário da Câmara dos Deputados em 04 de maio do corrente.

Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A matéria vai ao Arquivo.

DOCUMENTOS DIVERSOS**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL**

*Approvada na 10ª reunião ordinária de 2016, realizada em 4 de julho de 2016.
Publique-se.*

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**8ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)
DIA 6 DE JUNHO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H,
NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA**

Ata Circunstanciada da 8ª reunião (ordinária) de 2016 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 6 de junho de 2016, segunda-feira, às 14h, no Plenário nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Conselheiro Miguel Ângelo Cançado, destinada à seguinte Ordem do Dia: ITEM 1 – Audiência com o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Claudio Lamachia, sobre o uso da internet e das redes sociais e o papel da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações); ITEM 2 – Proposta de Seminário sobre RTV (repetidoras de televisão), de autoria da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros José Francisco de Araújo Lima, Liliana Nakonechnyj e Nascimento Silva; ITEM 3 – Relatório sobre processos de concessão de serviços de radiodifusão no Brasil, de autoria da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Walter Ceneviva, Nascimento Silva e Fernando César Mesquita; ITEM 4 – Relatório sobre o PLS 730/2015, que “Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet”, de autoria da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros José Francisco de Araújo Lima, Nascimento Silva, Sydney Sanches e Ronaldo Lemos; ITEM 5 – Relatório acerca dos efeitos da crise econômica sobre o setor da Comunicação Social, de autoria da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Marcelo Rech, Nascimento Silva, Marcelo Cordeiro e Fernando César Mesquita. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: MIGUEL ÂNGELO CANÇADO, Presidente; WALTER VIEIRA CENEVIVA, representante das empresas de rádio; JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA, representante das empresas de televisão; MARCELO RECH, representante das empresas de imprensa escrita; ROBERTO DIAS LIMA FRANCO, engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; PEDRO PABLO LAZZARINI, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; e MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO, representante da sociedade civil. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes: PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO, representante das empresas de rádio; LILIANA NAKONECHNYJ, engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social; JORGE COUTINHO, representante da categoria profissional dos artistas; LUIZ ANTÔNIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; PATRÍCIA BLANCO e DAVI EMERICH, representantes da sociedade civil.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 2

06/06/2016

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Boa tarde, Sr^{as} e Srs. Conselheiros, servidores do Senado, todos os presentes; a nossa assistência pela internet também, muito boa tarde.

Havendo número legal, declaro instalados os trabalhos da 8ª Reunião, Ordinária, do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional no presente exercício.

Eu quero me permitir fazer aqui uma pequena inversão, se não houver objeção dos Srs. Conselheiros, para integrar a Mesa – já que justificou ausência, infelizmente, mais uma vez, o eminente Vice-Presidente Ronaldo Lemos –, convidar, entre os titulares, o nosso Conselheiro Pedro Pablo Lazzarini para integrar a direção dos trabalhos comigo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Ex^a é o mais novo entre nós todos. O critério é regimental. Não há nenhum desdouro, nenhuma "despreferência" quanto aos demais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Agradeço a colaboração, a compreensão de V. Ex^a, já aproveitando para anunciar as ausências, justificadas, do eminente Conselheiro Ronaldo Lemos, hoje substituído pela eminente Conselheira Patrícia Blanco; do Conselheiro Celso Schröder e da Conselheira Maria José Braga, que é sua suplente, ambos em congresso internacional de jornalistas na França, e justificam a ausência; e ainda do Conselheiro Sydney Sanches, que justificou também, por estar fora do País, substituído pelo suplente, eminente Conselheiro Jorge Coutinho – está presente? Sim? O Serginho estava me tampando a visão. É uma alegria a presença de V. Ex^a.

Essas são as ausências registradas.

Antes de fazer aqui as comunicações da Presidência, eu queria fazer uma inversão, se me permitem. Convidei para estar conosco hoje – e espero não haver objeção do Colegiado, e, se houver, ficarei aqui numa belíssima saia justa – o Presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Pacheco Lamachia, que tem se manifestado, com muita frequência, de forma muito incisiva, com relação às decisões e à própria atuação como um todo da Agência Nacional de Telecomunicações. A Anatel tem demonstrado preocupação com relação à TV por assinatura, ao atendimento aos cidadãos.

E tomei a liberdade, até porque S. Ex^a tomou posse recentemente, no mês de fevereiro último, e logo na arrancada do seu mandato, se posso dizer assim, vem fazendo esses comentários. Eu, então, convidei para que ele estivesse aqui conosco, por alguns minutos – nós tínhamos disponibilidade de tempo nesta reunião –, a partir das 14h30, entre 14h30 e 14h40, para uma breve manifestação; e para surpresa, o Dr. Walmar me entregou aqui, agora, muitas provocações vindas pelo portal e-Cidadania, do Senado Federal, o que me parece ser saudável, positivo.

Eu, ao mesmo tempo em que comunico ao Colegiado o convite que fiz, peço, com evidente liberdade para objeções e até ressalvas, referendo do Colegiado para esse convite que fiz, já que daqui a pouco estará conosco o Presidente.

Algun comentário? Alguma objeção? Alguma resistência à ideia? A Conselheira Patrícia Blanco pediu a palavra.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Nenhuma resistência. Quero até cumprimentar. Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 3

06/06/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Boa tarde.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Quero só lembrar que a OAB dispõe de uma Comissão Especial de Defesa da Liberdade de Expressão, presidida pelo Ministro Ayres Britto,...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – ... da qual o nosso Conselheiro Walter Ceneviva também faz parte. Então, acho que há realmente o interesse deste Conselho em saber do andamento dessa Comissão e também como a OAB a está vendo e quais são os próximos passos com relação a esse fórum que existe na entidade.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É verdade.

O Conselheiro Ceneviva, a quem V. Exª acaba de se referir, chegou agora.

Eu vinha de justificar, eminentes Conselheiros Araújo Lima e Walter Ceneviva, que chegaram há pouco, o fato de que eu tenha convidado para estar conosco, na reunião de hoje, portanto daqui a pouco, o Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Claudio Lamachia, pelas manifestações, pela provocação que ele tem feito desde o início do seu mandato quanto à atuação da Anatel e às questões relacionadas a temas que nos são efetivamente próximos e próprios aqui. Por isso, estou comunicando ao Colegiado, pedindo desculpas por não ter anunciado antes, e pedindo referendo, com o direito, claro, e com a liberdade que temos todos de que haja alguma objeção a essa vinda do Presidente.

E aí, Conselheiro Ceneviva, a Conselheira Patrícia Blanco pediu a palavra para lembrar que a OAB tem inclusive uma Comissão Especial de Defesa da Liberdade de Expressão, presidida pelo ex-Ministro Ayres Britto, que V. Exª integra. De modo que estará conosco.

Eu consulto se posso entender referendado o convite ou se há alguma objeção?

Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Boa tarde a todas e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Boa tarde.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Quero agradecer, em primeiro lugar, os votos de melhora para a minha companheira, porque foi preocupante. Na última reunião eu não pude comparecer; pela primeira vez, uma falta.

Sobre esse assunto, eu gostaria de dizer o seguinte: com todo respeito e carinho, que o eminente Presidente não faça esse encaminhamento novamente, para não ter problemas...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

O SR. NASCIMENTO SILVA – ... não aqui conosco, mas o senhor sabe muito bem que a sociedade civil de forma geral está nos policiando cada dia mais.

Na semana passada, eu assumi a Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. A minha maior preocupação é exatamente essa, tentar A minha maior preocupação é exatamente esta: tentar mostrar o quanto esta instituição, o Conselho de Comunicação Social, é importante. E ele, dentro de suas limitações, tenta fazer o melhor para a sociedade civil de forma geral, principalmente a não empresarial. Então, é só no sentido de preservar a imagem do Presidente, que isso não ocorra mais para evitar qualquer outra observação nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

Quando coloco aqui a consideração, é evidente que estou sujeito a ouvir observações, inclusive críticas, porque elas me motivam sempre.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 4

06/06/2016

Quero só dizer que também fiz o convite pensando em acertar, pensando na atividade do Conselho, até porque nós temos procurado estabelecer esta dinâmica desde o início deste mandato: trazer sempre, em todas as sessões, alguém além de nós mesmos, para que não fiquemos falando com a sociedade civil só entre nós. E a decisão sobre pauta é interna, as entidades todas que representamos aqui... Eu próprio represento uma delas, o Conselho Federal da OAB, a Advocacia nacional. Naturalmente eu tenho a liberdade aqui, em relação à instituição, de votar, e o fiz. Mas eu tomo como importante a ponderação de V. Ex^a.

Conselheiro Ceneviva, pediu a palavra sobre esse ponto?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sim, Presidente, obrigado.

Boa tarde a todos. Quero saudar a iniciativa, de que já tinha conhecimento – não tomei conhecimento dela hoje, mas pelos materiais que recebi dias atrás, não sei exatamente, talvez há 15 ou 20 dias –, e dizer que entendo que...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu encaminhei um *e-mail* falando que faria isso.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Eu lembro. Vi, gostei, concordei e quero ponderar com todos, mas especialmente com o Conselheiro Nascimento, o seguinte: se é que eu entendi o propósito da iniciativa – acredito ter entendido –, ela conflui de maneira muito intensiva e ostensiva com os propósitos, dentre outros, do próprio Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, além das nossas próprias preocupações, porque esteve em curso na gestão mais recente do Ministério das Comunicações, Ministro André Figueiredo, uma consulta pública tocada a toque de caixa para flexibilizar o modelo das telecomunicações sem priorizar aquilo que corresponde à visão de diversas entidades da sociedade civil, inclusive do Fórum Nacional da Democratização da Comunicação, ligadas à disseminação da banda larga e da internet acessível e garantida. Acho a iniciativa positiva. Queria saudá-la e dizer que acho importante o debate.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

De modo que, não havendo objeção – a própria observação não me pareceu ser uma objeção –, considero referendado o convite. Vamos aguardar que chegue o Presidente.

Nós temos, no expediente de hoje, a seguinte Ordem do Dia:

Item 1 – Audiência com o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Claudio Lamachia, sobre o uso da internet e das redes sociais e o papel da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações);

Item 2 – Proposta de Seminário sobre RTV (repetidoras de televisão), de autoria da comissão de relatoria formada pelos eminentes Conselheiros José Francisco de Araújo Lima, Liliana Nakonechnyj e Nascimento Silva;

Item 3 – Relatório sobre processos de concessão de serviços de radiodifusão no Brasil, de autoria da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Walter Ceneviva, Nascimento Silva e Fernando



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 5

06/06/2016

César Mesquita – Fernando César Mesquita também justificou sua ausência a mim hoje pela manhã por telefone –;

Item 4 – Relatório sobre o PLS 730/2015, que “Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet”, de autoria da comissão de relatoria formada pelos eminentes Conselheiros José Francisco de Araújo Lima, Nascimento Silva, Sydney Sanches e Ronaldo Lemos;

Item 5 – Relatório acerca dos efeitos da crise econômica sobre o setor da Comunicação Social, de autoria da comissão de relatoria formada pelos eminentes Conselheiros Marcelo Rech, Nascimento Silva, Marcelo Cordeiro e Fernando César Mesquita.

Eu indago aos integrantes, sobretudo aos relatores, coordenadores dessas comissões de relatoria, se há algum adiamento ou se vamos enfrentar todos os temas, se o tempo nos permitir. Há algum adiamento?

Conselheiro Davi.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, eu acho que estamos com um problema em pauta, que é a questão da EBC. Eu acho que, se nós pudéssemos, em um momento da reunião de hoje, conversar sobre isso, seria muito interessante, porque é uma instituição grande, tem um impacto grande na comunicação, pelo menos na sua conformação, e eu acho que mereceria um pronunciamento do Conselho de alguma forma sobre o que está ocorrendo em relação a ela.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu não tenho nenhuma objeção quanto a esse assunto. Ao contrário do que diz V. Ex^a, se me permite, não está em pauta, mas podemos, por deliberação do Colegiado, até tratá-lo de forma prioritária, logo após a vinda do Presidente ou na sequência desses relatórios. Como eu disse, se tivermos tempo para enfrentar todos esses temas aqui, mas tenho para mim que é um tema atualíssimo.

O Colegiado concorda que devemos nos manifestar efetivamente sobre esse tema? Alguma objeção?

(Pausa.)

Fica aprovada a propositura. O momento...

Sim, Conselheiro Marcelo Rech.

O SR. MARCELO ANTÔNIO RECH – É só mais uma dúvida se essa é uma questão do Executivo ou do Congresso especificamente; se nós devemos nos manifestar sobre uma questão que é eminentemente do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Ex^a está objetando? Está discordando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO RECH – Estou questionando.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só questionando, mas nós podemos fazer essa análise como uma espécie...

O SR. MARCELO ANTÔNIO RECH – Se cabe, regimentalmente, a este Conselho se manifestar formalmente sobre questões ligadas a outros Poderes.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 6

06/06/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Podemos fazer essa análise como uma espécie de preliminar quando da análise da manifestação ou não do Colegiado. Pode ser assim, Conselheiro Rech? (*Pausa.*)

É sobre esse ponto, Conselheiro Ceneviva? V. Exª tem a palavra.

O do Nascimento é outro assunto ou é este também?

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone.*) – Seria também, mas vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Então, V. Exª havia se inscrito primeiro.

Nascimento, por favor, desculpe-me, é porque achei que fosse outro tema.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não, tudo bem.

Eu só queria dizer que eu havia, para a reunião passada, mandado um documento, inclusive acho que com endereço para o Presidente, para o senhor, sobre a questão da EBC; eu havia feito essa manifestação e, posteriormente, a remeti à Federação. Os companheiros abrigaram essa posição e, da mesma forma, fiz com que isso fosse um tema aqui dentro do Conselho.

Fico feliz de o nobre Conselheiro Davi colocar essa questão da EBC porque já era um desejo meu.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito. O tema já será contemplado nos debates.

A assessoria me lembra que V. Exª encaminhou realmente a mim, mas como sugestão para que eu tratasse com o Presidente Renan, na audiência que tive com S. Exª.

Eminente Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente. Só para lembrar que, de fato, como disse o Conselheiro Marcelo, a EBC é um assunto do Poder Executivo, não há nenhuma medida legislativa que diga respeito a ela; ao contrário, há uma polêmica judiciária envolvendo a EBC. No entanto, tendo em vista a transição que nós vivemos, a circunstância de que nós fizemos recentemente audiência pública sobre a EBC, soou, para mim, como adequado que se fizesse o debate, e é importante que nós lembremos que estamos tratando de uma situação judicializada e que diz respeito ao Executivo, mas, enfim, diz respeito a uma das pernas do tripé da comunicação pública, que é a comunicação do Estado brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

Então, fica aprovado...

Conselheiro, eu chamo V. Exª em seguida.

Fica, então, aprovada a proposta do eminente Conselheiro Davi Emerich para que discutamos a questão. Certamente, V. Exª se refere ao impasse estabelecido acerca da nomeação, destituição ou...

O SR. DAVI EMERICH – Não, Presidente, a questão não se coloca na perspectiva que eu acho que o Marcelo e o Ceneviva colocaram.

Eu não estou muito preocupado com a questão do Presidente, se a questão é jurídica ou não. Essa não é uma preocupação minha. Eu estou preocupado com a EBC como empresa de comunicação pública. Essa é a minha preocupação.

Então, a manifestação é muito mais de caráter conceitual do que entrando na briga do Executivo, porque esse é um problema do Executivo. Então, a discussão seria nesse sentido. Eu não estou preocupado em trazer um debate estéril, que não tem sentido, a este Conselho.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 7

06/06/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado. V. Exª terá a palavra no início da discussão para se posicionar. O Colegiado – volto a perguntar para que eu prossiga – entende que nós devemos discutir o assunto logo no início dos nossos trabalhos, depois da vinda do Presidente da OAB nacional, ou ao final, depois da discussão dos relatórios que serão apresentados? Qual é a sugestão?

O SR. DAVI EMERICH – Pode ser ao final.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pode ser ao final?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito. Então, assim fica decidido.

A terceira parte da nossa pauta diz respeito ao relatório de andamento das comissões temáticas.

Só um minutinho, Conselheiro Ceneviva.

Em seguida, comunicações dos Conselheiros e participação da sociedade civil.

Esse é o nosso expediente.

Conselheiro Araújo Lima, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, é exatamente para responder a sua indagação a respeito de algum comentário sobre a pauta. Eu não sei se nós abordaremos, mesmo com a ausência do Ronaldo, o tema previsto para o item 4.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ele mandou o relatório.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Eu sei. O relatório foi submetido a todos os partícipes.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – E até vi no relatório, encaminhado por nós, pelo eminente Conselheiro Vice-Presidente Ronaldo Lemos, que ele sugere mesmo que, a despeito da sua ausência, o tema seja enfrentado por nós hoje. A não ser que a Comissão não esteja em condições de fazê-lo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Não, não. Era isso que eu queria saber. Eu não tinha conhecimento dessa...

O SR. DAVI EMERICH – Esses relatórios foram encaminhados antes por *e-mail* ou algo assim?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não.

O SR. DAVI EMERICH – Pois é. É difícil nós chegarmos a uma reunião como esta, Sr. Presidente, e cair um documento em nossas mãos, um documento complexo, polêmico, que trata de questões importantes e termos uma opinião clara sobre isso.

Então, teria que haver um método de trabalho para que esses documentos chegassem às nossas mãos pelo menos dois dias antes da reunião, porque é muito difícil nós nos pronunciarmos sobre um documento em relação ao qual não tivemos um mínimo de tempo para estudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vamos iniciar a discussão de cada um deles e, se necessário – eu sugiro que assim se faça –, o Conselheiro que não se sentir em condições de votar acerca do... Como nos colegiados em geral, nos tribunais em especial, o voto é apresentado, os relatórios são apresentados na assentada, é convocada a discussão, e quem não se sentir em condições de votar pede vista. Pode ser assim?

Conselheiro Ceneviva, V. Exª pediu a palavra?



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 8

06/06/2016

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sim, Presidente, obrigado. Se entendi, V. Ex^a perguntava se esse relatório foi produzido um pouco na linha do que comenta agora o Conselheiro Davi.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não, eu só perguntei se havia alguma sugestão de adiamento. Foi a indagação que fiz.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Esse é o meu ponto. Sim, há.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, há?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Eu caminhei, dias atrás, para o Conselheiro Nascimento e para o Conselheiro Fernando Mesquita uma proposta de adiamento em relação ao item 3. E sobre ela há uma proposta que eu entendo que deve ser examinada pelo Plenário, não só pela Comissão, de encaminhamento, na linha do que se discutiu pela manhã na reunião de Projetos Legislativos.

Então, respondo à sua consulta dizendo: sim, há um pedido de adiamento. E adiciono o fato de que tenho eu, para quando o senhor achar conveniente, uma proposta de encaminhamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Veja Conselheiro, eu posso simplesmente considerar adiada a votação deste relatório ou deixá-lo aqui e, quando anunciar, V. Ex^a sugere a diligência, que converteremos em diligência ao invés de simplesmente adiar.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Melhor a segunda opção.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Porque senão terei que chamar novamente e adiar.

Pode ser assim? Não é mais prático?

Perfeito.

Reitero, então, as ausências justificadas dos eminentes Conselheiros Ronaldo Lemos, Celso Schröder, Sydney Sanches, Fernando César Mesquita e respectivos suplentes.

Há sobre a mesa de V. Ex^a – também receberam *e-mails* – a Ata da 7ª Reunião, a reunião passada, deste mandato.

Consulto se há alguma objeção, acréscimo ou sugestão. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, posso considerá-la aprovada.

Assim, declaro aprovada a Ata da reunião passada.

Comunico que, no último dia 18 de maio, estive reunido com o Presidente Renan Calheiros, em um despacho de rotina – havia pedido ao Presidente –, a fim de estabelecer se haveria entre a Presidência deste colegiado e a Presidência do Congresso alguma rotina de trabalho, de despachos, porque, claro, além da nossa dependência burocrática e administrativa em relação à rotina do Senado, conforme previsão legal e regimental, alguns temas precisam ser abordados com S. Ex^a.

Inclusive fiz questão de comunicar a todos, e só o fiz na última hora porque tive a confirmação na última hora, na noite anterior, se não me engano, no dia em que comuniquei a todos, no final do expediente. Confesso que esta reunião já havia sido marcada e desmarcada duas vezes. Claro que não preciso justificar em razão do momento ímpar que vive o Congresso e em que vive o Brasil. A situação fala por si só quanto à dificuldade de despacho, ainda que necessário despacho ordinário, com o Presidente.

Então, estive com ele no dia 18. A única sugestão que recebi de integrantes do Colegiado foi mesmo a do eminente Conselheiro Nascimento Silva a respeito da questão



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 9

06/06/2016

da EBC. Confesso que tratei do tema com S. Ex^a, e ele me disse: "Eu pedi à assessoria da Presidência do Senado para estudar, para ver quem tem razão". Ele me disse expressamente: "Eu ainda não tenho segurança técnica quanto a se há razão ou se o Presidente da EBC poderia ou não ser exonerado". Agradeceu-me por provocar o assunto, e sugeri a ele que desse a máxima atenção e até, se fosse o caso, consultasse o CCS.

Tratei com ele também de maior visibilidade, de uma presença mais intensa, de uma vinculação mais intensa do trabalho do CCS. Falei do empenho, da nossa disposição de cumprir efetivamente o papel de órgão auxiliar do Congresso Nacional, das duas Casas. Ele determinou à assessoria que o Conselho tenha visibilidade, e até mais do que visibilidade, pois, para ter visibilidade, é preciso, evidentemente, ter trabalho a mostrar, a apresentar, que o Conselho seja mais demandado.

Nessa perspectiva – sobre isso falei aqui em uma de nossas últimas reuniões –, falei com S. Ex^a o Presidente do Congresso sobre a necessidade de que tenhamos um servidor à disposição exclusivamente do Colegiado. Tenho elogiado sempre aqui – e não me canso de fazê-lo – a atenção que temos recebido de toda equipe do SEAOP, a quem cumprimento sempre, e o faço aqui agora reiteradamente, na pessoa do Dr. Walmar, que, diligente, imediatamente nos atende sempre. Não há uma demanda, não há um pedido da Presidência que não tenha merecido pronto atendimento. Mas, para a gestão política mesmo, para a interlocução com instituições, com Poderes, com órgãos da imprensa, etc. Eu tenho falado da necessidade de conseguirmos dar clareza, transparência e dimensão ao funcionamento do Conselho.

Eu indiquei a ele um servidor da Anatel, o Renato Lima, que é um estudioso do CCS, frequenta as reuniões desde o início. Ele vem na condição de representante da Anatel, mas conhece bem o funcionamento, é jornalista, tem estado conosco, é uma pessoa de boa interlocução. Entreguei o expediente ao Presidente, e ele, de pronto, já me disse que gostava da ideia, tinha apenas a dificuldade burocrática de disponibilidade. Imediatamente chamou o seu Chefe de Gabinete, o Dr. Alberto Cascais, que eu já conhecia, e determinou que fizesse um estudo quanto à possibilidade.

Eu até cobre, outro dia, a resposta. Há uma certa, não vou dizer paralisia, mas dificuldade – claro que não é paralisia, mas dificuldade – enorme de funcionamento na Casa e no Brasil como um todo. E isso está sob análise.

Também abordei outro assunto com o Presidente.

Deixem-me terminar em relação à Anatel. Vou fazer o *link* de um assunto com outro e ouvirei todos que tiverem o interesse de se manifestar.

Na última reunião, nós recebemos aqui o representante da Unesco no Brasil, que veio falar sobre educação. Logo depois, ele me convidou para uma reunião na representação da Unesco em Brasília, em que ressaltou a importância de ter vindo a este Colegiado e manifestou a intenção de tornar efetiva a parceria entre a representação da Unesco no Brasil e o CCS. Eu disse a ele que nós temos interesse na parceria. Ele quer que façamos um trabalho de repercussão dos eventos da Unesco no Brasil. E também relatei esse assunto ao Presidente Renan Calheiros.

O representante sugeriu que a Unesco, na sua representação, e o CCS firmem um convênio de parceria em relação aos eventos da Unesco no Brasil. Eu consultei o Presidente, porque nós não temos personalidade jurídica, se a direção do Senado estaria de acordo. O Presidente aquiesceu imediatamente, e eu falei: "Vou levar o assunto. Assim que submetida a mim a minuta do convênio, vou submetê-la ao Colegiado que presido,



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 10

06/06/2016

para, lá aprovada, levá-la à Presidência do Congresso Nacional". Esse também foi um dos temas abordados por mim com S. Ex^a o Presidente.

Quanto à ida ao Presidente, alguma observação?

Ainda quanto a essa parceria, eu fiz aqui o *link* dos dois assuntos porque foram contíguas as reuniões, uma em um dia e a outra, dois dias depois, e tratei também da parceria Senado, via CCS, e Unesco, o que foi aceito pelo Presidente do Senado.

Alguma objeção, alguma observação?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Com relação às vacâncias, o senhor chegou a comentar alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Comentei, sim. Bem lembrado. Não está aqui no meu missal, e acabei me esquecendo.

Comuniquei ao Presidente que, até então, uma vaga, a do hoje Ministro Henrique Eduardo Alves... Ele me pediu que comunicasse formalmente quanto à renúncia do Presidente e disse que, assim que possível, na agenda do Congresso, que é uma agenda conjunta, fará a eleição desse representante.

Mais alguém? (*Pausa.*)

Comunico que no último dia 31 de março, para minha alegria, acompanhado pelo eminente Conselheiro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – De maio. Eu falei março. Perdão! Dia 31 de maio, acompanhado pelo eminente Conselheiro Roberto Franco, participei da audiência pública na Anatel e lá me manifestei sobre a proposta de alteração do regulamento do SeAC.

Eu falei da importância do papel do Conselho de Comunicação Social. A Lei do SeAC, Lei nº 12.485, no seu art. 42 – se a memória não me trai aqui –, prevê expressamente que a Anatel deve submeter a este Colegiado o regulamento, quando lá aprovado, e isso foi feito. Nós que estivemos aqui no mandato passado nos lembramos disso. E essa alteração, assim que consolidada, deverá vir aqui antes de entrar em vigência, antes do trâmite final na Anatel.

E disse que lá eu não iria me manifestar sobre o mérito da regulamentação porque isso precisaria ser feito pelo Plenário daqui. Fiz apenas essa ressalva.

Mais uma vez peço desculpas ao eminente Conselheiro Roberto Franco. A audiência acabou se prolongando, eu tinha outro compromisso e não pude aguardar. Com certeza Roberto Franco fez uma exposição muito mais densa, muito mais consistente do que a que eu possa ter feito lá.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Eu queria só deixar claro que a participação do Presidente foi muito profícua, porque fortaleceu mais uma vez a importância do Conselho; fortaleceu nossa posição de que os votos da Anatel só devem ser analisados por esta Casa após finalizada a consulta pública e o parecer da Procuradoria Federal Especializada, ou seja, nós devemos apreciar a peça acabada que vai ser discutida pelo Conselho da Anatel e não o início da peça.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 11

06/06/2016

Então, a participação do Presidente foi muito importante para fortalecer o Conselho de Comunicação Social como instituição e ao mesmo tempo para lembrar como o processo deve ser cumprido.

A participação que eu tive, no final, foi em nome do SBT e não como membro do Conselho de Comunicação Social. A representação do Conselho ficou limitada à primeira parte, e depois eu participei como representante do SBT, levando a posição do SBT com relação à consulta pública e não a posição deste Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu, a despeito de não ter me manifestado, porque não existe ainda a posição de mérito do nosso Colegiado quanto ao regulamento do SeAC, que está sob discussão e foi objeto da consulta pública, disse que o Conselho de Comunicação tem como um de seus papéis primordiais a ligação entre a sociedade civil e o Congresso Nacional.

Por isso, os nossos olhos, a nossa visão, a nossa leitura – além dos aspectos técnicos e até técnico-legislativos – se voltará muito para o interesse do consumidor, o interesse do usuário final, do contratante do serviço de acesso condicionado. Isso eu já deixei pontuado e espero que não se tenha uma visão diferente dessa. O nosso Colegiado representa a sociedade civil, embora aqui com uma representação múltipla e paritária. Mas eu já deixei claro que o Conselho terá essa visão crítica, assim que vier o regulamento.

A previsão – não sei se estou enganado – é de que em aproximadamente de 60 a 90 dias – talvez um pouco menos – o regulamento deverá estar concluído. E talvez nós tenhamos um problema de agenda, porque, segundo a previsão legal, o dispositivo a que me referi há pouco prevê que o Colegiado tem que se manifestar em apenas 30 dias. Por exemplo, se chega amanhã esse pedido, essa consulta ao CCS, nós teremos apenas 30 dias. E aí, claro, vou procurar uma dinâmica de distribuição fora da reunião – já deixo isso registrado aqui para que não haja nenhuma objeção –, distribuirei logo, se vier, para que nós alcancemos a reunião seguinte com prioridade de pauta, porque é um assunto importante esse regulamento, interessa ao consumidor.

Hoje são quantos milhões de assinantes, Roberto?

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Em torno de 18,5 milhões de assinantes.

Presidente, só tentando fechar o cronograma. A consulta pública se encerra nesta sexta-feira. Vai haver um tempo para consolidar as contribuições, submeter à Procuradoria Federal Especializada junto à Anatel para que ela dê o seu parecer, e ela retorna ao Conselho para apreciação. Nesse momento é que ela deve vir ao Conselho de Comunicação Social para que nós possamos opinar, e o prazo de 30 dias conta, pelo regulamento, a partir do recebimento.

Em discussões passadas deste Conselho – eu até pediria à Secretaria para recuperar isso –, nós chegamos a encaminhar no sentido de que se contasse o prazo de 30 dias a partir da reunião seguinte à do recebimento, ou seja, que nós reconhecêssemos o recebimento em uma reunião e tivéssemos 30 dias para deliberar a partir daí. Eu não sei se nós chegamos a uma conclusão quanto ao Regimento, mas foi essa a proposta aqui discutida, porque pode acontecer de recebermos um ofício no dia imediatamente posterior a uma reunião, e o prazo estaria contando a partir daquele momento. Então, para evitar essa questão de prazo, nós encaminhamos aqui no sentido de que o prazo passasse a ser contado a partir da reunião imediatamente posterior ao recebimento do ofício, servindo a reunião para dar conhecimento ao Colegiado e distribuir a relatoria.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 12

06/06/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O que o Dr. Walmar me lembra aqui – aliás, mais do que lembra, me comunica – é que foi assim informado à Anatel e avisado aqui.

Mas, veja, eu confesso a V. Ex^a, com todo respeito, que tenho dúvidas se podemos assim proceder, porque há a máxima de que onde o legislador não distingue não cabe ao aplicador da lei fazê-lo – meu querido Ceneviva, peço que me socorra se eu estiver falando muita bobagem.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Eu compartilho da dúvida, porque essa foi uma decisão interna para ser validada, uma vez que não sei se nós temos a competência para decidir quanto a esse prazo. Quer dizer, foi uma proposta nossa...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só concluo: por isso, como nós não temos competência para analisar a regra, eu tenho 30 dias da comunicação aqui. Imagine o desconforto: se mandamos considerando como tendo sido recebido na reunião primeira seguinte... Se eu recebo – o cronograma ainda demora um pouco, como V. Ex^a disse – esta semana a comunicação, eu vou esperar a reunião do mês de julho de 2016 para contar 30, e aí, só em agosto vence. A Anatel disse: "Não, o prazo do CCS foi a partir do dia 17 de junho, ou do dia 7 de junho, como recebido". E, aí, ficamos na saia justa. Além de fazermos o trabalho, uma leitura, e não termos o resultado, ainda ficaremos lenientes, ou devedores da nossa obrigação.

Talvez fosse melhor se o Colegiado me autorizasse a fazer o seguinte: assim que eu receber, eu distribuo, nós fazemos uma discussão prévia via internet, via *e-mails*, e trazemos na reunião seguinte. Acho que assim é mais seguro para nós.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Presidente, sem discordar do encaminhamento, eu insisto apenas no seguinte: que a Secretaria faça essa consulta, porque, como as atividades do Conselho estão limitadas às reuniões, que são mensais, o efetivo recebimento do ofício acaba por se dar na reunião. Eu entendo e por isso submeti a dúvida. E quando decidirmos, submetemos à Secretaria a análise, porque, realmente, se existe um prazo regimental ou um prazo legal, não cabe a nós interpretar.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Esse é legal.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Então, eu acho que valeria a pena verificar apenas o evento do recebimento quando de fato se dá, para ver se se aplica a decisão nossa ou não. Mas, por precaução, neste caso, até termos a conclusão, eu acho que o encaminhamento que o senhor propõe é o mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É o adequado. Tanto que a Anatel, quando recebeu esse expediente do CCS, ainda na gestão passada, não respondeu, não se manifestou. E aí, volto a dizer: se não observarmos esse ritual, interpretando a lei conforme a nossa conveniência, corremos o risco de, amanhã, sermos até cobrados: "Olha, não cumpriram a demanda!". Porque é prazo legal, é do recebimento.

Conselheiro Araújo, é sobre isso? Sobre o ponto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ficamos deliberados assim, então, e expressamente consignado o tema na nossa ata de reunião.

Comunico ter recebido o Ofício nº 13, de 2016, do Conselho Curador da EBC, encaminhando a Ata de Deliberações da 61ª Reunião Ordinária daquele Colegiado. Foi encaminhada a todos os Conselheiros.

Esses são os avisos que havia registrado a Presidência.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 13

06/06/2016

O Presidente Lamachia ainda não chegou, mas a assessoria dele já está por aqui. Ele deve estar vindo. Nós vamos dar prosseguimento aos nossos trabalhos até que chegue o Presidente. Se estivermos tratando de um tema que seja mais demorado, nós podemos interromper e voltamos depois da manifestação do Presidente Lamachia. Eu disse a ele que previa que o início da sua manifestação seria entre 14h30 e 14h40, aproximadamente, em razão dos comunicados todos que tinha que fazer aqui.

ITEM 2 – Proposta de Seminário sobre RTV (repetidoras de televisão), de autoria da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros José Francisco de Araújo Lima, Liliana Nakonechnyj e Nascimento Silva.

Podemos deliberar esse tema, que é simples.

Conselheiro Marcelo Cordeiro, boa tarde.

Conselheira Liliana, V. Ex^a pode apresentar?

O SR. LILIANA NAKONECHNYJ – Sim.

Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que mandei para vocês o rascunho de organização do seminário. O Conselheiro Araújo Lima também chegou a olhar, está de acordo. Infelizmente, ainda não tive a opinião do Conselheiro Nascimento, que, por conta de outros compromissos, não teve oportunidade de olhar, mas é basicamente colocar no papel o que nós conversamos na última reunião. Eu tentei colocar aqui as questões macro a serem endereçadas a partir da discussão que fizemos na última reunião do CCS. Procurei endereçar, vamos dizer, de forma macro os assuntos que surgiram na reunião e escolhi para participar dos seminários, como convidados, pessoas e entidades mais afeitas ao assunto.

Iniciariamos pelo Senador Wellington Fagundes, pois foi quem justamente provocou o assunto. Em seguida, representantes do Poder Executivo, que seriam basicamente do Ministério, que agora não é mais só das Comunicações, mas da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações. Como é um Ministério tão amplo, eu tenho dúvidas se o próprio Ministro deveria ser convidado, ou o próprio Secretário de Comunicações. E alguém da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Do setor de radiodifusão, nós temos três entidades, e, dentre essas, há duas entidades que poderia representar o setor, seria a Abert ou a Abratel – vamos até riscar a Abra deste rascunho, porque atualmente as empresas que estavam na Abra já se juntaram à Abert. E a minha sugestão é termos também um representante técnico que seria da Sociedade de Engenharia de Televisão e um representante dos trabalhadores, que eu gostaria muito que o Conselheiro Nascimento pudesse propor.

Entre as questões macro a serem endereçadas, ressaltamos a importância das retransmissoras da Amazônia Legal para a Região da Amazônia, com a ameaça da sua continuidade, que é justamente a preocupação do Senador Wellington Fagundes, com as possíveis soluções para encaminhar o assunto, para que não haja mais essas ameaças.

Gostaria, também, que fossem endereçados os papéis, as similaridades e as diferenças no Brasil entre geradoras e retransmissoras de TV. Isso certamente o Ministério e a Anatel podem endereçar. Como são as geradoras e retransmissoras? Como



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 14

06/06/2016

a estrutura de televisão aberta impacta no desenvolvimento socioeconômico do País e na geração de empregos?

Uma questão que também nos preocupa bastante é justamente qual é o impacto dos programas produzidos pelas emissoras de televisão na cultura nacional e nas culturas regionais, da forma como existe, se a cultura nacional e as culturas regionais são preservadas.

Outra questão que surgiu aqui foi a convivência audiovisual nas fronteiras do nosso País.

Então, eu procurei colocar aqui, de forma geral, os assuntos que foram levantados. Gostaria de saber se meus colegas da Comissão, que está em andamento, depois haverá um relatório, têm alguma coisa a adicionar. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Araújo Lima, que é o Coordenador da Comissão.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Eu acho que as provocações e o roteiro estão muito bem apresentados e caberá aos participantes e aos expositores ampliar isso na ótica, por exemplo, da Anatel, na ótica do Ministério das Comunicações. Eu estou, como me manifestei, inteiramente de acordo com a proposta da Conselheira Liliana.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mais alguém?

Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, eu quero quebrar o protocolo e registrar a presença do Diretor do Sindicato dos Radialistas do Distrito Federal, Chico Pereira, uma pessoa que tem uma história nesta cidade, que está aqui desde o início da cidade até hoje. Não que ele seja velho, mas é mais ou menos isso. E é ex-Conselheiro também do Conselho de Comunicação Social. Então, eu quero registrar a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Nascimento, permita-me, em meu nome próprio e em nome do Colegiado, cumprimentar o ex-Conselheiro por estar conosco.

O SR. FRANCISCO PEREIRA – Obrigado. Minhas saudações, desejando sucesso nesta construção e que o Conselho possa alcançar, com estes Conselheiros que podemos identificar de velhas datas, o que temos que construir.

Minhas saudações.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Chico, receba o nosso carinho também.

Conselheiro Nascimento, era isso?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Peço desculpas à Conselheira Liliane e ao Conselheiro Francisco por não ter respondido por *e-mail*, mas é evidente que assino este relatório porque está dentro daquilo que havíamos conversado, todas as questões foram abrangidas. Perfeito, então assino e, de viva voz, digo aqui que, no momento oportuno, vou indicar o representante dos radialistas para fazer esse debate também.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mais alguém?

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Sugestão de data?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, eu ia indagar exatamente isso, a prática de nomes e organização, se V. Ex^a já tem alguma sugestão. Nomes, não sei se V. Ex^a tem, além do Ministro das Comunicações, ou do coordenador, como observado.

O SR. LILIANA NAKONECHNYJ – Eu já coloquei, neste mesmo rascunho, basicamente todos os que imaginei que pudessem ser convidados, exceto no caso do



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 15

06/06/2016

representante dos trabalhadores, até porque há necessidade de saber o órgão. Então, do Ministério, seria o Ministro ou o Secretário; da Agência Nacional, o Presidente do Conselho Diretor ou o Conselheiro por ele indicado; no caso do setor de radiodifusão, seria o Presidente da Abert ou da Abratel; a Sociedade de Engenharia de Televisão tem o seu Presidente. Falta então o órgão que representaria os trabalhadores no seminário.

Essas são as minhas sugestões. Não sei se os colegas teriam alguma outra.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Alguma objeção ou não?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Não. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só um minutinho, Conselheiro Araújo, Coordenador da Comissão.

Podemos fazê-lo na manhã da reunião do mês de julho, que é dia 4 de julho. Pode ser? E há tempo para convite. A partir das 9 horas? Pode ser?

Fica assim deliberado.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Então, fica a minha indicação: o Prof. Murilo Ramos, aposentado da UnB. Em caso de ele não aceitar, há o Venício, que é do Conselho Curador da EBC, Venício Lima. São os dois.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Encaminho os nomes à Conselheira Liliana e ao Conselheiro Coordenador, Araújo.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Primeiro, quero elogiar o relatório e a proposta – não era de se esperar outra coisa, partindo da engenheira Liliana, com quem tenho certo histórico de trabalho conjunto –, elogiando também a forma como estamos planejando os seminários, porque, no momento em que nós elencamos a pauta, como disse o Coordenador da Comissão, o Francisco, de certa forma você direciona a abordagem, os comentários, e faz com que seja muito mais profícuo e aprofundador o debate, ao mesmo tempo em que não devemos limitá-lo, permitindo alguma visão um pouco diferente. Apenas por uma questão pragmática, acho que nós devemos encaminhar os convites, como sempre fazemos, aos presidentes ou postos máximos dos órgãos indicados.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Concordo com isso.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Cabe a ele a prerrogativa de indicar um representante, caso impossibilitado de comparecer, mas encaminhar com opções não seria razoável; é melhor mandar sempre ao posto hierárquico máximo e esperar que ele designe seu representante.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Inclusive o Ministro.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Inclusive o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Porque cabe a ele a manifestação política...

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Excetuando o caso do Senador Wellington Fagundes, que foi quem trouxe a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Claro.

Conselheira, nesse caso, ficamos agendados, então, para 4 de julho, a partir das 9 horas até o meio-dia, com a observação, que já fiz outras vezes, de que não podemos ter mais do que três convidados, a não ser que façamos um rodízio aqui à mesa.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Pois é, Presidente, é essa a minha preocupação.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 16

06/06/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A não ser que façamos um rodízio à mesa.

O SR. LILIANA NAKONECHNYJ – Eu sugeriria fazermos um rodízio para podermos ter mais manifestantes.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mais manifestantes.

O SR. LILIANA NAKONECHNYJ – E limitar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – De maneira que não fiquemos com o seminário muito extenso, em que eles tenham de falar pouco e não tenham oportunidade do debate conosco. Vamos nos sentar depois, quem sabe ainda hoje, para ajustar esse detalhe.

Já chegou o Presidente do Conselho Federal da OAB, certamente a imprensa o abordou à porta.

A reunião do mês de setembro está designada para o dia 5. Como sabemos todos, o 7 de setembro é feriado, de modo que a semana acaba ficando prejudicada. Estou sugerindo que alteremos a data de 5 para 12 de setembro. Já fizemos isso na reunião do mês passado.

Alguma objeção? Para evitarmos a semana quebrada do feriado. Pode ser?

Sim, Araújo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Em agosto é dia 1º mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Em agosto é dia 8. Inclusive porque o Congresso estará, em tese, de recesso. Há uma dúvida. Volta no dia 1º, mas só à tarde. Parece que não vai haver mais recesso, mas podemos ficar confirmados para o dia 8 de agosto.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, eu só quero levantar logo, em minha defesa e em defesa da Liliana, que no Rio de Janeiro haverá uma enorme dificuldade de voos nesse período, em agosto, em razão das Olimpíadas. Estou avisando porque tentei um voo para o meu filho que trabalha em São Paulo nesse período, para comemorar o aniversário no Rio, mas ele irá de ônibus, porque não consegui avião.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Se me permite a piada pronta, está sobrando avião da FAB, nós podemos mandar buscá-los, sem carteirada.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, eu não me lembro da minha agenda, mas em setembro farei uma viagem fora do Brasil. Se não me falha a memória, será no dia 11 ou dia 12. Eu só estou externando isso para depois a minha companheira não perguntar porque eu não falei. Eu me programo sempre dando prioridade para o Conselho de Comunicação Social na primeira segunda-feira de cada mês.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por isso, excepcionalmente, as alterações, não é? Mas já foi aprovada a alteração, em razão, exclusivamente, dessa coincidência com o feriado do dia 7 de setembro.

Dr. Walmar, pode pedir ao Presidente que venha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – No dia 8 de agosto será a primeira do semestre, não é? E em setembro, no dia 12. Em julho, no dia 4.

Eu até havia sugerido fazermos uma pequena confraternização. Pretendo fazê-la, como disse, em julho. Vou mandar mensagem a todos, confirmando. *(Pausa.)*

Eu não vou chamar o outro assunto – agora, serão os relatórios – para não...



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 17

06/06/2016

Entre os Conselheiros há alguma comunicação que já possa ser antecipada, até que venha o Presidente?

Conselheira Patrícia Blanco, por favor.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Na verdade, eu queria apenas chamar a atenção porque encaminhei agora, por *e-mail*, uma matéria publicada ontem no jornal *O Estado de S. Paulo* e que, na verdade, é originária da revista *The Economist*, que colocou na capa desta semana uma matéria muito interessante sobre os crescentes ataques ao livre debate. Mostra que as restrições à liberdade de expressão estão aumentando em grande parte no mundo todo e que é preciso "colocar a boca no trombone". Essa é a linha fina da matéria. O *Estadão* publicou essa matéria, traduzida, e eu a encaminhei para o Conselho para, se for possível, encaminhar a todos, caso haja interesse, porque mostra um pouco a realidade mundial bastante interessante quanto a restrições à liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu agradeço à eminente Conselheira Patrícia Blanco por encaminhar a nós esse material, cuja leitura certamente será importante para nós.

Temos a satisfação, como anunciei há pouco, de receber o meu querido amigo Presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia.

Presidente, obrigado. Sabemos que V. Exª tem a agenda muito cheia. Particularmente hoje, quando há sessão do Conselho, deixou – e isto é uma demonstração de apreço ao trabalho do Conselho de Comunicação Social – em boas mãos, é certo, mas nem tanto quanto as suas, a condução dos trabalhos no Conselho Federal da OAB para vir falar conosco.

Presidente Lamachia, eu dizia – muito obrigado, mais uma vez, por aceitar nosso convite e por vir aqui – que V. Exª, desde o início do seu mandato, no mês de fevereiro passado, tem se manifestado reiteradamente acerca da limitação do uso da internet, acerca do papel da Anatel e dos interesses dos consumidores. Aliás, o Presidente Lamachia, que é um grande líder nacional – o Marcelo Rech, com certeza, saberá disso, todos nós sabemos, mas especialmente o Rech, porque é seu conterrâneo –, liderou a advocacia gaúcha e lidera a advocacia brasileira. Como Presidente da OAB do Estado do Rio Grande do Sul, desempenhou papel importantíssimo na discussão sobre o serviço de internet e sobre os serviços de assinatura de televisão, no sentido de que atendam bem aos consumidores, de que atendam bem à sociedade.

E é nessa perspectiva, Presidente Lamachia, que chamei V. Exª, na condição de Presidente do Conselho de Comunicação Social, um órgão que tem o papel de assessoramento, por previsão constitucional, das Casas Legislativas em matéria de comunicação. Aqui é um fórum de debate da comunicação no Brasil e um fórum de sinergia, de interlocução entre o Parlamento brasileiro e a sociedade civil, um órgão com múltipla representação, mas com os olhos sempre voltados para o interesse da sociedade brasileira em matéria de comunicação.

Conforme ajustado, vou lhe conceder a palavra para que V. Exª, na linha que lhe convier, mas dentro do que V. Exª tem manifestado publicamente quanto às preocupações que tem externado neste momento, nesta quadra difícil por que passa o Brasil, tão tumultuada, com debates tão intensos, de múltiplas facetas, de múltiplos temas, um deles mais forte do que os outros. Mas são tantos os questionamentos, tantas as questões que, para este Colegiado, é uma satisfação receber V. Exª aqui. Já lhe passo a palavra porque, afinal de contas, estamos aqui para ouvi-lo, e depois, quem sabe, debater.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 18

06/06/2016

Desde já registro que, como o *Jornal do Senado* e o *site* do Senado na última sexta-feira anunciaram a presença de V. Ex^a aqui hoje, foram várias as manifestações e indagações encaminhadas pelo e-Cidadania e Cidadania a respeito da sua vinda. Inclusive comunico aos que estiveram nos assistindo pela internet e que quiserem mandar uma mensagem, além de tantas que já temos aqui, nós as encaminharemos para serem submetidas ao Presidente.

Presidente Claudio Lamachia, é um prazer recebê-lo. A palavra é sua.

O SR. CLAUDIO LAMACHIA – Presidente Miguel Caçado, Srs. Conselheiros, Sr. Conselheiro Pedro Pablo Lazzarini. Na pessoa dos senhores cumprimento os demais Conselheiros. Peço licença, como bom gaúcho, para cumprimentar de forma especial o meu querido amigo Marcelo Rech e, também na pessoa dele, estender um cumprimento aos demais Conselheiros do Conselho de Comunicação Social do Senado Federal.

O meu querido amigo Miguel Caçado é um advogado, um homem de ordem, com quem convivemos há bastante tempo. Portanto, recebo as palavras dele muito mais em função da amizade que temos e do convívio fraterno que tivemos ao longo de um período muito gratificante no âmbito da OAB, do que em função de algum mérito pessoal meu.

Mas quero, Conselheiro Miguel Caçado, agradecer muito o convite, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, em nome do Conselho Federal da OAB, porque nós estamos vivendo um momento, na quadra brasileira, muito complicado sob diversos pontos de vista, sob diversas situações. Não estou aqui para falar de outros problemas importantíssimos de que a OAB tem cuidado também, instada pela sociedade civil, instada pelos advogados, instada inclusive pela sua história, uma instituição que tem 85 anos de relevantes serviços prestados ao Brasil. Portanto, é absolutamente natural e, mais ainda, é necessário que a Ordem dos Advogados do Brasil participe desses debates todos que estão postos. Por isso ela é tão cobrada como instituição.

Rapidamente, importante esclarecer às senhoras e aos senhores que a OAB tem compromissos com a fiscalização do exercício profissional da advocacia, com a defesa intransigente das garantias e prerrogativas do exercício profissional dos advogados – isso na visão de que, na medida em que se fortalece um advogado se fortalece a própria sociedade e a própria cidadania, porque o advogado representa um cidadão – e também tem compromissos de natureza institucional previstos em lei, na Lei 8.906, no Estatuto da Advocacia, uma lei federal, e na própria Constituição Federal da República Federativa do Brasil.

E, nesta linha, a Ordem dos Advogados do Brasil tem, sim, compromissos com a defesa do Estado democrático de direito, com a defesa da Constituição Federal, com uma permanente busca de respeito às próprias instituições, uma luta pelos direitos humanos, tudo isso está no contexto de atuação da instituição OAB, exatamente porque assim esta Lei Federal impôs e assim a própria Constituição Federal o fez.

Este termo, especificamente, sobre o qual nós estamos hoje aqui para conversar, tem, sim, um viés corporativo para a instituição, para a OAB, e tem também um viés, na nossa avaliação, institucional. Do viés corporativo, o nosso querido Presidente do Conselho de Comunicação Social, Miguel Caçado, homem de Ordem, foi Presidente da OAB de Goiás, foi conselheiro federal, foi diretor do Conselho Federal, enfim, uma pessoa que tem um currículo de atuação frente à instituição, sabe bem do que eu estou a falar. Mas muitos da sociedade não têm esta visão. Num determinado momento – e o Marcelo vai lembrar bem isto, porque no jornal *Zero Hora* eu publiquei alguns artigos nesta linha –, eu no Rio Grande do Sul afirmei que o Poder Judiciário estava a um passo do colapso. E num ato seguinte eu comecei a dizer que o Poder Judiciário no Rio Grande do Sul já



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 19

06/06/2016

estava em colapso; quando então fui eleito Vice-Presidente do Conselho Federal da OAB e comecei a viajar pelo Brasil como um todo. E tive a oportunidade de perceber que aquilo que eu sentia no Rio Grande do Sul, aquilo que eu via no Rio Grande do Sul, era, lamentavelmente, uma realidade em diversos outros Estados da Federação se não uma realidade em todos os Estados da Federação.

As senhoras e senhores devem estar se perguntando: mas por que o Lamachia está falando sobre isso e o que isso tem a ver com a Anatel, o que isso tem a ver com a internet? Tem tudo. E os senhores vão entender e compreender.

A partir disso, nós começamos a cobrar fortemente do Poder Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça, das autoridades brasileiras, que algo tem que ser feito. Algo tem que ser feito, sem dúvida nenhuma. Um País hoje que tem carências expressivas na área da saúde, na área da educação, na área da segurança pública, hoje tem carências também na área da prestação jurisdicional, que também é direito assegurado de todo brasileiro, constitucionalmente. Pois bem. A partir disto, nós tivemos a criação de algo que se chama processo judicial eletrônico, uma grande inovação que se criou no Brasil.

Alguém, de forma inteligente, viu que poderia trabalhar com processo judicial eletrônico para que se solucionasse aquilo que eu tenho dito que é a falta de capacidade instalada do Poder Judiciário.

O que é isto: falta de capacidade instalada do Poder Judiciário? O Poder Judiciário hoje tem carências de juízes e carências de servidores, para não falarmos, Miguel, das carências de natureza administrativa, de gestão. Como faltam juízes e servidores, o processo é moroso. O processo demora anos, quando não deveria demorar anos, quando o processo deveria ser rápido, deveria ser célere. Aliás, a Constituição Federal assim determina. O princípio da razoável duração do processo é um princípio constitucional.

Pois bem. Como estava eu dizendo, criou-se uma ideia de que haveria o processo judicial eletrônico a auxiliar na tramitação processual e, notadamente, na agilidade, corrigindo isto que eu digo que é a falta de capacidade instalada do Poder Judiciário, porque, na medida em que há condições de trabalhar via processo judicial eletrônico, há uma rapidez maior nos processos e há uma demanda menor em termos de pessoas, servidores, juízes. E o processo, em tese, por essa ideia, andaria com maior celeridade. Ponto.

Isso tudo está muito bem no campo do papel, no campo da teoria. Ocorre que nós nos deparamos com uma situação que é real e que se agrava na medida em que, depois, há essas outras determinações, notadamente uma que nós vamos aqui tratar também de uma forma breve, querido Presidente Miguel, porque também eu não quero cansá-lo. E dizem que manifestação boa é manifestação curta. Sendo curta, não precisa nem ser boa. Então, eu vou tentar trabalhar de uma forma um pouco mais reduzida, tentando usar uma capacidade de síntese que eu não tenho, como advogado – normalmente, nós advogados temos um pouquinho mais de dificuldade nisso.

Enfim, como eu dizia, o que nós temos hoje? Processo judicial eletrônico como forma de, de alguma maneira, criarmos essa contraposição à falta de celeridade no processo ou à morosidade do processo. Só que para que o processo judicial eletrônico funcione, nós temos que ter internet, banda larga de qualidade no Brasil. Ora, nós hoje não temos nem internet em 50% – ou em 48% ou em 47% – dos Municípios brasileiros. Nós não temos nem internet banda larga em 50%, arredondando, dos Municípios brasileiros. Vejam a seriedade disso de que nós estamos a tratar. Vejam como esse é um



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 20

06/06/2016

tema sobre o qual o Conselho de Comunicação Social do Senado Federal tem que se debruçar também, aliás, sobre o qual o Senado Federal tem que se debruçar.

Há poucos dias, compareci eu aqui a convite do Senador Lasier Martins para participar também de uma audiência que debateu exatamente este tema, que é a limitação de banda larga ou a criação de franquias para banda larga.

Dentro dessa linha, nós temos um problema real hoje. Para a advocacia, ele é um problema corporativo que interessa à Ordem dos Advogados do Brasil, sem dúvida nenhuma, mas, se interessa à advocacia, se interessa à Ordem dos Advogados do Brasil, interessa, acima de tudo, à sociedade, porque quando o advogado trabalha, ele trabalha representando um cidadão.

Imaginem as senhoras e os senhores o advogado trabalhando, hoje, com internet banda larga de qualidade. Isso é uma situação. Agora, imaginem as senhoras e os senhores, hoje, o advogado trabalhando em um Município que sequer tem internet banda larga, mas esse advogado tem a obrigatoriedade de trabalhar com o dito processo judicial eletrônico, peticionar, entrar nos autos, requerer em juízo, defender o seu cliente em juízo, através do processo judicial eletrônico. Ele precisa, ele necessita da internet banda larga.

Na nossa avaliação, esse já seria um dos grandes problemas que nós estamos vivendo hoje, sem esse debate que se instaurou agora, que é a questão da limitação da banda larga. Sem esse debate que se instalou agora, nós temos uma situação absolutamente séria no que diz respeito à falta de estrutura no Brasil, pensando apenas na linha do processo judicial eletrônico. Nós vivemos em um País em que temos mais de 5.500 Municípios. O que representa 50% desses 5.500 Municípios não tendo acesso à internet banda larga? Isso é algo que nós não vemos discutido no dia a dia, e isso impacta em uma situação como essa que eu estou colocando, que é direito constitucional de todo cidadão ter acesso à Justiça, mas impacta também em uma série de outras questões, como por exemplo o direito de um cidadão brasileiro ter acesso à educação à distância, porque ele não tem, porque o seu Município não é abrangido por internet banda larga. Se nós fôssemos trabalhar nisso só no âmbito da OAB, no âmbito do Poder Judiciário ou no âmbito do CNJ, eu poderia dizer que o problema não é apenas a questão da internet; também nós temos questões estruturais, falta de estrutura, como energia elétrica e tantos outros pontos em determinados Estados, em determinadas cidades mais distantes, notadamente no Norte e no Nordeste. Mas nós estamos aqui para tratar especificamente da internet. Esse é um problema absolutamente real e que precisa de um olhar diferenciado da sociedade brasileira.

Nós procuramos examinar quais são as causas disso. Por que tudo isso acontece? Aí é uma opinião minha, pessoal, de que uma das maiores responsáveis por tudo isso que nós estamos vivendo hoje no âmbito da falta de investimento na internet é justamente a Anatel, a agência reguladora, que deveria regular o mercado e não o regula; que deveria agir de forma direta e coerente e, muitas vezes, age como se fosse um sindicato a serviço de empresas de telecomunicação, como se viu agora nesse recente episódio da limitação da banda larga de internet. A leniência com que a Anatel tem tratado as empresas, notadamente no que diz respeito a investimentos, é algo inaceitável hoje no Brasil. Esse é, na nossa avaliação, um dos maiores significados para esse problema que nós estamos hoje vivendo.

Ou seja, nós não temos uma agência reguladora que esteja cumprindo seu real papel, exigindo o investimento.

E, aqui, faço uma pequena digressão em cima de algo que já aconteceu há algum tempo. Lá no Rio Grande do Sul, em determinado momento, eu estava ainda na



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 21

06/06/2016

Presidência da OAB do Estado do Rio Grande do Sul, e nós defendemos muito que as empresas de telefonia celular fossem proibidas de vender novas linhas telefônicas. Lembra-se disso, Marcelo? (*Pausa.*)

E a Ordem dos Advogados do Brasil fez um movimento no Estado do Rio Grande do Sul juntamente com o Procon, e nós ajuizamos na Justiça Federal uma ação cautelar de produção antecipada de prova, em que buscamos demonstrar que as empresas não estavam investindo o que deveriam investir na área de tecnologia, para que pudessem vender mais e mais celulares a todo novo momento. Por quê? Porque começamos a sentir, no Estado do Rio Grande do Sul, que as linhas de telefonia, que as linhas de telefone celular permanentemente caíam. Nós estávamos falando ao telefone – as senhoras e os senhores não de lembrar-se disso –, falava-se 30 segundos, caía; falava-se por um minuto e meio, caía; e aí a ligação tinha de ser repetida, gerando-se novo custo para o usuário.

E aí o que nós dissemos naquele momento? Quando obtivemos essa decisão liminar que suspendeu efetivamente a venda de novas linhas telefônicas até que as empresas comprovassem investimento real em antenas, em cabeamento, para que pudessem ter qualidade no serviço. A ideia foi essa, e não foi apenas uma ideia de suspendermos as empresas para que não pudessem vender mais. Não! Ao contrário. Livre iniciativa, mas desde que as empresas possam, sim, prestar um serviço de qualidade, porque o que acontecia naquele momento é que nós estávamos pagando por um serviço que, muitas vezes, não recebíamos. E pagávamos em dobro.

Bem, houve a suspensão de venda de novas linhas, o que acabou gerando inclusive um movimento nacional, esse movimento que aconteceu lá pelo Rio Grande do Sul, porque foi inédito: essas empresas passaram um período sem poder vender novas linhas telefônicas até a comprovação do investimento, a ponto de a Anatel ter sido tão pressionada que, aqui, suspendeu – os senhores também vão lembrar-se disso – um número de empresas de telefonia celular, até que essas empresas apresentassem um plano de investimento.

Pois bem, isso aconteceu. Lá no Rio Grande do Sul, nós tivemos um acordo feito entre a OAB, o Procon e o Ministério Público, tratando exatamente desse assunto, e acompanhamos o investimento lá no Rio Grande do Sul. A Anatel fez esse acordo aqui, levantou posteriormente a proibição que ela fez, mas nós não recebemos notícia dos investimentos feitos. E, pelo que me consta, a qualidade da tecnologia celular continua muito ruim no Brasil. Temos uma das maiores contas de telefonia móvel celular do mundo, e a qualidade, muito ruim, deixando muito a desejar. Aliás, do prédio do Conselho Federal da OAB, que não é distante daqui, no gabinete da Presidência, eu tenho que ir para um canto do gabinete para que eu consiga comunicar-me pelo celular. Isso é inadmissível num país como o nosso hoje! É absolutamente inadmissível, e nós não vemos esse assunto evoluindo. Ao contrário.

Agora, nós nos deparamos com uma situação mais grave ainda. Por quê? Aquilo que nós imaginamos que estivesse funcionando razoavelmente bem, em que pese toda essa carência de infraestrutura que coloquei com dados estatísticos – hoje 47% dos Municípios não têm sequer internet banda larga –, pois, nos lugares em que havia internet banda larga, ela estava funcionando a contento, com as pessoas utilizando internet para estudo à distância, para trabalhar no processo judicial eletrônico no nosso caso, advogados, para que as pessoas pudessem ter lazer nas suas casas... E este é um ponto: as pessoas têm direito a isso também. Eu só não dou muito ênfase, quando falo nisso, para a questão do dito *streaming*, dos filmes, porque, com isso, parece que nós



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 22

06/06/2016

estamos dando a impressão de que nós estaríamos preocupados com uma coisa de menor gravidade, em que pese eu entender que isso é um direito de todo cidadão, notadamente em um país evoluído. O Marco Civil da Internet veio para isto: para dizer que a internet é direito de todo cidadão e que, inclusive, traz uma maior inserção, notadamente das pessoas com maior carência. Aí veio a Anatel com essa novidade.

Há questão de uns 30, 40, 60 dias, houve uma declaração, que foi, na minha avaliação, desastrosa, do Presidente da Anatel. Questionado, ele disse a alguns jornalistas que a era da telefonia móvel celular e da internet banda larga ilimitada terminou. Ele disse com todas as letras: "a era da internet banda larga ilimitada terminou". Eu estava num evento e um jornalista me perguntou o que eu achava daquela declaração do Presidente da Anatel. Eu disse, de imediato, para o jornalista, reiterando aqui hoje, mais uma vez, até pela importância deste momento e deste Conselho de Comunicação Social, que, se alguma coisa terminou com a declaração dada pelo Presidente da Anatel, foi a Anatel, porque não é aceitável, não é crível que o Presidente de uma agência reguladora se comporte dessa forma, sem falar das relações, que são colocadas pela imprensa e que são divulgadas pela imprensa, do Presidente da Anatel com determinadas empresas. Aqui, eu não entro nesse mérito, porque o foro não é esse, mas a imprensa tem divulgado isso. Como é que nós, como brasileiros e como pessoas de responsabilidade, vamos aceitar uma situação como essa, que só vai alargar mais ainda as diferenças sociais no Brasil? Aqueles que têm condições econômicas vão contratar uma internet banda larga de melhor qualidade, sem franquia, mas aquele que não tem condições vai ficar alijado. Portanto, nós estamos trabalhando na linha e na ideia de que isso trará mais lucro e de que essa decisão não observará aquilo que é fundamental, ou seja, o próprio Marco Civil da Internet, uma lei federal que veio exatamente para democratizar mais e mais o acesso à informação e à internet.

E mais – e eu já vou observar, Presidente Miguel, exatamente o horário, encaminhando-me para o encerramento –, resoluções da Anatel hoje contrariam frontalmente, marcadamente o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet. E isto é defendido pela Anatel.

Bem, como disse naquele momento, quando, pela primeira vez, o Presidente da Anatel deu essa declaração, a OAB e diversas entidades de defesa dos consumidores se manifestaram com muita força. Nós ameaçamos que iríamos judicializar o tema, e a Anatel disse, através da sua presidência: "Não, nós vamos examinar melhor. Não foi bem isso".

Para a nossa surpresa, na semana passada, novamente o Presidente da Anatel... E vejam que nós não estamos falando sobre uma decisão do Conselho da Anatel, estamos falando de decisões e de manifestações do seu presidente, que vem a público novamente e diz, na semana passada, que as empresas estariam liberadas para limitar a internet ou para trabalhar com franquia.

Isto vai significar exatamente aquilo que eu dizia: primeiro, aqueles que têm recursos vão pagar mais; aqueles que não têm não ficar limitados na utilização. Mas aí, pegando um ponto inicial da minha manifestação às senhoras e aos senhores, naquilo que diz respeito especificamente à Ordem dos Advogados do Brasil, no que diz respeito à questão profissional do advogado, porque tudo isso diz respeito à OAB, é papel dela, também olhando pelo lado da própria cidadania, mas no que diz respeito ao processo judicial eletrônico, nós vamos ter um retrocesso verdadeiramente absurdo. Portanto, não podemos aceitar e entendemos que se deve estabelecer, sim, um amplo debate nacional nesse tema, que tem que ser estabelecido no Congresso Nacional.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 23

06/06/2016

Disse aqui, Presidente Miguel Cançado, no dia em que estive aqui presente à audiência pública presidida pelo Senador Lasier Martins, que, inclusive, eu defendo pessoalmente que se estabeleça, que se instale uma CPI no âmbito do Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, para avaliar todos esses movimentos da Anatel e toda essa situação que está aí posta, porque isso é muito sério.

Há cerca de 20 dias, na nossa última sessão do Conselho Federal da OAB, tivemos uma decisão do Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que autorizou o ajuizamento de uma ação civil pública pela OAB, para que possamos discutir os fundos, o Fundo da Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust); o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, (Funttel), e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). Os dados e os números que chegaram para nós são estarrecedores. Em média, menos de 10% do valor de cada fundo foi utilizado para os seus fins originais.

Pareceres do Tribunal de Contas da União mostram um desvio de finalidade no uso dessas verbas. Nós temos casos graves de uso dessas verbas em atividades que não têm absolutamente nada de referência legal com o que está previsto nos fundos, como construção de ferrovias e revitalização de aeronaves da Aeronáutica. Isso foi o que chegou a nós.

Além disso, há discrepâncias entre valores apresentados pela Anatel e pela própria Secretaria do Tesouro Nacional.

Ao TCU, a Secretaria do Tesouro Nacional declarou que a arrecadação bruta do Fistel chegou a 82 bilhões, de 1997 a 2015. Nas contas da Anatel, o valor é de 67 bilhões. Ou seja, nós temos aí algo perto de 20 bilhões que não bate.

Não há entendimento por parte deles sequer sobre o saldo do fundo. Em 30 de junho de 2015, segundo a Secretaria, havia 15,5 bilhões na conta do Fistel. Já para a Anatel, o saldo seria de 64,8 bilhões. Meus amigos, nós estamos falando de 15 para 64.

Bom, eu não vou cansá-los; e aí nós teríamos inúmeros outros dados. Nesta situação específica, já comunico aos senhores que o Conselho Federal da OAB está ajuizando, sim, uma ação civil pública para discutir este tema, para verificarmos onde foram aplicados esses recursos.

No que diz respeito a tudo isso que coloquei e no que diz respeito exatamente à nossa contrariedade quanto à postura da Anatel, notadamente hoje do seu presidente com relação a toda essa situação, e agora a renovação da sua declaração de que as empresas estão liberadas para trabalharem com a limitação da internet ou com franquias, nós estamos estudando... Isso eu digo aqui, agora, inclusive, Presidente Miguel Cançado, em primeira mão, que eu solicitei hoje ao Conselho Federal, à nossa área jurídica do Conselho Federal, que examinasse uma representação à Presidência da República e ao Ministério das Telecomunicações, exatamente versando essas declarações do Presidente da Anatel, e contra ele, contra o Presidente da Anatel, porque nós entendemos que a sua condição de permanência na presidência da Anatel, hoje, está absolutamente comprometida, por tudo isso que nós estamos vendo.

Portanto, estou à disposição. Agradeço muito o espaço aqui, Presidente Miguel Cançado, Srs. Conselheiros, e estou, como disse, à disposição para eventual esclarecimento de alguma pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Presidente. Foi instigante a sua manifestação aqui...



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 24

06/06/2016

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, acolherei já a inscrição.

São instigantes, Presidente, as suas manifestações, as suas ponderações aqui para todos nós.

Chamo a atenção deste Colegiado, que, como disse, é órgão que tem assento constitucional e que tem tudo a ver com a boa comunicação no Brasil.

Eu colho inscrições entre os Conselheiros, já inscrevendo o Conselheiro Nascimento Silva, mas, se me permitem, para prestigiar a quem nos assiste, a sociedade civil, pelo Portal e-Cidadania, nós temos aqui, vindo do seu querido Rio Grande do Sul, meu querido Presidente Lamachia, o Anderson Gralha, que diz assim: "O modelo de negócios entre o limite de *download* que é aplicado não é um modelo de negócios justo; os preços não vão baixar para as pessoas que consomem menos, somente vão aumentar para as pessoas que consomem mais".

Ainda Anderson Gralha: "Também é importante lembrar a todos que a desculpa que a transmissão de dados pela internet funciona como uma rodovia é inválida; um fio de fibra ótica pode transmitir 10⁹ *bits*, e um cabo normal possui 24 fios, o que seria suficiente para oferecer 10 *megabytes* para três mil famílias, simultaneamente".

E, de Minas Gerais, Elvis Cristian: "A Anatel varia várias vezes e é omissa em seus deveres".

Conselheiro Nascimento Silva. Mais alguém?

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Em primeiro lugar, quero parabenizar pela vinda do Presidente e falar sobre esse tema. Vou falar na minha linguagem mais do que popular. Felizmente, hoje a OAB se manifesta, porque essa é uma luta nossa, trabalhadores da sociedade civil, há mais de 20, 30 anos, quando a gente pensava na perspectiva de novas tecnologias, incluindo a internet como meio de comunicação.

Nós cobrávamos e cobramos até hoje, porque hoje quem está sofrendo com a internet, querendo ou não, é parte da sociedade que efetivamente tem acesso à internet, que tem condições financeiras.

A gente... Aí eu me pergunto: como é que fica a situação daquele pessoal ribeirinho, aquele pessoal lá do interior de Minas, que tem que andar, às vezes, um quilômetro para tentar falar com alguém por telefone. O senhor vai a um canto da sala, aqui em Brasília; eles andam – estou aqui exagerando com um quilômetro – em torno de 200m, 300m ou mais, sobem morro para poder falar.

E que felicidade a minha de hoje poder estar aqui no Conselho... Quando era simplesmente um militante, que cobrava e chamava não só os movimentos sociais e os sindicatos para que se fortalecesse essa cobrança... Eu fico feliz de hoje a OAB e outras entidades de renome estarem interessadas nesse assunto.

E mais do que isso, o local de discussão não é só aqui não, o local é nesses encontros faraônicos que as teles promovem e que têm a participação de vários e vários e vários empresários. O governo vai lá e, na pressão, aceita as imposições. Isso é fato, é notório.

A gente não consegue levar manifestantes, levar militantes, vamos dizer assim, para contrapor isso, porque é um evento efetivamente direcionado para que os empresários tenham lucro. É um modelo de negócio.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, Conselheiro Walter Ceneviva. De Belo Horizonte, o Sr. Marielson Alves



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 25

06/06/2016

da Costa diz assim: "Um país que quer crescer e se desenvolver não limita aos cidadãos e trabalhadores a informação e a educação. Acredito que o maior canal para isso é a internet e as redes sociais".

Quanto às redes sociais, Presidente, nós tivemos recentemente aquela situação hoje universalmente inusitada, que é de termos que viver por 24 horas – algumas vezes – sem o uso desse canal de comunicação que todos nós escravizamos, que é o WhatsApp.

Pedro Cordeiro, de Minas Gerais – não sei se é parente aqui do meu querido Marcelo Cordeiro –: "Se aprovados os limites da banda larga fixa, em lugar de baratear e facilitar o acesso à informação, estaremos encarecendo-o e artificialmente limitando-o. Ao contrário das concessionárias de luz, as provedoras não produzem as informações que trafegam. Não podem cobrar por elas."

Conselheiro Walter Ceneviva é o próximo inscrito.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente Lamarchia, é uma satisfação poder me dirigir a V. Ex^a, saudando a iniciativa, de novo, de trazê-lo ao Conselho. Obrigado pelas suas palavras tão importantes para nós.

Queria dirigir comentários e insistir em um aspecto da sua manifestação.

Primeiro, comentar uma ponderação que eu faço para o Sr. Presidente, como também para todos os demais Conselheiros. Algo que tem a ver com a minha militância como advogando, tendo atuado durante muito tempo nesse setor. Há uma distinção que é muito importante e que, eu percebo, não é objeto de atenção nem dos profissionais do Direito nem dos de fora do Direito, que é o fato de que o usuário do serviço público não é um consumidor, ele é algo mais. Ele é mais importante, mais sério, deve ser levado com mais cuidado do que o simples consumidor. Ele é um usuário do serviço público, o que implica em que ele não tem todos os direitos que um consumidor tem. Mas ele tem, ao fim e ao cabo, mais direitos do que os simples direitos do consumidor.

No caso do serviço de telecomunicação – e o exemplo da interrupção do serviço é sempre o melhor –, o serviço público, diferente da padaria, diferente da papelaria, diferente da loja de roupas, não pode ser interrompido. Ele deve ser contínuo. E esse direito é o que, segundo eu entendo, vale mais do que todos. Para aqueles que já tenham experimentado o que é o apagão de energia elétrica, o que foi, em 1999, o *bug* do DDD, com a interrupção, durante uma semana, do serviço de telefonia, pode avaliar a falta que faz não ter a telecomunicação, como hoje a gente experimenta essa situação descrita pelo Presidente Lamachia de não ter o acesso à internet.

Não ter o serviço é o pior de todos os mundos e, para que a gente possa, para que a gente como País seja os reguladores, os legisladores e nós, usuários, possamos ter acesso ao serviço e essa indústria funcionando adequadamente, eu considero importante e tomo a liberdade de fazer essa ponderação, nas avaliações que o Conselho Federal vai fazer, de lembrar que o usuário pode mais, embora ele, em certos aspectos, possa ter direitos mais limitados do que o consumidor.

Mas me chama muita atenção, Presidente, e eu perguntaria para o senhor se o foco do Conselho Federal vai se aprofundar nesse caminho. Me chama muita atenção esse tema do mau uso, do não uso e do desvio dos recursos públicos, que são tomados dos bolsos dos brasileiros para finalidades específicas e que, no fim das contas, são desviados por tramoias mais lícitas ou menos lícitas no orçamento federal, de uma tal maneira que, tendo saído do bolso do cidadão – rico ou pobre –, nunca chegarão ao seu destino previsto.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 26

06/06/2016

Então, no caso do Funttel, por exemplo, que V. Ex^a mencionou, é um fundo para o desenvolvimento de tecnologia de telecomunicação que arrecada bilhões e que, todavia, tem uma fração mínima dos seus recursos investidos nas telecomunicações, mas pode. E o relatório do Tribunal de Contas da União, que é acachapante, assustador, quase que ofensivo e humilhante para a cidadania, indica que, ao invés de investir em tecnologia se investe, como dito, em aeronaves, em limpeza de ruas e as coisas mais absurdas e completamente desconectadas.

Da mesma maneira, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações jamais investiu um único centavo em universalização. O fundo existe desde 1999 e jamais investiu um único centavo na universalização. Sem falar do Fistel, de que todos os usuários de telefonia móvel são contribuintes com pelo menos R\$15 ao ano, e que arrecada, salvo engano, R\$4 bilhões por ano, e desses R\$3 bilhões ou R\$4 bilhões, R\$500 milhões é o orçamento da Anatel e o resto vira essa massa de dinheiro para ser desviada, manipulada no âmbito do orçamento da União.

Na reunião desta manhã, o Conselheiro Davi falava sobre iniciativa que se pudesse fomentar para retomar o crescimento econômico do País.

Nós, há duas reuniões, fizemos uma audiência pública aqui, em que o Tribunal de Contas da União falava de recursos ligados ao audiovisual que não chegam ao audiovisual.

O desvio de recursos é um tema grave. Então, pergunto ao Conselheiro Lamachia se, além do tema da internet, que é grave e que é importante, o Conselho Federal pretende também se dedicar a esse tema dos dinheiros – eu chamo assim genericamente e vulgarmente – que são arrecadados, mas que são tinguados da cidadania. E eu quero insistir nisto: é uma tunga. As pessoas pobres pagam esses valores, ou seja, pessoas que não têm dinheiro estão ali, contribuindo, aos centavos, para a formação dessa receita de bilhões, e, no entanto, esse dinheiro é desviado para outras pessoas que tenham mais poder político e que consigam açambarcar essas verbas no âmbito do orçamento federal.

Agradecendo mais uma vez a sua presença, quero enfatizar, saudando o Presidente Miguel Cançado, que, sem telecomunicação, não há comunicação, ou seja, a telecomunicação é o substrato em cima do qual se devem debruçar as nossas preocupações. Por isso, tantas vezes, em reuniões anteriores, eu insisti na gravidade da consulta pública que o ex-Ministro André Figueiredo fazia em relação aos serviços de telecomunicações.

Na presença do Presidente Lamachia, insisto: deve ser objeto da nossa preocupação.

E fiquei satisfeito de ver que, com algum atraso, eu acho, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, afinal, deu-se conta da importância desse assunto também.

Presidente, vai ser foco também da OAB o tema do desvio de dinheiro?

Obrigado.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Presidente, o Conselheiro Nascimento fez uma ponderação. Não deixou pergunta. Fui ler aqui as manifestações do e-Cidadania...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Só ponderações.

Conselheiro Davi, V. Ex^a em seguida. V. Ex^a fala em arremate no final ou prefere ir falando logo?

O SR. DAVI EMERICH *(Fora do microfone.)* – Se pudermos...



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 27

06/06/2016

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Já responder?

Por favor, V. Ex^a, Conselheiro Davi Emerich. Inscrito ainda o Conselheiro Marcelo Rech.

Conselheiro Davi Emerich, por favor.

O SR. DAVI EMERICH – Quero parabenizar o Presidente pela iniciativa e a presença do Dr. Claudio, que nos traz, numa bacia imensa de problemas que nós temos, mais um que, realmente, é muito grande: essa questão da Justiça, a questão dos processos eletrônicos. Isso, realmente, é um problema ligado à cidadania em uma dimensão que vamos ter que resolver.

Eu acho que o próprio Conselheiro Ceneviva coloca um caminho interessante, ou seja, muitas vezes não dá para resolver as coisas no atacado, mas esse problema tem que ser resolvido. Então, quais são os caminhos – mesmo que não dê para atender a todos os Municípios com banda larga – possíveis para tentarmos minimizar, pelo menos, esse grave problema, que está diretamente vinculado aos direitos dos cidadãos, que são as tramitações dos seus interesses no mundo judiciário?

Eu acho que esse debate de banda larga, na minha opinião... Não quero entrar na questão da Anatel. Conheço pouco a Anatel e não quero entrar no debate sobre se os fundos são suficientes para resolver isso. Tudo isso são problemas muito sérios. Acho que nós estamos diante de um problema estratégico para ser resolvido.

Eu me lembro que, no último governo da Presidente Dilma, o debate que se colocava era se o Brasil vai em direção à banda larga – que esta é uma estratégia – ou se o Brasil, por exemplo, vai em direção a sinais via satélite. Tudo implica grandes modelos de negócios; é um País com escassez de recursos.

Então, esse não é um problema para se resolver "porque alguém é bom, porque alguém é ruim", "não se está aplicando o dinheiro que está ali, parado...". É porque nós vivemos em um País com escassez de recursos e temos de tomar decisões estratégicas.

Acho que essa decisão estratégica não foi tomada por Governo nenhum, nem pela sociedade civil, tampouco pela OAB. A OAB fala pesadamente agora a favor da banda larga e tenho muita simpatia por esse caminho, mas você tem outras dimensões que vão impactar modelos de negócios estabelecidos e que movimentam bilhões de reais neste País, sobre os quais a gente também precisa dialogar.

Então, acho que o que falta, Dr. Claudio, é que a OAB poderia assumir um pouco. Não sozinha, porque não é competência dela isoladamente, embora tenha prestígio e credibilidade para fazê-lo. Acho que se necessita de um grande seminário e de grandes debates para saber qual caminho estratégico o Brasil vai adotar, porque se você adota a ideia da banda larga, é claro que a iniciativa privada não vai jogar dinheiro – e olha que quem fala aqui é uma pessoa que vem de um campo de esquerda – em nenhuma coisa que não dê retorno financeiro. É brincadeira pedir para a iniciativa privada fazer isso.

Estamos dispostos a pedir para que o Estado entre e arque com vultuosos investimentos, que vêm de impostos, para garantir essa conquista democrática da banda larga em todos os Municípios brasileiros? Nós temos de tomar uma posição em relação a isso! Ou seja, a sociedade está disposta a que o Estado entre pesadamente nisso, criando subsídios ou não, para enfrentar o problema da banda larga?

Sabemos que a iniciativa privada, sozinha, não vai resolver. Então, acho que nos falta um debate dessa dimensão que, infelizmente, o Brasil ainda não fez.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Antes de passar a palavra ao Conselheiro Marcelo Rech, ajustei aqui com o Presidente Lamachia que ele fará, depois, ao final, uma resposta e ponderações sobre todos os questionamentos.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 28

06/06/2016

Não está identificado de que unidade da federação veio. Rony Antônio diz assim: "Sou engenheiro de comunicação e também jogo *on-line*. Acho risível e ao mesmo tempo questionável um projeto de lei cujo presidente afirma que os jogos *on-line* consomem muita banda larga. Isso é risível".

E ainda Gil Wanderlei – também não se sabe de onde – diz: "Limitar dados é limitar duas vezes. O limite de velocidade já cumpre o papel. Adicionar limites, especialmente pequenos como os oferecidos pelas empresas de telecomunicações, só favorecerá as próprias empresas."

Eminente Conselheiro Marcelo Rech

O SR. MARCELO ANTÔNIO RECH – Obrigado, Presidente.

De certa forma vou ser muito sucinto e ecoar, um pouco, o Conselheiro Davi. Quero, primeiro, parabenizar o nosso Presidente Miguel Ângelo Cançado por trazer o seu colega e Presidente do Conselho Federal, meu conterrâneo e amigo, Claudio Lamachia. Acho que contribui enormemente com os esclarecimentos, com a necessidade de esclarecer algumas questões de fundo relacionadas a esse tema que, de fato, como mencionou o Conselheiro Davi, é estratégico para o País.

Agora existe um fato concreto, que é o consumo de dados, no Brasil, estar crescendo de uma forma muito acelerada, especialmente pelo crescimento do consumo de vídeos, que é um grande demandador de dados. É esse debate que nós temos de fazer, no País.

Eu, de certa forma, apresento ao Presidente da OAB a questão para saber se a OAB... Ou o que ele acha que deve conduzir essa discussão de como nós encaminharemos esse assunto no País, hoje; se vai ser para o lado de mais concorrência, se vai ser para o lado de um subsídio. Enfim, não sei. Qual a sua avaliação? Como deve ser tratado esse assunto em um ponto de vista estratégico, que é, de fato, parte de nosso futuro como Nação?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O último inscrito que tenho, entre os Conselheiros, é o eminente Conselheiro Araújo Lima.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, muito obrigado.

Muito bem-vindo! Sou também advogado, inscrito desde 69. Tenho um número no Rio de Janeiro, o 16.493.

Normalmente, quando eu cito esse número, as pessoas me telefonam para confirmar se não falta um dígito. (*Risos.*)

Porque está em duzentos e poucos mil lá. Eu digo: "Não, não. É velhice mesmo!"

Mas, Presidente, que bom essa abordagem da nossa Ordem dos Advogados do Brasil tratando de banda larga. Eu acho isso fantástico, porque, normalmente, nós estamos um pouco distanciados da tecnologia, se bem que, dentro da empresa em que trabalhei até dia 31 de março, como diretor, eu respondia exatamente pelas novas mídias. Isso criava um problema sério, porque sempre que eu me apresentava como tal, diziam: "Mas, na Globo, não tinha um cara mais novinho para tratar disso, não?" Eu dizia: "Não. O único advogado mais alfabetizado em tecnologia que tinha lá era eu. Então, me puseram nessa área."

Eu fiquei preocupado aqui. Provavelmente o senhor já deve ter ouvido esse argumento. Existe um problema muito sério que nós temos que superar. Não que eu queira ajudar as telcos. Eu quero resolver o problema e acho que é um movimento que depende de todos nós. Existe o problema da reversibilidade dos bens, das concessões.

As duas únicas empresas que exploram telecomunicações terrestres são Oi e Vivo. Ambas *incumbents*. Portanto, herdaram concessões. Elas não vão investir enquanto não



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 29

06/06/2016

ficar resolvido que a banda larga fique fora da reversibilidade. Por isso eles estão parados. O que eles fizeram? Deram um jeitinho nos cabos velhos, de par trançado, para transformar em ADSL, dar uma velocidade apreciável, se bem que limitada por nó a 500 assinantes. Quer dizer, eles estão saturados; não têm mais como atender à evolução sequer do *streaming*. Agora, quando vier a internet das coisas, o senhor imaginou eu ter funcionando a mil com tudo que é máquina, tendo um IP que pode ser acessado? Bom, nós vamos cair num caos, neste País, gravíssimo!

Então, eu acho que nós devemos colaborar. O Presidente Cançado é muito sensível a temas que mexam com a segurança do País, como é o caso da banda larga.

O dinheiro da Funttel está lá, preso. São bilhões, mais de 58 bilhões, pelo menos até o ano passado. Como disse o Ceneviva, não saiu um tostão para a finalidade a que ele se dispunha e foi criado.

Agradeço muito esse recado vir de um colega, porque, realmente, nós precisamos ouvir essas advertências daqueles que também não estão tão envolvidos com a tecnologia.

Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eminentíssimo Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Eu queria apenas, em cima de tudo o que foi dito – e acho que tudo razoável –, alertar na linha do que falou o Davi, do que falou o Francisco, do que falou o Walter, no sentido de que estamos diante de decisões estratégicas. Tal qual no Brasil se costuma dizer que leis pegam e leis não pegam, uma coisa inconcebível em uma democracia – há leis que pegam e há leis que não pegam –, até porque o dever imposto pela lei é a única garantia que nós temos nos direitos da sociedade, nós vemos o mesmo problema. Nós temos decisões estratégicas, como esse tema, fracionadas.

A criação dos fundos, Davi, teve o objetivo de lidar com problemas estratégicos. Só que eles foram criados, estabelecidos por lei e jamais aplicados onde deveriam ser aplicados. E não existe uma comoção contra isso.

Portanto, acabam certas decisões estratégicas também sendo decisões que pegam e decisões que não pegam.

Aí, eu quero corroborar e me solidarizar com a manifestação do Francisco e do Marcelo, e saber o seguinte: quem, qual a instância, qual o fórum para aprofundar esse debate?

Acho que a OAB está cumprindo seu papel e até extrapolando-o, mas numa questão de extrema relevância. Este Conselho está aqui desafiado, hoje, a abraçar esse tema com maior profundidade e acompanhá-lo. Temos de tentar entender isso: como tomar decisões estratégicas que realmente representem o todo e possam ser aplicadas. Conviver com a forma como estamos criando as soluções só nos vai fazer repetir os problemas de soluções traçadas muito boas, mas que não se aplicam na prática.

Os fundos foram criados com propósitos bastante interessantes. E aí, sem nenhuma defesa à Anatel, o próprio Fistel, que deveria destinar à Anatel seu orçamento – como nós falamos aqui, da ordem de 4 bilhões –, deixa a Anatel à míngua, com um orçamento de menos de 500 milhões. Esse orçamento não lhe permite nem cumprir com suas obrigações quanto à fiscalização e quanto ao andamento de todas as suas decisões em termos de trabalhos a serem realizados. Então, a própria Anatel – sem nenhuma defesa, que não estou autorizado a fazer – fica vítima desse processo de contingências ou destinações de fundos.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 30

06/06/2016

Concluo minha fala chamando a atenção para o fato de que, primeiro, acho que o Conselho deve dedicar mais tempo a esse tema estratégico, deve acompanhar os projetos de lei e os projetos discutidos em várias instâncias, para que possamos tentar dar uma liga nisso tudo. Ao mesmo tempo, parabenizamos a iniciativa da OAB. Acredito que devemos manter acesa essa discussão trazendo outros interlocutores, para entender o processo como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Encerrado?

Presidente Lamachia, antes de lhe devolver a palavra para suas respostas e considerações finais acerca das manifestações dos eminentes Conselheiros, quero dizer que estou feliz por ter tido a ideia de convidá-lo para vir aqui, com a aquiescência do Colegiado à unanimidade, porque, como eu disse ao final da sua manifestação, são instigantes, provocantes e atualíssimos os temas que V. Exª nos traz.

Tenho que as manifestações dos eminentes Conselheiros concordando não só com a sua vinda, mas sobretudo com a discussão, com o nosso protagonismo, mesmo, nesse tema, já são, para mim, a satisfação e a demonstração maior de que acertamos com sua vinda.

Acho que não podemos, também, deixar esgotar e se encerrar neste momento esta parceria com este Colegiado – afinal de contas, Presidente, falo aqui com sua autorização, porque sou um representante da sociedade civil indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil –, de modo que devemos ampliar e fazer perene essa nossa interlocução e parceria.

V. Exª tem a palavra, Presidente Claudio Lamachia.

O SR. CLAUDIO LAMACHIA – Presidente Miguel, fico feliz. Primeiro porque quero, notadamente para os meus colegas advogados, dizer que estou aqui na condição de estagiário de vocês. Esse é o primeiro aspecto. E o segundo é que isso demonstra exatamente essa capacidade que a advocacia tem.

O advogado é agente de transformação social, assim como é o jornalista, assim como são tantas atividades profissionais. E nós temos de assumir o nosso papel e as nossas responsabilidades, notadamente em momentos como este.

Todas as colocações feitas aqui são extremamente instigantes, principalmente quando se fala: "Bem, mas o que nós vamos fazer com relação a isso?" Tem toda razão, Davi. Nós temos de produzir alguma coisa a mais. Quando o Valter me questionou sobre o que o Conselho Federal fará na questão dos desvios dos fundos, eu fiquei muito feliz porque nós já fizemos.

Na última sessão do Conselho Federal da Ordem, aprovei... ou seja, o Conselho Pleno do Conselho Federal, 81 conselheiros federais da OAB aprovaram o ajuizamento de uma ação civil pública. Esse já é um fato concreto em que nós vamos atuar fortemente, firmemente no que diz respeito aos desvios que nós detectamos por um trabalho bastante extenso. Vou deixar inclusive para o nosso Conselheiro Presidente Miguel Cançado.

Um trabalho muito extenso foi feito no âmbito da OAB para que nós levantássemos exatamente isso. Aí pode ser exatamente o início da solução de um problema, porque os números são muito expressivos.

Eu não desconheço, Marcelo, Roberto, a dificuldade que hoje nós podemos ou poderemos ter com relação a tráfico de dados, mas não sou eu como advogado que estou dizendo isso. E também quero abrir um pequeno parêntese para que os senhores entendam que eu não tenho nenhuma relação de animosidade com as teles. Tenho dito isso para as teles, inclusive. Não tenho nenhuma relação de animosidade com a Anatel.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 31

06/06/2016

Eu tenho criticado, é bem verdade, muito a Anatel, porque lamentavelmente entendo que a Anatel é a grande culpada por tudo o que nós estamos vendo hoje, uma vez que o papel da Anatel é esse.

Conselheiro Roberto, mesmo que a Anatel pudesse ter alguma dificuldade de natureza econômica, ela tem uma coisa que eu não tenho, que o senhor não tem. É isto, a caneta. A Anatel tem poder de polícia. Basta que ela diga: vou suspender, como fez lá atrás. E lá atrás... Queria abrir um parêntese também sobre isso.

Quando contei essa historinha do Rio Grande do Sul, que nós trabalhamos fortemente pelo bloqueio de venda de novas linhas telefônicas, num determinado momento, Conselheiro Francisco Araújo, o pessoal começou a me questionar, porque isso não foi algo simples de se fazer, não. Foi muito difícil lá no Rio Grande do Sul. O Marcelo deve ter acompanhado inclusive, como jornalista do grupo de comunicação que ele representa, e representa muito bem.

Um jornalista, inclusive amigo meu, o Tulio Milman, num determinado momento me ligou e disse: "Lamachia, por favor, como nós vamos trabalhar, como nós vamos apoiar que as empresas de telefonia móvel celular sejam impedidas de vender novas linhas telefônicas? Isso não lhe parece uma coisa agressiva? E o direito dos consumidores de ter uma linha telefônica?"

Aí eu disse para o Tulio e para outras pessoas depois, porque estabeleci esse debate lá: antes de pensarmos no direito dos futuros consumidores, nós temos que defender o direito dos atuais consumidores. Fazendo isso, nós acabamos defendendo o direito dos dois.

Se nós continuássemos liberando, naquele momento, venda, venda, venda, venda... E era o momento em que havia a lógica da alteração do sistema 3G para o sistema 4G, que imporia às empresas de telefonia um investimento muito pesado na tecnologia 4G. O que eles estavam fazendo? Vendendo muito com o sistema 3G. E logo em seguida haveria alteração.

Então é uma questão de respeito ao próprio consumidor; ao atual e ao futuro. Mas antes de pensar no futuro, estou pensando em quem está consumindo, porque não é crível.

Eu concordo que estou no prédio da OAB, no gabinete da Presidência. Eu tenho um cantinho. É uma coisa mais tranquila. Mas quero lhe dizer o seguinte: eu fiz 500 mil quilômetros de carro no Estado do Rio Grande do Sul. O Presidente Miguel Cançado sabe que não estou jogando palavras ao vento. Quinhentos mil quilômetros de carro no Estado do Rio Grande do Sul, como Presidente da Ordem durante duas gestões, seis anos. Eu usava o celular para trabalho mesmo! Andava pelo interior do Estado, e não havia no centro de uma cidade. E eu ficava pensando: o que acontece com o agricultor que está ali, a 50km, a 100km, a 20km de distância? No centro da cidade não tinha.

Isso é uma realidade. Claro que eu não estou aqui dizendo que a solução desse problema é uma solução simples. Não é, mas passa por uma conscientização das agências reguladoras, no caso, a Anatel.

Sem dúvida, bom, os dados que eu trouxe aqui, os números que nem trouxe aqui, os números que eu citei aqui aos senhores fazem parte desse trabalho desenvolvido pela OAB, que nós vamos judicializar, nós vamos ajuizar uma ação civil pública para trabalhar em cima desses números. Só esses números, em termos de investimento, o que significam? E mais, se o investimento não tem que ser feito apenas pela empresa, o investimento já tinha que ter sido feito há muito mais tempo através dos fundos, com



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 32

06/06/2016

esses recursos que estão aqui nos fundos, ou pelo próprio Brasil. O Brasil já tinha que ter discutido isso.

Então, o que nós estamos fazendo aqui hoje, o que fizemos há poucos dias numa audiência pública, aqui no Senado também, que eu saudei muito, é exatamente isso, é colocando luz sobre esse tema, que é um tema de enorme importância! Assim como é saúde, assim como é educação, assim como é segurança, assim como é o direito do cidadão em juízo buscar os seus direitos, é este também!

Quando se fala em inclusão digital, senhoras e senhores, nós estamos falando em inclusão social. Quando se fala em inclusão digital, nós estamos falando em inclusão social, não pode ser só o lucro a falar por isso e, pelo que me conste, nenhuma dessas empresas está no vermelho por conta disso, pelo que me conste, não. Há empresas em dificuldades aí? Há, mas não é por conta disso. E mais, pelo que me conste, nós pagamos uma altíssima carga tributária em cada fatura desse serviço e, portanto, os nossos governantes, que têm a responsabilidade de dar curso para essa demanda, que não venham me dizer: "Não, mas espera um pouquinho, isso não é um custo Brasil." Também é, porque a carga tributária que nós pagamos ali é muito alta.

E eu queria dar mais um dado, especificamente com relação a isso, de 190 países monitorados pela União Internacional de Telecomunicações – não sei se os senhores têm esse dado, imagino até que possam ter – dos 190, 130 desses países não trabalham com a linha de limitação na internet. Por via de consequência, mais uma vez o Brasil vai entrar numa rota de colisão com aquilo que o mundo pratica. E eu, há alguns dias, também no meio de um debate sobre esse tema, ouvi uma informação que questionou exatamente esse dado da União Internacional de Telecomunicações. Esse é um dado científico, ou seja, quase 70% dos 190 países pesquisados trabalham com internet limitada.

Eu não estou aqui defendendo que as empresas não tenham lucro; muito pelo contrário, empresa tem que ter lucro. O que eu estou dizendo é que essa ideia de limitação hoje penaliza a sociedade e, acima de tudo, penaliza uma ideia espetacular de inclusão social. Não é possível se admitir um negócio desse.

Segundo também a União Internacional de Telecomunicações – é dado científico, eu estou lendo –, dos dez países com melhor *ranking* de desenvolvimento nas tecnologias de informática e comunicação, dos dez, apenas três países aplicam prioritariamente planos limitados. Dos dez de maior abrangência, dos dez de maior desenvolvimento, apenas três limitam. Por que nós vamos seguir o exemplo minoritário? Não tem lógica isso!

Aí eu digo, Conselheiro Roberto: nisso nós não precisamos de recursos para a Anatel, basta a caneta. Basta que o Presidente da Anatel não venha declarar o que declarou. Porque quando ele declara isso – o termo é forte, mas eu tenho que reiterar aqui –, ele age como presidente do sindicato das teles ou das empresas, ele age defendendo o interesse das empresas cujo mercado ele tinha que buscar regular. Ele não pode fazer isso!

Por isso nós vamos representar à Presidência da República, porque há um decreto que determina que a Presidência da República e o Ministério das Telecomunicações têm esse poder, inclusive de afastá-lo. Por isso que nós estamos estudando e vamos representar contra ele, porque ele não pode fazer isso. Ele não contribui para esse debate que nós estamos tendo aqui quando faz isso!

Eu acho que a Anatel poderia fazer tudo, Miguel. Ela deveria vir aqui, deveria participar de uma audiência pública, mas ela deveria buscar regular o mercado! Mas não é assim que vai regular o mercado, sem dúvida nenhuma.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 33

06/06/2016

Não preciso aqui repetir ou dizer aos senhores, porque os senhores sabem melhor do que eu, mas hoje internet banda larga é serviço essencial. É essencial! Aqui foi feita uma pergunta também com relação ao desvio e o que a OAB vai fazer.

Eu já coloquei, mas reitero: nós vamos judicializar, sob todos os aspectos – o Walter, o Nascimento, o Davi, que também... Nós vamos judicializar isso em todas as pontas. Só nesses recursos que nós detectamos hoje – já estamos preparando uma ação civil pública para verificarmos os desvios dos fundos –, nós poderíamos ter evoluído muito.

Com relação às mensagens que nós recebemos, eu queria só salientar às senhoras e aos senhores aqui, Presidente, as mensagens... Eu tive o cuidado... Fiquei querendo saber quem eram as pessoas que estavam mandando as mensagens. Porque uma coisa somos nós – o meu caso, lá na OAB –, como advogados. Eu não tenho uma especialidade maior, então tive que me socorrer de técnicos.

Se os senhores forem verificar aqui, não foi apenas uma nem duas dessas mensagens, que nós recebemos aqui, de engenheiros. Inclusive me chamou atenção aqui a de um engenheiro de computação. Ou seja, são pessoas que conhecem muito mais essa área do que nós e que estão dizendo exatamente o que nós estamos aqui a dizer.

Então, se nós não chamarmos a atenção, seja dos nossos governantes hoje, seja da própria agência reguladora de que ela está agindo como uma leniência inadmissível dentro desse processo, nós não vamos evoluir nesse debate.

Quero também me colocar à inteira disposição, Presidente Miguel, Srs. Conselheiros, para que nós possamos desenvolver seminários, encontros aqui, para esclarecimento. Mas hoje nós temos que encontrar um mecanismo – e o único que nós da OAB encontramos neste momento é a judicialização – de sensibilização, tanto da Anatel quanto do Governo Federal, para que haja um olhar diferenciado para este tema.

Não é possível um País com a nossa abrangência continental, com mais de 5,5 mil Municípios, ter apenas 50% desses Municípios dotados de internet banda larga, que hoje, acima de tudo, serve como inclusão social. Ou seja, inclusão digital, como disse, é inclusão social. Isso é fundamental.

Espero que tenha respondido. Se houver alguma coisinha que tenha ficado de fora, por favor, estou à disposição.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Respondeu e provocou todos nós.

Presidente Claudio Lamachia, meu querido amigo, mais uma vez quero dizer que seu convite para cá e todas as referências que fiz ao meu prezado amigo não são frutos dessa amizade, não, são reconhecimento deste humilde advogado à capacidade que V. Ex^a tem e à importância do tema que nos traz.

Como já disse aqui, ficou clara, a partir da sua exposição e dos números nela contidos, a importância de que este Conselho se insira nesse debate. O Conselho também está à disposição da Ordem dos Advogados do Brasil, como já disse, até porque eu, eventualmente aqui Presidente, sou representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

Obrigado a V. Ex^a por ter estado conosco.

Eu agradeço a todas as manifestações, cumprimentos, ponderações e elogios feitos pelas Sr^{as} e Srs. Conselheiros.

Suspendo, por cinco minutos, para que eu me dê ao direito de despedir do meu querido Presidente e de levá-lo até a porta. Muito obrigado! (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 34

06/06/2016

(Suspensa às 16 horas e 06 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 22 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vamos retomar nossos trabalhos?
(Pausa.)

No que me diz respeito, peço desculpas por ter convertido cinco minutos em vinte – como me disse que aconteceria o nosso sempre crítico Nascimento –, mas é porque, claro, fiz questão de acompanhar o Presidente e acabei tendo que falar sobre a vinda dele aqui com a imprensa, com a própria imprensa do Senado Federal. Por isso, alarguei um pouco esse prazo.

Voltando...

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, só uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, Conselheiro Davi Emerich.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Esperei o Presidente da OAB sair.

Todo mundo aqui falou em fundos, em Fistel, em Fustel, que é muito dinheiro e... Como a própria OAB vai judicializar essa questão, acho que, se desse para a nossa assessoria pedir à Consultoria do Senado ou à Consultoria da Câmara um pequeno *paper*, um pequeno estudo sobre esses fundos – quantitativo, como foram criados etc – só para orientar, para deixar como um instrumento básico para nós, seria interessante. Eu não sei se pediríamos à Consultoria do Senado ou à Consultoria da Câmara.

A gente tem prerrogativa para pedir isso?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, já providencio.

Informo que o Presidente da OAB deixou aqui comigo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A inicial?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não é a inicial ainda, por certo.

Ele deixou o roteiro da sua manifestação, onde estão os dados por ele referidos.

Ele não me pediu reserva...

O SR. DAVI EMERICH – Mas poderíamos ter um estudo oficial de uma das Casas do Congresso para nos balizar.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Uma providência não exclui a outra.

Eu vou digitalizar o material que comigo deixou o Presidente do Conselho Federal da OAB e vou colocá-lo no nosso grupo de *e-mail*.

Pois não.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Davi, só sei de um desses fundos, que é o fundo do Condecine, que é o que recolhe o dinheiro das teles para o cinema nacional. A partir daí é que a Ancine e esse... Não sei se há quatro ou cinco meses...

Marcelo, acho que você estava um pouco a par disso, que isso tinha a ver com a Lei do Audiovisual. Lembra?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Por uma medida de segurança, as teles não se negavam a depositar o dinheiro, porque diziam que era muito alto...

Bom, foi aprovado pelo Congresso. Aí, o governo da Dilma, o Juca era o Ministro... Bom, entraram em acordo, e este ano foi depositado, mas o processo segue. Ou seja, há várias coisas, mas a que eu conheço é essa. E aqui devem fazer um levantamento fácil do Condecine. O Condecine é muito dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Bom, vamos retomar, então, a nossa ordem do dia.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 35

06/06/2016

Eminente Conselheiro Walter Ceneviva, quanto ao item 3 da nossa pauta, relatório sobre processo de concessão de serviço de radiodifusão no Brasil, nós vamos apreciar o relatório da Comissão de Relatoria... Parece que V. Ex^a informou à assessoria que iria adiar para a próxima. Ou não?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sim, Presidente, tenho uma proposta de adiamento, mas é também uma proposta de novo encaminhamento. Tanto eu quanto o Conselheiro Nascimento não tivemos oportunidade de nos aprofundar no teor de um projeto de lei que tramita na Casa e que teve uma movimentação recente que diz respeito justamente ao tema, que são processos de concessão de serviços de radiodifusão no Brasil. E o que eu proporia? Já discuti rapidamente, ainda que superficialmente, com o Conselheiro Nascimento, mas também proporia ao Plenário: que mudássemos o foco desse trabalho para ficar associado a esse projeto de lei que tem tramitação atual, recente, e que diz respeito a processos de concessão.

O tema é de uma amplitude enorme e, se usarmos esse método de nos pautarmos por um projeto de lei específico, acredito que nós, a Comissão, nós, o Conselho de Comunicação, temos condição de cumprir melhor nossa missão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas indago a V. Ex^a como fazê-lo. Adiando aqui, tudo bem. Trazendo na próxima?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A Comissão terá condição de fazê-lo na próxima?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Com essa condição de ser focado nesse projeto de lei específico, sim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pode, por favor, informar qual é o projeto para que a assessoria faça o trabalho de retaguarda?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Pois não.

Eu me refiro ao Projeto de Lei nº 4.451, de 2008, que é, salvo engano, o item 49 da lista de projetos de lei que nós recebemos pela manhã na reunião da Comissão de Projetos Legislativos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

Fica, então, adiado o item 3 da pauta, sobre esse tema, para a reunião do mês de julho.

Item 4 da pauta.

Relatório sobre o PLS 730/2015, que “Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet”, de autoria da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros José Francisco de Araújo Lima, Nascimento Silva, Sydney Sanches e Ronaldo Lemos.

Faltam hoje, justificadamente, dois desses membros.

Indago aos dois que estão presentes, Conselheiros Nascimento e Araújo Lima, se vamos enfrentar o tema, se o relatório está...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – No meu entender, sem o Relator, Presidente, para mim...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O Relator é?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – É o Ronaldo Lemos.

Foi até o que eu coloquei no início: se poderíamos adiar a apreciação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – De fato. Ele encaminhou sugerindo que fosse apreciado, mas eu também concordo que, evidentemente, ainda mais com um Relator com a qualificação no assunto...



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 36

06/06/2016

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – E a matéria é muito técnica, muito...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Adiamos?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Eu acho que... Por mim, fica adiada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Desculpe-me, Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não, tudo bem. Eu acho que é pertinente, sim, esse adiamento e quero já deixar registrado o belíssimo trabalho que o Conselheiro Ronaldo Lemos fez. Foi fantástico.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu quero...

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Presidente, eu tenho apenas uma dúvida, lembrando o que o Davi falou: esse material foi distribuído para todos os Conselheiros?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não, ainda não.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Eu reforçaria o pedido do Davi, que foi uma coisa já discutida em reuniões anteriores, de que, sempre que possível, acho que até de maneira regular, os votos a serem apreciados circulassem com antecedência para que a gente possa se preparar para a discussão. Apesar de, após uma leitura dinâmica, eu achar que o voto está muito consistente, é um relatório brilhante, eu não me sinto...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Será importante.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Apesar de o motivo do adiamento ser outro, eu não me sentiria totalmente confortável de me debruçar sobre um assunto complexo com uma leitura de alguns minutos.

Então, eu gostaria de reforçar este procedimento de, sempre que possível, quando não houver um tempo regimental que o impeça, que circule com a antecedência de pelo menos dez dias.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Leitura, como se diz coloquialmente, em cima do joelho.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Literalmente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu quero insistir nessa propositura – vamos tomar como deliberação – de que os relatórios sejam enviados com antecedência em relação a todos os casos. E peço à assessoria que, com antecedência, uma semana antes da reunião, passe a nos cobrar, no nosso canal de comunicação, o envio dos relatórios pelos Relatores.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O Conselheiro Nascimento está inscrito. Depois, Davi e Walter Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA (*Fora do microfone.*) – Só um registro de 20 palavras. Pode ser, Nascimento?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vamos contando.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Pela forma como ele falou, de 20 palavras, eu vou...

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Serão 15. A assessoria tem cobrado bastante e em tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Tem cobrado.

Até foi menos do que 20 palavras



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 37

06/06/2016

O SR. NASCIMENTO SILVA – Sim. Olha, quero deixar bem claro aqui que eu recebo todas as informações. Parece que chegam para mim. Não sei se chegam para os demais Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Chegam para todo mundo.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Mesmo estando na Comissão, ainda em discussão, chegam para mim.

O único que não foi desta vez foi este que eu terminei hoje na hora do almoço e mandei para o grande Marcelo. Aí, eu tenho que pedir desculpas pelo fato de ter sido em cima da hora, mas já alertando ao Marcelo que não façamos essa discussão antes que todos tenham acesso ao relatório.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Nascimento, neste caso específico, talvez você tenha recebido porque participa da Comissão de Relatoria.

Mas, inclusive, Presidente, esta decisão já foi tomada na legislatura passada, de que haveria uma antecedência de pelo menos uma semana...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É verdade.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – ...para a apresentação do voto. Acho que devemos reforçar e buscar alcançar isso. Nem sempre será possível. Acho que vamos ter de criar exceções quando necessário, mas acho que é uma boa prática. Talvez você tenha recebido por estar na Comissão de Relatoria, mas, infelizmente, não circulou para todos.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Isso é fato.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Bom, então, esse item também fica adiado para a reunião do mês de julho.

Quanto ao item 5 da pauta, Conselheiro Marcelo Cordeiro...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Posso acrescentar algo?

O último parágrafo desse relatório recomenda que nós nos manifestemos pela...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Rejeição.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – ...pela rejeição a quem? Provavelmente, não sei a tramitação...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Para a Casa onde esteja.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Eu sei, mas a Casa ou ao Relator da comissão onde esteja? Fiquei na dúvida quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Os pareceres do CCS são encaminhados, por previsão regimental, ao Presidente do Congresso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, eu li rapidamente aqui e achei muito bom o documento. Em princípio, há essa questão mais política da rejeição, e vem de dois Senadores de muito prestígio, Otto Alencar e Anastasia, que têm uma formação jurídica sólida. Então, não é brincadeira. Ou seja, esse projeto teve origem no Senado e agora foi para a Câmara.

O problema que temos aqui é que a próxima reunião vai se dar em um mês, e acho que tem de ficar para a próxima reunião mesmo, para que tenhamos uma posição mais clara. Mas poderíamos autorizar, se for o caso de autorizar – acho que o senhor tem independência para falar –, se esse tema vier à baila antes da próxima reunião, que o senhor possa dizer que esse tema está sendo analisado no âmbito do Conselho, que já foi produzido um relatório que ainda não foi avaliado pelo Pleno e que temos um relatório



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 38

06/06/2016

que indica... Isso para o senhor estar amparado no caso de ser instado a falar sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª me permita.

V. Exª me autoriza a encaminhar o expediente que sugere e que acha conveniente ao Relator, dizendo que, na próxima reunião do dia tal, o colegiado vai se debruçar...

O SR. DAVI EMERICH – Talvez, para mostrar que a gente está acompanhando o trâmite.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Inclusive, Davi, acho que complementando...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Desculpe. Eu tenho para mim que o autor desse PLS, pelo que sei, está com muitas atividades nesse período.

O SR. DAVI EMERICH – Mas já saiu do Senado e já foi para a Câmara o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ah, já está na Câmara.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Só completando a proposta do Davi e recuperando parte dela: acho que vale a pena informar o *status* da discussão, dizendo que existe um relatório acabado, pronto para ser votado, que deve ser votado. Pelo que a gente percebe, há uma tendência a ele caminhar.

O SR. DAVI EMERICH – Exatamente.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Apenas, ele não está, talvez, na sua forma definitiva...

O SR. DAVI EMERICH – Exatamente.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Mas vale a pena o alerta, por uma questão de espaço temporal.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito. Assim deliberado.

Item 5 da pauta.

Conselheiro Marcelo Cordeiro, V. Exª também pediu adiamento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Sim, Presidente, adiamento para a próxima. Eu até recebi aqui um trabalho ótimo feito pelo Conselheiro Nascimento Silva, mas ainda vamos ter de olhar, eu e Marcelo, e ter um pouco mais de tempo para passar aos demais Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Certo.

Conselheiro Marcelo Rech.

O SR. MARCELO ANTÔNIO RECH – Eu só queria louvar aqui o esforço do Conselheiro Nascimento Silva e parabenizá-lo por esse esforço quase solitário. Quero realmente cumprimentá-lo por esse esforço.

Agora, acredito que não apenas este, mas todos os relatórios têm mais utilidade, como mencionado há pouco pelo Conselheiro Ceneviva, se tiverem uma provocação específica e não tão genérica. Quando o assunto é muito genérico e fica muito abrangente, fica difícil fazer alguma recomendação, algum aconselhamento, que é o papel deste Conselho. É para isto que estamos aqui: fazer um aconselhamento ao Poder Legislativo, o que está claro, por exemplo, neste projeto de lei aqui do Senador Otto Alencar.

Eu sugiro que, dentro dos nossos procedimentos, sejamos provocados com projetos ou com iniciativas específicas, concretas, para que possamos nos manifestar sobre elas.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito bem.

Então, quero insistir com as senhoras e com os senhores: ainda que seja necessário fazermos um esforço ainda maior para a próxima reunião, esgotarmos esses três processos. Que não os adiemos em hipótese alguma, porque são três assuntos



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 39

06/06/2016

repetidos na nossa pauta. Vou insistir com a assessoria para que verifique se estão distribuídos os relatórios das comissões de relatoria. Ainda que seja preciso repetir, que não deixemos acontecer a próxima reunião, independentemente de quem não possa estar, sem votarmos esses três assuntos. São assuntos importantes. Do contrário, cria-se, para todos nós, um incômodo. O.k.? (*Pausa.*)

Nós vamos fazer um esforço para que esses relatórios sejam todos apreciados na próxima reunião.

Temos um item extrapauta...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu vou prorrogar...

O SR. DAVI EMERICH – Sobre o quinto ponto. A questão do debate sobre crise econômica, algo que conversamos hoje na Comissão pela manhã. Eu acho que esse ponto, do jeito que está, é irrealizável.

Estamos numa crise de governo, um governo novo entrando...Então, fica muito difícil imaginarmos um seminário.

E hoje pela manhã, inclusive por sugestão minha... O Presidente Renan vem se esforçando muito no sentido de acumular pautas concentradas que indiquem a retomada do desenvolvimento econômico, dos projetos no País. Temos um governo interino que também vai pensar em projetos.

Acho que se pudéssemos, dentro daquele espírito de dar mais trabalho para o Conselheiro Francisco, dentro do espírito de buscar todos os projetos de ordem tributária que tramitam no Congresso, de incentivo, que pudessem apontar para a modernização dos meios de comunicação, se desse para trabalharmos nessa perspectiva, seria muito mais interessante do que só pensar no seminário. Então, que pudéssemos consolidar um conjunto de propostas e falar que vamos debater isso aqui e mandar tanto para o Presidente Renan como para o Presidente da Câmara dos Deputados, dizendo: "Olha, esses são os projetos que tangenciam uma proposta de retomada de desenvolvimento, geração de emprego." Senão ficamos muito no geral e acabamos nos perdendo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas aqui a análise que você está fazendo é uma análise da conjuntura – não estou divergindo de V. Ex^a, só estou esclarecendo. Não há propositura aqui de realização especificamente de seminário...

O SR. DAVI EMERICH – Originalmente, a ideia do Fernando era um seminário sobre geração de emprego.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas vamos nos debruçar sobre...Nada impede que o Relator ou a Comissão de Relatoria enfrente essa vertente agora trazida por V. Ex^a.

Quero até sugerir – vamos ver se concordam – que não convidemos ninguém para a sessão do próximo mês – repito, dia 4 de julho –, que não convidemos ninguém externo para que possamos dar prioridade a esses três relatórios. E a proposta do Davi fica submetida à Comissão Especial.

Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Eu queria me juntar ao Conselheiro Davi. Leio aqui a ementa do item que diz respeito aos efeitos da crise econômica sobre o setor da comunicação social.

Pela manhã eu me dei conta de que faria muito mais sentido – é a minha opinião – que nós nos debruçássemos não sobre os efeitos da crise, mas sobre as alternativas para, na área da comunicação, seguir expandindo e enfrentando os desafios, fazendo fluir



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 40

06/06/2016

o dinheiro do subsídio, que foi um assunto sobre o qual nós conversamos agora, soltando as amarras para que a atividade de comunicação seja, enquanto atividade cultural, enquanto atividade econômica, enquanto atividade política, desembaraçada, possa se soltar. Sem prejuízo do que está feito pela Comissão, inclusive o trabalho do Conselheiro Nascimento, que recebemos, eu aderiria à abordagem do Conselheiro Emerich dizendo que ganhamos mais, nós como Conselho e nós como País, se nos debruçarmos sobre uma, duas, três, cinco iniciativas sobre como sairmos dessa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas aí a Comissão de Relatoria já traz esse trabalho nessa linha.

Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Sr. Presidente, eu abri aquele assunto de contagem de prazo da Anatel. Para minha surpresa, mais uma vez, mas na sua habitual celeridade, o Walmar já trouxe aqui algumas informações. Gostaria que o senhor desse oportunidade a ele de compartilhar com todos a informação de como se costuma contar o prazo de colegiados como este. Então, se o senhor permitir, gostaria que ele desse essa informação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Da Mesa do Congresso e não da Anatel.

O que está me informando aqui o Dr. Walmar é que, na rotina da Casa, na Secretaria da Mesa do Senado, conta-se o prazo da leitura no órgão.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Pelo meu entendimento, é o seguinte: em órgãos colegiados como o nosso, que se reúnem em eventos mensais...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A leitura é exatamente a sua.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – ...o prazo se inicia pelo recebimento do colegiado, ou seja, da reunião do colegiado. Inclusive, se não me falha o entendimento, o próprio colégio da Anatel distribui todas as questões nas reuniões dos colegiados, ou seja, tudo que se endereça das superintendências, os prazos e análises de voto, é feito a partir da reunião do colegiado.

Então, a sugestão do Walmar foi: entrar em entendimento com a Anatel para entender se conseguimos alinhar essa interpretação e, a partir daí, contar o recebimento do requerimento a partir da reunião do nosso colegiado.

Em contrapartida, acho que a recomendação dada pelo Presidente de, até ter esse entendimento ajustado, estarmos preparados para distribuir assim que recebido, por uma precaução de não haver um prazo questionado... O quanto antes pudermos fazer esse entendimento com a Anatel para entender como eles fazem a própria contagem dos prazos, melhor; seria interessante para não ficarmos aqui no afogadilho de ter que responder provocações.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Já pedi que se providenciasse ofício consultando.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vou prorrogar a reunião por mais 30 minutos, até 17h30min portanto, chamando à discussão, já que esgotada a pauta, o item extrapauta sugerido pelos eminentes Conselheiros Davi e Nascimento.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 41

06/06/2016

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Sr. Presidente, peço desculpas, mas não vou poder permanecer, vou ter que me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Sobre o item 5, se entendi bem, o que o Davi está levantando é perfeito: tratar pontualmente sobre crises econômicas neste momento, sobre o que está acontecendo. Vem a calhar, se entendi bem, o que o Presidente falou: que o relatório aponte os pontos e a gente focalize isso. É isso Davi?

O SR. DAVI EMERICH – É, acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Davi, vou pedir a V. Ex^a e a alguns Conselheiros... Parece que Liliana, Paulo e Roberto têm voos.

EBC. V. Ex^a tem a palavra para resumir a proposta que fez e direcionar a discussão que devemos fazer.

Agradeço aos Conselheiros que têm de se retirar.

O SR. DAVI EMERICH – A EBC, sem sombra de dúvida, é uma empresa pública muito importante para o Brasil, haja vista que todas as atas da EBC são encaminhadas ao Conselho de Comunicação Social para que possamos analisar o trabalho que a empresa realiza.

A EBC, neste momento de transição de governo – não sabemos exatamente qual vai ser o desfecho e não nos cabe definir isso –, passa por um momento delicado. Ela foi montada em um cenário paradoxal, ou seja, as forças que defenderam os mandatos do conselho curador não eram as forças do governo que até então existia, eram as forças de oposição, que defenderam essa segurança dos mandatos. Só que hoje as coisas se inverteram.

Eu não estou querendo discutir se isso é competência do Executivo, se pode mudar o presidente ou não. Eu nem gostaria de entrar muito nesse debate, mas, frente a informações que nos chegam – de que a EBC corre o risco de ser desmontada como empresa pública e voltar a ser apenas uma empresa de caráter estatal, portanto sem a dimensão da cobertura republicana pluralista –, isso é um dever do Conselho. Ou seja, a gente tem de se manifestar a favor do artigo constitucional que fala da complementaridade entre a comunicação pública e a comunicação privada e entender a EBC não como um modelo que está acabado, um modelo que já conseguiu se estabilizar com seu projeto. É um projeto ainda em andamento em direção à comunicação pública, que não é uma coisa que a gente pega no ar, diz que está definida, como é o modelo da iniciativa privada, embora a própria iniciativa privada tenha de se reformar, se modernizar constantemente. Então, o modelo de comunicação pública vai ser sempre um processo em formação. Ou seja, não é mais necessariamente a cópia do modelo alemão, não é mais necessariamente a cópia da BBC de Londres. Muita gente que estudou comunicação tinha a BBC de Londres, com financiamento próprio...

Não é isso, é outro caminho. E a EBC, como a TV Senado, como a TV Justiça, como a TV Câmara, as TVs de assembleias legislativas, estão buscando o seu caminho. A dimensão pública é que não pode se perder. E acho que, nessa perspectiva, tem de haver uma manifestação do Conselho. Ou seja, precisamos manifestar a nossa preocupação com o futuro da EBC enquanto projeto em construção de uma comunicação pública que é necessária e amparada constitucionalmente.

Eu não estou muito preocupado – não sei se os outros Conselheiros estão – em entrar na discussão para saber se pode ou não mudar o presidente. Eu não estou a cavaleiro para decidir isso, eu, pessoalmente, não estou a cavaleiro para decidir isso, não



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 42

06/06/2016

conheço bem os meandros jurídicos, mas, do ponto de vista conceitual, o Conselho teria de se manifestar sobre isso.

Eu li – não sei se os companheiros Conselheiros leram também – a última ata da EBC, do conselho curador. Para quem gosta de jornalismo, eu até falo para quem está nos ouvindo: é importante que aquela ata seja lida, pois ela registra o embate ideológico. Há coisas que me causaram muita estranheza. Por exemplo: ter um Conselheiro que diz que, se determinada mídia não está dando espaço... Essa é uma coisa com a qual eu não concordo. Posso até ter críticas episódicas, mas não concordo com essa expressão. Então, se não está dando lá, nós vamos ouvir somente o outro lado. Quer dizer, um conselheiro de uma empresa como a EBC não pode falar isso. Mas eu também vejo lá pessoas que reagiram a isso dizendo: "Esta é uma empresa que se pauta pela comunicação pública..." Aí sim, essa é a nossa posição. Então, valeria até a pena que os Conselheiros lessem a última ata – ela nos foi enviada, a todos os Conselheiros, a Secretaria nos enviou –, que mostra que esse não é um problema pequeno, é um problema grande.

Então, o que eu proponho concretamente? Que o Conselho de Comunicação reconheça o momento delicado, reconheça a EBC como uma empresa pública, e reafirmemos o nosso interesse nessa vocação histórica da EBC, dentro de um concerto de outras ações de outros Poderes da República nessa ideia de que a comunicação pública não sofra processo de obstaculização neste Governo. Trocando em miúdos: a EBC não pode nem ser instrumento de manipulação do Estado e nem pode ser instrumento de manipulação de grupos ideológicos. A minha opinião, claramente, é essa. Então, eu acho que é nessa perspectiva que o Conselho deve se manifestar.

E quando eu falo em grupo ideológico, eu não estou falando de determinado grupo ideológico, mas de qualquer grupo ideológico, seja de direita, esquerda ou centro. Ou seja, a EBC tem de ser uma empresa pública e refletir o pluralismo da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Está inscrito o Conselheiro Nascimento, que é coautor da proposta, não é? Eu vou ouvi-lo e, depois, faço aqui uma ponderação.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu tenho de ir numa linha um pouco contrária à do Davi, respeitando a opinião dele, quanto à retirada de toda a direção da EBC, inclusive do seu presidente, escolhido num processo democrático – não foi indicação, Conselheiro Davi. Chegar e tirar... Então, se nós não fizemos essa discussão sobre a retirada... Quer dizer, tira-se um grupo e põe-se outro sem a legitimidade, sem a representatividade da sociedade, porque, para estar lá, a sociedade se manifestou.

Nessa questão ideológica, eu, particularmente, acho que tem de ter, sim, gente com a visão ideológica do campo público, porque senão nós vamos ter gente lá, se eu particularmente não defender isso corporativamente, nós vamos ter gente lá que não vai fazer da tevê pública uma tevê pública. Então, eu acho, diante de tantas manifestações maravilhosas do Davi, com quem aprendo, com a capacidade de concentração dele, de pensamento e de exposição de suas ideias... Muitas vezes, quando ele fala, muitas vezes eu repenso, revejo o meu posicionamento em detrimento da própria Fiterf, mas, neste caso específico, foi, é e será extremamente absurda a retirada da direção de uma futura tevê pública, porque esses companheiros estão lá engajados e, mais do que engajados, estão compromissados com a sociedade civil, não empresarial, em fazer da EBC uma tevê pública.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Marcelo Cordeiro.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 43

06/06/2016

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu concordo com o que foi colocado pelo Conselheiro Davi e lembro que, na última vez em que estiveram representantes da Radiobrás aqui no Conselho, houve uma discussão sobre se a Radiobrás era uma empresa pública ou uma empresa estatal. O Conselheiro Cortizo, que estava vindo de uma reunião na Radiobrás, disse que, embora a Radiobrás se dissesse uma empresa pública, na verdade, era uma empresa estatal, negociava normalmente com os funcionários na base do que o governo estava determinando.

O que todos nós queremos, evidentemente, é uma empresa pública. Nesse ponto, eu vou abrir para concordar também com o Conselheiro Nascimento, pois está escrito na lei que o presidente é eleito por quatro anos e não está previsto... Se não me engano, o art. 19, § 3º ou § 4º, diz que ele pode sair por uma questão legal – algum impedimento para ocupar um cargo público – ou se tiver duas desconfianças, o voto de desconfiança do Conselho Curador ou Administrativo num período de doze meses, com um interstício de trinta dias, o que não aconteceu.

Aquilo que acontecia antes com a Radiobrás, com a EBN, de o Presidente da República assumir e um novo presidente e uma nova diretoria assumirem junto, não é possível, embora o próprio art. 19 diga que os diretores são eleitos e destituídos pelo Conselho Administrativo – aí o Conselho Administrativo faz o que quiser.

Agora, o presidente, especificamente, tem realmente os quatro anos de mandato. Acho que, como aqui defendemos uma empresa pública de comunicação, e não uma empresa estatal, cabe ao Conselho, sim, se manifestar. Nisso, realmente, acho que o Presidente da República foi mal assessorado, não viu que não podia exonerar o presidente da Radiobrás, pura e simplesmente, e colocar outro – da EBC, desculpe, é porque era Radiobrás. Acho que deveríamos nos manifestar nesse ponto. E concordo com o Conselheiro Davi Emerich: a nossa briga é para que haja realmente uma empresa pública de comunicação, e não uma empresa estatal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Marcelo Rech.

O SR. MARCELO ANTÔNIO RECH – Bom, vou fazer aqui umas observações a despeito de algumas coisas. A despeito de eu ter sido um funcionário da Radiobrás, sob a presidência do Fernando César Mesquita, que foi um dos meus presidentes – passei por vários presidentes –, de eu ter tido cargo em comissão nessa empresa, embora nunca tenha sido filiado a partido político – sou testemunha até da maneira republicana pela qual procuravam se comportar alguns setores, a maioria dos setores da empresa, e tenho um carinho até pessoal em relação à própria entidade –, concordo, obviamente, que esta tem que ser uma empresa pública dessa natureza que o Davi menciona. Mas reafirmo aqui também que, no meu entendimento, não cabe a este Conselho se manifestar, endossar, fiscalizar e escrutinar decisões do Poder Executivo. Acho que isso é extrapolar as nossas funções.

Se formos escrutinar as decisões, os andamentos de outros Poderes, do Poder Judiciário, do Poder Executivo, poderemos também discutir se esse dinheiro está sendo bem aplicado ou não na empresa, se o dinheiro investido dos contribuintes numa empresa estatal está tendo o benefício esperado para o País. Acho que não cabe a este Conselho fazer esse questionamento, nem fazer o questionamento da própria existência, hoje, neste mundo de 2016, de uma empresa da natureza da EBC.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 44

06/06/2016

Então, da mesma forma que acho que não cabe aqui questionar a aplicação dos recursos – se está pagando adequadamente ou não as pessoas etc. –, porque não é da natureza deste Conselho, não cabe aqui, portanto, endossar, escrutinar, apoiar ou contestar seja o que for no que diz respeito a empresas públicas estatais ou de outros Poderes que não o Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselho Walter Ceneviva, último inscrito.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Concordando com o Conselheiro Marcelo Rech – que não temos que nos por como avaliadores, críticos ou não, nem do Executivo, nem do Judiciário –, eu queria fazer um apanhado, tão rápido quanto possível, de alguns fatos que acho importantes em relação à EBC – não vai ser com 20 palavras agora!

Primeiro, a EBC teve, nos últimos 10 meses, três presidentes, ou seja, atravessa uma crise que não tem rigorosamente nada a ver com a decisão do Presidente Michel Temer, e tem menos ainda a ver com o contencioso judicial. A EBC, que é objeto da atenção, por disposição de lei, do Conselho de Comunicação Social, vive uma crise importante. A falta de presidente é objeto permanente de discussão nas reuniões do conselho curador da própria EBC.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro, permita-me um pequeno aparte.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Todos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Hoje, o presidente da EBC – desculpem a minha desinformação –, quem é?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Ricardo Melo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ele acabou ficando em razão da decisão do Supremo?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Até as cinco da tarde.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – É!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Como é que é?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Até as cinco da tarde!

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Parece que houve uma liminar do Ministro Toffoli, do Supremo.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por favor, V. Ex^a.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Então, a EBC tem um problema de falta de condução. Um dos seus recentes ex-presidente se demitiu porque foi obrigado a passar o jogo de, salvo engano, Americana contra Limeira, contra a sua própria vontade, o que é um escárnio com relação à missão da Empresa Brasileira de Comunicação, uma grande vergonha. É uma conduta porca impor à direção da empresa de comunicação, que tem um conselho curador, a transmissão de um evento desportivo, por melhor que ele fosse e por mais legítimo que fosse o interesse do Ministro Chefe da Secom pela região do interior de São Paulo, de onde ele é egresso e onde foi prefeito. Ele nunca poderia ter feito uma vergonha dessa de querer impor jogo de futebol na televisão do Estado brasileiro.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 45

06/06/2016

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – É verdade, é verdade.

Então, antes de eu falar sobre o que eles fazem nos campeonatos...

O conselho curador da EBC e o Conselho de Comunicação Social não se preocuparam com isso. Erramos nós, erraram eles também. Já há quatro moções pela manutenção de Ricardo Melo, não há nenhuma contra passar futebol nesse dia, contra a opinião do Presidente Américo Martins. Erramos nós, errou o conselho curador da EBC. Tenho vergonha disso. Pelo amor de Deus!

A questão jurídica, como disse Davi Emerich, não é o nosso foco. Chama-me a atenção que o Ministro Toffoli, para fundamentar a sua própria decisão, tenha usado o *site* da EBC e não a lei. Ele até usou a lei, eu preciso ser preciso, mas usar o *site* da EBC para justificar realmente é espantoso.

Lendo as atas, pincei oito referências, e vou pegar aqui as duas últimas atas do conselho curador da EBC.

Mário Jakobskind, constatando que o outro lado... E é importante que se diga que, em todas as atas, essa conversa sobre esse lado e o outro lado é permanente. Existem dois lados, o Brasil é dividido, e o jornalismo se exerce, segundo se discute no conselho curador da EBC, em relação a dois lados. Este País de 200 milhões de pessoas, de veículos, de regiões, de disparidades culturais, é dividido – nessa visão tacanha, nessa visão paupérrima, nesse vexame de visão – em dois lados, como se a vida da gente pudesse ser repartida em dois lados. É um fiasco isso! E o Conselho de Comunicação talvez pudesse, sem, como disse o Conselheiro Marcelo Rech, discutir a decisão de manter ou não Ricardo Melo, este não é o ponto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Eu sei, eu sei. Em outra oportunidade, discutir isso.

Como é que pode o conselho curador da EBC achar que o Brasil está dividido em dois lados? E, aí, o Mário Jakobskind diz aqui: "Bom, se convidamos o outro lado e o outro lado não vem, o que vamos fazer?" Como se o jornalismo plural que a EBC pode e deve praticar pudesse ser conduzido com esse grau de esculhambação, com esse grau de descompromisso! É lastimável, e isso deve ser objeto da nossa atenção.

A representante dos trabalhadores, Akemi Nitahara, faz um levantamento e constata: foram dedicadas 2h33min a favor do *impeachment* e 12h20min contra o *impeachment*...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Doze. E é interessante isso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Não, não está errada não. Esse é um ponto interessante, porque pode ser que estejamos descambando para a fraude nas atas do conselho curador.

Dê uma olhada, Davi. O número 1, do lado do 12, está escrito a mão. Fui olhar as notas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Tem razão, não são.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 46

06/06/2016

Eu fui conferir as notas taquigráficas: são duas contra doze. É gravíssimo! E isso quem está dizendo é a Akemi Nitahara, representante dos funcionários, que pleiteia que os concursados possam falar em vez dos DAS, que pleiteia que pare de funcionar a porta giratória da EBC com a Secom. No entanto, ela fala sozinha no âmbito desse conselho, que agora, em 20 dias, já soltou quatro notas por conta da história do Ricardo Melo.

É uma completa inversão de valores! É uma completa inversão de valores! É um descompromisso completo com a missão do conselho curador da Empresa Brasil de Comunicação. E esse descompromisso deve ser, segundo eu entendo, em uma outra oportunidade bem agendada, objeto da nossa atenção.

Eu acho interessante – um pouco na linha também do que o Conselheiro Davi falou – que, em algum instante, uma conselheira reclama que, nos programas, a EBC é criticada por quem apresenta os programas, e ela é contra isso. Como se a EBC não pudesse receber críticas a ela mesma dentro da sua programação, como se a programação tivesse que ser laudatória da EBC!

Não serão vinte palavras, mas vai acabar já já.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Não, mas, agora que você lembrou, eu vou falar.

Há uma longa discussão sobre a cor da roupa. O *look* da Empresa Brasil de Comunicação é vermelho. Enquanto o Brasil, no primeiro semestre de 2016, se dividiu entre amarelo e vermelho, a EBC vestiu vermelho.

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – E os conselheiros discutem se isso é relevante ou não. E há quem diga, contra a minha modesta opinião, que não é relevante, que não tem importância nenhuma ser vermelho, é só uma escolha pessoal – evidentemente, é uma mentira. Todos dizem que o jornalismo deve ser plural, mas lá o jornalismo não é praticado de maneira plural.

A ouvidora da EBC diz: "A abordagem dos temas privilegiando a agenda faz com que os temas pareçam assessoria de imprensa de governos. Isso desmerece a EBC junto ao público". Vejam, eu não estou falando de uma coisa do ano passado. Eu não estou falando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Ah, não há dúvida, é verdade.

Então, para ser preciso: conselheiros como Venício Lima... Disse isso que você mesmo falou: "Poxa, mas se o resto da mídia fala de um lado, nós podemos só falar de outro."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Claro, é verdade.

O SR. DAVI EMERICH – É porque o companheiro Ceneviva – já intervindo – está dando uma versão só para onde ele quer criticar. Eu estou dizendo o seguinte: dentro do Conselho da EBC, há pessoas que criticam essas posturas. Então, eu digo o seguinte. No conselho o debate deve ser democrático, há outras vozes lá dentro também. Quer dizer, há outras opiniões.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 47

06/06/2016

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Verdade, tem razão. Eu pulei aqui a fala da Conselheira Ana Fleck, que nos honrou com sua presença aqui outro dia. A Ana Fleck discordou, diz a ata: "As bancadas podiam contrabalançar convidando pessoas diferentes."

Enfim, há um debate. O que eu estou querendo mostrar é o seguinte: dentro do próprio conselho, existe um inconformismo com o estágio atual. Com "estágio atual" me refiro ao estágio do dia 11 de maio na Empresa Brasil de Comunicação, e isso deveria ser objeto da nossa comunicação.

No dia 3 de março, por exemplo, esse mesmo conselho curador publica – o Conselheiro Nascimento dividiu conosco – o seguinte: "Conselho Curador da EBC defende a manutenção da Condecine."

Então, para isso, ele solta nota pública.

Sobre o fato que nós vimos aqui no Conselho de Comunicação Social – de que o dinheiro não chega na EBC porque a porta giratória do outro lado tunga o dinheiro da EBC –, o conselho curador nunca se pronunciou, salvo choramingos, salvo esmolas que se pleiteiam nas reuniões do conselho quando o Ministro da Secom concede a honra de aparecer por lá.

Isso devia ser o objeto da nossa atenção, Presidente. Isso devia ser o objeto da nossa atenção, Conselheiros. E não essa polêmica que não nos diz respeito – concordo de novo com Marcelo Rech –, sobre se o presidente é o A ou o B. O que deve ser objeto da nossa atenção é a missão da EBC, e a missão da EBC, até o dia 5 de junho de 2016, não foi cumprida.

A discussão sobre o mandato do presidente é uma grave distorção. A condição em que a EBC se encontra hoje é uma vergonha para a tevê pública do Brasil, porque ela esmola e, portanto, não tem condição de sobreviver, e porque ela está aparelhada. E nós, como membros do Conselho de Comunicação, deveríamos nos preocupar e combater esse vergonhoso aparelhamento que se expressa com essa discussão boba, é verdade, mas muito simbólica, muito expressiva: a história da cor da roupa que se usa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Conselheiro Ceneviva.

Conselheiro Marcelo Cordeiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Obrigado.

Eu concordo até com o Conselheiro Marcelo Rech e com o Conselheiro Ceneviva quando dizem que nós não estamos aqui para criticar atos do Presidente da República. Até aí eu concordo. E concordo também que nós temos que ficar atentos a todas essas reuniões do conselho curador de uma empresa que todos nós queremos que seja uma empresa pública. Agora, não concordo em não nos manifestarmos, seja de que forma for, quando estão pura e simplesmente rasgando a lei que criou a EBC. Se há uma lei, se há um parágrafo da lei que diz... O presidente voltou, pura e simplesmente, porque o Supremo entendeu a coisa mais simples do mundo: está na lei. Eu não quero criticar o Presidente, mas nós vamos nos omitir de novo e não falar nada. Não falamos da primeira vez e não vamos falar nada agora.

Então, é só isso. Eu concordo plenamente que nós não estamos aqui para criticar o Presidente da República. Está certo, não é a nossa função. E concordo que a nossa função é zelar para que essa empresa seja realmente uma empresa pública. Ótimo, concordo com o Conselheiro Ceneviva. Agora, rasgaram a lei, rasgaram a lei. É só para



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 48

06/06/2016

isto que eu gostaria que atentássemos: rasgaram a lei ao tentarem destituir o presidente da EBC. Rasgaram a lei.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

Senhores, o Conselheiro Davi trouxe – importante que o tenha feito – a discussão para este Conselho, uma discussão aberta, genérica, diria eu, sobre a...

Senhores, por favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Senhores, nós temos quinze minutos mais de reunião.

O eminente Conselheiro Davi Emerich trouxe hoje, logo no início dos nossos trabalhos, a ideia da discussão acerca do papel da Empresa Brasil de Comunicação. É natural que tenha surgido esse debate sobre a discussão que se estabeleceu – hoje contornada, vamos dizer assim, pela decisão do Ministro Toffoli, do Supremo, que reintegrou no cargo o presidente. Mas essa discussão é muito mais ampla, como se viu aqui. Ceneviva, nas suas vinte e muitas palavras, e não em vinte e poucos anos, como disse Fábio Júnior, pintou um quadro amplo.

Quero cumprimentar os eminentes Conselheiros Davi e Ceneviva, que dissecaram essa ata que vem a nós, mas que não é submetida a nenhuma deliberação nossa. S. Ex^{as} demonstraram atenção fazendo a leitura desse documento importantíssimo, que é a ata da reunião do conselho curador da EBC.

Então, nós temos que fixar o rumo da discussão e decidir se podemos fazê-lo nos pouco mais de 10 minutos que temos ainda nesta reunião. Se eu estiver equivocado, eminente Conselheiro, me corrija aqui, sem nenhuma ressalva. Sugeriu o Conselheiro que nós nos manifestemos.

Quem fala pelo Conselho é o presidente, em regra. E o que deverei falar? Sobre que linha? Há aqui uma divergência já posta, de autoria do Conselheiro Marcelo Cordeiro, que acha que devemos entrar nesse debate. Rech também pensa assim nesse debate quanto à presidência da...

O SR. MARCELO ANTÔNIO RECH – Não, um esclarecimento: eu defendo a posição de não nos manifestarmos, sem entrar no mérito da decisão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perdão.

Já o Cordeiro entende de forma diferente, e aí há divergência entre os Marcelos. Então, nós precisamos nos situar.

Vejo que o Ceneviva pede ali a palavra. Já lhe passo, Conselheiro, só um minuto.

Mas, primeiro, pergunto: qual é o escopo da nossa manifestação? Respondida essa pergunta, precisamos decidir que linha seguir. Vou, primeiro, consultar o colegiado para saber se devemos ou não nos imiscuir nesse debate quanto à presidência. Se devemos, em que linha? Se não devemos, essa é uma preliminar que resolve esse primeiro ponto. Pode ser assim? Como dirigente aqui, eu tenho que dar um rumo ao encerramento dos nossos trabalhos.

Conselheiro Ceneviva, é sobre algum desses pontos especificamente, é sobre essa condução dos trabalhos?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – É sobre o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Nós já fizemos audiência aqui com a presidente do conselho, a Conselheira Ana Fleck.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 49

06/06/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ana Fleck.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – E a audiência foi, segundo eu entendi, riquíssima. Na minha leitura foi e, pelo que eu entendi dos meus pares, também. Foi aquela em que veio a professora do Rio Grande do Sul e falou sobre a missão do rádio e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Foi.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – E, naquele momento, nós, como Conselho, cumprimos a missão importante...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas ali foi mais sobre o rádio, não é?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – ...de chamar atenção para o fato de que esse conselho curador estava abrindo mão de ter rádio, o que é uma loucura. Produzimos um bom efeito.

Eu colocaria uma terceira proposta, que prejudica as demais, que é a de fazer de novo um seminário, quem sabe com o diretor da EBC ou, quem sabe, com a nova presidente do conselho, que é a Conselheira Rita Freire, mas que a gente trouxesse a EBC para esse debate.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Davi.

O SR. DAVI EMERICH – Eu acho que essa proposta é ótima, só que os fatos estão acelerados. Eu, por exemplo, não gostaria aqui de me pronunciar sobre essa nossa divergência, sobre a defesa do presidente atual, eu não gostaria de entrar nisso.

Agora, eu gostaria que o Conselho... Por exemplo, se amanhã chegasse qualquer proposta para cassar as concessões das atuais tevês, da Globo, do SBT, eu ia ser contra essas intervenções. É um problema de conceito.

Então, no caso da EBC... Há uma coisa que é muito cara à EBC e a nós, que lutamos pela democracia e geramos uma Constituição que veio com padrões novos regulando a comunicação. Para mim é muito caro o ideal da comunicação pública, com todas as diferenças e desvios que possa haver, e uma comunicação pública que não entre em contradição nem em briga com a chamada comunicação de mercado. Elas são complementares, necessariamente complementares. Por isso, ela tem que ser plural. Por isso, ela tem que gastar com parcimônia o recurso público e com eficiência. A gente não pode passar a mão na cabeça...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Davi, vamos...

O SR. DAVI EMERICH – Eu sou contra que os membros do conselho tenham...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eminentíssimo Conselheiro Davi, me permita. Vamos para o encaminhamento.

O SR. DAVI EMERICH – Eu sou por uma manifestação do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim. Há uma...

O SR. DAVI EMERICH – E há até um esboço em uma nota que eu fiz – eu a passei para o Walmar. Quer dizer, era uma coisa minha e eu pretendia, inclusive, colocá-la como elemento básico, de eixo, para se discutir esse posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu fiz aqui uma proposta de encaminhamento, e o Conselheiro Ceneviva fez uma proposta alternativa, no sentido de realizarmos um seminário. Não vejo como fazê-lo na próxima, porque já deliberamos há pouco e, como muitos já se retiraram, eu não quero mudar o que foi há pouco decidido, seria desrespeito a quem já precisou se ausentar após ter cumprido o nosso horário regimental. Teríamos que fazê-lo em agosto e, no Brasil, como disse há pouco Davi



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 50

06/06/2016

Emerich, as coisas... Antigamente no Brasil havia a figura, quando éramos os primeiros em futebol no mundo, havia aquela figura do técnico de futebol que estava prestigiado. As coisas hoje são tão dinâmicas que agora há a figura do ministro de Estado e até presidentes e agentes que estão prestigiados. Por quê? Prestigiados até as cinco, seis horas, antes de os jornais das oito e pouco da noite anunciarem sua queda. Então, os fatos são muito dinâmicos. Esperar para fazer uma manifestação sobre esses pontos em agosto é, naturalmente, fugir do imediato da propositura. Então tenho...

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA (*Fora do microfone.*) – É essa a minha proposta: fugir do imediato.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Fugir do imediato, essa é a ideia. Está bom.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – E eu sou pela manifestação do imediato.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Sr. Presidente, eu concordo com o Conselheiro Ceneviva, porque a TV pública não vai se extinguir com essa crise que ela enfrenta hoje. Eu acho que tomar a atitude de fazer uma manifestação agora, em cima de uma crise que está em curso, que vai gerar um questionamento muito maior sobre as questões ideológicas ou não ideológicas que levaram ao afastamento ou não afastamento, as questões que estão aí... Isso vai tirar um pouco o foco da nossa discussão sobre a importância de o Brasil ter ou não uma televisão pública – que seja pública de fato, e não estatal.

Então, nesse ponto, eu vejo que é muito mais interessante para o Conselho fazer uma discussão de fundo sobre: o Brasil tem que ter uma televisão pública? Se sim, qual é a qualidade dessa televisão pública? Então, eu vejo que podemos avançar um pouco mais e dar uma contribuição muito mais ampla...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Fazendo o seminário?

A SRª PATRÍCIA BLANCO – ... fazendo uma discussão de fundo aqui. Até para garantir, Davi, que o Congresso Nacional, do qual nós somos órgãos de assessoria, possa entender a importância dessa televisão pública. Eu vejo como importante a gente levar essa discussão um pouco mais a fundo aqui neste Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu vou, então, submeter como preliminar...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, desculpe-me por insistir, mas é que, se as pessoas lessem a minuta do Davi, nós não estaríamos nessa discussão. Era só ler a minuta, porque todos os argumentos iriam por terra. Encaminhe da forma que melhor lhe convier, que eu já sei no que vou votar.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O meu encaminhamento, e preciso fazê-lo rápido porque nós temos limitação de tempo...

Araújo, é sobre encaminhamento?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – É sobre o encaminhamento. Eu só queria um esclarecimento, até poderia ser a título de questão de ordem: nós podemos fazer isso? Um órgão no Congresso Nacional pode criticar o Executivo tendo o Judiciário resolvido o assunto?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vamos à preliminar e, depois, ao mérito, por favor.

Vou submeter pela...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Só para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Para encaminhamento? Sim. Questão de ordem?



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 51

06/06/2016

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – É, como houve a proposta do conselheiro Nascimento... Se as pessoas pelo menos vissem o texto que foi proposto pelo Davi, talvez facilitasse...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pelo jeito, quem já leu gostou da nota.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – É. Talvez fosse bom o Davi ler a nota.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu ia encaminhar colhendo manifestação de... Estou entendendo como prejudicial a proposta do Conselheiro Ceneviva...

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, talvez pudéssemos dar o seguinte encaminhamento.

Vários Conselheiros já foram embora. Eu faria essa sugestão de nota. Eu poderia até lê-la, colocaria ali para os conselheiros lerem, e nós poderíamos fazer uma discussão via internet – se aprova, se não aprova, com mudança etc. Se não houver um consenso largo, aí...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu já entendi, mas me permita encaminhar.

Conselheiro Ceneviva, V. Ex^a mantém a proposta de postergar o seminário para agosto?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim. Então eu vou colher votos sobre isso. Se superado, nós vamos à nota. Pode ser?

Como vota o Conselheiro Rech? Pela nota ou pelo adiamento do seminário?

O SR. MARCELO ANTÔNIO RECH – Entendendo que o seminário aproxima novamente a função deste Conselho, que é subsidiar o Congresso... Eu acredito que, assim, fica dentro do escopo reservado ao Conselho. Portanto, eu aprovo o seminário.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Pelo seminário.

Conselheiro Araújo, pelo seminário ou não?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Depois de eu acolher, um pouco encabulado, as críticas que o Ceneviva fez – no fundo, eu me sinto parcialmente responsável pelas omissões em relação a essas atas –, eu apoio uma reaproximação com o conselho curador.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheira Patrícia Blanco.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Pelo seminário.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O Conselheiro Ceneviva é o autor da proposta.

Conselheiro Gerace.

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – Eu sou pela nota, desde que seja estruturada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Coutinho.

O SR. JORGE COUTINHO – Seminário.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não quero passar uma visão simplista e dizer que eu sou contra o seminário, pelo amor de Deus, mas sou a favor...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só o encaminhamento, Conselheiro.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 52

06/06/2016

O SR. NASCIMENTO SILVA – ...da manifestação deste Conselho neste exato momento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Davi, naturalmente...

O SR. DAVI EMERICH – E também pelo seminário, não há contradição...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não, veja, deixe-me explicar: eu estou encaminhando a decisão. Se formos discutir, eu não tenho limitação de horário, viajo às 22h45min.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu tenho que encaminhar, porque a proposta foi até anterior e excludente, postergando a discussão para que ela fosse mais ampla.

Marcelo Cordeiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Eu voto pela nota, mas acho que uma coisa não exclui a outra. A nota não exclui o seminário.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Prevaleceu a ideia do seminário postergando a manifestação do Conselho. Foi assim que eu entendi. Eu não tinha como entender diferente. Então, fica deliberado assim.

Eu já indaguei mais cedo, mas, por uma questão regimental...

Esse assunto está deliberado. Então, vamos marcar essa discussão.

Comunicação entre os Conselheiros: já o fizemos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Eu só queria acrescentar, ver se alguém não se referiu... Amanhã, às 8h45min, numa audiência pública, o Ministro das Comunicações, inclusive de outras áreas, vai fazer uma apresentação aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – O Ministro Kassab estará aqui às 8h45min.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Registrado.

Fica postergado para a próxima sessão o relatório de trabalho das comissões temáticas.

Não havendo mais manifestações entre os membros, entre os Conselheiros, eu consulto os integrantes da sociedade civil para saber se há alguma manifestação.
(Pausa.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 53

06/06/2016

DOCUMENTOS PERTINENTES À REUNIÃO

1. Lista de presença;
2. Ofício nº 13/2016 do Conselho Curador da EBC;
3. Proposta de Seminário sobre RTV (repetidoras de televisão), de autoria da Conselheira Liliana Nakonechnyj;
4. Relatório sobre o PLS 730/2015, de autoria do Conselheiro Ronaldo Lemos;
5. Relatório acerca dos efeitos da crise econômica sobre o setor da Comunicação Social, de autoria do Conselheiro Nascimento Silva.



CONGRESSO NACIONAL
Conselho de Comunicação Social

Reunião: 8ª Reunião do CCS

Data: 06 de junho de 2016 (segunda-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	
Walter Vieira Ceneviva	1. Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	
José Francisco de Araújo Lima	1. Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	
Marcelo Antônio Reeh	1. Maria Célia Furtado
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	
Roberto Dias Lima Franco	1. Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	
Celso Augusto Schröder	1. Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	
José Catarino do Nascimento	1. Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	
Sydney Sanches	1. Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	
Pedro Pablo Lazzarini	1. Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	
Ronaldo Lemos	1. Patrícia Blanco
Miguel Ângelo Cançado	2. Ismar de Oliveira Soares
Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	3. Murillo de Aragão
VAGO	4. Aldo Rebelo
Fernando César Mesquita	5. Davi Emerich



Empresa Brasil de Comunicação - EBC
SCS Quadra 08, Bloco B 50 - 1º subsolo
Edifício Super Center - Vênâncio 2000
Caixa Postal 08840 Brasília - DF
CEP: 70333 900
www.ebc.com.br

Ofício n.º013/2016
Conselho Curador

Brasília, 01 de junho de 2016

A Sua Senhoria a Senhora
SILVÂNIA ALVES DE AZEVEDO
Secretária do Conselho de Comunicação Social

Ref: Documentos do Conselho Curador - EBC

Prezada Secretária,

1. Em cumprimento ao disposto no inciso V do Artigo 17 da Lei 11.652/2008, segue a ata com as deliberações da 61ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC, realizada no dia 19 de abril de 2016, na cidade de Brasília. A presente ata foi aprovada durante a Reunião Extraordinária, realizada no último dia 31 de maio de 2016, em Brasília.

2. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos ou solicitações.

Atenciosamente,

RITA FREIRE
Presidenta do Conselho Curador da EBC



Empresa Brasil de Comunicação - EBC
 Rua do Ouvidor, 150 - Centro - Rio de Janeiro, RJ
 CEP: 20040-000
 Fone: (21) 2502-1000
 www.ebc.com.br

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC, REALIZADA AOS DIAS DEZENOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS, NA SEDE DA EBC, EM BRASÍLIA/DF, NA FORMA ABAIXO.

CNPJ Nº 09.168704/0001-42 NIRE Nº 53.5.0000348-7

Aos dezanove dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às 14 horas, na sede da EBC, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008. **Conselheiros presentes: Ana Luiza Fleck Saibro; Ana Maria da Conceição Veloso; Akemi Nitahara Souza; Enderson Araújo de Jesus Santos; Evelin Maciel - Vice Presidenta; Isaias Dias; Ima Célia Guimarães; Joelzito Almeida de Araújo; Leticia Luiza Yawanawá; Mario Augusto Jakobskind; Paulo Ramos Derengoski; Rita de Cássia Freire Rosa – Presidenta; Rosane Maria Bertotti; Takashi Tome; Venício Artur de Lima; Juliana Agatte - Representante do Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência de República/Secom; Pola Ribeiro - Representante do Ministro da Cultura. Pedro Varoni na qualidade de Diretor-Geral da EBC; Ricardo Melo - Diretor de Jornalismo; Myriam Porto - Diretora de Produção; Tiago Nunes Severino - Ouvidor-Adjunto. Conselheiros ausentes: Cláudio Lembo; Heloísa Starling; Wagner Tiso.** A reunião foi convocada para atender à seguinte pauta: **PRIMEIRA PARTE – Das 13h30 às 16h.** 1 – Abertura, leitura e aprovação da Pauta da 61ª Reunião Ordinária do Conselho Curador; 2 – Leitura e aprovação da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Curador (03/06); 3 – Informe da Câmara de Jornalismo; 4 – Relatório da Ouvidoria e relatório de gestão trimestral; 5 – Análise da atual conjuntura da EBC. **SEGUNDA PARTE – Das 16h15 às 19h.** 1 – Análise e aprovação de edital da consulta pública; 2 – Informes das demais Câmaras; 3 – Informes da Empresa; 4 – Encaminhamentos e calendários. A presidenta **Rita Freire** abriu a 61ª Reunião Ordinária dando as boas-vindas a todos. Informou que a sessão estava sendo transmitida pela internet pelo [link conselhocurador.ebc.com.br/transmissaoao vivo](http://link.conselhocurador.ebc.com.br/transmissaoao vivo), e também com a tradução em libras. Em seguida anunciou a presença do novo diretor-geral da EBC, **Pedro Varoni**, transmitindo, em nome do Conselho Curador, votos de feliz gestão. Em seguida, a presidenta **Rita Freire** discorreu sobre o momento político difícil que o país está atravessando e que o Conselho Curador estava preocupado com o papel que a EBC teria que cumprir nessa travessia, com todas as incertezas inerentes aos fatos, e a posição da direção do jornalismo da empresa. “Nós não podemos achar

1

que a EBC pode se dar ao luxo de fazer qualquer jornalismo que não busque um pouco profundidade e um pouco de pluralidade”. Ela explicou que essa fora a recomendação do conselho na última reunião. “Então nós queremos hoje, nesta sessão, saber se essas recomendações estão sendo seguidas e como o esforço da empresa de enfrentar este momento com o trabalho que esteja à altura do que a sociedade precisa, como melhorar e com que estratégias nós podemos contribuir também para essa travessia”. Em seguida, a presidenta **Rita Freire**, em nome do conselho, homenageou a conselheira **Leticia Luiza Yawanawá**, aproveitando a passagem do Dia Nacional do Índio, com a indicação de que a conselheira passaria a ser chamada **Matsa Hushahu Yawanawá**, atendendo solicitação da conselheira que estava resgatando o nome que lhe fora dado pelo seu povo. Neste momento, o novo nome passaria a ser estampado no prisma em caráter definitivo. A conselheira **Matsa Hushahu Yawanawá** tomou a palavra para agradecer a homenagem e disse que o dia 19 de abril é o dia da resistência dos povos indígenas, pois os indígenas eram considerados invisíveis, mas com a participação de movimentos da sociedade civil essa invisibilidade tem diminuído. A conselheira **Matsa Hushahu Yawanawá** agradeceu aos membros do Conselho Curador pelo reconhecimento do seu novo nome e disse que esperava continuar como conselheira para poder colaborar e dar voz às mulheres do seu povo. A presidenta **Rita Freire** recomendou à empresa que as pautas da população indígena tivessem cobertura mais ampliada do jornalismo da EBC para que as reivindicações deles fossem intensificadas na discussão das questões indígenas. Dito isso, a presidenta **Rita Freire** referiu-se ao programa Viva Maria que havia entrevistado uma vítima da tortura da ditadura do Brasil, Amélia Teles. Nesse sentido, a presidenta **Rita Freire** sugeriu ao conselho a aprovação de duas moções: 1) De repúdio ao deputado Jair Bolsonaro, que prestou homenagem, durante votação pela admissibilidade do *impeachment* na Câmara dos Deputados, ao coronel Brilhante Ustra, reconhecido como torturador na época ditatorial; 2) De cumprimento ao programa Viva Maria pela solidariedade com os familiares de desaparecidos políticos. O conselheiro **Mário Jakobskind** sugeriu que nas moções pudesse ser mencionado que a tortura é consignada como crime inafiançável e que com a Lei de Anistia muitos desses crimes ficaram impunes. A presidenta **Rita Freire** ratificou então a aprovação das duas moções, de repúdio e de cumprimento, e também recomendação à empresa com relação à cobertura mais intensiva das questões indígenas do Brasil. Dando seguimento, a presidente **Rita Freire** passou a palavra ao coordenador da Câmara de Jornalismo, **Mário Jakobskind**, para o relato da reunião que foi realizada com a direção de jornalismo da EBC, recomendando que fosse complementado na sua fala pela conselheira **Ana Fleck**. O conselheiro **Mário Jakobskind** narrou que na reunião foram lembrados temas como o momento político atual e as muitas reclamações recebidas de telespectadores que nos debates feitos na programação da EBC não são convidados o “outro lado”. Segundo a direção de jornalismo, os convidados ditos do “outro lado” nem sempre aceitam o convite. Nesse sentido, a recomendação feita seria que nas próximas vezes quando houver negativas de convite que fosse informado ao telespectador que o convidado tal fora convidado, mas não compareceu para mostrar que a mídia pública privilegia o debate com todos. O conselheiro **Mário Jakobskind** salientou também que a direção de jornalismo afirmou que sempre tivera liberdade de fazer suas pautas, mas que no momento atual, fez-se opção de dar vez e voz a setores da sociedade que não os têm nos meios de comunicação comercial. A conselheira **Ana Fleck** discordou da

2

posição do conselheiro anterior, que, segundo ela “o papel da mídia pública não é ser militante” e que as bancadas poderiam contrabalançar convidando pessoas diferentes, e que deveriam insistir nesse ponto de vista, na atuação jornalística: “Agora copiar a mídia privada, fazer a mesma coisa ao contrário, eu acho que não é o papel da EBC”. A presidenta **Rita Freire** pediu para que todos os relatos fossem feitos, dos trabalhadores, da Ouvidoria, primeiramente, para depois dar início aos debates, pois estariam mais bem consubstanciados com os subsídios recebidos. O conselheiro **Paulo Derengoski** parabenizou a presidenta **Rita Freire** pelas palavras sobre o momento atual político e sugeriu a continuidade do “Fique de Olho” e que já deveriam constar nele o Dia Nacional do Índio, prestando inclusive homenagem à conselheira Matsa, com citação na língua indígena, o dia 21 de abril, Inconfidência Mineira, e também a Batalha de Montese, durante a II Guerra Mundial, na qual muitos brasileiros perderam as vidas. O conselheiro **Paulo Derengoski** destacou que concorda com o conselheiro **Mário** que o jornalismo da EBC deveria focar um lado e que deveriam contraditar a imprensa comercial. A presidenta **Rita Freire** agradeceu ao conselheiro, afirmando-lhe que o Fique de Olho voltará à pauta nas próximas reuniões. Em seguida, anunciou o relato da reunião com os trabalhadores pela conselheira **Akemi Nitahara** que expôs sua preocupação, pois, segundo ela, os funcionários teriam demonstrado que a cobertura da televisão estava desequilibrada, tendenciosa, até em termos de tempo. A conselheira **Akemi Nitahara** salientou que fizera um levantamento e que foram dedicadas 2h33 a favor do *impeachment* e 12h20 contra, inclusive cortando a programação ao Vivo para transmissão só do ato, sem um repórter ou comentarista fazendo análise da situação. O conselheiro aparteu-a dizendo que num desses atos foi a manifestação dos artistas no Rio de Janeiro, com a presença de Chico Buarque, que, segundo ele, é um nome nacional e estimado pela população brasileira. Dando continuidade ao relato, a conselheira **Akemi Nitahara** disse concordar que o jornalismo tem que mostrar o “outro lado”, mas que considera que é mostrado mais um lado do que outro, mas que tem até, segundo ela: “conseguido até manter certo equilíbrio no jornal em si, mas em se tratando das bancadas e das coberturas ao vivo, todos são bem a favor”. A conselheira **Akemi Nitahara** salientou que, na reunião, foi solicitado ao Comitê Editorial algumas mudanças e recomendações para tentar equilibrar um pouco mais e colocar também os concursados na bancada para ajudar nos programas, com muitos convidados, para poder contribuir um pouco mais, pois, segundo ela, eles têm uma visão muito clara do que é a comunicação pública, jornalismo e de ter certa isenção. Finalizado o relato, foi dada a palavra ao ouvidor-adjunto, **Tiago Severino**, que explicou que estava substituindo a ouvidora Joseti Marques que estava em viagem, na apresentação do Relatório da Ouvidoria do mês de março de 2016. Iniciando a apresentação, ele disse que recebera um comentário de uma ouvinte que questionava o posicionamento do Repórter Brasil depois da prisão coercitiva do presidente Lula, que, segundo a ouvinte, depois disso, a TV Brasil teria tomado uma postura mais pró-governo. No entendimento da Ouvidoria, percebeu-se certa parcialidade nas intervenções do apresentador, com falas muito longas e perguntas com direcionamento político notório. Nesse mesmo programa, segundo ele, há uma nota sobre a juíza que recebeu a denúncia do Ministério Público de São Paulo contra o ex-presidente Lula. A nota fora dada atribuindo à juíza desqualificação para julgar o caso. Com relação às manifestações e atos contra e pró-*impeachment*, o ouvidor-adjunto, **Tiago Severino**, destacou os seguintes pontos: 1 – Posicionamento dos repórteres que desfavorecia



3



completamente mostrar a mobilização que havia naquele momento; 2 – Cobertura de fatos sem relevância na Esplanada dos Ministérios em detrimento de discursos que seria importante tê-los registrado; 3 – Certa insistência nas perguntas sobre a capacidade de reação da esquerda; 4 – Registro da fala do juiz Sérgio Moro sem mostrar todo o conteúdo, dando outro sentido à fala. O conselheiro **Mário Jakobskind** solicitou um aparte para afirmar que o juiz Sérgio Moro havia pedido desculpas ao STF por ter tomado uma atitude precipitada. O ouvidor-adjunto, **Tiago Severino**, elogiou a cobertura do Repórter Brasil Tarde nas manifestações do dia 17 de março na Faculdade de Direito: “Foi uma cobertura exemplar, muito boa, porque foi no dia que houve a suspensão do ex-presidente Lula, as informações, os fatos aconteciam ali ainda durante o final da manhã e início da tarde, então o Repórter Brasil conseguiu dar as notícias no momento que elas aconteciam, então foi um jornal muito bom em termos editoriais, em termos de cobertura, com informações daqui de Brasília, do Rio de Janeiro”. O representante do ministro da Cultura, **Pola Ribeiro**, disse que a sociedade brasileira estava revoltada com o absurdo que estava acontecendo na mídia brasileira. Dando prosseguimento, o ouvidor-adjunto, **Tiago Severino**, avaliou dois aspectos das transmissões do dia 18 de março: 1 – *Selfie* de um comentarista no estúdio; 2 – Ênfase inadequada na leitura de nota que foi dada da suspensão da liminar sobre o ex-presidente Lula na Casa Civil. Segundo ele, o programa Caminhos da Reportagem fez uma edição primorosa quando da edição especial sobre as manifestações. “Houve uma discussão importante sobre a polarização política no país, diversos segmentos sociais, diversas pessoas que estão envolvidas tanto de um lado como de outro foram entrevistadas”. Análise similar foi feita pela Ouvidoria com relação ao especial da Agência Brasil dos dois anos da Operação Lava-Jato. O ouvidor-adjunto **Tiago Severino** relatou que numa matéria relativa a um deputado federal do Rio de Janeiro que queria fazer o pedido de *impeachment* do ministro do STF, Gilmar Mendes, segundo ele, faltaram na matéria explicar os elementos jurídicos e a fundamentação do pedido, e que isso teria dificultado o entendimento do leitor leigo. Na transmissão da missa do dia 13 de março, o padre, durante a celebração da missa, fez convocação dos ouvintes para participarem da manifestação. Também foi identificado que no programa chamado Reencontro, um deputado federal do Rio de Janeiro que também é pastor fez um discurso favorável ao *impeachment* dentro desse programa religioso. Isso aconteceu no dia 10 de abril. Rádio MEC-FM do Rio de Janeiro operando abaixo da sua capacidade em razão da falta de condições técnicas, advindo daí várias reclamações de ouvintes. O ouvidor-adjunto **Tiago Severino** informou que a Ouvidoria realiza uma pesquisa qualitativa sobre cada um dos veículos da EBC e que o resultado foi bastante positivo no que se refere à programação da emissora. O detalhamento da pesquisa está dentro do relatório e já publicado na página da Ouvidoria. Para concluir, o ouvidor-adjunto **Tiago Severino** esclareceu que na parte final do relatório estão registradas as manifestações do público, as colunas da Ouvidoria e a resposta da Ouvidoria sobre a falta dos programas que, segundo ele, também é uma preocupação da Ouvidoria. Finalizada a apresentação, a presidenta **Rita Freire** abriu o debate sobre os relatos de duas reuniões e o relatório da Ouvidoria, todos sobre a cobertura jornalística. A conselheira **Rosana Bertotti** ponderou que as posições tiradas nos trabalhos em grupo e das reuniões das câmaras não representam a posição do pleno do Conselho Curador e que essa afirmação é importante para evitar conflitos entre os pares do colegiado. A conselheira **Rosana Bertotti** elogiou o jornalismo do programa Repórter Brasil

que, segundo ela, faz uma ação jornalística nem do lado A e nem do B “Aqui se trata de uma questão de democracia e aqui é um espaço de comunicação pública. A conselheira **Rosana Bertotti** disse discordar veementemente da questão da coroupa para os repórteres e apresentadores. No que diz respeito à questão dos grampos, segundo ela, os jornalistas têm a Constituição e a lei brasileira para orientá-los e que se soma aos demais nos cumprimentos pelo trabalho feito. O representante do ministro da Cultura, **Pola Ribeiro**, destacou o papel da comunicação pública brasileira: “Temos que avançar na comunicação pública, continuar mantendo viva essa chama e ir corrigindo os possíveis erros de um lado e de outro que possamos estar cometendo, porque ainda não aprendemos a fazer, estamos aprendendo a fazer a TV Brasil, aprendendo a fazer a EBC, aprendendo a fazer a comunicação pública no Brasil e os erros devem ser bem secundarizados pelo grau de importância que teve a cobertura e a relevância que ganhou nesses últimos 15/20 dias em comparação com anos. A sociedade passou a reconhecer a TV Brasil”. O conselheiro **Venício Lima** observou que o relatório da Ouvidoria é muito importante e que os conselheiros deveriam tomar conhecimento dele antes da reunião do pleno. Para isso sugeriu que fosse encaminhado a todos a versão impressa para facilitar o trabalho de análise. O conselheiro **Venício Lima** discorreu sobre uma carta enviada à Ouvidoria, com reclamação expressa dirigida ao repórter Vítor Ribeiro, no programa Repórter Brasil Manhã, que, na abertura, faz menção à visita da presidenta Dilma Rousseff a São Paulo em solidariedade ao ex-presidente Lula, e que fora apresentada somente a versão dos críticos e inimigos do ex-presidente e partidários do *impeachment* da presidenta. Segundo o conselheiro, a Ouvidoria não havia ainda feito uma resposta formal à carta enviada. O ouvidor-adjunto **Tiago Severino** explicou que não se recordava dele, mas que iria verificar para dar o retorno adequado ao conselho. O conselheiro **Venício Lima** teceu elogios ao programa do Caminhos da Reportagem, do dia 23/04, sobre as manifestações e a polarização política na mídia, porém, ele observou que na última parte, na questão específica da imprensa, ele teria sentido falta de que fossem ouvidas pessoas que tivessem uma visão mais crítica da cobertura da mídia. Outro ponto destacado pelo conselheiro **Venício Lima** foi sobre a matéria divulgada pela Agência Brasil, no dia 17 de março, com relação à justificativa que o juiz Sérgio Moro apresentou para ter divulgado o grampo da conversa da presidenta Dilma com o ex-presidente Lula, comparando essa situação brasileira com o episódio *Watergate*, pois, segundo ele, a situação brasileira é totalmente distinta. “Ou seja, as matérias da Agência Brasil corroboram uma justificativa equivocada, deliberadamente usada pelo juiz Sérgio Moro”. O ouvidor-adjunto **Tiago Severino** esclareceu que a Ouvidoria teria uma análise sobre a questão do caso *Watergate* na página 22 do relatório, no Saiba Mais que a Agência Brasil fez em relação a esse caso e que um dos apontamentos seria justamente esse. Outro ponto que o conselheiro **Venício Lima** abordou foi com relação à linha de cobertura que a EBC, sobretudo a TV tem adotado. Ele lembrou que o fundamento para a própria existência da Empresa Brasil de Comunicação é o art. 223 da Constituição Federal que fala do princípio da complementariedade entre os sistemas públicos privado e estadual, e isso se traduz no ponto de vista do equilíbrio no número de concessões entre os diferentes sistemas. E a outra complementariedade se refere à questão do conteúdo, que, segundo ele, as empresas públicas deverão oferecer um conteúdo que está ausente das emissoras privadas e também eventualmente nas empresas estatais. Nesse sentido, ele afirmou que encontra abrigo inclusive numa justificativa

constitucional que a EBC neste momento priorize a cobertura das vozes que não encontram guarida no sistema privado. O conselheiro **Takashi Tome** ressaltou a importância da EBC, do Conselho Curador e da Ouvidoria para a consolidação da comunicação pública no país. Ele destacou dois pontos do relatório da Ouvidoria para comentários: 1 - Questão dos grampos. O conselheiro disse concordar com a posição da Ouvidoria no sentido de que o repórter deveria ter consultado algum jurista e fazer referência à fonte quando disse que o grampo pudesse ser legal ou ilegal. 2 – A questão da postura dos apresentadores. Nesse item, ele concorda que a cor da roupa transmite mensagens, como outros indicativos. Ele salientou também que o papel da Ouvidoria é “Apontar os erros. Somente quando a Ouvidoria nos aponta os erros é que conseguimos trabalhar para melhorar esta empresa”. O conselheiro **Isaias Dias** disse se sentir representado na EBC, pois nas outras mídias privadas não falam sobre a questão da pessoa com deficiência, do negro, do LGBT, dos avanços conquistados e sugeriu que a TV Brasil pudesse propor debates sobre a questão do trabalho, com pessoas da direita, e com um defensor da classe trabalhadora, segundo ele, seria esclarecedor. O conselheiro **Isaias Dias** ponderou que a utilização de libras permeando os debates é essencial para que a população acompanhe as questões brasileiras e que é importante que a TV Brasil tenha todas as formas de comunicação de acessibilidade. O conselheiro **Anderson Araújo** disse que não sentia parte da cobertura sobre a atual política na TV Brasil e sugeriu que os canais de mídia da EBC pudessem convidar jovens para os debates, para que a juventude pudesse fazer uma leitura crítica a partir de outro jovem, e de como os jovens que são lideranças de movimentos no país, estão vendo este momento. Outro ponto relevante, segundo ele, é que na cobertura política a maioria das pessoas que aparece não representa as pessoas que moram nas favelas, pelo tipo de discurso, outro tipo de abordagem, e que é importante levar para o debate outras referências que fazem sintonia com esse segmento. O conselheiro **Joelzito Almeida de Araújo** registrou e deu os parabéns a duas iniciativas contrárias. A primeira delas refere-se aos funcionários da EBC que ao Conselho Curador fizeram uma série de críticas, tendo como intenção a defesa de uma televisão pública imparcial. E a segunda registrou cumprimentos à TV Brasil que passou, segundo ele, a ser conhecida e a existir no seio da população brasileira. O conselheiro **Joelzito Almeida de Araújo** teceu críticas à Agência de Notícias pela narrativa tradicional, incapaz de estabelecer outro tipo de narrativa e que segundo ele: “Eu uso a narrativa porque eu acho que essa construção da realidade que está muito presente, eu acho que o nosso papel é muito mais do que ser imparcial. O nosso papel é também de questionar e de trazer outras narrativas que estão na sociedade”. A conselheira **Ana Maria Veloso** informou que a questão do equilíbrio das mulheres nas bancadas da EBC foi tratada na reunião com o setor de jornalismo da EBC e que o jornalismo precisa além de ser equilibrado no tocante ao conteúdo, oferecer diversas fontes, pluralidade, diversidade, diversos olhares, apresentar o ponto de vista das mulheres. A conselheira **Ana Maria Veloso** apresentou cumprimentos a Mara Régia, programa Viva Maria, pelo depoimento de uma mulher que foi vítima, torturada pela ditadura civil militar. A conselheira **Ana Maria Veloso**, ao tempo em que manifestou apoio ao trabalho da Ouvidoria, conclamou o setor Jurídico da EBC para que tomasse providências relativas à questão dos fundamentalismos religiosos, dos programas que criticam a EBC, que criticam o conselho, dentro dos programas da EBC, convocando a sociedade para manifestação contra ou a favor, segundo ela, esse discurso desqualifica o compromisso ético e o equilíbrio do jornalismo da EBC, dentro da

própria emissora. O conselheiro **Mário Jakobskind** sugeriu levar à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) os fatos ocorridos. Em seguida, a presidenta **Rita Freire** passou a palavra para a conselheira **Matsa Hushahu Yawanawá** que disse sentia muita falta da voz da diversidade e que muitas vezes as mobilizações não são mostradas. A conselheira pediu que fizessem a divulgação da consulta pública das mulheres indígenas. Em seguida a presidente **Rita Freire** passou a palavra ao diretor de jornalismo **Ricardo Melo** para suas considerações a respeito das falas dos conselheiros. Com relação às falas sobre cobrir mais “de um lado do que outro”, segundo ele, é inevitável que uma empresa pública que seja plural e que pretenda defender os valores da democracia em certos momentos pareça estar defendendo um lado, mas que isso não significaria fazer uma cobertura partidarizada, tanto que o convite é feito aos políticos, personalidades, comentaristas de oposição e de outras visões políticas, mas que eles não vêm. E que o erro tem sido não registrar isso de público. O diretor de jornalismo **Ricardo Melo** salientou que a cobertura sobre o *impeachment*, a favor e contra, foram feitas em tempo integral, sem privilegiar mais horas a nenhuma cobertura, nesse sentido, ele parabenizou o trabalho conjunto que toda a EBC fez durante as manifestações, com muita dedicação. O diretor de jornalismo **Ricardo Melo** destacou que a TV Brasil tem dado voz às lideranças indígenas, aos movimentos das mulheres, e que esse é um dos objetivos da existência dela. Sobre o relatório da Ouvidoria, segundo ele, ali não estão registradas as inúmeras manifestações de aprovação da cobertura da TV Brasil. Quanto às falas sobre mais mulheres negras e jovens nas bancadas, ele refutou as críticas, pois, segundo ele, essa questão advém dos critérios dos concursos realizados que não priorizaram vagas para negros e portadores de necessidades especiais e que essas críticas são improcedentes. “98% dos nossos repórteres são concursados, as mulheres são maioria nas bancadas de apresentação dos jornais locais”. Finalizando, **Ricardo Melo** disse que todas as críticas são levadas em conta e o jornalismo está sempre aberto a receber e levar adiante o que estiver de acordo com as recomendações e com o manual de jornalismo da emissora. O ouvidor-Adjunto **Tiago Severino** esclareceu que na página 347 estava registrada a análise de todas as mensagens que chegaram do público sobre a percepção deles da cobertura política. A presidenta **Rita Freire** ponderou que “Vamos tentar ajustar isso com a Ouvidoria para termos um debate mais conjuntural”. O conselheiro **Isaias Dias** protestou com relação à forma com foi tratado o tema dos deficientes e que esperava que nos próximos concursos a cota de 5% para os trabalhadores com deficiência fosse respeitada. **Ricardo Melo** respondeu que todos os concursos públicos deveriam ter cota para negro, cota para mulher, cota para deficiente, ou seja, cumprir a lei, pois hoje a EBC não possuía os 5% estipulados em lei. O diretor-geral **Pedro Varoni** pontuou que a preocupação da EBC é prezar pela comunicação pública, mas esbarra numa série de pautas que estão ausentes da mídia tradicional e que são as pautas que a EBC desenvolve, como as questões de gênero, as questões dos direitos trabalhistas, a questão do direito de terra e que, independentemente do resultado de *impeachment*, esses movimentos são crescentes como é crescente a comunicação pública. Finalizados os debates, a presidenta **Rita Freire** fez os seguintes encaminhamentos, esclarecendo que alguns encaminhamentos foram mencionados na reunião com a Diretoria de Jornalismo, com a Superintendência de Agências e com os trabalhadores. 1 - Recomendação de equilíbrio. Terminadas as coberturas, avaliar se a EBC conseguiu dar voz à sociedade, com toda a sua pluralidade e com jornalismo crítico e equilibrado. Propostas apresentadas: 1 -

Atuação e a responsabilização do Comitê Editorial pelo acompanhamento do jornalismo da EBC – O Comitê Editorial é uma pauta positiva tanto Conselho Curador quanto da representação dos trabalhadores; 2 – Ouvidoria – Reivindicações da Ouvidoria devem ser respondidas e resolvidas na essência, não podem ter respostas vagas. Marcada reunião com a Secex e Ouvidoria para traçar estratégias de acompanhamento e respostas das questões que foram tratadas; 3 – Valorização da EBC depende da indicação do presidenta da EBC. Apelos veementes foram feitos à autoridade competente, por meio da Secom, para designar de imediato o preenchimento do cargo. A representante do ministro da Secom, **Juliana Agatte**, justificou a ausência do ministro Edinho em razão da intensa agenda política, dizendo que o ministro esperava atender a reivindicação da designação do presidente da EBC o mais breve possível: “Para a empresa não ficar vulnerável com a cadeira da presidência vaga num momento tão crítico no país quanto este”; 4 – Aumento do número de mulheres nas bancadas. 5 – Ocupação de cargos comissionados, cargos de confiança, que sejam ocupados por 70% de trabalhadores da EBC. Compromisso firmado em acordo coletivo, apoiado pelo Conselho Curador. Dito isso, a presidenta, **Rita Freire**, colocou em votação os encaminhamentos. Aprovados. Após o intervalo, a presidenta **Rita Freire** colocou em votação a ATA da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Curador, realizada em 17 de março de 2016. A ata foi aprovada, condicionada a que, caso algum conselheiro ou conselheira tenha alguma retificação a fazer, esta deverá ser apresentada na próxima reunião do conselho. Em seguida, a presidenta, **Rita Freire**, passou a palavra à conselheira **Rosane Bertotti** para a apresentação do edital de consulta pública de eleição dos novos membros do Conselho Curador. A conselheira **Rosane Bertotti**, antes de iniciar a leitura do documento, explicou que o edital acolheria as sugestões da plenária, depois seria encaminhado ao Jurídico para ser finalmente publicado. A conselheira **Rosane Bertotti** observou que foram retiradas do texto as palavras **eleições** e **candidato**, pois se tratava de consulta pública e não de eleição. No decorrer da leitura, a conselheira **Ima Vieira** interrogou se estava na lei que poderiam se inscrever entidades da sociedade civil constituídas como pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. A conselheira **Rosane Bertotti** respondeu que o setor Jurídico iria analisar esse ponto. Com relação ao item 3.1. A presidenta **Rita Freire** sugeriu nova redação: “Cada postulante deverá contar com a indicação de, pelo menos, entidades de três setores diferentes da sociedade organizada”. A conselheira **Ima Vieira** pediu para uniformizar a linguagem do edital. Ela observou também no item 3.11 que não saberia se o item estava bem colocado no edital, pois estava se mostrando confuso: “Quando se fala da composição de 40% das vagas do Conselho Curador não quer dizer que é 40% deste edital; quando fala em comissão processante, interrompe e coloca conselho”. O conselheiro **Joelzito Araújo** solicitou substituir a palavra **colegiado** por **conselho curador**. Quanto à composição final da sociedade civil, a conselheira **Ima Vieira** propôs que a Amazônia deveria ser considerada regionalmente diferenciada por conta da extensão e população. A conselheira **Rosane Bertotti** pediu para que essa questão fosse debatida e formulada no final da leitura, mas ressaltou que se deveria buscar o equilíbrio regional. O conselheiro **Joelzito Araújo** solicitou explicações quanto ao item anterior, pois, segundo ele, se se pretende afirmar que teria que ter uma pessoa de cada região, eleita, ou o conselho observaria o critério final qual região está presente e essa região teria que estar ou se são cinco pessoas, portanto, uma de cada região. A conselheira **Rosane Bertotti** ponderou que esse item é o que está na lei, sendo rebatida pela

conselheira **Ima Vieira** que disse que na seleção concernente ao edital o conselho é quem determina quais são as prioridades. A conselheira **Rosane Bertotti** destacou que haverá de ter um por cada região, conforme a lei. Como a saída dos cinco conselheiros, então permanece um por cada região, garantindo a lei. A conselheira **Akemi Nitahara** observou que a Amazônia apesar de ser 70% do território nacional não é 60% da população brasileira. A conselheira **Ima Vieira** ponderou que na Amazônia havia importante representatividade. A relatora do edital, conselheira **Rosane Bertotti**, reiterou que seria preciso definir qual o critério que deveria ser usado para tratar diferentemente as regiões e não criar questionamentos futuros, uma vez que o edital tinha que comportar todos os critérios da seleção. A conselheira **Ima Vieira** disse que poderia ter um item dedicado aos casos omissos. O conselheiro Joelzito Araújo ponderou que uma vez que o conselho concorda com o edital, o trabalho de redação seria um trabalho posterior, juntamente com o setor Jurídico, sugerindo trocar casos omissos por casos não previstos. Dito isso, a presidenta **Rita Freire** consultou a conselheira **Ima Vieira** se ela poderia colaborar com a comissão processante. A conselheira **Ima Vieira** disse que depois das alterações feitas pelo pleno, poderia ser feita uma segunda versão, e que esta sim poderia ser olhada com olhar mais crítico, depois de reorganizada. Assim, a presidenta **Rita Freire** declarou que estavam aprovados, não a redação final do edital, mas os critérios que foram estabelecidos, o texto seria enviado por e-mail para os membros da sociedade civil em razão do prazo exíguo e da impossibilidade de esperar a próxima reunião do conselho. A presidenta **Rita Freire** reafirmou que estavam aprovando que as vagas para as quais estariam convocando a sociedade a se mobilizar seriam as vagas para integrar o conselho, representantes dos seguintes segmentos: a) Área da infância de adolescência; b) artística ou cultural; c) LGBT; d) Área ambiental e defesa dos direitos do campo; e) Área empresarial. Dito isso, passou-se à definição da data para a próxima reunião do Conselho Curador ficando acertados os dias 30 e 31 de maio de 2016. A conselheira **Rosane Bertotti** pediu a palavra para solicitar ao diretor-geral, **Pedro Varoni**, que providenciasse para o recinto das reuniões do Conselho Curador acesso à internet e à rede celular, pois isso facilitaria o trabalho de todos. A conselheira **Akemi Nitahara** reiterou alguns pontos colocados pelos trabalhadores ao diretor-geral. Um deles sobre a questão da roupa vermelha, que, segundo ela, há a questão do simbolismo e da semiótica e que isso faz diferença para quem está na bancada e para quem está assistindo televisão. Quanto à questão de falta de mulheres negras nas bancadas, a conselheira salientou que a empresa conta com pelo menos 50 mulheres negras e que estas deveriam ser aproveitadas na bancada, nas reportagens, em todos os espaços, inclusive nos debates. A conselheira **Akemi Nitahara** disse que os trabalhadores se esforçam para valorizar e aperfeiçoar a imagem da comunicação pública e a designação de um presidente, pertencente ao quadro de empregados da EBC, reforçaria o trabalho que tem sido feito em prol da empresa. Segundo ela, os empregados, rebatendo críticas assinaladas no relatório da Ouvidoria, deveriam ter mais tempo e mais reuniões para aprofundar mais as pautas, inclusive os 70-30 viria também reforçar a busca pelo fortalecimento da empresa, de ter mais funcionários em posições de chefia, mais estratégicas: "Fortalecem a empresa e blindam um pouco dessas mudanças que podemos ter ou não na política". O diretor-geral **Pedro Varoni** destacou, em resposta à questão dos empregados concursados, que é preciso diálogo, conhecer o trabalho de cada um e talvez abrir espaços de projetos de conteúdos, que venham da parte deles, para que se possa considerar isso nas

transformações da grade. A respeito do preenchimento da vaga de presidente da EBC, disse que o assunto é tratado em outro nível governamental, mas a ideia dele, que está começando a sua gestão, é fazer a mediação com todos os espaços possíveis, com o Conselho Curador e com os trabalhadores. Com relação aos informes da empresa, o primeiro deles seria de um programa da Rádio Nacional AM/FM, são 52 programas, diários, de 32 minutos cada um sobre literatura. Trata-se de projeto feito a custo zero por funcionário concursado. O programa se baseia em entrevistas que o autor registra nos fóruns de literatura e bienais. O segundo informe é sobre o horário da novela, à noite. Segundo ele, o projeto é transferi-la para mais tarde, talvez às 23 horas, para dar espaço para programa de reflexão: “A ideia é fortalecer o momento político, o jornalismo, que é o que está dando audiência”. O conselheiro **Mário Jakobskind** disse que a emissora teria que ter novelas sobre a história do Brasil. A presidenta **Rita Freire** lembrou que por conta de resolução do Conselho Curador mudanças ou programas novos, novelas, deveriam fazer parte do plano de trabalho ou ter consulta ao Conselho Curador. Segundo ela, o plano de trabalho iria ser discutido nos próximos dois anos, já iniciando na próxima reunião dos dias 30 e 31 de maio, com a discussão das diretrizes, pois isso envolve compra de licenciamentos internacionais para que o Conselho Curador pudesse ter conhecimento e a empresa avançar nesses contratos e intercâmbios. O conselheiro **Joelzito Araújo** ponderou que ter novelas e filmes africanos é importante, pois é um ponto de referência para parte da comunidade negra. O conselheiro **Mário Jakobskind** sugeriu à direção da empresa que a grade da programação fosse mostrada em telão nas reuniões do conselho, isso, segundo ele, facilitava a discussão sobre ela. O conselheiro **Joelzito Araújo** propôs para avaliação que nas comemorações dos 50 anos da Rádio Nacional, pudesse agregar a figura do maestro Moacir Santos, maestro negro, da Rádio Nacional dos anos 40 e 50, talvez chamar o maestro negro Maya-Maya de São Paulo para reger um coral de crianças, a maior parte de crianças negras, segundo ele, essas homenagens são importantes, são simbólicas, têm audiência e marcam. Nada mais havendo a tratar, a presidenta **Rita Freire** agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 61ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da EBC. Para constar, eu, **Juliana César Nunes** secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes à reunião.


RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA
Presidenta


EVELIN MACIEL
Vice-presidenta

JULIANA AGATTE
Representante da SECOM

POLA RIBEIRO
Representante do Ministério da Cultura



AKEMI NITAHARA
Conselheira



ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Conselheira

ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO
Conselheira



ENDERSON ARAÚJO DE JESUS SANTOS
Conselheiro



IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA
Conselheira



ISAIAS DIAS
Conselheiro

Conselheiro



JOELZITO ARAÚJO
Conselheiro

Conselheiro



LETICIA LUIZA YAWANAWÁ
Conselheira

Conselheira



MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND
Conselheiro

Conselheiro

PAULO RAMOS DERENGOSKI
Conselheiro

Conselheiro



ROSANE MARIA BERTOTTI
Conselheira

Conselheira



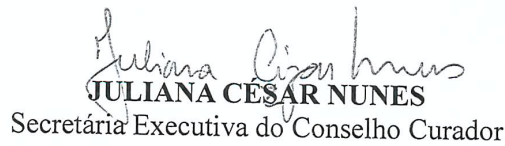
TAKASHI TOME
Conselheiro



VENÍCIO ARTHUR DE LIMA
Conselheiro

PEDRO VARONI
Diretor-Geral

TIAGO NUNES SEVERINO
Ouvidor-Adjunto da EBC



JULIANA CÉSAR NUNES
Secretária Executiva do Conselho Curador

Retransmissoras da Amazônia Legal, Geradoras e Retransmissoras de TV no Brasil**Proposta de Seminário****Conselheira Liliana Nakonechnyj****Palestrantes a serem convidados:****Representante do Congresso Nacional (Senador Wellington Fagundes);****Representantes do Poder Executivo:**

- Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (Ministro ou Secretário de Comunicações); e
- Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (Presidente do Conselho Diretor ou Conselheiro indicado);

Representante do setor de radiodifusão (Presidente da ABERT, ABRA ou ABRATEL);**Representante técnico (Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão – SET); e****Representante dos trabalhadores – (Órgão a ser proposto pelo Nascimento).****Questões macro a serem endereçadas:**

- . Importância das retransmissoras da Amazônia Legal para a região X ameaças à sua continuidade. Possíveis soluções.
- . Geradoras de TV X retransmissoras de TV: papéis, similaridades e diferenças.
- . Geradoras e retransmissoras de TV no desenvolvimento socioeconômico e na geração de empregos.
- . Produção de programas pelas geradoras de TV brasileiras: impactos na cultura nacional e nas culturas regionais.
- . Convivência audiovisual nas fronteiras do país.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL**RELATÓRIO SOBRE O PROJETO DE LEI DO SENADO 730/2015 TRATANDO DE PRIVACIDADE E REQUISIÇÃO DE ENDEREÇOS DE IP NA INTERNET SEM A NECESSIDADE DE ORDEM JUDICIAL**

Brasília, 06 de junho de 2016.

Conselheiro: Ronaldo Lemos (relator da presente comissão de relatoria)

Prezados Integrantes do Conselho de Comunicação Social,

Trata-se de Relatório a respeito do Projeto de Lei do Senado 730 de 2015 (PLS 730/215) de autoria do Senador Otto Alencar (PSD-BA), com relatório apresentado pelo Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

O projeto foi aprovado em Comissão em caráter terminativo no Senado, tendo sua tramitação concluída nessa Casa Legislativa. Em 26 de abril de 2016 o projeto foi remetido à Câmara dos Deputados, onde segue sua tramitação.

O plenário do Conselho de Comunicação Social decidiu por unanimidade analisar com urgência o PLS 730/2015, dada sua gravidade para a questão da privacidade e, por consequência, para a liberdade de expressão no país. Nesse sentido, o Conselho de Comunicação Social manifestou sua preocupação com os trabalhos da chamada “CPI dos Crimes Cibernéticos”, cujo relatório final foi também aprovado e recomendou, por sua vez, a aprovação do PLS 730/2015.

Note-se que o PLS 730/2015 modifica aspecto crucial do Marco Civil da Internet (Lei 12.895/2015), legislação cuja formulação e aprovação levou mais de 7 (sete) anos para ser realizada e contou com a participação intensa de todos os setores da sociedade brasileira, notadamente, o setor privado, a comunidade técnica e científica, a academia e o terceiro setor.

Nesse sentido, **o PLS 730/2015 propõe revogar um dos pilares do Marco Civil da Internet, qual seja, a necessidade de ordem judicial prévia para obtenção de dados dos usuários.** No caso, notadamente, o dado do chamado “endereço IP” do usuário, que permite a identificação do terminal onde partiu a comunicação e, por consequência, muitas vezes do usuário em si, seu endereço de residência, filiação e outros dados cadastrais.

Segue abaixo a análise do referido projeto de lei, de modo que **desde já se adianta que este relatório conclui por recomendar sua não aprovação**, dadas as consequências negativas de grandes repercussões que o mesmo ocasionará, desrespeitando-se direitos fundamentais constitucionais como o devido processo legal, a inafastabilidade do poder judiciário, a proteção ao sigilo das comunicações de dados, da vida privada, intimidade e privacidade e da liberdade de expressão.

Passa-se, assim, à análise do referido projeto, cujo texto apresenta-se abaixo na íntegra:

“SENADO FEDERAL PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 730, DE 2015

Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei trata sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet.

Parágrafo único. Para os fins da presente Lei, consideram-se crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet aquelas condutas previstas em normas incriminadoras em que o meio de execução ou de consumação seja realizado por meios eletrônicos de conexão à internet, independentemente da tecnologia utilizada.

*Art. 2º Caso haja indício de prática de crime por intermédio de conexão ou uso de internet, o delegado de polícia ou o membro do Ministério Público, para fins de identificação do responsável pela prática criminosa, **poderão requisitar a qualquer provedor de conexão e de aplicações de internet ou administrador de sistema autônomo as informações cadastrais relativas a específico endereço de protocolo de internet.** (grifo nosso)*

§ 1º As informações cadastrais passíveis de requisição por meio do procedimento previsto no caput serão somente aquelas relativas à qualificação pessoal, filiação e endereço do suspeito da prática de crime por intermédio de conexão ou uso de internet.

§ 2º Para as demais informações cadastrais não constantes do § 1º, deverá ser apresentada representação pelo delegado de polícia ou requerimento pelo membro do Ministério Público ao juiz criminal competente, que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º Não será permitida a requisição de que trata o caput quando a prova puder ser obtida por outros meios disponíveis.

§ 4º Em qualquer hipótese, deve ser descrita com clareza a situação objeto da investigação, salvo impossibilidade manifesta devidamente justificada.

Art. 3º É vedado o fornecimento de quaisquer informações, direta ou indiretamente, a terceiros ou a órgão de comunicação social, que tenham relação com as informações cadastrais ou registros de conexão e de acesso a aplicações de internet obtidas em investigações de que trata esta Lei, devendo as autoridades requisitantes tomar as providências necessárias para a garantia do sigilo das informações recebidas e para a preservação da intimidade, da vida privada da honra e da imagem do usuário, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal.

Art. 4º Os relatórios de diligências produzidos a partir das informações cadastrais fornecidas para as investigações serão processados e lacrados em autos apartados do inquérito policial ou do procedimento investigatório, juntamente com o pedido de requisição original e todos os documentos decorrentes da investigação, sendo permitido o acesso às diligências documentadas

pelo advogado do investigado mediante requerimento formulado à autoridade responsável pela investigação.

Art. 5º A qualquer momento, de ofício ou mediante solicitação do investigado, o juiz poderá motivadamente requisitar ao delegado de polícia ou ao membro do Ministério Público a remessa dos documentos que tenham relação com as investigações de que trata esta Lei.

Art. 6º Os provedores de conexão e de aplicações de internet, que exerçam atividades que possam ser objeto de práticas criminosas, deverão manter departamentos técnicos em funcionamento integral para atendimento a determinações judiciais ou a requisições de que trata esta Lei.

Parágrafo único. As entidades de que trata o caput deverão se adaptar ao disposto no presente artigo no prazo de 12 (doze) meses.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

1) O PLS 730/2015 viola direitos fundamentais e transforma o delegado e o membro do Ministério Público em “juizes”

O Brasil tem hoje mais de 100 milhões de usuários da internet. Pela proposta do Projeto de Lei do Senado 730/2015, qualquer um deles poderá ter seu número de IP revelado sem a necessidade de ordem judicial. Junto com o endereço de IP, serão reveladas também sem ordem judicial o nome da pessoa por trás daquele endereço de IP, o nome dos seus pais e seu endereço físico de residência. Tudo isso, diga-se uma vez mais, sem a necessidade de ordem judicial. Bastará a mera requisição do delegado de polícia ou do membro do Ministério Público e os provedores de todas as naturezas serão obrigados a entregar o nome dos seus usuários.

Note-se que o número de IP do usuário fica registrado não só quando ele faz uma manifestação ou comunicação online, mas também sempre que o usuário simplesmente acessa qualquer site ou serviço. Em outras palavras, basta acessar um site, baixar um aplicativo, assistir a um vídeo, ouvir a uma música por meio da internet para ter seu número IP registrado e preservado na rede. Está então o usuário à mercê da revelação de sua identidade por mera requisição de um dos milhares de delegados de polícia ou membros do Ministério Público no país.

O PLS 730 obriga, assim, os provedores de internet a revelarem sem prévia autorização judicial o IP de quem está por trás de cada conexão na internet.

Essa proposta de que o delegado e os membros do Ministério Público possam requerer o endereço de IP de usuários sem ordem judicial prévia, **transforma o delegado e os membros do Ministério Público em juizes**. Serão eles, e não os magistrados, que irão decidir que houve “indício de prática de crime por intermédio de conexão ou uso de internet”. Em outras palavras, essas autoridades passam a ter a função de julgadores, decidindo elas mesmas questões que somente um juiz poderia decidir para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Trata-se de medida claramente atentatória ao próprio Estado Democrático de Direito. É justamente a distinção entre juizes de um lado, e delegados e membros do Ministério Público de outro, que assegura o Estado Democrático de Direito. Quando delegados e membros do Ministério

Público se confundem com juízes, caem por terra as garantias constitucionais mais basilares. O investigador vira juiz, subvertendo a ordem tal como em países pré-modernos ou em países autoritários.

No caso em questão, o delegado e o membro do MP passariam a ter a competência para decidir diretamente a respeito da “ilicitude” ou de “elementos de ilicitude” que autorizariam a obtenção imediata do endereço de IP de qualquer usuário da internet, sem a análise prévia do juiz.

Tal disposição é uma afronta ao devido processo legal e ao princípio do juiz natural. É garantia do Estado moderno de direitos que os julgamentos sejam feitos por juízo competente, atribuído de forma objetiva e imparcial. Não pode um delegado ou membro do Ministério Público se “auto-apontar” como capaz de decidir sobre uma determinada investigação criminal ou instrução processual penal, decidindo por si só, sem um juiz, a respeito da obtenção dos dados investigatórios.

Se o PLS 730/2015 for aprovado, passará a vigorar no Brasil um regime em que todos são presumidamente “culpados” na internet brasileira e poderão ser constantemente vigiados pelas autoridades de investigação, sem escrutínio judicial prévio. Em outras palavras, todos estarão à mercê dos investigadores, capazes de revelar a identidade de qualquer usuário da rede, até mesmo aqueles que a utilizam apenas para “consumir” informações, sem nela nada postar.

Uma tal mudança legal levaria, em outras palavras, ao fim do princípio do sigilo das comunicações definido na Constituição Federal, dado que a autoria de uma comunicação deve ser considerada como parte integrante daquela comunicação.

Além disso, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) posicionou-se integralmente contrário aos dispositivos do PLS 730/2015. Em sua nota técnica a respeito da questão, o CGI menciona que:

...forçar o entendimento de que o endereço Internet IP seja considerado como dado cadastral para identificação pessoal, mesmo sabendo-se – tal como expressa toda a comunidade técnica global da Internet – que o número IP não é um número fixo que possa ser utilizado para identificação de um usuário (como sucede com números permanentes de registro de um cidadão), posto tratar apenas de um número de localização de uma máquina, na maior parte das vezes dinamicamente atribuído a cada nova conexão

Em outras palavras, além de um atentado a direitos fundamentais, essa praxe servirá para imputar muitas vezes delitos a pessoas que não os cometeram.

Além disso, tal proposta viola diretamente a recomendação do **Relatório Especial da ONU para Liberdade de Expressão** que defende que qualquer determinação dessa natureza deve ser feita por uma autoridade judiciária competente¹.

Além disso, países democráticos como Estados Unidos exigem, naturalmente, a autorização prévia do juiz natural para obtenção do número de IP de um usuário, requerendo a emissão de um “*subpoena*” ou de um “*warrant*” conforme o caso. Tratam-se de medidas exclusivamente judiciais, submetidas ao escrutínio direto de um magistrado. Em outras palavras, sempre emitidos por meio do poder judiciário e não por meio da autoridade de investigação ou de instrução processual penal.

A questão transcende o Brasil. Um dos temas mais importantes do mundo contemporâneo é justamente os limites do uso da tecnologia para fins de vigilância. Nossos celulares e computadores não são meros produtos de consumo. São as mais poderosas ferramentas de vigilância e escuta já criadas. Sem que a lei respeite um balanço adequado entre privacidade e investigação criminal, estaremos sujeitos a um estado de vigilância.

Essa é uma das maiores ameaças ao progresso humano. Há uma direta conexão entre o tema da ausência de privacidade e da vigilância com a liberdade de expressão. No artigo “*Surveillance and the Creative Mind*” (A Vigilância e a Mente Criativa), o especialista em política externa Tim Ridout diz que “*na história, aqueles que questionam o saber tradicional ou as estruturas existentes de poder invocam o desejo de vingança do status quo, como Galileu, Martin Luther King, ou Ai Wei Wei*”. Em outras palavras, se o cidadão perde as garantias de que pode se comunicar livremente e sem intervenção ou vigilância na internet, ele ficará cerceado em sua liberdade de se expressar.

Isso tem o potencial de gerar um efeito nefasto. Os criminosos que almejam praticar ilícitos todos irão recorrer a medidas técnicas de ocultação dos seus endereços IPs na internet. Investirão recursos, software e dispositivos técnicos para que as autoridades não os possam identificar. Já os cidadãos regulares, que são a maioria esmagadora dos brasileiros, estarão à mercê de abusos e da vigilância por parte de autoridades públicas, que a seu único e exclusivo critério (sem ordem judicial) poderão revelar quem está do outro lado da rede.

Nesse contexto em que a tecnologia se torna onipresente, a principal forma de proteção contra a vigilância não pode ser o recurso à própria tecnologia, mas sim à lei, que deve ser sempre equilibrada de forma a proteger a maioria das pessoas e punir os criminosos. A proposta que se coloca agora faz o contrário: devassa a maioria das pessoas, enquanto faz com que criminosos se escondam atrás de medidas técnicas que a presente lei será incapaz de remediar.

Em suma, trata-se de disposição que viola diretamente um grande número de princípios fundamentais, na prática invalidando o sigilo das comunicações, o direito à preservação de intimidade e da vida privada e a privacidade de modo geral.

Abaixo tecemos outras considerações contextuais, que poderão ajudar a entender o contexto atual da legislação brasileira no que diz respeito ao combate aos chamados “cibercrimes”.

2) O Combate ao Cibercrime no Brasil: A Lei Brasileira Já Foi Modificada para Cobrir a Questão

¹ Relatório do Relator Especial da ONU para Liberdade de Expressão, Frank La Rue, 16 de maio de 2011, par. 70 “Any determination on what content should be blocked must be undertaken by a competent judicial authority” Disponível em:

http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf

A busca pelo combate aos atos criminosos praticados por meio da internet é objetivo legítimo e de grande importância. No entanto, nos últimos anos, com o advento da internet e da tecnologia digital, **a legislação brasileira já passou por uma intensa reforma voltada especificamente ao combate aos cibercrimes**. Nesse sentido, foi aprovada a Lei 10.695 de 2003, resultado de intensos trabalhos realizados pela **CPI da Pirataria**. Essa lei alterou dispositivos essenciais do Código Penal brasileiro com relação à punição de crimes relativos à propriedade intelectual e, notadamente, os direitos autorais. Com isso, o Código Penal foi atualizado para lidar com novos delitos contra os direitos autorais no ambiente digital, tendo havido ainda o aumento de penas e a criação de situações agravantes, relacionadas às novas tecnologias.

Já em 2008, houve a aprovação da Lei 11.829 de 2008, que foi resultado por sua vez dos intensos trabalhos promovidos pela **CPI da Pedofilia** e alterou o Estatuto da Criança e Adolescente, criando especificamente todo um aparato jurídico para o combate a essa nefasta prática, que contou, dentre outras medidas, com a criminalização da aquisição e posse de material de pornografia infantil e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet.

A esse respeito, o presidente da Safernet (entidade que mais tem lutado pelo combate à pedofilia no Brasil), o advogado Thiago Tavares, declarou ao jornal Folha de São Paulo em 2 de abril de 2016, ao ser perguntado a respeito da necessidade de eventuais mudanças legislativas, afirmou não ser mais necessária qualquer modificação legislativa no Brasil para o combate da pedofilia na internet, afirmando ser “contra o resultado apresentado pelos deputados”. Em suas palavras, publicadas pelo jornal: “a Lei 11.829, resultante da CPI da Pedofilia, de 2008, já tipificou como crime qualquer publicação de conteúdos pornográficos impróprios contra crianças”.

Já em 2012, depois de um debate a respeito da chamada “Lei Azeredo” que durou mais de 5 (cinco) anos, foi proposta e aprovada a Lei 12.737 de 2012, popularmente conhecida como **Lei Carolina Dieckmann**. Essa lei dispôs sobre a tipificação criminal dos chamados “delitos informáticos”, criando modalidades criminais próprias para os crimes na internet. Desde já adiantamos que, na visão do ITS, essa lei foi muito feliz em alcançar o devido equilíbrio entre o combate aos crimes digitais, ao mesmo tempo em que conseguiu reduzir eventuais efeitos colaterais relativos às condutas tipificadas, devendo ser preservada sua redação.

Por fim, esse amplo conjunto de modificações legislativas direcionadas ao combate dos cibercrimes foi ainda mais avançado em 2014, com a aprovação do **Marco Civil da Internet**. Como se sabe, trata-se de lei amplamente celebrada, tanto no Brasil quanto no plano internacional, por sua formulação precisa de direitos e deveres na internet, **prevendo, dentre várias questões, uma ferramenta poderosíssima para o combate dos delitos virtuais, qual seja: a obrigação da guarda de logs de conexão e logs de acesso de todos os usuários da internet brasileiros, pelo prazo de 1 (um) ano e 6 (seis) meses respectivamente**. Trata-se de medida que confere às autoridades de investigação civil e criminal um mecanismo sem precedentes no que diz respeito à investigação e instrução processual penal. Por meio desses logs, é possível investigar crimes e delitos cometidos no passado, sendo possível analisar complexas relações entre usuários e redes criminosas. Esses “metadados”, que o Marco Civil obriga a guardar, são inegavelmente a ferramenta de investigação mais forte (para não dizer invasiva) já criada no âmbito do direito brasileiro. Não discutiremos neste relatório todas as implicações jurídicas da adoção desse modelo pelo Brasil, mas vale dizer que na Europa, esse modelo de guarda e retenção de dados dos usuários foi julgado como inconstitucional pela Corte de Justiça Europeia e por vários países da União Europeia, por sua invasividade e ameaça à privacidade e outros direitos fundamentais. No momento ainda diversos países da União Europeia estão revisando as suas legislações nacionais sobre guarda de dados de forma a aperfeiçoar o combate à ilícitos e ao mesmo tempo respeitar a privacidade e a proteção

de dados pessoais . Justamente por isso não parece adequado que se alterem as regras já estabelecidas no Brasil sobre esse tópico através de projetos de lei de vertente criminal. Tudo isso, apesar daquele continente enfrentar a grave e abominável ameaça do terrorismo.

Em todo caso, ressalta-se uma vez mais que esse modelo invasivo, e amplamente poderoso, encontra-se em vigor hoje no Brasil e à disposição das autoridades de investigação e de instrução processual penal ou mesmo civil. Além dessas poderosas ferramentas, o Marco Civil criou também várias outras medidas para o combate aos delitos virtuais, dentre elas a responsabilização subsidiária de provedores de aplicação de internet, obrigando-os a retirar materiais contendo cenas de nudez ou atos sexuais indevidos (“pornografia de vingança”) após recebimento de notificação da vítima.

Com isso, gostaríamos de salientar uma vez mais que a lei brasileira já passou por intensa reforma nos últimos anos no intuito de se combater os cibercrimes. Juntamos a essa observação o fato de que o combate aos delitos, cometidos tanto na internet como fora dela, deve sempre observar as garantias constitucionais e os direitos fundamentais, tais como a presunção de inocência, o devido processo legal, o princípio do juiz natural, o direito à privacidade e ao sigilo das comunicações, a liberdade de expressão, dentre vários outros.

Entendemos que a proposta do PLS 730 é não apenas desnecessária, haja vista a ampla modificação da legislação brasileira dos últimos anos, como desproporcional. Além disso, entendemos que a proposta fere as garantias constitucionais listadas no parágrafo anterior.

3) O Acesso Livre à Internet é Essencial para o Exercício da Cidadania

O acesso à internet, por conta da sua importância para a vida contemporânea, foi apontado como um direito fundamental pela Organização das Nações Unidas (ONU), na medida em que se torna requisito para a realização de outros direitos essenciais (dentre eles, a liberdade de expressão). Nas palavras do Relatório Especial da ONU sobre a Liberdade de Expressão, publicado em 2011: *"Ao contrário de qualquer outro meio, a Internet permite que os indivíduos busquem, recebam e difundam informações e ideias de todos os tipos de forma instantânea e barata para além das fronteiras nacionais"*. A internet é hoje o meio privilegiado para o exercício de outros direitos humanos e da cidadania, além de estimular o desenvolvimento econômico, social e político, e contribuir para o progresso humano. Além disso, a internet livre conecta-se diretamente com a democracia e com o Estado Democrático de Direito. O respeito a uma rede livre de influência e interferências externas passou a se configurar como um importante indicador para se avaliar o grau de respeito à democracia e ao império da lei em diversos países. Esse entendimento foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por força do Artigo 7º do Marco Civil da Internet, que determina que *"o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania"*.

Assim, qualquer mudança legislativa que impacte a internet – infraestrutura essencial para todos os países contemporâneos - deve ser amplamente debatida com a sociedade. Qualquer interferência na rede deve demonstrar que os benefícios desta são maiores que seus efeitos colaterais. Essas interferências devem ser feitas baseadas em dados empíricos e sempre se ouvindo os vários setores da sociedade: setor público, setor privado, comunidade técnica e acadêmica, terceiro setor e assim por diante.

Além disso, o caráter essencial da internet deve afastar de pronto qualquer possibilidade de intervenção ou bloqueio em sua infraestrutura técnica. Não se admite bloquear diretamente na camada da infraestrutura da rede qualquer tipo de conteúdo. Nesse sentido, a título ilustrativo, considerando-se que a internet é serviço tão essencial quanto eletricidade, fornecimento de água

ou os correios, não se admite qualquer interferência no funcionamento desses serviços. Da mesma forma como não se “desliga a eletricidade” de uma determinada casa porque ali habita um criminoso, ou se suspende o fornecimento daquele domicílio, ou ainda, a entrega de cartas (fazer isto atentaria contra o princípio da dignidade da pessoa humana), não se “desliga” partes da internet. Tal desligamento seria, igualmente, atentar contra a essencialidade da rede para a vida humana contemporânea.

4) O PLS 730/2015 pode gerar um impacto negativo global para a rede brasileira

A internet, além de ser considerada essencial ao exercício da cidadania, passou a ser também de suma importância para o desenvolvimento econômico dos países. A esse respeito, há um dado positivo com relação ao Brasil que deve ser considerado. Nosso país é apontado como um dos países mais empreendedores do mundo e a internet desempenha um papel fundamental nisso. As “startups” (empresas de tecnologia que ambicionam crescer vigorosamente) brasileiras estão gerando empregos e inovação, com dados amplamente positivos, colhidos pela Associação Brasileira de Startups. A esse respeito, o setor já movimenta hoje alguns bilhões de reais, e vem se expandindo ao longo dos últimos dois anos, apesar da crise.

As startups atuam cada vez em segmentos como mídias sociais, e-commerce, pagamentos eletrônicos, mídia, conteúdo, de games, software e hardware, mensagens eletrônicas, fintech (finanças) entre vários outros. A internet é, portanto, um elemento central para o desenvolvimento futuro do país.

A partir daí, ressaltamos que **não se regula a internet “em tiras”**.

Uma regulamentação sobre a rede, como essa que propõe o PLS 730/2015, **tem impacto sobre todo o ecossistema da internet**. Em outras palavras, ao propor um conjunto de medidas que responsabiliza provedores, intermediários, que interfere no funcionamento da infraestrutura da rede, isso pode aumentar significativamente os custos de *compliance* das empresas de internet. Com isso nossa sugestão é que qualquer regulação nesse sentido seja antecedida de estudos e debates aprofundados, no sentido de se determinar seu impacto para a rede como todo, o que não ocorreu com o projeto de lei em tela. Em outras palavras, a proposta do PLS 730 pode impactar negativamente, para além de todas as questões de direitos fundamentais aqui apontadas, a competitividade do empresário brasileiro na rede. Isso leva à necessidade de se realizar um estudo mais aprofundado de impacto antes que se cogite transformar o projeto em questão em lei.

5) A Necessidade de se manter a legislação do país equilibrada em consideração aos objetivos legítimos de proteção aos direitos fundamentais e a instrução processual penal

Vale lembrar que o Marco Civil da Internet, justamente pelo ensejo de se alcançar o equilíbrio e proporcionalidade entre direitos e deveres, tornou-se um modelo celebrado internacionalmente. O Marco Civil serviu e serve de inspiração para outros países na adoção de instrumentos jurídicos semelhantes dedicados à matéria, como foi o caso recente da Itália. No plano internacional, o Marco Civil representa um dos poucos campos em que o país é ainda reconhecido positivamente nesses tempos conturbados. Abdicar dessa posição de liderança global no campo da regulação da internet afeta negativamente a inserção do país no âmbito da política externa.

Vale ainda notar que a tendência mais moderna do Direito Penal Brasileiro vem buscando a implementação de novos mecanismos de política criminal, que possam ir além da criminalização e do aumento de penas. Nesse sentido, nosso entendimento é que o combate aos cibercrimes, para

ser efetivo, precisa ser multissetorial. Isto é, precisa contar com o envolvimento do setor público, do setor privado, da comunidade técnica e acadêmica, do terceiro setor e assim por diante. O direito penal não é o instrumento adequado para a promoção a cooperação entre esses diversos setores. Ao contrário, a mera e simples criminalização pode gerar antagonismos entre esses setores e desincentivos para que haja uma cooperação efetiva.

Se forem aprovados os projetos de lei propostos pelo relatório - bem como aqueles outros já em tramitação e por ele apoiados - haverá um desequilíbrio no ordenamento jurídico brasileiro, configurado pela **sobrerregulação** da internet. Essa sobrerregulação, além de todo o impacto negativo para o campo dos direitos mencionados acima, desestimula a inovação e o empreendedorismo brasileiro.

6) Recomendações e Parecer do Conselho de Comunicação Social

Em face dos elementos apresentados acima, o Conselho de Comunicação Social recomenda a rejeição na íntegra do PLS 730/2015, capaz de produzir consequências teratológicas para a liberdade de expressão, o direito à privacidade e outros direitos fundamentais no ordenamento brasileiro.

Esse é nosso parecer.

Atenciosamente,

José Catarino Nascimento Silva

José Francisco de Araújo Lima

Ronaldo Lemos (Relator da presente comissão)

Sydney Sanches

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

RELATÓRIO

Brasília, 06 de junho de 2016.

Conselheiro: Nascimento Silva

Prezados Integrantes do Conselho de Comunicação Social,

Informações obtidas, da conta de que o mercado cresceu 1,5% em 2014 ano de copa do mundo e eleições que impulsionaram as receitas de players, o bolo publicitário alcançou R\$ 46 bilhões o Projeto Inter-Meios apresentou novidades junto aos dados completos de investimento em mídia de 2014. Antes o relatório informava os valores brutos por setor, segundo o reportado à auditoria da PricewaterhouseCoopers, e só extrapolava o valor total.

Dados atuais de 2015/2016 quero crer que só mais pro fim do ano. Ainda segundo informações agora o levantamento passa a trabalhar com o extrapolado de cada um dos meios (televisão, jornal, internet, cinema etc.). Segundo esse novo método, o mercado fechou o ano de 2014 com R\$ 39,97 bilhões. Para efeito de comparação, o Inter-Meios recalculou todo o ano de 2013, quando o investimento nos meios foi de R\$ 39,38 bilhões. Deste modo, o mercado brasileiro de mídia cresceu 1,5% na comparação do ano de 2014 com o anterior.

Lembrando que a nova metodologia uma reivindicação a pedido do mercado, uma solicitação das entidades e associações do setor que buscavam rever a representatividade de cada meio no projeto.

O Inter-Meios passou a divulgar números mensais na mesma formatação. Para calcular a extrapolação, pediu-se a entidades de diversos setores e associações que estimassem o quanto equivaleria o valor declarado pelas empresas que reportam seu faturamento ao Inter-Meios em relação ao total de cada meio no mercado.

A televisão aberta, por exemplo, tem 99% de todo seu investimento bruto representado nos relatórios auditados do Inter-Meios. Setores com publicidade muito diluída entre uma vasta pluralidade de players por todo território nacional — como jornal (63%), rádio (50%) e mídia exterior (60%) — tem representatividade menor. Em se tratando de internet, é importante ressaltar que, desde julho de 2014, seis grandes portais interromperam o repasse mensal de informações de suas receitas publicitárias à PwC. São eles: Globo.com, iG, MSN, Terra, UOL e Yahoo. Essas empresas resolveram seguir o que já vinham fazendo players como Google, Facebook e Twitter, cujas polices internacionais são restritivas quanto à divulgação de investimentos. Dessa forma, a representatividade da internet nos números auditados é de 35%.

Tá registrado que os maiores puxadores do pequeno crescimento do mercado em 2014 foram TV por assinatura e mídia exterior. Enquanto as programadoras de televisão paga conquistaram R\$ 2,13 bilhões no ano de 2014 (aumento de 28% na comparação com 2013), as empresas de out-of-home chegaram a R\$ 2,24 bilhões (mais 21,1%). Sublinha-se que são valores já extrapolados. TV aberta, impulsionada por Copa do Mundo, também teve bom crescimento (8,1%), seguida por

cinema (5,2%) e rádio (1,8%). Tiveram queda jornal (-11,6%), revista (-17%), internet (-25,7%, em decorrência da saída do projeto de seis portais em 2014) e guias e listas (-32,9%).

Em termos de participação, a TV aberta segue como maior destino de verbas publicitárias brasileiras. O meio tem 58,5% do bolo, seguido por jornal (11,4%), internet (7,6%), rádio (6,7%), mídia exterior (que subiu uma posição, com 5,6%), TV por assinatura (que também subiu, com 5,3%), revista (que caiu uma colocação e agora tem 4,1% do total), guias e listas (0,4%) e cinema (0,3%). Na comparação com outros mercados, os investimentos brasileiros em mídia somaram US\$ 19,77 bilhões em 2014, colocando o País na sexta posição do ranking global publicitário.

Ao levantarmos mais informações, nos deparamos com uma pesquisa publicada anualmente pelo Grupo de Mídia de São Paulo que tem seus dados consolidados pela consultoria Price Waterhouse. As informações sobre o faturamento dos diversos meios são fornecidas por empresas participantes do chamado Projeto Inter-Meios, este projeto inclui diversos tipos de mídias e tem como objetivo fornecer informações sobre o chamado (bolo publicitário). Tais dados são considerados como referência no mercado publicitário e, por consequência, são largamente utilizados nas decisões mercadológicas das agências de propaganda e das empresas, de modo geral. Só pra se ter uma ideia o faturamento bruto, por meio, com publicidade, do ano de 2012,2013 alcançou a cifra de R\$ 30,2 bilhões. As informações detalhadas estão disponíveis gratuitamente no site do Grupo de Mídia. Não podemos esquecer que as informações disponibilizadas no Mídia Dados não representam a receita contábil do setor, no sentido estrito da palavra "receita". Para ilustrar esta dificuldade, os dados de internet, por exemplo, são apenas de publicidade, sem contemplar as assinaturas.

A partir dos dados publicados pelo Grupo de Mídia, é possível obter interessantes informações sobre a prestação de serviços televisivos, com um grau de aproximação bastante próximo do real da receita total. Os dados foram coletados com informações de dez emissoras, entre as quais estão incluídas as principais redes. Deste modo, é possível concluir, estatisticamente, que a receita total do setor está situada pouco acima dos R\$ 19,5 bilhões, pois tais empresas representam um percentual muito elevado dos investimentos realizados em propaganda nos serviços de radiodifusão de som e imagens (TV).

Para o setor de rádio, o valor dos dados do faturamento bruto pesquisado pelo Grupo de Mídia no ano de 2012 é de R\$ 1,184 milhão. Entretanto, estas informações devem ser analisadas com muita calma, tendo em vista que a pesquisa é realizada, em média com 150 rádios (o número varia todos os meses), sendo que existem 4.645[2] rádios comerciais no Brasil. Pela importância das rádios que fornecem as informações, estima-se que estas receitas representam pouco menos de um terço do bolo publicitário brasileiro. Tal informação é sustentada por uma publicação da Abap/IBGE, na qual se estima que as receitas totais anuais do setor de rádio do ano de 2008 eram de R\$ 2.453.623 bilhões. Estas receitas foram atualizadas pela Abert para o ano de 2012, totalizando o montante de R\$ 3,270.

Os problemas percebidos por nós, quanto à inexatidão, à falta e à acuracidade dos números, mostra uma comparação entre todos os setores de mídia e as empresas de serviços de telecomunicações, demonstrando que estas últimas são verdadeiras gigantes quando comparadas com as empresas do setor de radiodifusão. Segundo informações pelo SindiTelebrasil, o faturamento das empresas de telefonia móvel no ano de 2012 alcançou a estratosférica cifra de R\$ 89 bilhões e a indústria de telecomunicações, como um todo, alcançou receitas de 214,7 bilhões em 2012. As informações são meramente ilustrativas e não têm o objetivo de comparar as receitas das empresas instaladas em segmentos diferentes. Estas informações e comparações têm apenas a finalidade de fixar uma referência com fins meramente didáticos.

Quanto ao investimento publicitário por setor econômico, quer no rádio ou na televisão, a curva ABC mais uma vez se manifesta com perversidade, pois os cinco maiores anunciantes concentram mais de 50% dos investimentos. O setor de varejo, representado por grandes lojas de eletrodomésticos, é o maior investidor em publicidade no Brasil, tanto no rádio como na televisão. Vale destacar também a participação do mercado financeiro e de seguros (bancos), que figura com destaque também nos dois segmentos da indústria de radiodifusão. Essas informações foram encontradas no Mídia Dados 2008. Apenas um anunciante brasileiro ultrapassa a casa dos R\$ 3 bilhões investidos em publicidade: As Casas Bahia. O quadro 6.9 demonstra os cinco maiores anunciantes privados brasileiros, segundo informações do InterMeios 2012. Esse é nosso parecer.

Atenciosamente,

José Catarino Nascimento Silva



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (8ª Reunião)

CN - 54

06/06/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não havendo, agradeço a presença de todos e convoco a próxima reunião para dia e horário regimentais.

Muito obrigado especialmente aos servidores do Senado, que, de novo, nos atenderam bem.

Boa tarde.

(Iniciada às 14 horas e 02 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 06 minutos, reaberta às 16 horas e 22 minutos e encerrada às 17 horas e 21 minutos.)



**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Ofício nº 190 /2016-CCS

Brasília, 04 de julho de 2016

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Renan Calheiros**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: **encaminha o Parecer nº 2, de 2016-CCS.**

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 34 do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, o Parecer nº 2, de 2016-CCS, que “Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet”.

Respeitosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Miguel Angelo Cançado', with a long horizontal flourish extending to the right.

Miguel Ângelo Cançado
Presidente do Conselho de Comunicação Social
do Congresso Nacional

Parecer CCS Nº 2, DE 2016
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

RELATÓRIO SOBRE O PROJETO DE LEI DO SENADO 730/2015 TRATANDO DE PRIVACIDADE E REQUISICAO DE ENDEREÇOS DE IP NA INTERNET SEM A NECESSIDADE DE ORDEM JUDICIAL

Brasília, 06 de junho de 2016.

Conselheiro: Ronaldo Lemos (relator da presente comissão de relatoria)

Prezados Integrantes do Conselho de Comunicação Social,

Trata-se de Relatório a respeito do Projeto de Lei do Senado 730 de 2015 (PLS 730/215) de autoria do Senador Otto Alencar (PSD-BA), com relatório apresentado pelo Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

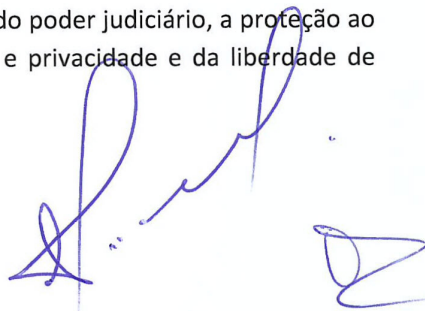
O projeto foi aprovado em Comissão em caráter terminativo no Senado, tendo sua tramitação concluída nessa Casa Legislativa. Em 26 de abril de 2016 o projeto foi remetido à Câmara dos Deputados, onde segue sua tramitação.

O plenário do Conselho de Comunicação Social decidiu por unanimidade analisar com urgência o PLS 730/2015, dada sua gravidade para a questão da privacidade e, por consequência, para a liberdade de expressão no país. Nesse sentido, o Conselho de Comunicação Social manifestou sua preocupação com os trabalhos da chamada “CPI dos Crimes Cibernéticos”, cujo relatório final foi também aprovado e recomendou, por sua vez, a aprovação do PLS 730/2015.

Note-se que o PLS 730/2015 modifica aspecto crucial do Marco Civil da Internet (Lei 12.895/2015), legislação cuja formulação e aprovação levou mais de 7 (sete) anos para ser realizada e contou com a participação intensa de todos os setores da sociedade brasileira, notadamente, o setor privado, a comunidade técnica e científica, a academia e o terceiro setor.

Nesse sentido, **o PLS 730/2015 propõe revogar um dos pilares do Marco Civil da Internet, qual seja, a necessidade de ordem judicial prévia para obtenção de dados dos usuários.** No caso, notadamente, o dado do chamado “endereço IP” do usuário, que permite a identificação do terminal onde partiu a comunicação e, por consequência, muitas vezes do usuário em si, seu endereço de residência, filiação e outros dados cadastrais.

Segue abaixo a análise do referido projeto de lei, de modo que **desde já se adianta que este relatório conclui por recomendar sua não aprovação**, dadas as consequências negativas de grandes repercussões que o mesmo ocasionará, desrespeitando-se direitos fundamentais constitucionais como o devido processo legal, a inafastabilidade do poder judiciário, a proteção ao sigilo das comunicações de dados, da vida privada, intimidade e privacidade e da liberdade de expressão.



Passa-se, assim, à análise do referido projeto, cujo texto apresenta-se abaixo na íntegra:

“SENADO FEDERAL PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 730, DE 2015

Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei trata sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet.

Parágrafo único. Para os fins da presente Lei, consideram-se crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet aquelas condutas previstas em normas incriminadoras em que o meio de execução ou de consumação seja realizado por meios eletrônicos de conexão à internet, independentemente da tecnologia utilizada.

*Art. 2º Caso haja indício de prática de crime por intermédio de conexão ou uso de internet, o delegado de polícia ou o membro do Ministério Público, para fins de identificação do responsável pela prática criminosa, **poderão requisitar a qualquer provedor de conexão e de aplicações de internet ou administrador de sistema autônomo as informações cadastrais relativas a específico endereço de protocolo de internet.** (grifo nosso)*

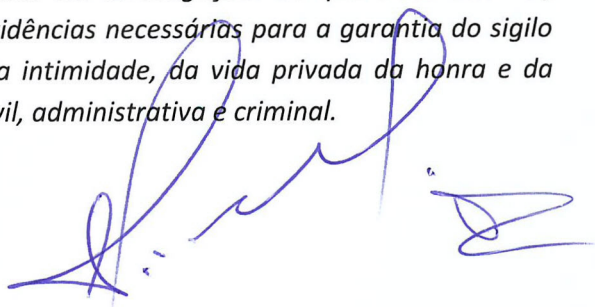
*§ 1º **As informações cadastrais passíveis de requisição por meio do procedimento previsto no caput serão somente aquelas relativas à qualificação pessoal, filiação e endereço do suspeito da prática de crime por intermédio de conexão ou uso de internet.***

§ 2º Para as demais informações cadastrais não constantes do § 1º, deverá ser apresentada representação pelo delegado de polícia ou requerimento pelo membro do Ministério Público ao juiz criminal competente, que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º Não será permitida a requisição de que trata o caput quando a prova puder ser obtida por outros meios disponíveis.

§ 4º Em qualquer hipótese, deve ser descrita com clareza a situação objeto da investigação, salvo impossibilidade manifesta devidamente justificada.

Art. 3º É vedado o fornecimento de quaisquer informações, direta ou indiretamente, a terceiros ou a órgão de comunicação social, que tenham relação com as informações cadastrais ou registros de conexão e de acesso a aplicações de internet obtidas em investigações de que trata esta Lei, devendo as autoridades requisitantes tomar as providências necessárias para a garantia do sigilo das informações recebidas e para a preservação da intimidade, da vida privada da honra e da imagem do usuário, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal.



Art. 4º Os relatórios de diligências produzidos a partir das informações cadastrais fornecidas para as investigações serão processados e lacrados em autos apartados do inquérito policial ou do procedimento investigatório, juntamente com o pedido de requisição original e todos os documentos decorrentes da investigação, sendo permitido o acesso às diligências documentadas pelo advogado do investigado mediante requerimento formulado à autoridade responsável pela investigação.

Art. 5º A qualquer momento, de ofício ou mediante solicitação do investigado, o juiz poderá motivadamente requisitar ao delegado de polícia ou ao membro do Ministério Público a remessa dos documentos que tenham relação com as investigações de que trata esta Lei.

Art. 6º Os provedores de conexão e de aplicações de internet, que exerçam atividades que possam ser objeto de práticas criminosas, deverão manter departamentos técnicos em funcionamento integral para atendimento a determinações judiciais ou a requisições de que trata esta Lei.

Parágrafo único. As entidades de que trata o caput deverão se adaptar ao disposto no presente artigo no prazo de 12 (doze) meses.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

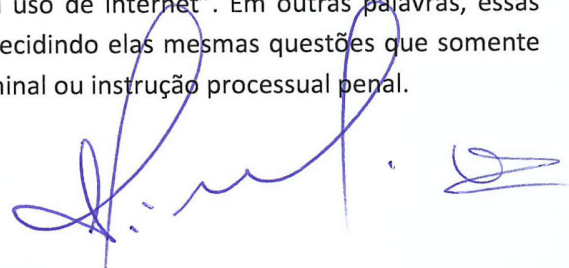
1) O PLS 730/2015 viola direitos fundamentais e transforma o delegado e o membro do Ministério Público em “juízes”

O Brasil tem hoje mais de 100 milhões de usuários da internet. Pela proposta do Projeto de Lei do Senado 730/2015, qualquer um deles poderá ter seu número de IP revelado sem a necessidade de ordem judicial. Junto com o endereço de IP, serão reveladas também sem ordem judicial o nome da pessoa por trás daquele endereço de IP, o nome dos seus pais e seu endereço físico de residência. Tudo isso, diga-se uma vez mais, sem a necessidade de ordem judicial. Bastará a mera requisição do delegado de polícia ou do membro do Ministério Público e os provedores de todas as naturezas serão obrigados a entregar o nome dos seus usuários.

Note-se que o número de IP do usuário fica registrado não só quando ele faz uma manifestação ou comunicação online, mas também sempre que o usuário simplesmente acessa qualquer site ou serviço. Em outras palavras, basta acessar um site, baixar um aplicativo, assistir a um vídeo, ouvir a uma música por meio da internet para ter seu número IP registrado e preservado na rede. Está então o usuário à mercê da revelação de sua identidade por mera requisição de um dos milhares de delegados de polícia ou membros do Ministério Público no país.

O PLS 730 obriga, assim, os provedores de internet a revelarem sem prévia autorização judicial o IP de quem está por trás de cada conexão na internet.

Essa proposta de que o delegado e os membros do Ministério Público possam requerer o endereço de IP de usuários sem ordem judicial prévia, **transforma o delegado e os membros do Ministério Público em juízes**. Serão eles, e não os magistrados, que irão decidir que houve “indício de prática de crime por intermédio de conexão ou uso de internet”. Em outras palavras, essas autoridades passam a ter a função de julgadores, decidindo elas mesmas questões que somente um juiz poderia decidir para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.



Trata-se de medida claramente atentatória ao próprio Estado Democrático de Direito. É justamente a distinção entre juízes de um lado, e delegados e membros do Ministério Público de outro, que assegura o Estado Democrático de Direito. Quando delegados e membros do Ministério Público se confundem com juízes, caem por terra as garantias constitucionais mais basilares. O investigador vira juiz, subvertendo a ordem tal como em países pré-modernos ou em países autoritários.

No caso em questão, o delegado e o membro do MP passariam a ter a competência para decidir diretamente a respeito da “ilicitude” ou de “elementos de ilicitude” que autorizariam a obtenção imediata do endereço de IP de qualquer usuário da internet, sem a análise prévia do juiz.

Tal disposição é uma afronta ao devido processo legal e ao princípio do juiz natural. É garantia do Estado moderno de direitos que os julgamentos sejam feitos por juízo competente, atribuído de forma objetiva e imparcial. Não pode um delegado ou membro do Ministério Público se “auto-apontar” como capaz de decidir sobre uma determinada investigação criminal ou instrução processual penal, decidindo por si só, sem um juiz, a respeito da obtenção dos dados investigatórios.

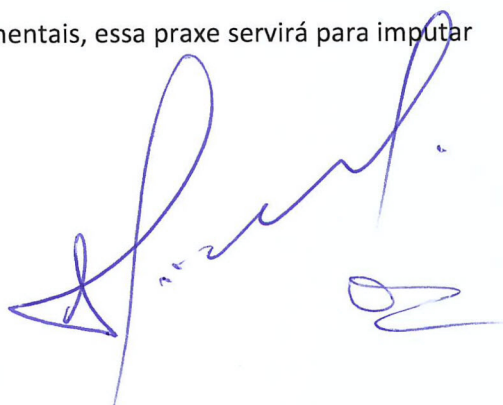
Se o PLS 730/2015 for aprovado, passará a vigorar no Brasil um regime em que todos são presumidamente “culpados” na internet brasileira e poderão ser constantemente vigiados pelas autoridades de investigação, sem escrutínio judicial prévio. Em outras palavras, todos estarão à mercê dos investigadores, capazes de revelar a identidade de qualquer usuário da rede, até mesmo aqueles que a utilizam apenas para “consumir” informações, sem nela nada postar.

Uma tal mudança legal levaria, em outras palavras, ao fim do princípio do sigilo das comunicações definido na Constituição Federal, dado que a autoria de uma comunicação deve ser considerada como parte integrante daquela comunicação.

Além disso, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) posicionou-se integralmente contrário aos dispositivos do PLS 730/2015. Em sua nota técnica a respeito da questão, o CGI menciona que:

...forçar o entendimento de que o endereço Internet IP seja considerado como dado cadastral para identificação pessoal, mesmo sabendo-se – tal como expressa toda a comunidade técnica global da Internet – que o número IP não é um número fixo que possa ser utilizado para identificação de um usuário (como sucede com números permanentes de registro de um cidadão), posto tratar apenas de um número de localização de uma máquina, na maior parte das vezes dinamicamente atribuído a cada nova conexão

Em outras palavras, além de um atentado a direitos fundamentais, essa praxe servirá para imputar muitas vezes delitos a pessoas que não os cometeram.



Além disso, tal proposta viola diretamente a recomendação do **Relatório Especial da ONU para Liberdade de Expressão** que defende que qualquer determinação dessa natureza deve ser feita por uma autoridade judiciária competente¹.

Além disso, países democráticos como Estados Unidos exigem, naturalmente, a autorização prévia do juiz natural para obtenção do número de IP de um usuário, requerendo a emissão de um “*subpoena*” ou de um “*warrant*” conforme o caso. Tratam-se de medidas exclusivamente judiciais, submetidas ao escrutínio direto de um magistrado. Em outras palavras, sempre emitidos por meio do poder judiciário e não por meio da autoridade de investigação ou de instrução processual penal.

A questão transcende o Brasil. Um dos temas mais importantes do mundo contemporâneo é justamente os limites do uso da tecnologia para fins de vigilância. Nossos celulares e computadores não são meros produtos de consumo. São as mais poderosas ferramentas de vigilância e escuta já criadas. Sem que a lei respeite um balanço adequado entre privacidade e investigação criminal, estaremos sujeitos a um estado de vigilância.

Essa é uma das maiores ameaças ao progresso humano. Há uma direta conexão entre o tema da ausência de privacidade e da vigilância com a liberdade de expressão. No artigo “*Surveillance and the Creative Mind*” (A Vigilância e a Mente Criativa), o especialista em política externa Tim Ridout diz que “*na história, aqueles que questionam o saber tradicional ou as estruturas existentes de poder invocam o desejo de vingança do status quo, como Galileu, Martin Luther King, ou Ai Wei Wei*”. Em outras palavras, se o cidadão perde as garantias de que pode se comunicar livremente e sem intervenção ou vigilância na internet, ele ficará cerceado em sua liberdade de se expressar.

Isso tem o potencial de gerar um efeito nefasto. Os criminosos que almejam praticar ilícitos todos irão recorrer a medidas técnicas de ocultação dos seus endereços IPs na internet. Investirão recursos, software e dispositivos técnicos para que as autoridades não os possam identificar. Já os cidadãos regulares, que são a maioria esmagadora dos brasileiros, estarão à mercê de abusos e da vigilância por parte de autoridades públicas, que a seu único e exclusivo critério (sem ordem judicial) poderão revelar quem está do outro lado da rede.

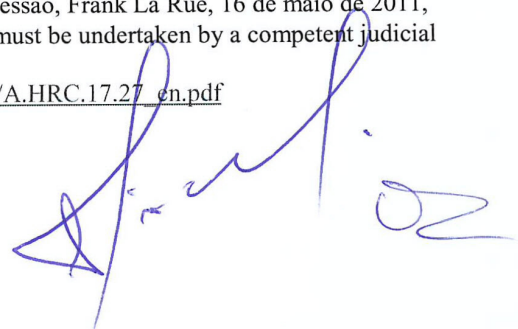
Nesse contexto em que a tecnologia se torna onipresente, a principal forma de proteção contra a vigilância não pode ser o recurso à própria tecnologia, mas sim à lei, que deve ser sempre equilibrada de forma a proteger a maioria das pessoas e punir os criminosos. A proposta que se coloca agora faz o contrário: devassa a maioria das pessoas, enquanto faz com que criminosos se escondam atrás de medidas técnicas que a presente lei será incapaz de remediar.

Em suma, trata-se de disposição que viola diretamente um grande número de princípios fundamentais, na prática invalidando o sigilo das comunicações, o direito à preservação de intimidade e da vida privada e a privacidade de modo geral.

Abaixo tecemos outras considerações contextuais, que poderão ajudar a entender o contexto atual da legislação brasileira no que diz respeito ao combate aos chamados “cibercrimes”.

2) O Combate ao Cibercrime no Brasil: A Lei Brasileira Já Foi Modificada para Cobrir a Questão

¹ Relatório do Relator Especial da ONU para Liberdade de Expressão, Frank La Rue, 16 de maio de 2011, par. 70 “Any determination on what content should be blocked must be undertaken by a competent judicial authority” Disponível em: http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf



A busca pelo combate aos atos criminosos praticados por meio da internet é objetivo legítimo e de grande importância. No entanto, nos últimos anos, com o advento da internet e da tecnologia digital, **a legislação brasileira já passou por uma intensa reforma voltada especificamente ao combate aos cibercrimes**. Nesse sentido, foi aprovada a Lei 10.695 de 2003, resultado de intensos trabalhos realizados pela **CPI da Pirataria**. Essa lei alterou dispositivos essenciais do Código Penal brasileiro com relação à punição de crimes relativos à propriedade intelectual e, notadamente, os direitos autorais. Com isso, o Código Penal foi atualizado para lidar com novos delitos contra os direitos autorais no ambiente digital, tendo havido ainda o aumento de penas e a criação de situações agravantes, relacionadas às novas tecnologias.

Já em 2008, houve a aprovação da Lei 11.829 de 2008, que foi resultado por sua vez dos intensos trabalhos promovidos pela **CPI da Pedofilia** e alterou o Estatuto da Criança e Adolescente, criando especificamente todo um aparato jurídico para o combate a essa nefasta prática, que contou, dentre outras medidas, com a criminalização da aquisição e posse de material de pornografia infantil e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet.

A esse respeito, o presidente da Safernet (entidade que mais tem lutado pelo combate à pedofilia no Brasil), o advogado Thiago Tavares, declarou ao jornal Folha de São Paulo em 2 de abril de 2016, ao ser perguntado a respeito da necessidade de eventuais mudanças legislativas, afirmou não ser mais necessária qualquer modificação legislativa no Brasil para o combate da pedofilia na internet, afirmando ser “contra o resultado apresentado pelos deputados”. Em suas palavras, publicadas pelo jornal: “a lei 11.829, resultante da CPI da Pedofilia, de 2008, já tipificou como crime qualquer publicação de conteúdos pornográficos impróprios contra crianças”.

Já em 2012, depois de um debate a respeito da chamada “Lei Azeredo” que durou mais de 5 (cinco) anos, foi proposta e aprovada a Lei 12.737 de 2012, popularmente conhecida como **Lei Carolina Dieckmann**. Essa lei dispôs sobre a tipificação criminal dos chamados “delitos informáticos”, criando modalidades criminais próprias para os crimes na internet. Desde já adiantamos que, na visão do ITS, essa lei foi muito feliz em alcançar o devido equilíbrio entre o combate aos crimes digitais, ao mesmo tempo em que conseguiu reduzir eventuais efeitos colaterais relativos às condutas tipificadas, devendo ser preservada sua redação.

Por fim, esse amplo conjunto de modificações legislativas direcionadas ao combate dos cibercrimes foi ainda mais avançado em 2014, com a aprovação do **Marco Civil da Internet**. Como se sabe, trata-se de lei amplamente celebrada, tanto no Brasil quanto no plano internacional, por sua formulação precisa de direitos e deveres na internet, **prevendo, dentre várias questões, uma ferramenta poderosíssima para o combate dos delitos virtuais, qual seja: a obrigação da guarda de logs de conexão e logs de acesso de todos os usuários da internet brasileiros, pelo prazo de 1 (um) ano e 6 (seis) meses respectivamente**. Trata-se de medida que confere às autoridades de investigação civil e criminal um mecanismo sem precedentes no que diz respeito à investigação e instrução processual penal. Por meio desses logs, é possível investigar crimes e delitos cometidos no passado, sendo possível analisar complexas relações entre usuários e redes criminosas. Esses “metadados”, que o Marco Civil obriga a guardar, são inegavelmente a ferramenta de investigação mais forte (para não dizer invasiva) já criada no âmbito do direito brasileiro. Não discutiremos neste relatório todas as implicações jurídicas da adoção desse modelo pelo Brasil, mas vale dizer que na Europa, esse modelo de guarda e retenção de dados dos usuários foi julgado como inconstitucional pela Corte de Justiça Europeia e por vários países da União Europeia, por sua invasividade e ameaça à privacidade e outros direitos fundamentais. No momento ainda diversos países da União Europeia estão revisando as suas legislações nacionais sobre guarda de dados de forma a aperfeiçoar o combate à ilícitos e ao mesmo tempo respeitar a privacidade e a proteção

de dados pessoais . Justamente por isso não parece adequado que se alterem as regras já estabelecidas no Brasil sobre esse tópico através de projetos de lei de vertente criminal. Tudo isso, apesar daquele continente enfrentar a grave e abominável ameaça do terrorismo.

Em todo caso, ressalta-se uma vez mais que esse modelo invasivo, e amplamente poderoso, encontra-se em vigor hoje no Brasil e à disposição das autoridades de investigação e de instrução processual penal ou mesmo civil. Além dessas poderosas ferramentas, o Marco Civil criou também várias outras medidas para o combate aos delitos virtuais, dentre elas a responsabilização subsidiária de provedores de aplicação de internet, obrigando-os a retirar materiais contendo cenas de nudez ou atos sexuais indevidos (“pornografia de vingança”) após recebimento de notificação da vítima.

Com isso, gostaríamos de salientar uma vez mais que a lei brasileira já passou por intensa reforma nos últimos anos no intuito de se combater os cibercrimes. Juntamos a essa observação o fato de que o combate aos delitos, cometidos tanto na internet como fora dela, deve sempre observar as garantias constitucionais e os direitos fundamentais, tais como a presunção de inocência, o devido processo legal, o princípio do juiz natural, o direito à privacidade e ao sigilo das comunicações, a liberdade de expressão, dentre vários outros.

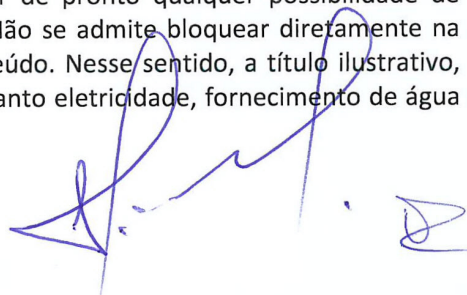
Entendemos que a proposta do PLS 730 é não apenas desnecessária, haja vista a ampla modificação da legislação brasileira dos últimos anos, como desproporcional. Além disso, entendemos que a proposta fere as garantias constitucionais listadas no parágrafo anterior.

3) O Acesso Livre à Internet é Essencial para o Exercício da Cidadania

O acesso à internet, por conta da sua importância para a vida contemporânea, foi apontado como um direito fundamental pela Organização das Nações Unidas (ONU), na medida em que se torna requisito para a realização de outros direitos essenciais (dentre eles, a liberdade de expressão). Nas palavras do Relatório Especial da ONU sobre a Liberdade de Expressão, publicado em 2011: *"Ao contrário de qualquer outro meio, a Internet permite que os indivíduos busquem, recebam e difundam informações e ideias de todos os tipos de forma instantânea e barata para além das fronteiras nacionais"*. A internet é hoje o meio privilegiado para o exercício de outros direitos humanos e da cidadania, além de estimular o desenvolvimento econômico, social e político, e contribuir para o progresso humano. Além disso, a internet livre conecta-se diretamente com a democracia e com o Estado Democrático de Direito. O respeito a uma rede livre de influência e interferências externas passou a se configurar como um importante indicador para se avaliar o grau de respeito à democracia e ao império da lei em diversos países. Esse entendimento foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por força do Artigo 7º do Marco Civil da Internet, que determina que *"o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania"*.

Assim, qualquer mudança legislativa que impacte a internet – infraestrutura essencial para todos os países contemporâneos - deve ser amplamente debatida com a sociedade. Qualquer interferência na rede deve demonstrar que os benefícios desta são maiores que seus efeitos colaterais. Essas interferências devem ser feitas baseadas em dados empíricos e sempre se ouvindo os vários setores da sociedade: setor público, setor privado, comunidade técnica e acadêmica, terceiro setor e assim por diante.

Além disso, o caráter essencial da internet deve afastar de pronto qualquer possibilidade de intervenção ou bloqueio em sua infraestrutura técnica. Não se admite bloquear diretamente na camada da infraestrutura da rede qualquer tipo de conteúdo. Nesse sentido, a título ilustrativo, considerando-se que a internet é serviço tão essencial quanto eletricidade, fornecimento de água



ou os correios, não se admite qualquer interferência no funcionamento desses serviços. Da mesma forma como não se “desliga a eletricidade” de uma determinada casa porque ali habita um criminoso, ou se suspende o fornecimento daquele domicílio, ou ainda, a entrega de cartas (fazer isto atentaria contra o princípio da dignidade da pessoa humana), não se “desliga” partes da internet. Tal desligamento seria, igualmente, atentar contra a essencialidade da rede para a vida humana contemporânea.

4) O PLS 730/2015 pode gerar um impacto negativo global para a rede brasileira

A internet, além de ser considerada essencial ao exercício da cidadania, passou a ser também de suma importância para o desenvolvimento econômico dos países. A esse respeito, há um dado positivo com relação ao Brasil que deve ser considerado. Nosso país é apontado como um dos países mais empreendedores do mundo e a internet desempenha um papel fundamental nisso. As “startups” (empresas de tecnologia que ambicionam crescer vigorosamente) brasileiras estão gerando empregos e inovação, com dados amplamente positivos, colhidos pela Associação Brasileira de Startups. A esse respeito, o setor já movimentava hoje alguns bilhões de reais, e vem se expandindo ao longo dos últimos dois anos, apesar da crise.

As startups atuam cada vez em segmentos como mídias sociais, e-commerce, pagamentos eletrônicos, mídia, conteúdo, de games, software e hardware, mensagens eletrônicas, fintech (finanças) entre vários outros. A internet é, portanto, um elemento central para o desenvolvimento futuro do país.

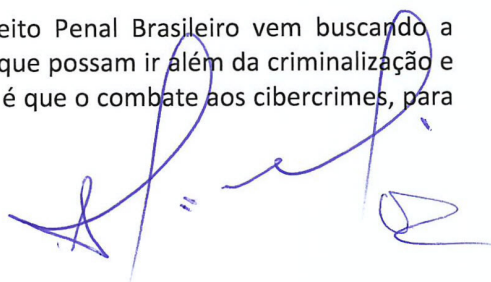
A partir daí, ressaltamos que **não se regula a internet “em tiras”**.

Uma regulamentação sobre a rede, como essa que propõe o PLS 730/2015, **tem impacto sobre todo o ecossistema da internet**. Em outras palavras, ao propor um conjunto de medidas que responsabiliza provedores, intermediários, que interfere no funcionamento da infraestrutura da rede, isso pode aumentar significativamente os custos de *compliance* das empresas de internet. Com isso nossa sugestão é que qualquer regulação nesse sentido seja antecedida de estudos e debates aprofundados, no sentido de se determinar seu impacto para a rede como todo, o que não ocorreu com o projeto de lei em tela. Em outras palavras, a proposta do PLS 730 pode impactar negativamente, para além de todas as questões de direitos fundamentais aqui apontadas, a competitividade do empresário brasileiro na rede. Isso leva à necessidade de se realizar um estudo mais aprofundado de impacto antes que se cogite transformar o projeto em questão em lei.

5) A Necessidade de se manter a legislação do país equilibrada em consideração aos objetivos legítimos de proteção aos direitos fundamentais e a instrução processual penal

Vale lembrar que o Marco Civil da Internet, justamente pelo ensejo de se alcançar o equilíbrio e proporcionalidade entre direitos e deveres, tornou-se um modelo celebrado internacionalmente. O Marco Civil serviu e serve de inspiração para outros países na adoção de instrumentos jurídicos semelhantes dedicados à matéria, como foi o caso recente da Itália. No plano internacional, o Marco Civil representa um dos poucos campos em que o país é ainda reconhecido positivamente nesses tempos conturbados. Abdicar dessa posição de liderança global no campo da regulação da internet afeta negativamente a inserção do país no âmbito da política externa.

Vale ainda notar que a tendência mais moderna do Direito Penal Brasileiro vem buscando a implementação de novos mecanismos de política criminal, que possam ir além da criminalização e do aumento de penas. Nesse sentido, nosso entendimento é que o combate aos cibercrimes, para



ser efetivo, precisa ser multissetorial. Isto é, precisa contar com o envolvimento do setor público, do setor privado, da comunidade técnica e acadêmica, do terceiro setor e assim por diante. O direito penal não é o instrumento adequado para a promoção a cooperação entre esses diversos setores. Ao contrário, a mera e simples criminalização pode gerar antagonismos entre esses setores e desincentivos para que haja uma cooperação efetiva.

Se forem aprovados os projetos de lei propostos pelo relatório - bem como aqueles outros já em tramitação e por ele apoiados - haverá um desequilíbrio no ordenamento jurídico brasileiro, configurado pela **sobrerregulação** da internet. Essa sobrerregulação, além de todo o impacto negativo para o campo dos direitos mencionados acima, desestimula a inovação e o empreendedorismo brasileiro.

6) Recomendações e Parecer do Conselho de Comunicação Social

Em face dos elementos apresentados acima, o Conselho de Comunicação Social recomenda a rejeição na íntegra do PLS 730/2015, capaz de produzir consequências teratológicas para a liberdade de expressão, o direito à privacidade e outros direitos fundamentais no ordenamento brasileiro, além de ser projeto de lei que viola a Constituição Federal.

Este é nosso parecer.

Atenciosamente,

José Catarino Nascimento Silva

José Francisco de Araujo Lima

Ronaldo Lemos (Relator da presente comissão)

Sydney Sanches



**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – CCS
LISTA DE VOTAÇÃO**

Item 2 – Relatório sobre o PL 730/2015

Reunião: 10ª Reunião (Ordinária) do CCS

Data: 4 de julho de 2016 (segunda-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

Presidente: MIGUEL ÂNGELO CANÇADO
Vice-Presidente: RONALDO LEMOS

TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTES	ASSINATURA
WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio		PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	
JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA Representante das empresas de televisão		MÁRCIO NOVAES	
MARCELO RECH Representante de empresas da imprensa escrita		MARIA CÉLIA FURTADO	
ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		LILIANA NAKONECHNYJ	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		MARIA JOSÉ BRAGA	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		ANTÔNIO CORTIZO	
SYDNEY SANCHES Representante da categoria profissional dos artistas		JORGE COUTINHO	
PEDRO PABLO LAZZARINI Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		LUIZ ANTONIO GERACE	
RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil (RELATOR)		PATRÍCIA BLANCO	
MIGUEL ÂNGELO CANÇADO Representante da sociedade civil		ISMAR DE OLIVEIRA SOARES	
MARCELO CORDEIRO Representante da sociedade civil		MURILLO DE ARAGÃO	
VAGO		ALDO REBELO	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		DAVI EMERICH	

VISTO: em 4 de julho de 2016.
Presidente

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19		Eduardo Amorim.	PSC / SE																
Dário Berger.	SC	Eduardo Lopes.	PRB / RJ																
Edison Lobão.	MA	Elmano Férrer.	PTB / PI																
Eduardo Braga.	AM	Fernando Collor.	PTC / AL																
Eunício Oliveira.	CE	Magno Malta.	PR / ES																
Garibaldi Alves Filho.	RN	Pedro Chaves.	PSC / MS																
Hélio José.	DF	Vicentinho Alves.	PR / TO																
Jader Barbalho.	PA	Wellington Fagundes.	PR / MT																
José Maranhão.	PB	Zeze Perrella.	PTB / MG																
João Alberto Souza.	MA	Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11																	
Kátia Abreu.	TO	PP-7 / PSD-4																	
Marta Suplicy.	SP	Ana Amélia.	PP / RS																
Raimundo Lira.	PB	Benedito de Lira.	PP / AL																
Renan Calheiros.	AL	Ciro Nogueira.	PP / PI																
Roberto Requião.	PR	Gladson Cameli.	PP / AC																
Romero Jucá.	RR	Ivo Cassol.	PP / RO																
Rose de Freitas.	ES	José Medeiros.	PSD / MT																
Simone Tebet.	MS	Omar Aziz.	PSD / AM																
Valdir Raupp.	RO	Otto Alencar.	PSD / BA																
Waldemir Moka.	MS	Roberto Muniz.	PP / BA																
Bloco Social Democrata - 16		Sérgio Petecão.	PSD / AC																
PSDB-11 / DEM-4 / PV-1		Wilder Morais.	PP / GO																
Aécio Neves.	PSDB / MG	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10																	
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP	PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1																	
Alvaro Dias.	PV / PR	Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE																
Antonio Anastasia.	PSDB / MG	Cristovam Buarque.	PPS / DF																
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO	Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE																
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB	João Capiberibe.	PSB / AP																
Dalirio Beber.	PSDB / SC	Lídice da Mata.	PSB / BA																
Davi Alcolumbre.	DEM / AP	Lúcia Vânia.	PSB / GO																
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA	Randolfe Rodrigues.	REDE / AP																
José Agripino.	DEM / RN	Roberto Rocha.	PSB / MA																
José Aníbal.	PSDB / SP	Romário.	PSB / RJ																
Paulo Bauer.	PSDB / SC	Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM																
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES	S/Partido - 1																	
Ricardo Franco.	DEM / SE	Reguffe.	DF																
Ronaldo Caiado.	DEM / GO	Bloco Parlamentar da Minoria																	
Tasso Jereissati.	PSDB / CE	<table border="0" style="width: 100%;"> <tbody> <tr> <td>PMDB.</td> <td style="text-align: right;">19</td> </tr> <tr> <td>Bloco Social Democrata.</td> <td style="text-align: right;">16</td> </tr> <tr> <td>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.</td> <td style="text-align: right;">13</td> </tr> <tr> <td>Bloco Moderador.</td> <td style="text-align: right;">11</td> </tr> <tr> <td>Bloco Parlamentar Democracia Progressista.</td> <td style="text-align: right;">11</td> </tr> <tr> <td>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.</td> <td style="text-align: right;">10</td> </tr> <tr> <td>S/Partido.</td> <td style="text-align: right;">1</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td style="text-align: right;">81</td> </tr> </tbody> </table>		PMDB.	19	Bloco Social Democrata.	16	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	13	Bloco Moderador.	11	Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10	S/Partido.	1	TOTAL	81
PMDB.	19																		
Bloco Social Democrata.	16																		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	13																		
Bloco Moderador.	11																		
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11																		
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10																		
S/Partido.	1																		
TOTAL	81																		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13																			
PT-10 / PDT-3																			
Acir Gurgacz.	PDT / RO																		
Angela Portela.	PT / RR																		
Fátima Bezerra.	PT / RN																		
Gleisi Hoffmann.	PT / PR																		
Humberto Costa.	PT / PE																		
Jorge Viana.	PT / AC																		
José Pimentel.	PT / CE																		
Lasier Martins.	PDT / RS																		
Lindbergh Farias.	PT / RJ																		
Paulo Paim.	PT / RS																		
Paulo Rocha.	PT / PA																		
Regina Sousa.	PT / PI																		
Telmário Mota.	PDT / RR																		
Bloco Moderador - 11																			
PTB-3 / PR-4 / PSC-2 / PRB-1																			
PTC-1																			
Armando Monteiro.	PTB / PE																		
Cidinho Santos.	PR / MT																		

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfé Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Paulo Rocha - PT (36,47,65,70)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (3,32)</p> <p>Lindbergh Farias (34,69,71,101)</p> <p>Telmário Mota (4,30,41,50,73,94)</p> <p>Gleisi Hoffmann (68,72,76,95)</p> <p>Regina Sousa (40)</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 10</p> <p>Paulo Rocha (36,47,65,70)</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Lindbergh Farias (34,69,71,101)</p> <p>Gleisi Hoffmann (68,72,76,95)</p> <p>Fátima Bezerra (33,67)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 3</p> <p>Acir Gurgacz (3,32)</p> <p>Vice-Líder do PDT</p> <p>Telmário Mota (4,30,41,50,73,94)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>José Agripino - DEM (37,61)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Ricardo Ferraço (89,96)</p> <p>Davi Alcolumbre (85,99)</p> <p>Ataídes Oliveira (86)</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima (15,56)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Paulo Bauer (22)</p> <p>José Aníbal (93)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 4</p> <p>Ronaldo Caiado (9)</p> <p>Vice-Líder do DEM</p> <p>José Agripino (37,61)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PV - 1</p> <p>Alvaro Dias (19,75)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Lídice da Mata - PSB (12,26)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Antonio Carlos Valadares (60,80)</p> <p>Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 7</p> <p>Antonio Carlos Valadares (60,80)</p> <p>Vice-Líderes do PSB</p> <p>Fernando Bezerra Coelho (64,97)</p> <p>Roberto Rocha (43,63)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1</p> <p>Cristovam Buarque (74)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p style="text-align: center;">Líder do REDE - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,28)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Omar Aziz - PSD (11,52)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Benedito de Lira (14,16,39,51,55)</p> <p>Otto Alencar (58)</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 7</p> <p>Benedito de Lira (14,16,39,51,55)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (11,52)</p> <p>Vice-Líder do PSD</p> <p>Sérgio Petecão (17)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 11</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Fernando Collor - PTC (5,6,77,79)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Wellington Fagundes (48,53,82)</p> <p>Elmano Férrer (78,81)</p> <p>Eduardo Amorim (83)</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3</p> <p>Elmano Férrer (78,81)</p> <p>Vice-Líder do PTB</p> <p>Zeze Perrella (84)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4</p> <p>Wellington Fagundes (48,53,82)</p> <p>Vice-Líder do PR</p> <p>Vicentinho Alves (54)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 2</p> <p>Eduardo Amorim (83)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (92)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTC - 1</p> <p>Fernando Collor (5,6,77,79)</p>	<p>PMDB - 19</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Eunício Oliveira - PMDB</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Waldemir Moka (88)</p> <p>Rose de Freitas (87)</p>
<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (38,91)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Fernando Bezerra Coelho (64,97)</p> <p>José Medeiros (10,18,27,98)</p> <p>Davi Alcolumbre (85,99)</p> <p>Hélio José (49,57,100)</p>	<p style="text-align: center;">Minoria</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Lindbergh Farias - PT (34,69,71,101)</p>	

Ricardo Ferraço (89,96)

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).

59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
66. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
68. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
70. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
71. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
73. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
76. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
79. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
80. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
81. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
82. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
83. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
86. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
87. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
88. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
89. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
92. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
93. Em 08.06.2016, o Senador José Anibal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
94. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
95. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
96. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
97. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).
98. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
99. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
100. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
101. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)**RELATOR:** Senador José Maranhão (PMDB-PB)**Designação:** 22/06/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA)

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maxiliano Godoy (adjunto)**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA
APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS**

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁵⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

** . Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

**8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

**10) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA
IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO**

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 30/09/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT 2016

Finalidade: Proferir parecer sobre a Denúncia nº1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

Denúncia nº 1, de 2016

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁶⁾

Instalação: 26/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Magno Malta (PR-ES) ^(11,14)	2. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁴⁾	4. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁹⁾	1. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁹⁾
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,10)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,13)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ^(1,3)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽¹⁾	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Medeiros (PSD-MT)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Notas:

*. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo PMDB: titulares - Raimundo Lira, Rose de Freitas, Simone Tebet, Dário Berger e Waldemir Moka; suplentes - Hélio José, Marta Suplicy, Garibaldi Alves e João Alberto Souza (Of. 55/2016-GLPMDB);

** . Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Oposição: titulares - Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Caiado; suplentes - Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e Davi Alcolumbre (Of. s/n/2016-OPOSIÇÃO);

***. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista: titulares - Ana Amélia, José Medeiros e Gladson Cameli; suplentes - Sérgio Petecão, Wilder Morais e Otto Alencar (Memo 6/2016-GLDPRO).

****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia: titulares - Fernando Bezerra Coelho, Romário e Vanessa Grazziotin; suplentes - Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque (Memo. 24/2016-BLSDEM);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Moderador: titulares - Wellington Fagundes e Zeze Perrella; suplentes - Eduardo Amorim e Magno Malta (Of. 14/2016-BLOMOD);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo: titulares - Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, José Pimentel e Telmário Mota; suplentes - Humberto Costa, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e João Capiberibe (Of. 32/2016-GLDBAG);

1. Os blocos parlamentares Socialismo e Democracia, Moderador e Democracia Progressista compartilharão mais duas vagas na comissão.
2. Em 20.04.2016, o Senador Raimundo Lira foi indicado pelo Bloco da Maioria para a Presidência da Comissão (Of. 56/2016-GLPMDB).
3. Em 22.04.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 33/2016-GLDBAG).
4. Em 22.04.2016, o Senador Dário Berger foi indicado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à indicação do Senador José Maranhão (Of. 57/2016 - GLPMDB).
5. Em 22.04.2016, o Senador João Capiberibe foi indicado pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia como membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 25/2016-BLSDEM).
6. Em 26.04.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Antônio Anastasia, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2016 - CEI2016).
7. Em 01.06.2016, foi eleita a Senadora Lúcia Vânia para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário (Of. 36/2016-GLBSD).
8. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
9. Em 07.06.2016, foram eleitos os Senadores Ricardo Ferraço e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão como membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 34/2016-GLPSDB).
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
11. Em 23.06.2016, a Senadora Rose de Freitas renunciou à vaga de titular ocupada na comissão pelo Bloco da Maioria.
12. Em 28.06.2016, o Senador José Pimentel renuncia à vaga de titular ocupada na comissão pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática (Of. 105/2016).
13. Em 28.06.2016, foi eleita a Senadora Kátia Abreu para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 76/2016-GLPRD)
14. Em 28.06.2016, foi eleito o Senador Magno Malta para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco da Maioria, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Moderador (Of. 126/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá e Leandro Bueno

Telefone(s): 33033511

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulus Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulus Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

** O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

14) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a debater e propor soluções para promover o desenvolvimento nacional.

Ato do Presidente nº 14, de 2016

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Designação: 30/06/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1.
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2.
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3.
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	4.
Maioria (PMDB)	
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC)	1.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	3.
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1.
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE)	1.
Senador Cidinho Santos (PR-MT)	2.
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)	3.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1.
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	2.
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	3.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 14, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Eduardo Lopes, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Roberto Muniz, Roberto Rocha, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Moraes, indicando também o Senador Otto Alencar para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

15) COMISSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Finalidade: Destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ato do Presidente nº 16, de 2016

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

RELATOR:

Designação: 30/06/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 16, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antônio Anastasia, Jorge Viana, Randolfê Rodrigues, Romero Jucá e Simone Tebet, e indicando também o Senador Romero Jucá para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

16) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo
Ato do Presidente nº 15, de 2016

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 30/06/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	2.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador José Aníbal (PSDB-SP)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 15, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, José Aníbal, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Omar Aziz, Paulo Paim, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Waldemir Moka, indicando também os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator-Geral do Colegiado.

Secretário(a): Leandro Bueno e Donaldo Portela (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3508

E-mail: coceti@senado.leg.br

17) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com os cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

*** O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

**** O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

***** O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

***** O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,17)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(6,7)
VAGO ^(6,10)	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(11,12,13)	1.
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,14,16)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,15)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfé Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

** Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

*** Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

**** Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

***** Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

***** Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

***** Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

***** Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfé Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
10. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
11. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
12. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Ofício nº 73/2016-GLPMDB).
13. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Ofício nº 88/2016-GLPMDB).
14. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
15. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
16. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
17. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁰⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO ⁽⁶⁾	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,8)

Notas:

- *. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
- **.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)
- ***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)
- ****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- *****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
- 1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
- 2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
- 3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).
- 4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
- 7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
- 8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
- 9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
- 10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

3)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 12/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽²²⁾	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,15,19,21)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

** Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

*** Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

**** Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

***** Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

***** Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfê Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).
21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfê Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).
22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(1,3)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(46,52,54)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(38,43)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,28,34,45)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴¹⁾
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(47,51)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁵⁶⁾	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
- *****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
 2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
 5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
 6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
 7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
 8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
 9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
 10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
 11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
 12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
 14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
 15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
 16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).
 17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
 18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).
 19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
 20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).
 21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).
 23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).
 24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).
 25. Em 01.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).
 26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).
 27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).
 28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).
 29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).
 30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).
 32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
 36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM).
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/20156-GLDBAG).
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB).
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/20156-GLDBAG).
54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).
55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
56. Em 28.06.2016, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 42/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁴⁾	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽³⁰⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,31)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15,23,27)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(29,32)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB).
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(47,50,53)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽⁵²⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³³⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ^(32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(26,27,39,45)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(34,54)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(20,21,38,40)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(46,49)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfê Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
 37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
 38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).
51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
52. Em 29.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 127/2016-GLPMDB).
53. Em 29.06.2016, a Senadora Lidice da Mata foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
54. Em 29.06.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Lidice da Mata (Memo. nº 39/2016-GLBSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO ⁽²¹⁾	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO ^(18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,29)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15,20,26)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfé Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfé Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
 4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
 5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).
 6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
 7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
 8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
 10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
 11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
 12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
 13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
 22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
 23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
 24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
 25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
 26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM).
 27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
 28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
 29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
 30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 51/2016-GLDBAG).
 31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).
 32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,29)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO ⁽²⁰⁾	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ^(6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(24,26,27)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,12,28)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

***** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB)
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ)
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB)
28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senadora Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
 2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
 3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
 4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
 5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
 6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 8. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Delcídio do Amaral não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
 9. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- **. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:

- Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
 - Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 - Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
 - Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
 - Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na Subcomissão (Memo 31/2016-CMA).
- *. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).
- ** Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)
- ***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).
- ****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,28)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
VAGO ⁽²³⁾	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(19,26)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18,22,24)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(15,25,27)

Notas:

- *. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).
- ** . Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfê Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).
- 1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).
- 2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).
- 3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).
- 4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
- 5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).
- 6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).
- 7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).
- 8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM)
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

** . Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(23,25)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾	2. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB)
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD)
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,36)	
VAGO ⁽²²⁾	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(31,34,35)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(18,33)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(15,16,33)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ^(18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO ^(18,28)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO ⁽²⁴⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(19,20,31)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(6,13,17,26,30,31)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfê Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB).
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,20)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios n°s 25 a 29/2016-GLDBAG).

10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽²²⁾	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁵⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(21,24)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

** . Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** . Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

**** . Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

***** . Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

***** . Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

***** . Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfê Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD)
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,24)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO ^(13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,23)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ⁽²²⁾	1. VAGO ^(14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

*** Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

**** Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁴⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽¹³⁾

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

** Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

*** Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

**** Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

***** Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).

11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 28/06/2016**Notas:**

1. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado Federal, em sessão plenária de 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005 **10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(1,20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(4,21)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁹⁾	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
VAGO ⁽²⁴⁾	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(10,11)	1. VAGO ^(5,6,18)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁶⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(7,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁹⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(12,13,15,22)	1.
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ^(14,16,17,23)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁽²⁴⁾	

Atualização: 29/06/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. A Senadora Regina Sousa renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GRSOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.

2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

3. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.
13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
14. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.
16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
24. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado, em sessão plenária do dia 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ⁽²⁾**Atualização:** 26/11/2015**Notas:**

* Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)**VICE-PRESIDENTE:** ⁽³⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PTVAGO ⁽²⁾**PSDB**

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PRSenador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾**PSD**

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTBVAGO ^(4,6)**PPS**

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,8)**REDE**

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ?
Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.

3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(2,4)

VICE-PRESIDENTE: ⁽²⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽³⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,5)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência, O Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
5. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ^(2,4)**PSOL**Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾**Atualização:** 07/07/2015**Notas:**

* Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEMVAGO ⁽³⁾**PP**

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,4)**REDE**

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

* Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

* Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,3)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

3. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Arthur Lira (PP-AL)

1º VICE-PRESIDENTE: VAGO

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

3º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Relator da Receita: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO)

Designação: 03/05/2016

Instalação: 05/05/2016

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Waldemir Moka - MS	1. Marta Suplicy - SP
Romero Jucá - RR ⁽⁹⁾	2. Eunício Oliveira - CE ⁽²²⁾
Eduardo Braga - AM ⁽²²⁾	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Paulo Paim - PT/RS ^(8,16)	1. Regina Sousa - PT/PI
Telmário Mota - PDT/RR	2. Fátima Bezerra - PT/RN
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA ⁽⁴⁾	1. Dalirio Beber - PSDB/SC ⁽¹²⁾
VAGO ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Cristovam Buarque - PPS/DF
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Wellington Fagundes - PR/MT	1. Zeze Perrella - PTB/MG
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA ⁽¹³⁾	1. Sérgio Petecão - PSD/AC ⁽¹³⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PR, PSD, PROS	
Milton Monti - PR/SP	1. Lúcio Vale - PR/PA
Vicentinho Júnior - PR/TO	2. Luiz Cláudio - PR/RO
Ronaldo Fonseca - PROS/DF	3. George Hilton - PROS/MG
Júlio Cesar - PSD/PI	4. Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS
Irajá Abreu - PSD/TO	5. VAGO
PP, PTB, PSC	
Simão Sessim - PP/RJ (6)	1. Hiran Gonçalves - PP/RR (6)
Arthur Lira - PP/AL (6)	2. Covatti Filho - PP/RS (6)
Nelson Meurer - PP/PR (6)	3. Mário Negromonte Jr. - PP/BA (21)
Sérgio Moraes - PTB/RS (6)	4. Zeca Cavalcanti - PTB/PE (6)
Pr. Marco Feliciano - PSC/SP (19)	5. VAGO
PMDB, PEN	
José Priante - PMDB/PA	1. Celso Maldaner - PMDB/SC
Junior Marreca - PEN/MA	2. Daniel Vilela - PMDB/GO
Saraiva Felipe - PMDB/MG	3. Dulce Miranda - PMDB/TO
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Marx Beltrão - PMDB/AL
PT	
Assis Carvalho - PI (3)	1. Adelmo Carneiro Leão - MG (3)
Beto Faro - PA (3)	2. Caetano - BA (3)
Reginaldo Lopes - MG (3)	3. Paulão - AL (3)
Waldenor Pereira - BA (3)	4. Valmir Assunção - BA (3)
PSDB	
Duarte Nogueira - SP (10)	1. João Gualberto - BA (17)
Geraldo Resende - MS	2. Nelson Marchezan Junior - RS (17)
Rodrigo de Castro - MG	3. Nilson Leitão - MT (20)
PRB, PTN, PTdoB, PSL	
Cleber Verde - PRB/MA	1. Ronaldo Martins - PRB/CE
Ademir Camilo - PTN/MG (18)	2. Jozi Araújo - PTN/AP (18)
PSB	
Bebeto - BA	1. Tereza Cristina - MS
Luciano Ducci - PR	2. Rodrigo Martins - PI (5)
DEM	
Claudio Cajado - BA	1. Juscelino Filho - MA
Paulo Azi - BA	2. Marcos Rogério - RO (15)
PDT	
Dagoberto - MS (2)	1. André Figueiredo - CE (2,14)
SD	
Benjamin Maranhão - PB	1. Wladimir Costa - PA
PCdoB	
Davidson Magalhães - BA	1. Rubens Pereira Júnior - MA
PPS (1)	

TITULARES	SUPLENTES
Leandre - PV/PR	1. Alex Manente - SP (11)

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Dagoberto, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Roberto Goés, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2016, da Liderança do PDT.
3. Designados, como membros titulares, os Deputados Assis Carvalho, Beto Faro, Reginaldo Lopes e Waldenor Pereira e, como membros suplentes, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Caetano, Paulão e Valmir Assunção, em vagas existentes, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2016, da Liderança do PT.
4. Designado, como membro titular, o Senador Flexa Ribeiro, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2016, da Liderança do PSDB.
5. Designado, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Martins, em substituição ao Deputado Fabio Garcia, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 77, de 2016, da Liderança do PSB.
6. Designados, como membros titulares, os Deputados Simão Sessim, Arthur Lira, Nelson Meurer e Sérgio Moraes, e, como membros suplentes, os Deputados Hiran Gonçalves, Covatti Filho e Zeca Cavalcanti, em 5-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130, de 2016, da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC.
7. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Maria do Carmo Alves, em 10-05-2016 (Senado Federal).
8. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12.05.2016.
9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3)
10. Designado, como membro titular, o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Bruno Araújo, em 16-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2016, da Liderança do PSDB.
11. Designado o Deputado Alex Manente, como membro suplente, em substituição ao Deputado Raul Jungmann, na Sessão do Senado Federal de 17.05.2016, conforme Ofício nº 68, da Liderança do PPS.
12. Designado, como membro titular, o Senador Dalirio Beber, em vaga existente, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do PSDB.
13. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Gladson Cameli, e, como membro suplente, o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Otto Alencar, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado André Figueiredo, em substituição ao Deputado Roberto Góes, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 112, de 2016, da Liderança do PDT.
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Rogério, em vaga existente, em 19-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2016, da Liderança do DEM.
16. Designado, como membro titular, o Senador Paulo Paim, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35, de 2016, da Liderança do LPT Bloco de Apoio do Governo.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Gualberto, em substituição ao Deputado Nelson Markezan Junior, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 509, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Ademir Camilo, em vaga existente, e, como membro suplente, a Deputada Jozi Araújo, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº S nº, de 2016, da Liderança do Bloco PTN PTdoB PSL.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Pr. Marco Feliciano, em vaga existente, em 24-5-2016 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 177, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.
20. Designado, como membro suplente, Nilson Leitão, em vaga existente, em 24-5-2016 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 512, de 2016, da Liderança do PSDB.
21. Designado, como membro titular, o Deputado Mário Negromonte Jr., em vaga existente, em 27-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 179, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.
22. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, e, como membro suplente, o Senador Eunício Oliveira, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 100, de 2016, da Liderança do PMDB E Bloco da Maioria.

Secretário: Robson Luiz Fialho Coutinho

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e
Controle da Execução Orçamentária - CFIS**

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

**III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e
Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI**

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Deputado Milton Monti (PR-SP)
II. Saúde	Deputado Lúcio Vale (PR-PA)
III. Educação e Cultura	Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
IV. Integração Nacional	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT-MG)
VI. Desenvolvimento Urbano	Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
VII. Turismo	VAGO
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IX. Minas e Energia	VAGO
X. Esporte	VAGO
XI. Meio Ambiente	Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
XII. Fazenda e Planejamento	Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Deputado Cleber Verde (PRB-MA)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Paulo Azi (DEM-BA)
XV. Defesa e Justiça	Senador Otto Alencar (PSD-BA)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Proxima Reunião: 05/07/2016 às 14:30

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Hélio José - PMDB/DF (4,16,21)	1. VAGO
VAGO (21,22)	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP (9,21)	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Regina Sousa - PT/PI (2,25,28,29)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Zeze Perrella - PTB/MG (23)	1. Pedro Chaves - PSC/MS (23,24,26)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Arnaldo Jordy - PPS/PA (27)	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

- Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
- Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
- O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
- Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
- Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
- Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
- Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
- Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
- Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.
- Mesa eleita em 16-03-2016.

21. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.
22. Deixa de compor a Comissão nos termos do Ofício nº 103/2016, lido na sessão do Senado Federal de 09/06/2016 (DSF 10/06/2016), da Liderança do PMDB no Senado Federal.
23. Designado, como membro titular, o Senador Zeze Perrella, em substituição ao Senador Douglas Cintra, e, como membro suplente, o Senador Douglas Cintra, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
24. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Armando Monteiro, em 09-05-2016 (Senado Federal).
25. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12/05/2016.
26. Designado, como membro suplente, a Senador Pedro Chaves, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Jordy, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 1-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 105, de 2016, das Lideranças do PSB, PV e PPS.
28. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 37, de 2016, da Liderança do PT.
29. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 37, de 2016, da Liderança do PT.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contra-inteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Pedro Vilela (PSDB-AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<p>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)</p>	<p>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)</p>
<p>Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾</p>	<p>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)</p>
<p>Líder da Minoria Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ⁽¹⁰⁾</p>	<p>Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Lindbergh Farias (PT/RJ) ^(8,9,11)</p>
<p>Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾</p>	<p>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) ⁽⁷⁾</p>
<p>Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾</p>	<p>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾</p>
<p>Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾</p>	<p>Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) ⁽⁵⁾</p>

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
- O Senador Álvaro Dias deixou de exercer a função de Líder da Minoria em 07.01.2016.
- O Senador José Agripino passou a exercer a função de Líder do Bloco Parlamentar da Oposição a partir de 16.02.2016.
- A Deputada Jandira Feghali passou a exercer a função de Líder da Minoria a partir de 20.06.2016.
- Designado o Senador Lindbergh Farias como líder da Minoria no Senado Federal (Of. 13/2016-GLDPT).

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Proxima Reunião: 05/07/2016 às 14:30

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. Kátia Abreu - PMDB/TO ⁽²⁷⁾
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP ^(24,27)	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Regina Sousa - PT/PI ⁽²⁶⁾	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR ⁽²⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. VAGO ⁽²⁵⁾
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ ^(17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS ⁽²²⁾	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. Dâmina Pereira - PSL/MG ⁽¹⁶⁾
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹²⁾
VAGO ^(4,23)	3. Benedita da Silva - PT/CE ⁽¹⁵⁾
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. Margarida Salomão - PT/MG ⁽¹⁵⁾
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. Maria do Rosário - PT/RS ⁽¹⁵⁾
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA ⁽¹⁸⁾
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO ⁽¹³⁾	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO ⁽⁹⁾	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ ⁽²⁰⁾
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
- Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
- Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
- Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonseca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).
24. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Eduardo Braga, em 22-04-2016 (Senado Federal).
25. A Deputada Cristiane Brasil deixa de ser membro suplente em 10/05/2016, conforme Ofício nº 132, de 2016, da Liderança do PRB.
26. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em substituição à Senadora Marta Suplicy, e, como membro suplente, o Senador Gleisi Hoffmann, em substituição à Senadora Regina Sousa, em 7-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2016, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
27. Designada, como membro titular, a Senadora Marta Suplicy, em vaga existente, e, como membro suplente, a Senadora Kátia Abreu, em vaga existente, em 9-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 104, de 2016, da Liderança do PMDB.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

**CMCVM - Comissão Permanente Mista
de Combate à Violência contra a Mulher**

Subcomissão Permanente de Combate ao Estupro - SCPCE

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 02/06/2015

Prazo final prorrogado: 01/11/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PSD/PR)	Senador Walter Pinheiro
Deputado Bruno Araújo	Senador Blairo Maggi
VAGO	VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PR-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR ⁽²⁴⁾
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Social Democrata	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador	
Cidinho Santos - PR/MT ⁽²¹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Professor Victório Galli - PSC/MT ⁽¹⁹⁾
Edio Lopes - PR/RR	5. Maia Filho - PP/PI ⁽¹⁴⁾
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI ⁽¹⁵⁾	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA ^(15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Zeca do Pt - PT/MS ⁽²⁵⁾	2. Pepe Vargas - PT/RS ^(3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT ⁽¹¹⁾	5. VAGO
Rômulo Gouveia - PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO ⁽¹¹⁾
Remídio Monai - PR/RR ⁽²²⁾	8. Benedita da Silva - PSDB/MG ^(9,25)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PSD/PR ⁽¹⁸⁾
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS ^(1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS ⁽¹⁷⁾
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. Paulo Abi-Ackel - PSDB/MG ⁽²⁰⁾
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. Angela Albino - PCdoB/SC ⁽²³⁾

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Sâguas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Abi-Ackel, em vaga existente, em 13-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 465, de 2016, da Liderança do PSDB.
21. Designado, como membro titular, o Senador Cidinho Santos, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 17-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2016, da Liderança do Bloco PTB/PR/PSC/PRB/PTC.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Remídio Monai, em substituição ao Deputado Maurício Quintella Lessa, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2016, da Liderança do PR.
23. Designada, como membro suplente, a Deputada Angela Albino, em vaga existente, em 6-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2016, da Liderança do PSOL.
24. Designada, como membro suplente, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição à Senadora Angela Portela, em 8-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 42, de 2016, da Liderança do PT.
25. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca do PT, em substituição à Deputada Benedita da Silva, e, como membro suplente, a Deputada Benedita da Silva, em vaga existente, em 15-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 291, de 2016, da Liderança do PT.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PTB/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
 Fax: 3303-5260
 saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽²⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(3,5)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁶⁾

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (4)	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (1)	Davi Emerich

Atualização: 27/06/2016

Notas:

1. O Conselheiro Fernando César Mesquita renunciou ao cargo titular no Conselho de Comunicação Social, nos termos do documento datado de 27.06.2016.
2. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
3. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
4. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
6. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet? Siga o passo a passo!



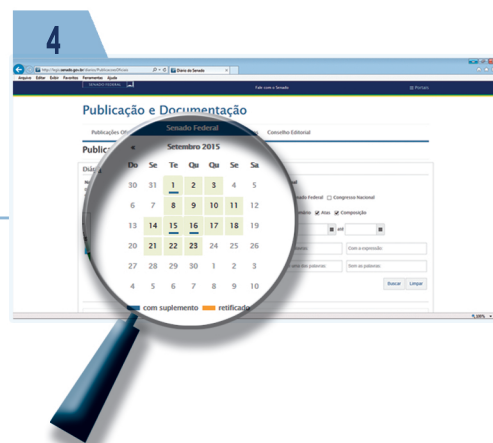
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.

Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

